

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**



Cidadania Obstruída

**Jornais cariocas e a construção
discursiva da violência no Rio**

Maurício da Silva Duarte

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2003**

*comunicacs/cfeH
951*

Cidadania Obstruída

Jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio



Maurício da Silva Duarte

Tese apresentada no curso de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em cumprimento às exigências para obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto (ECO/UFRJ)

**Rio de Janeiro
Fevereiro de 2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO



Cidadania Obstruída

Jornais Cariocas e a construção discursiva da violência no Rio

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto (ECO/UFRJ)

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Goulart Ribibeiro (ECO/UFRJ)

Prof. Dr. Dênis de Moraes (UFF)

Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende de Carvalho (Iuperj)

Prof. Dr. Muniz Sodré (ECO/UFRJ)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO



Folha de Aprovação

Cidadania Obstruída

Jornais Cariocas e a construção discursiva da violência no Rio

Por Maurício da Silva Duarte

Tese de doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por

Prof. Dr. Milton José Pinto (orientador)
(ECO/UFRJ)

Handwritten signature of Prof. Dr. Milton José Pinto in dark ink.

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Goulart Ribeiro
(ECO/UFRJ)

Handwritten signature of Prof.^a Dr.^a Ana Paula Goulart Ribeiro in dark ink.

Prof. Dr. Dênis de Moraes
(UFF)

Handwritten signature of Prof. Dr. Dênis de Moraes in dark ink.

Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende de Carvalho
(IUPERJ)

Handwritten signature of Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende de Carvalho in dark ink.

Prof. Dr. Muniz Sodré
(ECO/UFRJ)

Handwritten signature of Prof. Dr. Muniz Sodré in dark ink.

Rio de Janeiro
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO



Ficha Catalográfica

Duarte, Maurício da Silva

Cidadania obstruída: jornais cariocas e a construção discursiva da violência no Rio / Maurício da Silva Duarte. Rio de Janeiro, 2003.

Tese (doutorado em Comunicação Social) — Universidade do Rio de Janeiro — UFRJ, Instituto de Pós-Graduação da Escola de Comunicação Social — ECO/UFRJ, 2003.

Orientador: Milton José Pinto

1. Semiologia. 2. Violência. 3. Comunicação — Teses. I. Pinto, Milton José (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pós-Graduação da Escola de Comunicação Social. III. Título.

Dedicatória:

À memória dos meus pais,
Leide e Rosalvo Duarte

A meu amor,
Renata M. P. Duarte.

AGRADECIMENTOS

- ✓Ao professor Milton José Pinto, pelos quatro anos de aprendizado, manifesto a minha admiração intelectual e existencial;
- ✓Aos bolsistas Leandro Ramalho e Danielle Brasiliense, pela dedicação e talento no apoio ao levantamento do *corpus* elaboração das imagens utilizadas neste trabalho;
- ✓Aos colegas do Nupec/UFRJ, em especial Paulo Fernando, Rosa, Augusto e Francisco, que ouviram com paciência e interesse a exposição conceitos e idéias que constituem esta tese. Agradeço as sugestões e o apoio.
- ✓Ao irmão Mario Schmidt, pelo privilégio dos seus conselhos eruditos e da sua amizade;
- ✓Aos colegas professores e amigos Ana Lúcia Enne, Maurício Parada, Paulo César Castro e Wedencley Alves, debatedores críticos, que honram a Academia pela postura rigorosamente ética e humanista.
- ✓A minha companheira Renata, pelo carinho, compreensão e incentivo em cada sofrido minuto nesta verdadeira síndrome, que é o esforço de completar o doutoramento com um mínimo de dignidade.

RESUMO

Os meios de comunicação não são simples transmissores de informação nem atuam como mediadores neutros no debate público. Os *media* (em especial o discurso jornalístico) participam ativamente da estruturação da esfera pública e possuem um grande poder de instituir a agenda pública. Este trabalho procura mostrar as estratégias dos jornais impressos cariocas na construção do referente "violência urbana". A partir do conjunto de recursos metodológicos da Semiologia dos Discursos Sociais, da Teoria Social do Discurso e da obra de Antonio Gramsci, analisamos as disputas de sentido sobre a violência no Rio nas notícias policiais, publicadas entre 2000 e 2002. Procuramos revelar as hegemonias presentes na forma como os jornais cariocas recortam, classificam e hierarquizam a realidade. Em relação aos aspectos ideológicos, buscamos explicitar os pressupostos e implícitos que revelam paradigmas e modelos explicativos da violência, que moldam ordens de discursos presentes nos jornais. As metáforas e metonímias que constituem esses elementos ideológicos e estruturam o modelo interpretativo presente nos jornais apontam para o que entendemos ser a produção de uma cultura da guerra. Em relação aos aspectos persuasivos, procuramos identificar as consequências ideológicas do crescente uso do entretenimento e da linguagem publicitária na forma do texto informativo. O jornalismo possui um papel formativo fundamental na nossa época, na medida em que oferta recursos e assuntos para outros discursos que constituem o social. Ao problematizar elementos ideológicos naturalizados nos jornais, procuramos contribuir para que a consciência crítica alcance também os "modos de dizer" dos jornalistas sobre a violência na cidade do Rio.

ABSTRACT

The mass communication media are not simply an apparatus that sends information, also they do not act as if they plays an neutral role in the public debate. The media (in special the journalistic speech) does deeply play a strategic role in the public structure and have some great power to infer the public agenda. The capacity the journalistic speech has to built the reality is part of its power of misunderstanding the journalistic speech with the public one. This work intends to show up the strategies of some written newspaper from Rio de Janeiro in the construction of what it is called "urban violence". With methodological resources of the *Semiologia dos Discursos Sociais*, Social Theory of Discourse and the Antonio Gramsci work, we analyze the disputes focusing the violence in Rio, in the news from 2000 to 2002. We also show the hegemonic discourses in the way those newspapers cut, classify and build up the reality. In relation to the ideological aspects, we try to show up the hegemonic paradigms and explained model of violence, that manipulate orders of the present speeches in the newspaper. In relation to persuasive aspects, we try to show up the ideological consequences of the growing of entertainment and marketing language as a tool of seduction the reader of newspapers. The journalism owns a fundamental formative task in our time. Trying to criticize ideological elements that are natural parts of the informative texts, we intend to contribute to critical thinking also reaches the "ways of saying" of the journalists about the violence in the Rio de Janeiro city.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	01
II. A Semiologia dos Discursos Sociais e a Teoria Social do Discurso	17
.1. O modelo tridimensional de Fairclough	19
.2. Enunciação e enunciado	20
.3. Os gêneros do discurso	21
.4. Austin e o ato ilocucionário	23
.5. As condições sociais de produção e a constituição dos sujeitos	26
.6. Intertextualidade e Teoria Social do Discurso	28
.7. Séries textuais e análise comparativa	30
III. Linguagem, Ideologia e Hegemonia	33
.1. Ideologia e Positivismo	34
.2. Positivismo e Marxismo	36
.3. O materialismo histórico e a relação com a sociedade capitalista industrial	38
.4. A determinação pela base econômica	41
.5. O Estado capitalista	43
.6. A classe social	44
.7. A visão de Lênin	47
.8. Gramsci e a Hegemonia	48
.9. A sociedade civil e o mercado	51

.10. A sociedade civil e sociedade política	53
.11. Os aparelhos privados de hegemonia	56
.12. Críticas ao (e ampliação do) conceito gramsciano de sociedade civil	58
.13. O capitalismo tardio	61
.14. A identificação social	64
.15. Sobre as mudanças que produziram o sujeito “pós-moderno”	64
.16. A identidade no mercado global	67
.17. As identidades construídas discursivamente	68
.18. Sobre a categoria da Interpelação	69
.19. A lingüística saussureana e a <i>différance</i> de Derrida	70
.20. Discurso, ideologia e poder na Semiologia dos Discursos Sociais	76
.21. Ideologia e Hegemonia na Teoria Social do Discurso	80
.22. Discurso, senso comum e ideologia	83
.23. Hegemonia	92
.24. Publicidade, poder e <i>Agenda Setting</i>	93
 IV. Esfera Pública ampliada e “tecnologização do discurso”: luta hegemônica e construção de um parâmetro para a intervenção social	 99
.1. A “tecnologização do discurso”	101
.2. A sociedade civil	109
.3. A construção da “nova cidadania”	118
.4. A sociedade política	121
.4.1. A ótica hegemônica (liberal) sobre a definição do Estado	121
.4.2. A visão relacional de Gramsci	124

.4.3. As modificações do Estado, na sociedade civil e no mercado	128
V. Consensos sociológicos sobre o Estado nacional e a cultura autoritária no Brasil, formulados a partir da noção de “direitos universais”	134
VI. A Universidade e os sentidos da violência: consensos sobre a violência formulados pelo pensamento crítico a partir da “universalização dos direitos”	148
.1. Relativizando a relação linear entre criminalidade e pobreza: a nova ótica das Ciências Sociais	149
.1.1. Sem “universalização do Estado” e sem “direito a direitos”: o Rio como Cidade Escassa	156
.2. Relativizando a relação linear entre criminalidade e herança colonial-escravista	157
.3. Relativizando a relação linear entre a criminalidade e a “ausência do Estado na favela”.	160
.3.1. As favelas como epicentro da violência: o poder estatal e os movimentos sociais nas favelas do Rio	162
.3.2. As relações de poder local nas favelas do Rio: um olhar etnográfico	165
.3.3. O espelho do tráfico globalizado não é o Estado, mas o mercado	167
VII. Os discursos da mídia e do jornal impresso	170
.1. Mídia e contexto sócio-cultural	175
.2. A mídia e a mediatização da esfera pública	176
.3. A questão da objetividade	179
.4. O jornal como sujeito semiótico e o “contrato de leitura”	186
.4.1. Títulos referenciais e títulos informacionais	189
.4.2. Anaforismo e cataforismo	190
.5. A forma da notícia	191
VIII. Análise do <i>corpus</i>	204
.1. O texto informativo	205

.2. Implicatura, acarretamento e pressuposto	206
.3. Modos de dizer: mostrar, interagir e seduzir	210
.4. O ato ilocucionário dos jornais impressos	212
.5. O Entretenimento como ideológico do texto informativo no jornal impresso	214
.6. As metáforas da guerra e da ausência do Estado: a criminalização da pobreza.	237
.7. O tema do poder dos traficantes, em 2002.	270
.8. Intertextualidade, encenação e terror.	296
IX. CONCLUSÃO	304
X. BIBLIOGRAFIA	316
XI. ANEXOS	328

“Muitas dessas mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem; e talvez seja uma indicação da importância crescente da linguagem na mudança social e cultural que tentativas de definir a direção da mudança cada vez mais incluam tentativas de mudar as práticas de linguagem.”
(Fairclough, 2001)

I- Introdução

Estudar a construção da violência urbana nos discursos produzidos pelos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro significa penetrar em mecanismos de produção e reprodução da exclusão social. Como alerta Fairclough (1997:77), começa-se a reconhecer que as mudanças no uso lingüístico estão vinculadas a processos sociais e culturais mais amplos. Conseqüentemente, a análise lingüística torna-se um método fundamental para entender as práticas e estratégias discursivas e pensar a mudança social, já que a consciência de como a linguagem contribui para a dominação social é o primeiro passo para a emancipação.

É a partir da análise crítica do discurso (na forma proposta pela Semiologia dos Discursos Sociais e pela Teoria Social do Discurso) que pretendemos entender discurso e linguagem como prática social. Isto significa compreender como as práticas discursivas moldam e constituem os fenômenos sociais, ou seja, atribuem sentido às práticas sociais. Se, por um lado, o discurso integra e constitui todas as dimensões das relações sociais, deve estar claro que as instituições e estruturas sociais configuram a base material que condiciona e restringe o campo de possibilidades para ação coletiva e individual.

Uma das premissas desta pesquisa, portanto, é de que os discursos são indissociáveis dos fatores econômicos e sociais. Na origem das variações lingüísticas, estão as diferenças sociais, reveladas à medida que entendemos a correlação entre a linguagem e os contextos sociais e culturais, nos quais predominam formas ideológicas e desigualdades sociais.

O sentido, portanto, é o resultado de práticas discursivas realizadas a partir do lugar social dos sujeitos, dentro de um contexto. Os discursos não podem ser examinados abstratamente, pois não há separação estanque entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva. Todos os fenômenos reclamam sentido, constituem-se como arena de embate e disputa, são um ato lingüístico e histórico.

As práticas discursivas remetem às condições sociais de sua produção, a uma série de situações, aos contextos imediato e institucional em que a enunciação é criada, à situação socio-política da enunciação, às marcas da cultura e da história presentes no interdiscurso, aos paradigmas e valores cultivados por uma comunidade. Portanto, A linguagem constrói mundos, à medida que a realidade é constituída pela nossa

experiência no aprendizado e no uso da linguagem em contextos socialmente determinados (Marcondes, 1992:13-14).

O discurso não apenas reproduz normas e convenções, relações sociais, identidades e instituições que nele subjazem, ele as reelabora e transforma. Assim, devemos valorizar as estratégias de resistência e o desafio que fazem às relações de dominação. Na produção, circulação e consumo dos discursos, os sentidos são constantemente negociados numa disputa por hegemonia¹.

Avançaremos na relação entre discurso e hegemonia na seção em que discutiremos as dimensões da ideologia e do poder que constituem os discursos sociais. Nesta escolha teórica, seguiremos Fairclough, para quem as questões de poder estão sempre presentes nas interações, mesmo quando ocorrem entre falantes regulados por regras que não sejam de desigualdade hierárquica formal ou institucional. O poder envolve controle e dominação, que muitas vezes assumem formas sutis de persuasão, manipulação e dissimulação na produção textual. Cabe ao analista de discursos perceber as estratégias discursivas presentes nos textos que legitimam o controle e tornam aceitáveis e naturais as relações de desigualdade.

Apenas a título de apresentação dos modelos explicativos da violência urbana no município do Rio de Janeiro, presentes nos jornais cariocas, vamos conceituar hegemonia como direção moral e intelectual obtida por consentimento num contrato continuamente negociado e perecível. Portanto, não se trata apenas da introjeção de um adestramento do *habitus*. Como se sabe, a noção de *habitus* pertence à obra de Pierre Bourdieu e relaciona-se a princípios práticos de classificação. Em toda a atividade prática, há engajamento de valores que respondem a questões lógicas e axiológicas, teóricas e práticas. O *habitus* se diferencia do hábito (repetição mecânica) por ser produtivo. Ele é um produto dos condicionamentos estruturais que tende a reforçar a reprodução dessas condições materiais.

Entretanto, o *habitus* introduz algum tipo de transformação na lógica reprodutiva. Em suma, reproduzimos as condições sociais de produção também porque somos capazes de incorporar o imprevisível, a criatividade humana (Bourdieu, 1983:105-106). Assim, o conhecimento dos produtos culturais não deriva mecanicamente das suas condições de produção, porque não se reduzem a elas. O *habitus* lingüístico, por

¹ Utilizamos aqui o artigo de Araújo, Brandão e Cardoso (2002:65).

exemplo, não se desvincula das escolhas estéticas ou de gestos, ou de qualquer prática possível.

Produzido historicamente, o *habitus* é relativamente retirado da História (embora Bourdieu insista que não se trate de uma essência a-histórica), pois suas disposições são duráveis, continuamente submetidas a ajustamentos derivados na necessidade de adaptação às situações novas e imprevistas (ibidem).

O *habitus* é assimilação, mas também adaptação, ajustamento do mundo que torna “excepcional” a mudança social. Neste ponto, acreditamos que o conceito de hegemonia forneça elementos mais adequados para a compreensão das contradições da realidade social, em especial no que tange à mudança social. A criatividade realmente faz parte da prática humana. Os falantes que partilham a mesma língua, no conjunto, empregam a mesma sintaxe e o mesmo léxico. Isto não significa que, uma vez colocados na mesma situação, eles digam as mesmas coisas.

De forma análoga, o mesmo ocorre quando se trata dos valores coletivos. Do fato de algumas pessoas aderirem a valores socialistas não decorre que elas tenham as mesmas concepções e a mesma prática do socialismo. Concordamos ainda com Bourdieu, que a prática incorpora princípios lógicos e axiológicos de escolha, mobiliza valores que definem a percepção da situação cultural, social e histórica que determina esta mesma prática.

A questão principal está no recorte da realidade pela ênfase na introjeção (e adestramento) do *habitus*. Enfatizar a luta hegemônica é perceber o ato reprodutivo como um consentimento obtido na arena de luta, portanto sujeito a angulações que percebiam os termos em que ele é negociado, e revele o caráter provisório e mutável de todas as formas de dominação.

Hegemonia implica que o exercício do poder e controle social exista a partir de formas ativas de aceitação por parte dos dominados, mas também ambivalência, heterogeneidade e contradições. O compartilhamento comum e indistinto de um mesmo repertório moral e intelectual não significa absolutamente que todos os atores sociais submetidos a esse repertório cessem de negociar e disputar o sentido de suas práticas, mas que os procedimentos negociados por esses atores limitam as práticas sociais de cada um. Com Fairclough (1997:77), acreditamos que a hegemonia e a luta hegemônica se formam principalmente nas práticas discursivas das instituições e organizações.

Como primeira característica ideológica da linguagem, apontamos uma espécie de autoengano do falante. A de que o significado é imanente às palavras e de que o sujeito produz e instrumentaliza a linguagem. Trata-se de um autoengano porque o sujeito é resultado e parte ativa do processo social. Na verdade, ele também está assujeitado a convenções sociais e práticas discursivas que o interpelam e condicionam as possibilidades de intervenção. Não se trata de um agente processual com graus relativos de autonomia frente à estrutura, mas de um sujeito construído por e construtor dos processos discursivos a partir da sua natureza de ator ideológico².

Não se trata, assim, de uma "falsa consciência", à qual poderíamos contrapor uma realidade exterior à linguagem. A dimensão ideológica está presente indistintamente na construção de todos os sujeitos e dos discursos. O caráter ilusório do uso puramente instrumental da Língua é uma forma ideológica de intervenção na realidade que a constitui. Como a posição social do observador afeta o próprio centro da análise, a idéia de falsa consciência sugere uma desvalorização do foco nos comportamentos e sentimentos dos atores sociais em detrimento de um julgamento moral sobre a melhor maneira deles se comportarem. Teun Van Dick (1997:108) alerta que o entendimento de ideologia como falsa consciência representa a afirmação da verdade de um grupo social que serve a seus próprios fins. Assim, a "falsa consciência" é um modelo de interpretação e de ação em que tais grupos buscam favorecer os seus interesses.

Trata-se do aspecto apontado por Fairclough (1989) de que o uso lingüístico incorpora visões específicas (ou teorias) da realidade. As convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas que as transformam num mecanismo de preservação de hegemonias. Isso nos remete a uma segunda característica ideológica fundamental, que diz respeito ao fato de o universo dos discursos produzidos numa sociedade se organizar em séries ou redes discursivas. Assim, há paradigmas e conceitos que estruturam práticas discursivas em modos particulares nas ordens do discurso, nas quais as significações se naturalizam e ganham ampla aceitação, como uma forma de hegemonia³ (Fairclough, 1995).

Fairclough (2001:64) vê nos estudos iniciais de Foucault as duas principais contribuições teóricas sobre o discurso. A primeira, seria a visão construtiva do

² Cf. Pedro (1997:19-20).

³ Outras dimensões ideológicas do discurso serão discutidas em momento apropriado, em especial quanto à constituição da força ilocucionária.

discurso, que envolve uma noção de discurso como ativamente constituindo (ou construindo) a sociedade em várias dimensões. O discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais. A segunda, seria a ênfase na interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição. Os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam. Qualquer tipo de prática discursiva é gerado de combinações de — e definido pelas suas relações com — outras práticas discursivas. Nesta característica do discurso está a origem do conceito de ordem do discurso.

O conceito vem de Michel Foucault para designar uma rede constituída por todos os gêneros de discursos produzidos no interior de uma instituição social ou de uma comunidade discursiva, quer para a divulgação externa, quer para a circulação interna (Pinto, 1999:53)⁴. No interior de uma ordem de discursos, os diversos gêneros estão numa relação semelhante à paradigmática, mas sem que a escolha de um gênero exclua completamente a presença de características de outros, inclusive a de gêneros pertencentes a outras ordens de discurso.

A partir do foco na intertextualidade, Norman Fairclough amplia a compreensão do conceito (Pinto, 1999:54). A ordem de discursos englobaria ainda uma seqüência temporal de textos em que cada um substitui o anterior, em cadeia. Encadeamentos que podem ser, parcialmente, internos e externos à ordem de discursos de uma instituição, pois todo processo de produção de textos é um processo de recepção de outros textos já dados na cultura. Esta abordagem prioriza a mudança histórica, a forma como diferentes discursos combinam-se em condições sociais particulares e produzem um novo e complexo discurso⁵.

⁴ Como exemplo, o autor usa a empresa jornalística, cuja ordem do discurso "seria constituída por todos os gêneros e espécies de discursos veiculados pelos periódicos que publica (diversos gêneros de noticiário – político, econômico, esportivo, *fait divers*, acontecimentos culturais, ou outros; editoriais; anúncios e matérias pagas; colunas de opinião sobre diversos assuntos, entrevistas, etc.), pelos gêneros da burocracia interna (circulares, ordens de serviços, ofícios, normas de segurança, recibos, murais informativos, etc.), pelas conversas formais ou informais entre os membros do *staff*, de alguma forma relacionadas ao tipo de atividade da empresa, e até mesmo por textos quase totalmente tácitos, como a organização do espaço dentro da empresa(...). Pode-se também definir uma ordem dos discursos jornalísticos (...) constituída por todos os gêneros e espécies de discursos reconhecidos pela comunidade discursiva dos profissionais de jornalismo e seus leitores como fazendo parte de sua competência profissional de produtores e consumidores de textos".

⁵ Fairclough (2001) vê como exemplo contemporâneo a construção social da doença Aids, em que vários discursos (como os discursos da venereologia, da invasão cultural por estrangeiros, da poluição) são combinados para constituir um novo discurso, o da Aids.

Vale a pena destacar uma passagem da obra de Foucault (1996:18), na qual ele analisa o surgimento de uma “vontade de saber” por volta do século XVI e do século XVII. Ele explica que esta vontade de saber desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; que impunham ao sujeito cognoscente certa posição, olhar e função. Uma vontade de saber que prescrevia o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis. Tal vontade de verdade apóia-se sobre um suporte institucional, um determinado conjunto de práticas sociais, mas também é estruturada pelo modo como os saberes são ideologicamente investidos em uma sociedade, valorizado, distribuído, repartido, atribuído.

“Creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. (...) Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (ibidem:19)”.

A partir de uma sugestão de Misse (1998), desenvolveremos nosso estudo sobre os relatos jornalísticos da violência urbana no município do Rio de Janeiro a partir desta distinção entre o suporte institucional e o modo como os saberes produzidos são investidos socialmente, ou seja, as pressões e coerções que impõem a outros discursos e que, vimos, traduzem-se em pressões sobre uma rede de práticas sociais, um sistema de exclusões, classificações e repartições de poder. Basicamente, estudaremos dois grandes paradigmas ou estruturas conceituais hegemônicos que se combinam, na série de discursos que circulam nos jornais cariocas e semantizam a criminalidade urbana violenta no Rio. Como eles atuam como dispositivos estratégicos na construção de identidades sociais, na repartição de poder, na construção da realidade.

Formulado por Foucault, o conceito de dispositivo estratégico traduz o foco analítico de sua *Análise de Discursos*. Fairclough (2001:62-63) explica que o pensador francês centra-se nas “condições de possibilidade do discurso” e sobre as “regras de formação” que definem possíveis objetos, modalidades enunciativas, sujeitos, conceitos e estratégias de um tipo particular de discurso (o dispositivo estratégico). Trata-se de um

circuito em que o sujeito ou a instituição constrói o problema (ao fazer o recorte do objeto) e os saberes sobre as causas e a normalização dos seus efeitos.

Como exemplifica Misse (1998:3), explicações deterministas como a relação monocausal pobreza-crime passam a constituir o processo de construção do objeto. Quando um tipo de comportamento é recortado como “crime”, logo um saber se constituirá sobre as suas causas. Tal saber fica vinculado ao desenvolvimento do controle dos efeitos e também à construção de dispositivos de controle sobre os efeitos. Por sua vez, os resultados obtidos nesse controle reforçam necessariamente o saber sobre suas causas.

Os dois modelos⁶ estudados nesta pesquisa enquadram-se nesse circuito. Eles já se encontram superados no debate acadêmico, mas são resistentes e de várias formas atualizados nas narrativas da criminalidade urbana pelos jornais (e em boa parte do ambiente intelectual brasileiro). Faremos a contextualização deste debate acadêmico no desenvolvimento do estudo. Acreditamos que a generalização desses modelos revela a existência de estereótipos e preconceitos que se constituem numa “obstrução” à cidadania.

No primeiro modelo, a relação mecânica e automática entre pobreza e criminalidade é tratada como uma das causas da violência. Assim, como forma de contornar a impossibilidade de propor soluções imediatas para o fim da pobreza, controlam-se os pobres. O resultado é um maior aprisionamento dos pobres, o que reforça o vínculo entre pobreza e crime (Misse, 1998:2).

Esse modelo concentrou o enfoque das análises no ângulo das dicotomias provocadas pela desigualdade econômica e construiu uma interpretação do ato delituoso nos grandes centros urbanos como parte de uma “guerra civil sem ideologia” empreendida pelos oprimidos, enraizada inclusive no pensamento revolucionário⁷. Tal

⁶ Definimos com Araújo (2000:34) os modelos como o paradigma visível, avaliável, usados para tentar analisar explicar uma dada realidade. É também a representação de estruturas e relações presentes no processo que os modelam. A autora discute a relação entre paradigmas e modelos a partir de Bourdieu e da célebre definição de Kuhn, de que paradigmas são constelações de valores, crenças, técnicas partilhados por uma comunidade, dos quais se extraem as regras e padrões para a prática científica de um grupo. Araújo acrescenta que paradigmas conferem identidade à prática dos grupos sociais e estão presentes nas escolhas do problema, métodos de análise e avaliação, linha teórica, e dos modelos interpretativos para a ação prática do grupo. A apropriação e naturalização (e hibridização) dos modelos por outras comunidades não-científicas, como a jornalística, pressupõem lutas hegemônicas e intertextualidade, como discutiremos na seção que trata de discurso e relações de poder.

⁷ O historiador marxista Eric Hobsbawm não escapou de uma visão romântica da marginalidade nos seus dois livros sobre o tema: *Bandidos e Rebeldes primitivos*. Apesar de enfatizar a ambiguidade dos atos

relação operou como forma de saber-poder que semantizou as camadas populares como violentas e virtualmente criminosas.

O segundo modelo é o da “ausência do Estado” nas favelas. Um dos resultados mais conhecidos deste modelo da cidade partida é a redução à dicotomia “asfalto” e “favela” o que entendemos ser uma múltipla fragmentação da cidade em arenas privatistas. Neste caso, discutiremos em que termos podemos falar de ausência de políticas públicas apenas nas favelas. A partir das mediações da cultura política autoritária brasileira, defendemos o ponto de vista de que o Estado Nacional republicano jamais se universalizou, isto é, nunca se estendeu plenamente aos ambientes populares em geral. Os dois modelos servirão de base para investigação dos modos de interagir, seduzir e mostrar das notícias de crime.

Trata-se de modelos a serem avaliados e discutidos a partir da Semiologia dos Discursos Sociais, de Milton José Pinto, e de uma Análise de Discursos textualmente orientada, como definida pela Teoria Social dos Discursos, de Norman Fairclough. Para entender os contextos econômicos, sociais e políticos onde ocorrem as lutas hegemônicas de sentido, nos apoiaremos na teoria da hegemonia e no que podemos designar esfera pública ampliada, do marxista italiano Antonio Gramsci.

O *corpus* para análise foi selecionado em edições dos jornais O Dia, Extra, Jornal do Brasil e, principalmente, O Globo, nos anos de 2000 a 2002. Os jornais concorrem em faixas diferenciadas do mercado simbólico formado pelos jornais impressos do Rio de Janeiro. Procuraremos mostrar as formas variadas, híbridas com que tais modelos são pressupostos e impostos aos leitores. De que maneira os jornais operam com as fontes, modalizam suas falas, as identificam e hierarquizam, numa repartição assimétrica de poder.

Procuramos perceber também que outros gêneros, paradigmas e estruturas conceituais complexificam essa rede de significações e combinam-se aos modelos acima descritos. Pretendemos mostrar que o paradigma de que a cidade vive uma guerra

delituosos dos personagens destacados, Hobsbown não deixa de atribuir sentido positivo a atos de criminosos como o cangaceiro brasileiro Lampião, que atuava em aliança com os latifundiários e chegou a perseguir a coluna Prestes. O mito do bandido Robin Hood é considerado nesta pesquisa como uma das faces da correlação automática pobreza-criminalidade. Outros exemplos advindos de um cenário social composto pela contracultura e a resistência ao regime militar podem ser recordados, como a exaltação do criminoso “Cara de Cavalo”, por Hêlio Oiticica e a saudação feita pelo jornal alternativo oposicionista Pasquim a Castor de Andrade e aos bicheiros como autênticos organizadores da cultura popular, como nos revela Carvalho (1994).

entre os traficantes e o Estado atua para reforçar preconceitos, etnocentrismos e consolida uma visão de mundo autoritária e restritiva de direitos junto aos leitores. Este estudo buscou mapear as operações discursivas dos principais jornais cariocas quanto à violência na cidade, perceber mudanças e anacronismos, a incapacidade de incorporar novos atores sociais dentro do princípio de universalidade dos direitos, próprio à cultura democrática, à cidadania.

A principal premissa da Semiologia dos Discursos Sociais é a de que os textos trazem marcas das lutas por sentido, nas quais os atores sociais constituem suas identidades e constroem não apenas os seus receptores, mas propõem significações às relações sociais entre emissores e receptores. Assim, trata-se da análise do exercício do poder e dos mecanismos ideológicos de dominação. No mesmo sentido, a Teoria Social do Discurso destaca ainda a necessidade de que as análises lingüísticas fundamentem-se na teoria social. Daí a ênfase de Norman Fairclough nos conceitos de intertextualidade e na teoria da hegemonia, para o estudo das relações de poder. No nível ideológico, Fairclough propõe a distinção entre elementos naturalizados (nesta pesquisa, formados pelos modelos e paradigmas já descritos) e persuasivos.

Quanto aos elementos persuasivos, outra proposta que norteou esta pesquisa foi mostrar que a repetição dos estereótipos naturalizados por jornais tão diferenciados sofre uma mesma potencialização. A forma narrativa da notícia teatralizada (ou romanesca) e todo um conjunto de elementos que próprios à indústria do espetáculo e entretenimento estão cada vez mais disseminados nas estratégias de sedução mercadológica da mídia em geral e dos jornais impressos, na busca de consentimento para as idéias que veiculam.

Apresentamos o instrumental teórico para a análise discursiva no segundo capítulo. Nele, fazemos uma exposição do universo conceitual utilizado, baseado na Semiologia dos Discursos Sociais, na Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough, e na Teoria dos Atos de Fala, de John L. Austin.

No terceiro capítulo, definimos a utilização conceitual do poder, da hegemonia e da ideologia, a partir das teorias de análise crítica de discursos sociais de Norman Fairclough e Milton José Pinto. Para explicitar a originalidade do emprego de conceitos da obra Antonio Gramsci, como senso comum e hegemonia, na análise lingüística,

procuramos traçar um roteiro das influências que estiveram na origem da concepção de ideologia e hegemonia do pensador marxista italiano.

Na nossa interpretação, o conceito de hegemonia é atual pela forma como concebe a heterogeneidade, o consenso, as contradições e ambivalências na disputa do poder. Entendemos que Gramsci reformulou a herança dos clássicos do marxismo ao destacar tais elementos. A leitura de Gramsci recoloca e atualiza a dimensão da cultura e da política na práxis humana. Dessa forma, o caráter unificador presente na sua teoria residiria majoritariamente na sua proposta de emancipação. O projeto socialista em Gramsci é a estratégia de ação coletiva construída pela intervenção do intelectual orgânico coletivo, o partido revolucionário. Uma estratégia que se torna viável pelo consentimento, no campo cultural.

Argumentamos em seguida que as modificações estruturais do capitalismo, a decadência das grandes instituições surgidas do capitalismo industrial (como os sindicatos) e a emergência de novos atores sociais provocaram o descrédito na possibilidade da existência de um sujeito universal, unificador das identidades fragmentadas, multidirecionadas, e das demandas específicas destes novos atores sociais. No entanto, isso não invalida os conceitos de ideologia e hegemonia em Gramsci.

Ao conceituar ideologia a partir do conceito de "bloco histórico", Gramsci rompe com a noção de "falsa consciência". Para ele, as ideologias são as formas que as práticas sociais assumem. Neste conceito, em que a ideologia é a aparência do mundo (no sentido de como o mundo se manifesta), entendemos que o conceito de Gramsci assemelha-se ao de Bakhtin e da Análise de Discursos.

No sentido lato, linguagem é a expressão verbal, mas também as imagens, a arquitetura, os comportamentos, as formas de lazer e de consumo, enfim toda a comunicação presente nas práticas sociais humanas. E o discurso é linguagem como prática social (Fairclough). Assim, entender que a materialidade da ideologia é o signo (Bakhtin) significa dizer que a linguagem é esse mundo de aparências (Milton José Pinto) presente nos discursos sociais (e também no conceito de ideologia formulado por Gramsci).

Da mesma forma, o exercício do poder pela sedução e consentimento é obtido discursivamente. A ideologia e as relações de poder são inseparáveis nos discursos ou

rede discursiva fragmentária de crenças e relações institucionais e sociais (senso comum discursivo) que se constitui nos diversos ambientes, comunidades e instituições. As combinações, recombinações e alianças hegemônicas neles presentes são contraditórias, ambivalentes e estão sempre em equilíbrio instável. Elas se constituem como arena de luta por uma hegemonia construída discursivamente.

O conceito de Gramsci tem ainda a vantagem teórica de possibilitar a reflexão sobre a mudança social. Para isso, nos apoiamos nas possibilidades de os efeitos pragmáticos de sentido adquirirem “força ilocucionária”, isto é, tornarem-se “ação”. Em razão disso, procuramos definir uma “direção” ou “parâmetro” para a mudança social, uma vez que as reestruturações sociais podem levar à constituição de sociedades autoritárias.

No quarto capítulo, ainda a partir de Gramsci, procuramos definir esfera pública, onde se dá a gestação das políticas de transformação social. Entendemos que a esfera pública democrática pode ser construída numa relação sociedade política-sociedade civil em que os aparelhos privados de hegemonia se fortaleçam frente o Estado. Os parâmetros para analisar a mudança social estão apoiados nesta relação. De um lado, no âmbito da sociedade civil, nos direitos de cidadania. Como se sabe, os sentidos de cidadania são uma das maiores disputas na sociedade contemporânea, o que a torna sujeita a vários tipos de instrumentalização. Nesta pesquisa, ela é entendida de forma dinâmica e contratual, conceituada a partir da noção de universalidade e do “direito de ter direitos”. Portanto, não se trata de direitos “inatos” ou “naturais”, mas de relações sociais negociadas, em que a afirmação de direitos de grupos sociais particulares (um ganho, portanto, de liberdade) beneficia amplamente o domínio público (por representar uma redução das desigualdades).

Quanto à atuação do Estado no consentimento, propusemos a extensão a todos das características do republicanismo, da integração ao sistema político e da Constituinte, que Gramsci reconhecia como conquistas políticas e culturais no âmbito do poder estatal. São os direitos constitucionalizados, o Estado de Direito e a igualdade perante as leis, a separação entre público e privado. A isso chamamos de “universalização do Estado nacional”. Além disso, pressionado pela sociedade civil, o Estado atua como regulador das consequências predatórias do desenvolvimento do mercado. A esfera pública pode, portanto, ser traduzida como a esfera dos direitos (em especial, do “direito

a ter direitos"). Assim, a emergência de novos atores e formas políticas representa a rejeição de um sujeito universal, unificador, mas não da possibilidade de universalização.

A esfera pública democrática é, portanto, esse contrato com base nos direitos universais e nos consensos estabelecidos na relação entre sociedade política e sociedade civil. Entretanto, os fundamentos éticos do contrato não podem residir numa pretensa e abstrata "vontade geral", em virtude do grande poder dos meios de comunicação e dos institutos de sondagem no gerenciamento de informações e intervenção na agenda pública. Define-se como *agenda setting* tal poder de selecionar os fatos do mundo, de iluminar determinados ângulos destes fatos e instituir a agenda pública.

O conceito vem dos estudos de Mac Comb e Shaw, para quem o poder mediático faz uma organização particular dos fatos do mundo, e nos diz "sobre o quê" pensar e não "o quê" pensar. Ao refletir sobre o gerenciamento da exposição e silêncio de aspectos dos fatos selecionados e organizados pela mídia, Muniz Sodré parece incorporar ao conceito original de *agenda setting* procedimentos de instâncias de regulação já teorizados como *gatekeeper*, nos estudos sobre as rotinas jornalísticas. Assim, ele conceitua o poder *agenda setting* como poder publicitário, de influenciar os tópicos, mas ainda "como" o público deve pensar.

Norman Fairclough também reflete sobre como as forças dominantes reagem às pressões por mudança, reestruturam subjetividades, flexibilizam o domínio, incorporam e descontextualizam as demandas por mudanças. A partir de um aprofundamento do conceito de "tecnologias dos discursos" (Foucault), ele tece a anatomia desta nova forma de intervenção na luta hegemônica, a "colonização" (ou introdução de cálculos estratégicos para gerenciar o custo-benefício) de extensas áreas da informalidade da esfera pública.

Trata-se de um poder de gerenciamento também submetido à lógica racional do mercado e do poder estatal, ambos com seus gestores, consultores, administradores, que monitoram os discursos profissionais e institucionais e treinam as instituições para enfrentar as pressões da sociedade civil. No entanto, para Fairclough, o exercício deste poder gerencial não ocorre apenas em nível mediático. A mídia (a publicidade e o marketing aí incluídos) pode ser o ator principal do sistema de criação de valores no capitalismo tardio, mas não é o único. Aliás, ela mesma é um produto deste sistema.

Assim, a mídia está sujeita a pressões por mudanças originadas em nível sociocultural mais amplo. Fairclough, portanto, vê o exercício deste poder gerencial não apenas nos discursos mediáticos, mas nos discursos sociais em geral, a que ele denomina "tecnologização dos discursos".

No capítulo cinco, estudamos os consensos produzidos nas ciências sociais sobre a construção da esfera pública e da cidadania no Brasil republicano, em especial sobre a forma que o Estado republicano foi construído. Trata-se de um panorama das análises sobre as tradições autoritárias e hierarquias sociais presentes na cultura brasileira. Interessam-nos os autores cujos conceitos e teorias encaminham-se na direção dos parâmetros aqui definidos para a intervenção na esfera pública. Entretanto, tais análises priorizam a reprodução social do secular privatismo do Estado, sob a forma cartorial, coronelista ou patrimonialista. O foco na luta hegemônica exige pensar as reestruturações e flexibilizações ocorridas no âmbito do poder estatal a partir do conceito de revolução passiva.

As soluções políticas autoritárias correspondem a desfechos do tipo revolução passiva, em que se destacam os mecanismos de exclusão da participação política das camadas populares. Mas, o conceito exige percebê-las em seu movimento contraditório. Tais soluções políticas ocorrem em contextos sociais de pressões por mudanças, em que a dominação política acaba flexibilizada, uma vez que, mesmo derrotadas, as camadas populares obtêm ganhos no sentido da igualitarização. Para este trabalho, pelo foco na intertextualidade, importa-nos destacar os consensos cristalizados em conceitos sobre o autoritarismo e privatismo do Estado. Tais visões constituem os discursos sociais que circulam no ambiente intelectual brasileiro e atuam na interpretação das desigualdades e hierarquias naturalizadas pela sociedade.

No capítulo seis, procuramos sintetizar visões consensuais na universidade e no pensamento crítico em geral, formuladas a partir da universalização dos direitos e do republicanismo. Novamente, entramos no campo da ideologia. Trata-se da manifestação discursiva de formas críticas de consciência, construídas a partir de um debate intelectual historicamente estabelecido em diversos campos do saber. Não se trata, portanto, de buscar convergências em metodologias, estruturas conceituais ou paradigmas, mas de resgatar o que representam em termos da produção de uma nova cultura (no sentido proposto por Gramsci) na interpretação da criminalidade urbana. Por

isso, procuramos mostra como muitos dos clichês veiculados nos jornais foram desconstruídos pelo pensamento acadêmico crítico. Esses paradigmas foram confrontados com aqueles presentes nas ordens dos discursos que circulam nos jornais. Empíricos e imediatistas, estes discursos são instruídos pela cultura do confronto e da guerra.

No capítulo sete, discutimos o discurso na mídia em geral e nos jornais impressos. Abordamos a influência desses discursos na estruturação e na mediatização da esfera pública, além das reificações dos critérios jornalísticos da objetividade. Confrontamos a visão positivista de objetividade com as conquistas e inovações recentes das ciências da linguagem. Buscamos o foco na luta hegemônica para mostrar as complexidades e contradições desses critérios jornalísticos e a possibilidade de uma ação eticamente orientada.

Também discutimos o conceito de “sujeito semiótico” e “contrato de leitura” para reafirmar a identidade de cada jornal e o caráter coletivo da sua produção. Resenhamos as modificações do jornalismo da Revolução Francesa até hoje, para discutir a influência da publicidade e do entretenimento como elementos persuasivos presentes na forma atual da notícia. Também discutimos como o entretenimento atua no gerenciamento dos focos de abordagem da notícia. Para além dos elementos formais, o entretenimento como elemento persuasivo é utilizado para construir determinados enfoques que valorizam elementos naturalizados, como estereótipos e preconceitos. Propomos, a partir dessa discussão, uma re-significação do conceito de “sensacionalismo”, que o diferencie da forma de notícia “sensacional”.

Finalmente, no capítulo oito, passamos à análise dos quatro jornais cariocas mais vendidos no estado do Rio, O GLOBO, EXTRA, O DIA e JORNAL DO BRASIL. Num primeiro momento, discutimos o entretenimento como ideológico do texto informativo. Em seguida, analisamos notícias de atos delituosos que envolvem moradores de favela nos anos de 2000 a 2002, para explicitar modelos interpretativos de tais atos e identificar possíveis mudanças. A partir disso, analisamos as notícias veiculadas sobre a “guerra” entre traficantes e o Estado, em especial no principal jornal de referência da cidade, o jornal O GLOBO. Procuramos explicitar a abordagem “sensacional”, os estereótipos e paradigmas presentes nas notícias sobre as ações dos traficantes no ano de 2002, além da forma como O GLOBO constrói a imagem do morador de favela.

O ano de 2002 foi de peculiar importância pela adoção de uma política de segurança baseada nos direitos humanos, a partir de maio, quando a governadora petista Benedita da Silva assumiu o poder. Procuramos explicitar como os estereótipos veiculados pelo jornal e o paradigma da guerra atuaram como impedimento ao diálogo social, à emergência de possibilidades democráticas de ação do poder público e compreensão do fenômeno da criminalidade urbana violenta na cidade.

“A linguagem e a experiência estão inter-relacionadas, e a linguagem, de certa forma, possibilita a experiência. As palavras adquirem significado em seu uso no mundo das relações humanas. Este mundo de relações, entretanto, é possibilitado em grande parte pela existência de uma linguagem que é o meio eficaz de realizar esta interação. Com isto, linguagem e realidade não se distinguem mais. Descrever o significado de uma palavra é descrever o modo como é usada, e, descrever o modo como é usada é descrever as relações sociais em que toma parte”.

(Danilo Marcondes de Souza Filho, 1992).

II. A Semiologia dos Discursos Sociais e a Teoria Social do Discurso

Vimos que o estudo da linguagem exige a rejeição da ilusão ideológica do postulado da unicidade do sujeito. O indivíduo socialmente reconhecido como autor empírico do texto não é o único responsável pelas representações que ali aparecem. (Pinto, 1999:26-27). A tendência de considerar a linguagem transparente também é criticada pelo autor da Teoria Social do Discurso, o pensador inglês Norman Fairclough. Assim, o uso da linguagem é uma forma de prática social e não uma atividade individual ou instrumental, reflexo de variáveis situacionais. O discurso é tanto um modo de ação, uma forma de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre os outros, como também um modo de representação.

O advento da Semiologia dos Discursos Sociais corresponde à emergência da Semiologia de terceira geração⁸, que estuda os fenômenos sociais como fenômenos de produção de sentido. O autor da teoria, o pensador Milton José Pinto (1994a:14-17) enumera seus três postulados básicos:

- 1) O postulado da semiose infinita;
- 2) O postulado da economia política do significante (sua produção, circulação e consumo);
- 3) O postulado da heterogeneidade enunciativa.

A Semiologia dos Discursos Sociais procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados a produtos culturais, entendidos como textos. Trata-se de formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente⁹. Ao optar por "Análise dos Discursos", Milton José Pinto (1994b) opõe-se a posições que definem o conceito do "discursivo em geral" (Pêcheux) ou delimitam o discurso em apenas três tipos (Benveniste): o discurso propriamente dito, a história e o discurso relatado. Assumida no plural, a palavra discurso revela a necessidade de estudar as diferentes modalidades

⁸ Trata-se de uma classificação de Eliseo Verón, para quem, na década de 60, prevaleceu a 1ª Semiologia, influenciada do estruturalismo decorrente da Linguística saussureana. Nos anos 70, há uma mudança para a 2ª Semiologia, com ênfase na *produção de sentido*. Cf. VERÓN, Eliseo. "Quand Lire, c'est Faire: L'Énonciation dans le Discours de la Presse Écrite". In *Sémiotique II*. Paris: Institut de Recherches et d'Études Publicitaires, 1984.

⁹ Pinto (1999:8), exemplifica. A análise de um texto jornalístico impresso tomará como ponto de partida o texto publicado, associando-o a partir de certas pistas materiais que podem ser encontradas em sua superfície mesma, isto é, na mistura de linguagem verbal, imagens e padrões gráficos que o constitui, às práticas socioculturais no interior das quais surgiu e que formam o *contexto*.

do funcionamento discursivo de textos empiricamente atestáveis, em busca das diferenças entre eles, em vez das semelhanças.

Para definir o sentido de discursos sociais, Pinto recorre a Verón, para quem, na sua maioria, os discursos que circulam em uma sociedade são múltiplos, complexos e compostos. Eles se organizam com pacotes significantes que comportam fragmentos de linguagem verbal, além de outras matérias significantes, como a imagem (apud Pinto, *ibidem*).

II. 1- O modelo tridimensional de Fairclough

Ao considerar que os textos representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades sociais, Fairclough (2001:20) propõe uma abordagem tridimensional que avalie as relações entre mudança discursiva e social, além de relacionar as propriedades dos textos às propriedades sociais de eventos discursivos como instâncias de prática social.

No nível de textos, Fairclough analisa esses processos em termos de intertextualidade. Os textos são construídos por meio da articulação de outros textos de modos particulares, que dependem de circunstâncias sociais e mudam com elas. No nível das ordens de discurso, as relações e limites entre práticas discursivas em uma instituição ou na sociedade mais ampla seriam modificadas nas direções seguidas pela mudança social.

Nas circunstâncias de mudança social, as práticas discursivas pressionam e modificam o conhecimento, as crenças e o senso comum, as relações sociais e as identidades sociais. Um método de análise histórica necessariamente deve focalizar os processos articulatórios na construção de textos e na constituição, em longo prazo, de configurações totais de práticas discursivas em instituições particulares (ou toda a sociedade), chamadas de ordens do discurso.

A Semiologia dos Discursos Sociais e a Teoria Social dos Discursos são modelos epistemológicos em permanente construção e abertos a novos conhecimentos. Vamos mapear aspectos mutuamente compartilhados e complementares dos dois modelos, com intenção de apontar para os princípios de uma análise de contextualização centrada nas ordens do discurso, principal escopo desta pesquisa.

II. 2- Enunciação e enunciado

Enunciação é o ato de produção de um texto e se opõe a enunciado, que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado (Pinto, 1999:28). Precursor da teoria da enunciação, Benveniste (1989:82) define a enunciação como um ato individual de utilização da língua, que a põe em funcionamento. O modo de fazer o discurso funcionar seria a intervenção do sujeito, que nele investe sua subjetividade. Assim, Benveniste reformula a teoria do fundador da Lingüística, Ferdinand de Saussure, para quem a língua (*langue*) seria o objeto da ciência da linguagem. Considerada secundária, a fala (*parole*) seria descartada.

Derivada dos postulados de Saussure, a Lingüística Estruturalista considerava a língua um sistema fechado, sincrônico e social. A característica individual da linguagem estaria no modo particular com que cada indivíduo faz uso da língua, ao utilizar as estruturas gramaticais e lexicais para exteriorizar suas idéias. Portanto, a língua seria uma estrutura pronta, e cada pessoa a utilizaria segundo sua criatividade e situação de vida. As teorias e metodologias que sustentam a análise de discursos estiveram intimamente ligadas ao desenvolvimento do estruturalismo, especialmente à idéia de uma análise imanente de textos (não contextualizada, independente do contexto social e histórico em que surgiram) (Pinto, 1999:21).

Nesta abordagem, a língua é estudada a partir de suas unidades (a oração, a palavra, o fonema) e a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se ele estivesse sozinho. “E, quando o papel do outro é levado em consideração, é como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor” (Bakhtin, 1992:288). Para o estruturalismo, não há autonomia para o sujeito, as estruturas determinam a ação individual. Os fenômenos sociais resultam das manifestações da estrutura. Considerados meros suportes das estruturas, os indivíduos cumprem o papel de permitir que elas se manifestem por meio de comportamentos classificados de “estratégicos” (Boudon e Bourricaud, 1993:228). Tal concepção inviabiliza a reflexão sobre a mudança social, pois o comportamento dos atores sociais tende à reprodução das estruturas.

Em oposição ao estruturalismo, a Análise de Discursos define os discursos como práticas sociais (Pinto, 1999:24). A análise supera a imanência dos textos, uma vez que só se completa com a fase da contextualização. Assim, os discursos têm papel fundamental na reprodução ou transformação das representações, relações e identidades

sociais. Esses efeitos sociais do discurso são o foco da análise de discursos também para Fairclough (2001). Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem (ou constituem). Diferentes discursos constituem entidades-chave (a doença mental, a cidadania, o letramento) de modos variados e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (por exemplo, médicos ou pacientes).

Assim, há uma clara rejeição da visão reprodutivista do estruturalismo. Na reflexão de Fairclough, o ângulo da mudança histórica recebe status de elemento epistemológico central. Numa pesquisa, deve-se enfatizar como novos e complexos discursos surgem da combinação de discursos em condições sociais particulares. Para isso, o modelo para Análise de Discursos é organizado num esquema tridimensional. Qualquer evento discursivo é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Assim, o texto é analisado em relação à natureza dos processos de produção e interpretação textual e a questões da análise social.

II. 3- Os gêneros do discurso

A Análise de Discursos reserva ao gênero um papel central, por relacionar falas a lugares (Maingueneau, 1998:73). As instâncias de enunciação são formuladas em termos de lugares para enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que nela venham a se inscrever (Idem, 1997:32). Por esta determinação sócio-histórica dos dispositivos de enunciação, cada texto pertence a um gênero de discursos ou a uma espécie de discursos.

Cada gênero ou espécie pressupõe um dispositivo de enunciação, em que se explicitam os diferentes lugares de fala, as diferentes maneiras de construir a representação de uma determinada prática social ou área do conhecimento propostas pelos sujeitos que aparecem nos textos e que são assumidas ou não pelos participantes do evento comunicativo(Pinto, 1999:29)¹⁰.

¹⁰ Segundo Pinto (1999:29), Michel Foucault e Norman Fairclough também chamam os lugares de fala (ou posições enunciativas) de discurso ou *tipo de discurso*. Ele exemplifica: "os diferentes pontos de vista sobre a prática social *aleitamento materno* que se misturam polifonicamente em textos contemporâneos sobre o assunto veiculados pela mídia, a saber, são pelo menos três: a posição das indústrias de leite em pó, a dos médicos e a dos militantes de causas naturalistas".

O autor empírico de um texto (o indivíduo que o produziu fisicamente) não se confunde com o sujeito do enunciado ou narrador (em textos narrativos) ou emissor (nos textos orais denominado locutor). O sujeito do enunciado é um personagem entre outros personagens que agem e falam nos textos (outros sujeitos do enunciado) e que no próprio enunciado é apresentado como seu responsável.

O emissor de um enunciado põe em cena um ou mais enunciadores, que são posições discursivas com as quais o emissor se identifica ou não. A distinção entre emissor e enunciadores facilita o estudo de construções com pressuposições, um dos alicerces que sustentam a análise neste trabalho. Por exemplo, podemos visualizar o uso da pressuposição em: "A guerra civil no Rio não existe". Aí, o emissor põe em cena dois enunciadores. O primeiro, nega que haja guerra civil no Rio, uma das interpretações possíveis da violência urbana. O segundo, não apenas admite a posição contrária como a impõe na agenda de discussão.

O conjunto dos enunciadores com os quais o emissor se identifica define a sua imagem ou lugar enunciativo (o sentido que o emissor reivindica para si mesmo). Esta imagem que define o sujeito da enunciação (Émile Benveniste) ou enunciador contém tanto a imagem que o emissor faz de si mesmo como a imagem que ele faz do universo de discurso em jogo (o "mundo").

Em relação ao momento ao consumo, à existência do autor empírico corresponde o seu público ou audiência. Ao interpretar o texto, uma parte do público pode se identificar (ao menos em parte) com os personagens a quem o emissor se dirige. Com o seu texto, o emissor fixa os enunciadores com os quais ele se identifica, o que significa a imposição de uma imagem ou lugar enunciativo. Esta imagem ou lugar que os receptores assumem ao se reconhecer nos enunciadores é o sujeito falado ou coenunciador (Pinto, 1999:32).

Definidos como o sujeito do enunciado, o da enunciação e o falado, os três tipos de sujeito explicitam diferentes lugares de identificação e papéis sociais para os participantes ao se assumirem como emissores ou coemissores (receptores) em eventos comunicacionais. Não há, portanto, sujeito antes que ele enuncie, pois não há exterioridade entre sujeitos e seus discursos. Para ser sujeito, o indivíduo deve ocupar uma posição que lhe atribui autoridade vinculada a uma instituição e lhe garante legitimidade.

No entanto, cabe lembrar a crítica de Fairclough (2001:55) na ênfase excessiva dada à reprodução social. A análise deve focar as possibilidades de transformação, de os sujeitos poderem contestar e progressivamente reestruturar a dominação mediante a prática. A visão da posição do sujeito como um efeito não deve ser unilateral e negligenciar a capacidade de os sujeitos atuarem como agentes e transformarem as bases da sujeição.

Isto implica uma atenção especial às relações pragmáticas e à teoria do discurso como teoria da ação (ou do ato ilocucionário). Faz parte do dispositivo de enunciação a relação pragmática que o texto propõe entre emissor e coemissor, ou seja, o lugar onde se manifestam as relações de saber e poder em jogo (distância ou cumplicidade, imposição ou liberdade, pedagogia ou compartilhamento de valores entre iguais, superioridade ou nivelamento hierárquico). As relações pragmáticas têm papel primordial no estabelecimento ou reprodução das relações e identidades sociais pelos discursos (Pinto, 1999:32).

II. 4- Austin e o ato ilocucionário.

A categoria do ato ilocucionário pertence à Teoria dos Atos de Fala, de Austin. A noção de que “dizer” é “fazer” implica que, para Austin, ao investigarmos a linguagem, investigamos também a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual ela é usada, as práticas sociais e valores de uma determinada comunidade:

“(…) quando examinamos o que se deve dizer e quando se deve fazê-lo, que palavras devemos usar em determinadas situações, não estamos examinando simplesmente palavras (ou seus ‘significados’, seja lá o que isto for), mas sobretudo a realidade sobre a qual falamos ao usar estas palavras – usamos uma consciência mais aguçada das palavras para aguçar nossa percepção (...) dos fenômenos¹¹”.

Podemos, então, dizer que, na teoria de Austin, não há também uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, já que o real é constituído pelo modo como aprendemos a linguagem e a utilizamos. Austin propõe sua Teoria dos Atos de Fala como concepção da linguagem como ação, ou seja, utilizada para realizar atos. Inicialmente, ele faz uma distinção entre enunciados constatativos, usados para dizer (descrever um episódio, relatar um fato) e os performativos, usados para fazer (quando o enunciado e o ato são indissociáveis).

¹¹ J. L. Austin, “A Plea for Excuses”. Apud Marcondes Filho (1992:12).

Assim, utilizar o performativo: “Eu ordeno...”, não é relatar um fato, mas dar uma ordem. O relato estaria no uso do constativo: “Ele ordena...”. Noutro momento, Austin generaliza a dimensão de agir também para todos os usos da linguagem. Por exemplo, em: “Ele ordena...”, há um ato implícito do falante: “(Eu afirmo que) ele ordena...”. Assim, relatos, descrições, constatações, são também atos atribuídos ao falante de modo análogo aos performativos. Austin então redefine os enunciados como atos, classificados em ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário (Marcondes Filho, 1992:15).

O ato locucionário refere-se às regras e convenções fonéticas, sintáticas e semânticas de uma língua. O ato ilocucionário é a ação praticada ao se enunciar determinada oração com um fim convencional e institucionalmente concebido. O ato perlocucionário é o resultado não convencional dos atos ilocucionários. Assim, no enunciado “eu ordeno...”, utiliza-se uma oração da língua portuguesa com sentido e referência determinados (ato locucionário) para praticar o ato ilocucionário de ordenar. Na medida em que tal ato seja aceito ou contrarie a quem se ordena, produz-se um efeito perlocucionário da ordem. Ele existe apenas quando há um efeito não convencional da ação ilocucionária (o efeito convencional, por definição, é incluído no ato ilocucionário).

Podemos exemplificar com uma das teses centrais desta pesquisa. Em resposta à exploração do trabalho, os intelectuais críticos e de esquerda geraram um modelo interpretativo da violência fundada naquela exploração e nas desigualdades econômicas. Em especial para o Rio de Janeiro, passou-se a explicar, de forma hegemônica, o comportamento marginal e delituoso como forma de resistência dos oprimidos à lógica do mercado, ao regime autoritário, à privatização do Estado pelas elites. Uma das mitologias mais valorizadas passou a ser a do bandido “Robin Hood”, grupos marginais cuja intervenção delituosa visaria à distribuição de renda.

Pois bem. Como nos ensina Foucault (1985:145-152), há um novo investimento discursivo, uma contra-ofensiva das forças dominantes sobre o controle dos corpos dos pobres. Como vimos, ele o denomina “dispositivos estratégicos”¹². A noção de que a desigualdade econômica fundamenta o crime dos pobres tornou-os alvo de intensa vigilância do Estado e dos meios de comunicação. As camadas populares foram

¹² Não se trata, aqui, de uma “assimilação” pela Indústria Cultural, nos moldes do conceito frankfurtiano.

semantizadas como uma espécie de “criminosos-potenciais”. Podemos tratar este resultado dos discursos produzidos pelos intelectuais de esquerda como “efeitos perlocucionários”, uma vez que o propósito intencional dos atos ilocucionários era denunciar a opressão.

Uma oração torna-se ato ilocucionário se corresponde a determinadas convenções e satisfaz a condições impostas. Vejamos a oração “ordeno-lhe que entregue sua arma”. Ela se torna uma ordem apenas se o falante possui autoridade suficiente para dar tal ordem, se a ordem for exequível, se foi dirigida à pessoa adequada e uma vez formulada corretamente e de forma compreensível. Isto é, o contexto deve ser apropriado, os atores devem ocupar determinadas posições e as fórmulas evocadas têm que ser adequadas. A linguagem é uma prática social concreta.

Austin então propõe a distinção entre dois elementos constitutivos dos atos lingüísticos, o significado e a força ilocucionária. O significado é atribuído ao ato locucionário, tratar-se-ia de um elemento puramente lingüístico. A força ilocucionária formaria o núcleo do ato ilocucionário, que ultrapassa a esfera do puramente lingüístico e se entrelaça ao contexto e às regras e convenções. Linguagem é ação quando usar a linguagem é realizar atos de fala em um contexto social e institucionalmente determinado.

Neste ponto, devemos lembrar as reflexões de Bakhtin (1986:62). Em 1929, no livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, ele chamava a atenção para a natureza social da linguagem, que não existe fora de um contexto social: “O signo e a situação social em que se insere estão indissolivelmente ligados”. Além disso, como lembra Bakhtin, por constituição, a linguagem é dialógica, todo significado incorpora necessariamente o outro. Assim, deve-se descartar qualquer classificação do uso da língua como abstrato ou “puramente lingüístico”, portanto, como ato locucionário¹³.

A enunciação é determinada pelas relações sociais e pelo ambiente social. Com isso, Bakhtin antecipava idéias da teoria da enunciação e da pragmática. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação (Ibidem:113)”.

O poder (e o contra-poder) se desloca, recua, investe em outros lugares, numa luta indefinida e contínua.

¹³ Agradeço à leitura crítica da Prof. Dr.^a Ana Paula Goulart Ribeiro, cujas sugestões aproveito integralmente no desenvolvimento desta análise.

Da mesma forma, a distinção entre significado e força ilocucionária não se sustenta. Os atos de fala podem estar presentes nas ações verbais mais informais, como no pedido de uma informação, como nos mais ritualizados, em que o uso prévio de fórmulas dadas pela instituição torna-se indispensável, como numa cerimônia de batismo. Porém, uma criança que simula a cerimônia de batismo não pratica um ato “puramente lingüístico”, mas um ato ilocucionário ligado à informalidade e suas convenções (com as brincadeiras infantis).

O falante produz atos à medida que concretiza as práticas e as fórmulas pelas quais elas se realizam, em contextos formais ou informais. Se a força ilocucionária não reside no falante, mas na existência de expectativas, práticas e convenções estabelecidas, portanto, ela é uma disputa por sentido das práticas discursivas realizadas dentro de um contexto. Não se trata de reificar as convenções, de legar ao indivíduo um papel de suporte de estruturas. O que se quer enfatizar é que a ação do sujeito passa pela organização institucional da sociedade, que atribui papéis sociais aos falantes e demarca as possibilidades de enunciação de determinados atos ilocucionários. Pensada desta forma, a força ilocucionária é o lugar por excelência do desafio às estruturas naturalizadas.

O sucesso dos atos ilocucionários exige interação com valores culturais e padrões de comportamento que pressupõem um determinado conjunto hegemônico (portanto, em equilíbrio instável) de relações sociais e de poder. O processo hegemônico necessariamente produz uma contra-hegemonia, em cujo interior convivem formas alternativas de abordagem econômica, cultural, política e moral. Como veremos no próximo capítulo, entendemos o conceito de hegemonia¹⁴ como a capacidade cultural, econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante no ângulo de abordagem de uma determinada questão. A força ilocucionária está numa relação de razão direta com os sentidos disputados na luta hegemônica.

II. 5- As condições sociais de produção e a constituição dos sujeitos

A Semiologia dos Discursos Sociais propõe a noção de um sujeito que não controla seu discurso. Condicionado pela preexistência da topografia social, ele alcança

¹⁴ Concordamos com a visão de Fairclough (2001) de que a conceituação de poder em termos de hegemonia incorpora e supera a teoria do poder de Foucault, ao enfatizar a ambivalência dos processos e dispositivos de poder, o que abre a possibilidade de pensar os processos de mudança social.

sua identidade a partir e no interior deste sistema de “lugares” que o ultrapassa. A fonte dessa concepção de “lugares” é identificada no conceito de formações discursivas de Foucault¹⁵, que determina as possibilidades de o indivíduo ocupar uma posição para dela ser o sujeito (Maingueneau, 1997:32).

Pensada neste ângulo, a subjetividade enunciativa possui duas faces. Por um lado, ela constitui o enunciador em sujeito de seu discurso. Por outro, ela o assujeita, submete-o a suas regras. Neste processo, o enunciador é legitimado, pois a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar lhe é atribuída. Eliseo Verón chama esse conjunto de determinações que definem a posição social dos produtores de “condições de produção dos discursos”.

Além das condições de produção, deve-se considerar o consumo. Todo objeto significativo é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente. Neste sentido, condições sociais de produção equivalem ao contexto, pois incluem todo o processo de interação comunicacional (a produção, a circulação e o consumo dos sentidos).

Analisar os textos como discursos, significa entendê-los como parte de práticas sociais inseridas em contextos determinados. Os participantes nestas práticas assumem o papel de sujeitos, no duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo ou reconhecimento (Verón) dos textos (Pinto, 1999:8).

“Nisto consiste a hipótese por mim denominada de postulado da economia política do significante, pela qual se devem levar em conta as condições de produção/consumo dos discursos sociais em jogo, examinando-se (1) as determinações responsáveis pelas escolhas, conscientes ou não, feitas por ocasião do engendramento de um discurso ou de um tipo de discurso, e (2) as determinações que regem as restrições que organizam sua recepção” (Pinto, *ibidem*:4).

Desta forma, evidencia-se a importância do contexto da comunicação. O significado é uma variante indissociável do contexto. Ele é gerado interpessoalmente e o discurso é um território compartilhado (Ribeiro, 1995). O emissor e o receptor deixam de ser pensados como elementos inicial e final do processo de comunicação e se tornam sujeitos ativos, que fazem parte de uma dada realidade sócio-histórica.

¹⁵ Para Foucault, as formações discursivas são “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (apud Maingueneau, 1997:14).

II. 6- Intertextualidade e Teoria Social do Discurso

No ato da recepção, palavras e orações são não apenas decodificadas, mas também interpretadas, na medida em que são provenientes de um processo de produção de sentido. Elo na cadeia da comunicação verbal, elas possuem particularidades, como a possibilidade de uma resposta do receptor, a que Bakhtin denomina de posição responsiva ativa. Na própria elaboração do enunciado, o emissor procura antecipar tal resposta. Ele não apenas decodifica a informação, mas a articula, a compõe e a interpreta de acordo com seu repertório sociocultural. Assim, o sentido só se completa no receptor.

O conceito de diálogo que permeia o pensamento bakhtiniano possui essa característica de confronto. Dialogar não se resume apenas a trocas de informações por interlocutores, mas sim em reflexão e análise diante de informações compartilhadas pelos falantes. Dessa forma, um enunciado responde a enunciados que lhe antecedem e provoca outros, que lhe sucedem. O discurso dialoga com esses enunciados anteriores e posteriores, que são as vozes que constituem os enunciados. Ao construir seu discurso, o locutor faz uso de vários enunciados, de fragmentos de enunciados, citações, conceitos e uma série de vestígios e influências do meio social, os quais assume como base, como confirmação ou os completa.

A essa orquestração de vozes, Bakhtin chama de polifonia. O discurso constitui-se como uma teia construída e permeada de outros enunciados. A polifonia é a manifestação explícita de vozes, citadas conscientemente ou não pelo autor de um texto, ou pela manifestação de vozes impessoais da história e da cultura. Estas vozes se fazem presentes em todo o universo discursivo, sobre os quais o autor não tem completo controle racional e das quais, muitas vezes, não está consciente.

Da mesma forma que articulamos vozes precedentes ao nosso discurso, também articulamos o discurso com vozes que o sucederão. Um discurso sempre se dirige a alguém. Por isso, utilizamos elementos e expressões que se conformam ao receptor. Para que o alcance, nós moldamos o discurso, conscientemente ou não, a uma estrutura, um gênero que se encaixe e atenda (ou contrarie) as expectativas compreensíveis do receptor. Essas vozes que sucedem os discursos também o constituem e criam possibilidades de argumentos e enunciados.

A polifonia aponta para a pluralidade de vozes encontrada no texto e também para o ângulo no qual essas vozes se justapõem, a forma como elas dialogam. Nessa forma de diálogo, a significação é gerada. Portanto; ela não é dada, mas construída na interação, no dialogismo. Julia Kristeva traduziu o termo dialogismo como intertextualidade. O desenvolvimento de uma abordagem intertextual para a análise de textos era o tema maior do trabalho de Bakhtin e estava ligado a outras questões importantes de sua obra, como a teoria do gênero. Kristeva observa que a intertextualidade implica a inserção da história (sociedade) em um texto e deste texto na história. O texto absorve (e é construído de) textos do passado, aos quais ele responde, reacentua e retrabalha.

O conceito de intertextualidade aponta para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para gerar novos textos. Mas essa capacidade é socialmente limitada, restringida e condicional, conforme as relações de poder. Para explicar essas limitações sociais, Fairclough sugere combinar a teoria da intertextualidade com uma teoria das relações de poder e de como elas moldam e são moldadas por estruturas e práticas sociais. A combinação da teoria da hegemonia com a da intertextualidade serviria também para conceituar processos intertextuais e processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo.

Além de incorporar ou responder a outros textos, a intertextualidade deve ser pensada a partir da incorporação das relações potencialmente complexas que tem com as convenções (gêneros, discursos, tipos de atividades) que constituem uma ordem de discurso. Na conceituação de gênero, Bakhtin observa que os textos podem não só recorrer a essas convenções de um modo relativamente direto, mas também “reacentuá-las” (usando-as ironicamente, reverentemente, parodiando-as), ou podem “mesclá-las” de vários modos.

A distinção entre as relações intertextuais de textos com outros textos específicos e as relações intertextuais de textos com as convenções está relacionada com uma outra distinção usada pelos analistas de discursos franceses: a intertextualidade manifesta oposta à “constitutiva” (Authier-Révuz, 1982; Maingueneau, 1987). Na intertextualidade manifesta, outros textos estão explicitamente marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, como aspas. Entretanto um texto pode “incorporar”

outro texto sem que o último esteja explicitamente sugerido. A intertextualidade constitutiva de um texto é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção. A prioridade que Fairclough dá às ordens de discurso ressalta a intertextualidade constitutiva.

II. 7- Séries textuais e análise comparativa

Os textos pertencem a séries ou redes organizadas por oposição ou sequencialidade, não surgem isoladamente num universo discursivo. As marcas do processo de geração de sentidos dependem do contexto e o sentido surge de diferenças formais, não pode ser abstraído de um item isolado. As séries textuais são o lugar privilegiado para a comparação (Pinto, 1999:52). Três tipos de séries são reconhecidas e utilizadas na prática da análise de discursos. A primeira delas foi denominada por Michel Foucault de ordem de discursos. Ela é constituída por gêneros de discursos produzidos no interior de uma instituição social ou de uma comunidade discursiva, quer para a divulgação externa, quer para a circulação interna.

Norman Fairclough propõe que o conceito de ordem de discursos inclua uma sequência temporal de textos em que cada um substitui o anterior, em cadeia. Na mídia, esses encadeamentos podem ser, parcialmente, internos e externos à ordem de discursos de uma instituição. No plano interno de uma redação de jornal, o processo de produção de textos se faz por uma sequência de transformações entre diferentes versões até o texto definitivo. No plano externo àquela ordem de discursos, há textos de fora da empresa jornalística que fazem parte do encadeamento de textos, como as fontes, conversas, debates, relatos, resultados de entrevistas em pesquisa de opinião.

Fairclough combina a abordagem foucaultiana sobre os elementos construtivos do discurso com a ênfase bakhtiniana na intertextualidade, na composição do texto por meio de fragmentos de outros textos. As duas visões apontam para o modo como as ordens de discurso estruturam a prática discursiva e são por ela estruturadas. Também procura definir uma concepção dinâmica da prática discursiva e de sua relação com a prática social dentro de uma conceituação gramsciana de poder e de luta de poder em termos de hegemonia.

O conceito de ordem do discurso em Fairclough é também definido a partir da noção de intertextualidade e de uma discussão do uso do conceito de formação discursiva,

de Foucault. Uma formação discursiva consiste num sistema de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais.

São regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem à formação discursiva e, mais especificamente, de regras para a formação de objetos, de modalidades enunciativas e posições do sujeito, de regras para a formação de conceitos e estratégias. Essas regras são constituídas por combinações de elementos discursivos e não-discursivos anteriores.

Existe aí a visão de que o discurso contribui para a produção, a transformação e a reprodução dos objetos e dos sujeitos da vida social. Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com o real, que a linguagem é construtiva da realidade no sentido de que atribui significados para ela. Assim, rejeita-se a visão de uma relação passiva, em que a linguagem meramente se refere aos objetos.

Pinto (1999) alerta que o conceito de formação discursiva é vago e pouco normativo. Além disso, ele contempla apenas a dimensão da produção dos textos, sem levar em conta a proposta de recepção, portanto, dos efeitos de sentido em recepção. Para a Semiologia dos Discursos Sociais, o lugar atribuído ao destinatário ou coenunciador é também determinante do ideológico de um texto. Fairclough o utiliza pela ênfase nas relações interdiscursivas, que seriam o centro da investigação sobre a estruturação ou articulação das formações discursivas na relação umas com as outras, dentro do que ele conceitua de ordens de discurso institucionais e societárias. Ou seja, a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas.

Para assegurar um nicho fiel de público, as características de um gênero discursivo podem variar consideravelmente, ao aparecer em ordens de discursos concorrentes no mercado. Trata-se de um outro tipo de série textual, o universo de concorrência ou mercado simbólico. Neste conceito, combinam-se a formação discursiva e a noção de que a análise de um texto como discurso incorpora necessariamente a proposta de consumo que traz implícita, definida pela imagem do seu coenunciador ou destinatário.

Pinto (1999:57) propõe classificar de espécies de discursos às variedades de gêneros de discursos que se opõem em um mercado simbólico. Na análise das espécies

do gênero editorial dos jornais cariocas O Globo e Jornal do Brasil, veiculados em janeiro de 1995, o autor mostrou que os dois jornais dirigiam seus editoriais a destinatários diferentemente construídos, apesar de, em princípio, procurarem atingir grupos sociais definidos como de renda e escolaridade elevadas.

Por meio de um discurso de caráter pedagógico e autoritário, O GLOBO dirigia-se a leitores bem informados sobre a atualidade. Mas procurava também cooptar outros leitores, que se submetessem sem crítica ao prestígio e autoridade do jornal (pelo fato de ser um dos maiores jornais de circulação nacional ou de pertencer ao mesmo grupo que detém a rede de TV mais sintonizada do país). Embora dirigido a um público alvo semelhante, o JORNAL DO BRASIL não o considerava assim tão informado sobre os acontecimentos da atualidade. Ele construía sua “aura” por meio de uma paródia aos textos literários, com um texto opaco e barroco, rico em ironias, metáforas com intenção humorística e sarcástica e fórmulas concisas e “inteligentes”. O próprio estilo dos editoriais tratava de desencadear o processo de adesão do receptor.

No caso dos editoriais que tratavam da propaganda eleitoral que o então senador Humberto Lucena mandara imprimir na gráfica do Senado, os editoriais dos dois jornais diferenciavam-se também quanto ao seu posicionamento ideológico, embora pertencessem à mesma formação discursiva. Enquanto O GLOBO pedia apenas o ressarcimento das despesas, em nome da governabilidade do país, o JORNAL DO BRASIL defendia a cassação do então presidente do Senado.

Assim, o conceito de mercado simbólico é interessante na pesquisa do funcionamento do processo de comunicação de produtos concorrentes, principalmente para diferenciar as estratégias discursivas entre concorrentes que dividem o mesmo público alvo, definido pelas mesmas variáveis socioeconômicas e pelo mesmo “estilo de vida”.

"Há pouca teoria social nas análises lingüísticas"
(Norman Fairclough, 2001)

III- Linguagem, Ideologia e Hegemonia

Há uma tradição de pesquisa em ciências humanas que se funda na separação entre discurso e relações sociais. Esta postura intelectual deriva em especial de um entendimento da natureza da linguagem com a função exclusiva de representar o real, uma postura ideológica. No capítulo anterior, vimos que a linguagem é um elemento constitutivo das relações sociais, inclusivo do processo de conhecimento e das teorias sociais. Somos produtos (e produtores) das práticas discursivas, entendidas como práticas sociais.

Para examinar a questão da ideologia e poder sob uma perspectiva crítica, vamos rastrear algumas noções sobre os conceitos e demarcá-los na dimensão de interesse desta pesquisa. Trata-se da dimensão semiológica e pragmática já explicitada, que percebe a linguagem enquanto forma de ação sobre o real (não apenas sua representação) e em termos de hegemonia. Outras formas de poder em desenvolvimento na sociedade contemporânea, concebida aqui como capitalismo tardio, nos interessam. Em especial o conceito de *agenda setting*.

III. 1. Ideologia e Positivismo

A palavra ideologia parece ter sido utilizada pela primeira vez por Destut de Tracy, em 1801, no seu *Eléments d'ideologie*¹⁶. Discípulo tardio dos iluministas franceses, Destut de Tracy procurava “o estudo científico das idéias, e as idéias são resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza.” (Apud Lowy, 1985:11). Adepto do materialismo mecanicista, Tracy acreditava que o homem é produto do meio¹⁷. Com ele, a ideologia tornara-se um capítulo da zoologia.

Os chamados “ideólogos” pretendiam instituir uma ciência das idéias. O grupo incluía o médico Cabanis, o matemático Condorcet, o psiquiatra Pinel e tinha uma posição liberal que se confrontava com o Império Napoleônico (Marcondes Filho, 1992:111). Bonaparte os ridicularizou, justamente acusando-os de não serem autênticos filósofos, mas “meros ideólogos”, que no entender do imperador significava portar uma “falsa consciência” da realidade.

¹⁶ Como referência, utilizamos LOWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social*. Cortez Ed. São Paulo, 1985, 4ª edição. Também, o *Dicionário de Ciências Sociais*, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986, pp. 570-1.

¹⁷ O empirismo de Locke e Condillac está nas suas origens. Emile Bréhier, em *História da filosofia*, tomo segundo, (Ed Mestre Jou, São Paulo, 1977, p. 32, diz que ele se encontrava “entre a filosofia do século XVIII e o positivismo”.

A partir de então, “ideologia” vai ser classificada como uma especulação que traça um quadro fantasioso e deformador da realidade¹⁸. Tal conotação negativa vai estar presente na obra de Marx e Engels, que vão dar o sentido definitivo ao termo em *A ideologia alemã*, escrita entre 1845-6, que restou inacabada e só foi publicada em 1962. Antes de discutir a construção do conceito por Marx, convém observar um dos seus principais interlocutores, o positivismo.

O pensamento positivista nasce na metade do século XIX, no contexto do desenvolvimento da burguesia industrial, de suas preocupações com o crescimento do movimento popular (as revoluções de 1848 e o florescimento das doutrinas socialistas). Daí, a valorização da “ciência” e da “tecnocracia”. Embora se possa classificar diversos autores como positivistas, com um quadro de diversidade intelectual bastante amplo¹⁹, existem características comuns a eles. Assim, pode-se dizer que o positivismo:

- 1) Considera a sociedade humana como possuidora de leis naturais, portanto, científicas, eternas, imutáveis e que independem da vontade dos homens.
- 2) Por isso, as Ciências Sociais devem inspirar-se na metodologia das Ciências Naturais. A Sociologia seria uma espécie de Física Social, com rígida separação entre sujeito e objeto do conhecimento.
- 3) O positivista julga que ideologia é uma espécie de preconceito, de pré-noção, de cunho político ou social, que carregamos e nos impede de estudar um objeto com isenção. Há uma rígida separação entre Ciência e Ideologia. O cientista deve ser “neutro”, imparcial, não se deixando envolver por nenhuma pré-noção ideológica²⁰.

As principais críticas a este modelo apontam o fato de as Ciências Sociais pesquisarem uma realidade que é produto humano, histórica e mutável. Assim, elas

¹⁸ Bréhier (Op. Cit., pp. 42-3) fala das influências dos “ideólogos” na literatura de Stendhal, nas idéias de Thomas Jefferson e em alguns pensadores italianos. Em *As palavras e as coisas* (Martins Fontes, São Paulo, 1985, pp. 100-102), também Foucault faz reflexões a respeito do entrecruzamento do conhecimento, da linguagem e dos signos, em D. de Tracy.

¹⁹ No estudo do positivismo, além dos já citados Lowy (pp. 35-45) e Bréhier (pp. 239-274), utilizou-se RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. Brasiliense, São Paulo, 1986. O modelo de positivismo é o de Augusto Comte. Utilizou-se também o artigo de René Verdenal “A Filosofia Positiva de Augusto Comte”, in: *A filosofia e a história*, vol. 5, da coleção *História e filosofia*, dirigida por Châtelet (1974), e a coletânea de textos da Editora Ática, São Paulo, 1978, *Comte*, com introdução de Evaristo de Moraes Filho.

²⁰ Discípulo de Comte, Emile Durkheim elabora um livro que é um primor de clareza na definição da postura positivista. Em suas *Regras do método sociológico*, ele escreve “a primeira regra e a mais fundamental é a de considerar os fatos sociais como coisas.” (*Comte e Durkheim*. Abril cultural, São Paulo, 1973, Coleção Os Pensadores, p. 396). E também: “É necessário afastar sistematicamente todas as noções prévias.” (Idem, p. 404).

necessitam de métodos próprios²¹. Além disso, a “neutralidade científica” é bastante questionada também nas Ciências Naturais²².

III. 2. Positivismo e marxismo

A influência do positivismo contaminou inclusive movimentos intelectuais radicalmente críticos a ele, como o marxismo (Konder, 1992:24-5). Sem dúvida, o entusiasmo com a ciência após a revolução industrial, com sua adequação ao pragmatismo do mercado capitalista, mostra-nos Konder, inibia a crítica:

“O prestígio alcançado pela ciência era tão grande que as pessoas eram levadas a acatá-la sem se perguntar com maior insistência o que ela era. De onde provinha a garantia de ‘objetividade’ da sua fala? O que assegurava o teor de ‘verdade’ atribuído ao seu discurso?” (Ibidem:25).

Sobre o empenho de Karl Marx em fundar um “socialismo científico”, explica o autor (Ibidem):

“Marx procurou se insurgir contra a mitificação da ciência, contra a visão da ciência como um saber ‘imparcial’, ‘descomprometido’, posto acima da história. Contudo, a reação, por mais vigorosa que tenha sido, não foi suficiente para lhe permitir a criação de uma concepção de ciência capaz de funcionar, tranqüilamente, como alternativa para aquela que rejeitava.”

Em *A ideologia alemã* Marx e Engels entendem a ideologia como falsa consciência. Eles criticam os filósofos neohegelianos, em especial Feuerbach, para quem a religião era produto de espíritos supersticiosos e obscurantistas, crentes numa realidade sobrenatural (Marcondes Filho, 1999:112). Marx e Engels criticam tal interpretação por não “ir à raiz do problema” (como Marx definia o termo “radical”), o que faria dela, portanto, ideológica.

Uma interpretação “radical”, crítica, deveria levar em conta que o fenômeno religioso seria um instrumento por meio do qual as classes dominantes exercem seu controle sobre as classes oprimidas. Não é porque os espíritos são crédulos e supersticiosos que os homens tornam-se dominados pela religião, mas a força da religião reside nas possibilidades que abre para que a dominação seja mantida.

²¹ Na Era Moderna, a discussão sobre a diversidade de métodos vem desde Pascal e Descartes. A questão da subjetividade na construção da Ciências Naturais, numa crítica ampla ao positivismo, está na obra do epistemólogo francês Gaston Bachelard, como se pode conferir em JAPIASSU, H. *Para ler Bachelard*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1976, especialmente pp. 31-70.

²² Uma refutação do positivismo nas ciências naturais está em SHAFF, Adam. *História e verdade*. Martins Fontes, São Paulo, 1986. Bastante contundente é GOLDMAN, Lucien. *O que é sociologia?* Ed. Difel, São Paulo, 1986. Goldman foi orientador de Lowy, cujo livro citado é o orientador destas nossas linhas. Também esclarecedor é JAPIASSU, H. *O mito da neutralidade científica*. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1975.

O sentido de mascaramento da realidade opressora que Marx e Engels propõem ao termo ideologia é um sentido crítico, que denuncia o caráter de tornar a opressão aceitável. Há uma contraposição entre realidade e justificativa aparente, mas vinculada à aceitação das formas de dominação²³. A ideologia é uma forma de dominação que gera uma consciência ilusória por um processo de representação metonímico (ou, mais exatamente, por sinédoque), em que a parte (idéias da classe dominante) é tomada pelo todo (a realidade mesma).

As representações que auxiliam a dominação das classes dominantes objetivam-se como a verdadeira realidade para legitimar as condições existentes, uma estrutura social desigual, numa determinada sociedade, a que corresponde um período histórico. Como as causas da desigualdade não podem estar explícitas no nível da consciência, o processo ideológico é necessariamente não-transparente²⁴, ao menos no nível mais básico da realidade, que, para Marx, seria formado pela estrutura social e as relações de produção (de propriedade).

Mas a consciência ilusória não é uma produção deliberada das classes dominantes, uma vez que elas mesmas são vítimas do processo de alienação. A dominação nega a própria humanidade do homem, assim, a própria classe dominante não tem consciência desse modo de dominação. Em trabalhos futuros, a categoria da alienação assumiria papel central na definição da ideologia.

Antes de continuarmos, é preciso chamar atenção a duas questões. Primeiro, no alvorecer da modernidade, Marx compartilhava com seus contemporâneos o horizonte intelectual referenciado pela ciência, o industrialismo, o Estado-Nação, a classe e o partido político, matrizes da disputa de sentido ou narrativa do que hoje chamamos "identificação". Segundo, *A ideologia alemã* foi escrita numa etapa intermediária do desenvolvimento intelectual de Marx, em que alguns dos consagrados conceitos

²³ Na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, Marx enuncia o processo contraditório dominação-aceitação em termos que ficaram célebres: "A religião é o ópio do povo (...) mas também é o suspiro da criatura aflita, o coração de um mundo sem coração".

²⁴ Se aceitarmos a tipologia de sujeitos proposta por Stuart Hall (embora ele mesmo a classifique de "superficial"), podemos dizer que este modelo de ideologia, associado à noção de humanidade ou cultura produzida pelo trabalho, faz de Marx o primeiro intelectual a romper com a noção de sujeito racional e transparente do iluminismo e o inaugurador do "sujeito sociológico" (produzido na interação social, em reação a um contexto sócio-histórico determinado). Nisto, discordamos de Hall, que tende a associar o sujeito do marxismo ao *homo oeconomicus* de Adam Smith. Estudaremos as categorias de Hall mais adiante, neste capítulo, ao tratarmos de identificação social.

marxianos, inclusive o de ideologia, não estavam plenamente constituídos, tal como se reconhece hoje²⁵.

Neste capítulo, um dos nossos interesses é de entender a construção do conceito de hegemonia de Gramsci, que inclui uma ruptura com a noção de ideologia como falsa consciência. Acreditamos que, para entender a influência de Marx sobre o pensamento de Gramsci, devemos entender como o método do “materialismo histórico” é construído com base no projeto socialista de emancipação do proletariado. Assim, no entender desta pesquisa, Marx elabora uma “epistemologia do projeto”, que assume lugar central na construção de todo seu aparato conceitual²⁶.

Jorge Larraín (1988:184) argumenta que há uma permanência do sentido de ideologia como negativa e crítica em todo o pensamento de Marx, mas que o conceito sofre alterações ao longo da sua obra, embora sem que haja uma “ruptura epistemológica”. No período de 1845 a 1857, Marx e Engels empenharam-se na construção do “materialismo histórico”, que começa com o rompimento com Feuerbach. A idéia de inversão surge deste rompimento e pode ser sintetizada na noção de que não são as idéias errôneas, mas as contradições sociais reais que formam o verdadeiro problema da humanidade.

III. 3. O materialismo histórico e a relação com a sociedade capitalista industrial

O pensamento de Marx é uma análise e uma compreensão da sociedade capitalista, de sua estrutura fundamental e de seus desdobramentos futuros (Aron, 1987:135). Para tal, ele situa historicamente o capitalismo como uma sociedade que se formou a partir de certas premissas socioeconômicas.

Marx não se interessa em fazer uma antropologia histórica. Recusa-se a estabelecer qualquer teoria a respeito de uma suposta natureza humana. Herdeiro da tradição iluminista, ele acreditava que o homem é o produto do meio, da educação, da sociedade em que vive. Em grande parte, era isso que ele tinha em mente quando

²⁵ Sobre esta questão, pode-se ler principalmente McLellan (1990:264).

²⁶ Para os intelectuais orgânicos do movimento comunista de extração marxista, o projeto comunista se enquadraria no que Foucault classifica de regime de verdade, uma “técnica codificada de transmissão da verdade” (Sodré, 1996:64), a exemplo das “grandes causas, utopias, revolução”. (Ibidem:70). O resultado mais eloquente seria a dupla operação de não-representação e repressão ao popular, descrito por Barbero (1994:38-39) como a negação o conjunto de atores, espaços e conflito desconsiderados e marginalizados em suas demandas específicas (mulher, jovem, prostitutas, homossexuais, portadores de deficiência, saberes e práticas simbólicas da religiosidade popular, as festas, prostíbulos, cárceres, etc.). Em especial aos atores, Marx flexibiliza o método, mas os desmerece como lumpemproletariado.

afirmava que o pensamento é resultado do ser social. Por outro lado, nas célebres *Teses sobre Feuerbach* (1845), Marx assinalava a importância do lado ativo do sujeito: se o homem é resultado das circunstâncias, é certo que ele também produz essas circunstâncias, por meio do trabalho.

Pode-se definir o homem de diversas maneiras: é o único animal que ri, que cozinha, que tem religião, que é erótico, que faz instrumentos, que elabora arte. Mas nada disso seria possível sem o trabalho, porque o homem é a única criatura que precisa construir seus próprios meios de subsistência. O trabalho assegura a existência física do homem. Acontece que o trabalho não possui apenas a dimensão da reprodutividade física vital.

Para começar, o trabalho humano possui uma clara especificidade em relação ao agir de outros animais. Numa célebre passagem de *O Capital*, Marx compara o trabalho humano com a ação da aranha e da abelha. Diz que a aranha e a abelha podem até fiar um tecido e construir uma casa de tal modo que nem o melhor tecelão e o melhor arquiteto seriam capazes de fazê-lo. Existe, todavia, algo que o pior arquiteto e o pior tecelão fazem e que é impossível a um animal. Eles são capazes de conceber mentalmente o resultado de sua ação, isto é, projetá-la. Porque pode projetar, porque pode escolher diante de uma gama de possibilidades, o homem se torna livre (esta dialética da liberdade e da necessidade é um tema favorito da filosofia idealista alemã). E o homem é livre porque trabalha.

Por meio do trabalho o homem se humaniza, ou seja, cria o reino da cultura. O trabalho é o mediador entre o homem e a natureza, na medida em que, no processo de transformar o real, o homem também é transformado. Para Marx, portanto, o trabalho humano transcende o limitado escopo do *homo oeconomicus*. Daí o apego de certos autores ao termo práxis, para diferenciá-lo do trabalho no sentido utilitário do termo²⁷. Assim, por meio do trabalho, o homem cria instituições sociais, faz arte e ciência, joga, guerreia, adquire sentimentos, comunica-se com outros homens.

Nesta leitura do conceito de ideologia em Marx, a partir da práxis, percebe-se que ela se reveste de ambigüidade e não pode de ser considerada uma simples pré-noção que precisa ser eliminada. Na medida em que o real é o resultado de uma complexa relação entre sujeito e objeto, mediatizada pelo trabalho, pela práxis, este real não é

²⁷ Cf. Vásques (1977).

simplesmente uma coisa a ser absorvida pelo sujeito, mas o produto e produtor deste sujeito.

O conhecimento não é um ato, mas um processo prático. Daí que no processo do conhecimento, o sujeito tenha um inevitável "pré-disposição". Não se trata de uma consciência pura, de um Eu transcendental, mas de um ser social, de uma consciência determinada socialmente. Assim, o conhecimento é resultado da práxis historicamente determinada de cada classe social. Esta seria outra fase da reflexão sobre ideologia, inaugurada com a redação dos *Grundrisse* em 1858 e que se caracteriza pelas relações sociais capitalistas adiantadas, cujo produto final seria *O Capital*. A palavra ideologia quase desaparece desses textos, mas se evidencia pelo uso constante e a reelaboração da noção de inversão (Larrain, 1988:184).

Agora, se as idéias deformavam ou invertiam a realidade, era porque a própria realidade estava invertida. A análise das relações capitalistas leva Marx a concluir que a conexão entre consciência invertida e realidade invertida é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. Própria à circulação e consumo, essa esfera é constituída pelo funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas. Ela é uma manifestação invertida da esfera da produção, o nível subjacente das relações reais.

Para Marx, posicionar-se de acordo com a práxis definida pela esfera da produção (a classe social) é demarcar limites e possibilidades de conhecimento. Assim, uma interpretação possível do conceito de ideologia pressupõe que a posição de classe adquire valor epistemológico.

Isto equivale a dizer:

- 1- As idéias são produtos sociais e históricos e determinadas pelas classes sociais, em última instância. No próprio fazer do conhecimento, há o ponto de vista de classe. Marx acreditava que, ao se colocar sob a perspectiva do proletariado (classe social cujos problemas são universais e que, ao se autoemancipar, emancipa a humanidade), o pesquisador adota a condição de possibilidade de obter um conhecimento mais profundo, de fazer ciência.
- 2- A ideologia aparece como uma dupla inversão, na consciência e na realidade, que oculta o caráter contraditório do padrão das relações econômicas. Primeiro por meio da forma superficial como elas aparecem. Segundo, nas concepções pelas quais seus

agentes e portadores procuram compreendê-las. Assim, por causa da divisão social do trabalho e da propriedade privada (que provocam a alienação do trabalho, isto é, a separação entre produtor e produto), o pensamento (a ideologia) adquire caráter independente, e toma a aparência de ser produtor do real²⁸. Assim, em *O Capital*, I, cap. VI, Marx escreve que o mercado é a fonte da ideologia política burguesa, o “Éden para os direitos inatos do Homem, onde reinam a Liberdade, a Igualdade e Propriedade e Bentham”. As aparentes liberdade e igualdade individuais desaparecem no processo superficial de troca, e revelam-se como desigualdade e falta de liberdade.

- 3- Difundida pelos vários setores da sociedade, além de ser uma visão estreita e invertida do real, a ideologia burguesa torna o proletariado incapaz de emancipar-se, enquanto estiver preso a ela. No começo de *O capital*, Marx fala que a mercadoria preenche necessidades do estômago e da fantasia. Vê-se portanto que ele reconhecia o aspecto simbólico que reveste a mercadoria. Ele foi explícito ao dizer que mercadoria não é uma coisa, um objeto, mas o portador de relações sociais (como vimos, trata-se da primeira inversão). Assim, pode-se perceber que Marx não baseia sua teoria da verdade na correspondência entre o ser e o percebido ou entre o real e o que sobre ele é dito, mas na epistemologia do projeto coletivo, de classe. Por isso mesmo, tão vinculada à noção de trabalho.

III. 4. A determinação pela base econômica

Marx criou a metáfora do edifício para representar a estrutura social. A infraestrutura econômica seria a base sobre a qual se ergueria a superestrutura jurídico-política e ideológica. A idéia da determinação econômica das idéias pela estrutura já se prestou a inúmeros equívocos (Cohen, 1978). Muitos encontram sustento neste polêmico texto de Marx, para uma imagem mecanicista de que as relações econômicas funcionariam tal como uma glândula que metaboliza e libera secreções constituídas por relações ideológicas e políticas.

Na análise de Gramsci²⁹, atribui-se a simplicidade da metáfora base-estrutura criada por Marx ao universo cultural do século XIX, com a grande influência que as

²⁸ Esta noção de ideologia associada a idealismo vincula-se à crítica aos hegelianos de esquerda, que julgavam que a superação dos problemas se dava no plano da consciência. Tratava-se de criticar e destruir as bases terrenas da ideologia, a inversão no plano Ser-Pensamento.

²⁹ Cf. Konder (1992:38-40). Konder vai além em seus comentários. Ele não só analisa o condicionamento

ciências naturais exerciam como modelos para reflexão. Além disso, havia objetivos pedagógicos, de ser “compreendido mais facilmente e por mais gente”. Milton Fisk (1988:221) esclarece que a afirmativa de que a superestrutura é causada pela base econômica não pode ser entendida como estimulação antecedente, pois levantaria problemas insuperáveis sobre a maneira como poderia haver uma base econômica sem um sistema desenvolvido de consciência.

A melhor interpretação para a metáfora base-estrutura, portanto, seria a de que a estrutura econômica forma a moldura dentro da qual uma mistura de circunstâncias culturais, políticas e mesmo econômicas estimulariam mudanças de consciências. Assim, quando Marx refere-se à determinação econômica, ele empresta o sentido de condicionamento. A infra-estrutura econômica formaria o terreno de possibilidades e limites sobre o qual se desenvolveriam as manifestações ideológicas e as diversas formas de estruturação jurídico-estatal.

O fundamento econômico da sociedade seria o resultado da correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. As relações de produção definem-se como as relações econômicas que se estabelecem entre os proprietários dos meios de produção e os agentes produtivos (a força de trabalho). Em célebre passagem da *Introdução à crítica da economia política*, Marx afirmou que o desenvolvimento das forças produtivas acaba se chocando com as relações de produção existentes. Então, as relações de produção deixam de ser formas de desenvolvimento das forças produtivas para se tornar verdadeiras algemas. É o momento em que se apresenta a crise de um determinado modo de produção e a possibilidade real de superá-lo revolucionariamente.

Marx acreditava que a sociedade capitalista estaria mergulhada em crises cada vez mais profundas e de efeitos mais devastadores. No volume III de *O Capital*, ele estudou os mecanismos das crises cíclicas. Marx supunha que elas seriam não apenas inevitáveis como também provocariam efeitos cada vez mais catastróficos, que revelariam amplamente que o desenvolvimento das forças produtivas estaria entravado pelas relações de produção capitalistas.

Exemplificada pela concentração de capital, pelo controle crescente que as grandes empresas exercem sobre a economia mundial e pela própria globalização da

histórico da linguagem de Marx, mas o empobrecimento do conteúdo ideológico pelo uso de imagens que espacializam fenômenos temporais, históricos.

economia internacional, a socialização cada vez maior das forças produtivas estaria em contradição com a apropriação privada, característica essencial do capitalismo.

As crises aguçariam extremamente as lutas de classes, que Marx considera o centro nervoso dos processos histórico-sociais. No *Manifesto comunista*, Marx e Engels afirmaram que a história da humanidade tem sido a história das lutas de classes. Os conflitos entre o proletariado e os capitalistas "são o fato mais importante das sociedades modernas, o que revela a natureza essencial dessas sociedades, ao mesmo tempo em que permite prever seu desenvolvimento histórico".³⁰

III. 5. O Estado capitalista

Um outro ponto fundamental da análise marxista é a conceituação do Estado como um instrumento de poder da classe dominante. No *Manifesto comunista*, Marx assinalou que o Estado capitalista se comportava como um verdadeiro agente dos negócios da burguesia: "O Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para administrar as questões comuns da burguesia em seu conjunto".

Para Ralph Miliband (1988:133), embora esta definição seja mais complexa do que parece à primeira vista, ela é demasiado sumária e se presta a simplificações exageradas. Apesar disto, traduziria efetivamente a *proposição* central do marxismo com relação ao Estado, o que não foi percebido pelo marxismo clássico e o leninismo, que sempre ressaltaram o papel coercitivo do Estado.

Na verdade, a teoria marxista do estado não se resume a transformá-lo em um agente ou instrumento subordinado a forças externas. Ele é concebido muito mais como uma instituição independente, com interesses e propósitos próprios, como é possível identificar na análise de *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (Idem:135).

No trecho citado do *Manifesto comunista*, Marx e Engels falam na gerência de assuntos comuns de toda a burguesia. Isto significa que a burguesia é constituída de elementos particulares e diferentes e tem diversos interesses distintos e específicos, bem como outros, comuns. Caberia ao Estado administrar esses assuntos comuns da burguesia, o que não pode ser feito com sucesso sem uma considerável margem de independência.

O que está em jogo é uma associação entre os que controlam o Estado e os que possuem e controlam os meios da atividade econômica, que não pode ser igualada à

uma fusão das instâncias política e econômica. Na articulação pensada, as instâncias política e econômica conservam suas respectivas identidades e o Estado pode agir com considerável independência para manter e defender a ordem social, da qual a classe economicamente dominante é a principal beneficiária (Ibidem).

Neste sentido, uma importante função do Estado em sua associação com a classe economicamente dominante é regular a luta de classes e assegurar a estabilidade da ordem social. Coube a Gramsci propor a ênfase na idéia de que tal dominação não se realiza apenas pela coerção, mas é obtida pelo consentimento. Ele insistiu que o Estado tinha um papel importante nos campos cultural e ideológico, bem como na organização do consentimento, num processo de legitimação do qual participam também outras instituições da sociedade.

É preciso, então, levar em conta um aspecto relevante, o inegável viés funcionalista da tese de que o Estado capitalista existiria para a satisfação dos interesses da burguesia (Elster, 1989:229). Entretanto, na obra de Marx há a abertura para uma interpretação que atribui ao Estado um certo grau de autonomia e para o exercício do domínio de classe da burguesia não somente pela força bruta, pela utilização do aparato repressivo do Estado. Existe uma atenção aos mecanismos de controle ideológico.

III. 6. A classe social

Marx não deixou por escrito o seu conceito de classe social abertamente definido. Por causa de sua morte, houve a interrupção de um texto a ser inserido no volume III de *O Capital*, em que tratava justamente desta questão. Em outras obras de Marx, percebe-se em cada texto que ele se refere a um número particular de classes sociais no capitalismo. Já se argumentou que essa discrepância no número e na definição das classes sociais deve-se aos diferentes níveis de abstração empregados por sua análise (Santos, 1987).

Pode-se definir uma classe social em referência a sua posição nas relações de produção. Nas *Teorias da mais-valia*, Marx analisa o trabalho produtivo e o associa ao proletariado. O que vale não é o tipo do trabalho, mas o contexto do trabalho, isto é, a relação econômica em que está envolvido. Entretanto, existem dois problemas básicos nesta conceituação.

³⁰ Aron (1987:136).

Primeiro, a categoria do trabalho produtivo só é aplicável para a sociedade industrial capitalista. Segundo, nesta definição, trabalhadores assalariados do setor terciário (comércio ou dos bancos) não poderiam ser incluídos na classe dos proletários. No volume III de *O Capital*, Marx examina o capital comercial e conclui que se pode falar em exploração do empregado, embora não haja extração de mais-valia.

Em obra clássica a respeito da autoconstrução do proletariado inglês na primeira fase da Revolução Industrial, o historiador E. P. Thompson ressaltava a importância das dimensões política e cultural das lutas de classes na constituição das classes sociais (Thompson, 1981)³¹. Assim, uma classe social não seria definida apenas pela estrutura social. Esta estrutura social condiciona as lutas de classes, no sentido de que abre possibilidades e impõe limites. Mas é o desenvolvimento político e cultural delas que faz um certo grupo social em sua ação coletiva comportar-se ou não como uma classe, criar vínculos de identidade.

Para a percepção do nível de desenvolvimento das lutas de classes, o método marxista define, em primeiro lugar, a identificação do horizonte material sobre o qual se plasmarão os possíveis interesses das classes sociais. Numa de suas mais célebres passagens, Marx (1978:329) afirma que "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como a querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado".

Da forma que foi empregado na investigação do 18 de Brumário de Luís Bonaparte, o método analítico marxista possui outra característica que chama atenção. É a identificação das imagens que os próprios atores possuem de seu papel e do contexto social em que atuam. A compreensão do papel que os fantasmas históricos do passado — as glórias do célebre tio Napoleão — exerciam sobre os homens do presente estava no centro da análise do processo de escalada de Luís Bonaparte ao trono.

A Revolução Francesa alimentou-se de uma série de imagens mitificadas da Roma republicana da Antiguidade. Davam a impressão de estar repetindo a história. Daí o gosto, por exemplo, pela arte neoclássica e por títulos como o de cônsul. Mas se esse espírito era válido nas revoluções burguesas do século XVIII, já não mais o seria no século XIX, porque:

³¹ Perry Anderson (1986) atribui a definição de classe social por Thompson à influência da obra de Gramsci.

"A revolução social não pode tirar sua poesia do passado, e sim do futuro (...) As revoluções anteriores tiveram que lançar mão de recordações da história antiga para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A fim de alcançar seu próprio conteúdo, a revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem seus mortos (Ibidem:331)".

Konder (1992:50) alerta que esta passagem revela a plena consciência de como os "símbolos" são significativos na história política. Por outro lado, ao relegar ao século XVIII este papel significativo, Marx deixa entender que o imaginário é uma herança arcaica, utilizada ilusoriamente, numa "simplificação abusiva da rica contraditoriedade interna do campo em que se formam (e se transformam) as imagens nas quais cada sociedade se reconhece (e se 'estranha')". Esta subestimação dos fenômenos culturais levou a uma interpretação do marxismo como uma teoria cujas análises reduziam o real a uma monocausalidade, uma derivação mecânica da infra-estrutura.

No desenvolvimento estudado acima, nos importa destacar o papel central exercido pelo industrialismo, o papel político do Estado-Nação e da classe social (e seu partido) na discussão dos conceitos do método marxista³², cujas características principais seriam:

1- A identificação da situação do desenvolvimento econômico como forma de organizar um horizonte material sobre o qual se erguem os possíveis (mas nem sempre necessários) interesses dos diversos grupos sociais. A instância econômica é entendida como o grau de avanço das forças produtivas, as relações de produção, a distribuição, a circulação e o consumo, o avanço da integração econômica. Nela, se apresentam as possibilidades e os limites da atuação social.

2- Como o fulcro da sociedade capitalista são as lutas de classes, a análise visa, em primeiro lugar, a captar as classes sociais em seu movimento histórico. Assim, por um lado, as classes definem-se pela sua inserção na estrutura econômica, onde se definem certas necessidades e graus de liberdade. Por outro aspecto, são definidas por

³² De forma alguma, propomos uma refutação ao marxismo ou defendemos a tese de que se trata de um método explicativo ultrapassado, até porque, como admite um de seus maiores adversários, Leszek Kolakowski, em *Main Currents of Marxism*, o legado intelectual de Marx foi em grande parte assimilado pelas ciências sociais modernas. É verdade que rejeitamos a monocausalidade sugerida pela noção de "determinação em última instância" dos fenômenos sociais pelas relações de produção e a luta de classes, pelas razões já expostas da complexidade cultural das sociedades contemporâneas. Entretanto, entender que as lutas de classe não são um determinante único nem o elemento primordial, a chave explicativa dos fenômenos, não significa retirar a classe social como componente central dos conflitos contemporâneos. Por isso, repetimos com Bottomore (1988:93) que o marxismo mantém "sua capacidade de gerar um corpo de normas racionais para uma sociedade socialista, que parecem a muitos pensadores fazer dele um desafio permanente a outros modos de pensamento".

sua práxis histórica concreta. Em outros termos, as classes sociais são descontínuas, se autoconstroem ou desfazem-se nas lutas de classes³³.

3- A partir de uma dimensão primordial, o Estado é visto como o instrumento da classe dominante. Todavia, esta característica é relativizada. O método marxista reconhece a relativa autonomia do Estado, redimensionado como a arena das lutas de classes e produtor de consentimento para a gerência dos interesses comuns às classes dominantes. O método exige a apreensão das diversas linhas de força que surgem das tensões entre o Estado e a sociedade civil e entre as diversas classes sociais.

5- As condições ideológicas são igualmente fundamentais para o processo analítico. Apreender como as diversas classes representam-se, como se propõem projetos e como se iludem, como se relacionam com o passado e com o futuro, como se colocam diante das opções sociais, ou seja, como se projetam no tempo e no espaço, são elementos a ser levados em conta para o conhecimento da realidade social.

III. 7. A visão de Lênin

As duas gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso aos textos de *A ideologia alemã*, o que contribuiu para uma evolução para um conceito positivo de ideologia em Lênin e Gramsci. Pouco depois da morte de Marx, o conceito já sofreria uma re-significação. A sua conotação crítica passou a ser colocada em segundo plano, em grande parte porque elementos de um conceito neutro podiam ser encontrados na própria obra de Marx e Engels, além de ambigüidades e afirmações pouco claras que indicariam uma direção diferente do conceito negativo (Larrain, 1988:185).

A ideologia passou a ser conceituada de duas formas. A primeira, definia a ideologia como a totalidade das formas de consciência social (superestrutura ideológica). A segunda, como a concepção de ideologia relacionada com as idéias políticas de uma classe. Este foi o conceito adotado por Lênin, para quem, numa situação de confrontação de classes, a crítica da ideologia dominante é realizada de uma posição de classe diferente, por extensão, de um ponto de vista ideológico diferente.

³³ Esta interpretação está influenciada pela obra já mencionada de E. P. Thompson. Até porque, vimos que a cultura é subestimada nos escritos de Marx (Konder, 1992:49-50), para quem os fenômenos culturais eram entendidos como acréscimos à estrutura do movimento geral da sociedade. A descontinuidade e autoconstrução da classe é um processo cultural.

Assim, pelo ponto de vista de Lênin, a ideologia seria o conjunto de idéias e ideais filosóficos, científicos, religiosos, morais, artísticos de uma determinada classe social. Ao difundir sua ideologia, que tem aparência de valor universal, a classe dominante “embriaga espiritualmente” o proletariado. Livrar-se da ideologia da classe dominante é adquirir a concepção científica de mundo do marxismo, ou seja, a ideologia do proletariado.

Para Lênin, a ideologia estaria relacionada com as lutas de classe. A ideologia torna-se a consciência política ligada a cada classe e não uma distorção necessária que oculta as contradições sociais (Larrain, 1988:186). Na conhecida formulação do *Que fazer?*, Lênin propunha que o proletariado, por si só, espontaneamente, não chega à consciência socialista. Ele se restringe meramente a reivindicações econômicas sindicais. A consciência é trazida “de fora”, pela vanguarda revolucionária, fruto das contradições do sistema.

III.8. Gramsci e a Hegemonia

O pensador italiano Antônio Gramsci era um marxista³⁴. Dentro deste campo do pensamento, Gramsci é classificado como um filósofo da “superestrutura”, justamente pelas suas análises a respeito da ideologia. Para ele, todo produto humano seria ideológico, inclusive as teorias científicas e o próprio materialismo histórico, pois são um produto histórico, cultural, de uma determinada sociedade. O sujeito está mergulhado no ambiente histórico-cultural em que vive. Como ressalta Portelli (Ibidem), “a consequência dessa concepção tão ampla da ideologia é que nela são incluídas todas as atividades do grupo social dirigente, mesmo aquelas que parecem menos ideológicas, particularmente as ciências”.

Ao afirmar o condicionamento histórico de todo o conhecimento, Gramsci identificaria conhecimento em geral com ideologia. “Objetivo significa sempre humanamente objetivo, o que pode corresponder exatamente a historicamente subjetivo, isto é, objetivo significaria universal subjetivo”, escreveu Gramsci (apud Coutinho, 1989:61-62).

³⁴ Ivete Simionatto (1999:35) escreve “entendo, assim, que a reflexão gramsciana se baseia nos pressupostos metodológicos da teoria social de Marx.” Também Hugues Portelli (1987:14): “Enfim, e sobretudo, Gramsci é um marxista; convém, pois, reinserir permanentemente seus trabalhos no quadro da teoria marxista e medir, ao mesmo tempo, seus aspectos tradicionais e contribuições específicas.”

Vemos que, nestas noções de ideologia e objetividade, Gramsci aproxima-se de alguns princípios hoje presentes na Análise de Discursos, como a noção de que o conhecimento ou a teoria científica não apenas propiciam um saber sobre o real, mas também criam a objetividade. A teoria, como todo discurso, representa o real tanto quanto o produz. Mesmo crítico a esta noção de objetividade, Coutinho (*ibidem*) ressalta o caráter intersubjetivo do conceito gramsciano de ideologia, que o faz confundir-se com o que ele chama de “práxis interativa”:

“Esta práxis interativa mobiliza uma bagagem de conhecimentos mais ou menos científicos sobre a natureza e os determinantes da ação, mas também um conjunto de normas ou valores capazes de dirigir essa ação no sentido dos objetivos visados. Neste nível, ciência e ideologia se confundem. Dizer que a ciência é uma relação humana, uma interação e reduzir o tipo de conhecimento seria um limite de Gramsci. Mas afirmar que, na práxis interativa, a consciência mobilizada é sobretudo de tipo axiológico representa, ao contrário, uma contribuição essencial para compreensão ontológica da práxis política. Além disso, permite superar uma visão puramente gnosiológica da ideologia, que a vê apenas como falsa consciência e compreendê-la sobretudo enquanto realidade prática”.

Assim, Gramsci define ideologia como “uma concepção do mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva” (Portelli, 1977:22). Para ele, a ideologia não reflete ou espelha o interesse da classe economicamente dominante nem um dado determinado pela estrutura. Ela é um terreno de luta. A ideologia organiza o modo pelo qual a ação materializa-se nas relações, instituições e práticas sociais e nas ações individuais e coletivas (Sasson, 1988:178).

Ideologia e hegemonia não se reduzem, pois, a legitimação, falsa consciência ou instrumentalização da massa da população, cujo “senso comum”³⁵ ou visão de mundo é composto de vários elementos contraditórios, alguns dos quais contradizem a ideologia dominante. O que uma ideologia hegemônica pode propiciar é uma visão do mundo mais coerente e sistemática que influencie a massa da população e sirva como um princípio de organização das instituições sociais.

Gramsci é herdeiro também da tradição inaugurada por Marx de pensar a epistemologia a partir do projeto socialista. Dias (2000:16) lembra que as reflexões centrais de Gramsci vinculam-se aos desafios de pensar historicamente a revolução na

³⁵ O termo “filosofia do senso comum” substitui justamente a noção de falsa consciência ou submissão total à ideologia burguesa, a cegueira diante das condições reais de existência. Para Gramsci, trata-se de um quadro contraditório, um amálgama de fragmentos de experiências, vivências, ideologias, práticas sociais, enfim, da práxis de múltiplos grupos sociais, inclusive com manifestações de resistência.

Itália, a prática concreta do Partido Socialista Italiano como Estado em potência, embrião de uma nova forma estatal, em antagonismo com o Estado capitalista.

Assim o projeto histórico-político do proletariado seria a criação de uma sociedade regulada em que a hegemonia e sociedade civil (lugar do consentimento) sofrem uma hipertrofia, enquanto a sociedade política ou Estado (lugar da coerção) restringe-se. O proletariado e seus aliados devem criar uma expansão contínua do consentimento, na qual os interesses dos vários grupos se conjuguem para formar um novo bloco histórico (que reúne estrutura econômica e sociedade civil).

Alguns autores enfatizam o caráter homogêneo (ou unitário) e possivelmente totalizante da hegemonia (Araújo, 2002). Em certos aspectos, isto é correto (o que depende do grau de coerência), embora este juízo oculte as possibilidades abertas pela teoria de Gramsci, elaborada em tempos e circunstâncias bem diferentes dos atuais. Quando interrompe a redação dos *Cadernos*, ao falecer em 1937, Gramsci não poderia prever a III Revolução Industrial, o advento da sociedade pós-industrial (ou capitalismo tardio, como preferimos nesta pesquisa), ou o que Habermas classificou de “deslocamento do eixo ideológico da produção para o consumo” (Pinto, 1999).

Apesar de teorizar sobre o capitalismo monopolista e as grandes transformações provocadas pelas políticas de massas, neste período de redação dos *Cadernos* (1926-1937), o ambiente intelectual em que Gramsci está mergulhado permanece com os principais referenciais da modernidade: o industrialismo, o Estado-Nação, a classe e seu partido.

Como já esboçamos acima e veremos com mais cuidado, a obra Gramsci representa uma flexibilização da noção de classe social, ao propor que a dimensão cultural é constitutiva da sua ontologia. Isso pode ser percebido inclusive na sua justificativa, em grande parte, da viabilidade do projeto socialista na experiência coletiva das fábricas e ambientes operários, que levam à formação da cultura própria da classe operária. Daí, inclusive, o seu entusiasmo com a disciplina e os conselhos de fábrica, revelado nos seus escritos de Turim e nas notas do cárcere sobre o americanismo, em que ambos eram vistos antes como escolas do socialismo do que do capitalismo (Anderson, 1986; Dias, 2000).

Se deixarmos de entender coerência como sinônimo de homogeneidade, podemos perceber que a hegemonia pressupõe diversidade dos elementos que não estão

necessariamente enraizados em classes definidas economicamente. Isso, além do modo pelo qual ela representa a convergência de grupos inteiramente diferentes, bem como as negociações e concessões que isto implica, em termos do que hoje chamamos identificação social. Neste prisma, para Gramsci, o projeto socialista é viabilizado pelo agente unificador, o intelectual orgânico por excelência, o partido comunista³⁶.

III. 9. A sociedade civil e o mercado

Adam Smith foi o primeiro a teorizar sobre a probabilidade de separação da sociedade civil em relação à esfera política (o Estado), sua capacidade de auto-regular-se. Com o argumento de que, ao buscarem realizar seu interesse pessoal, os indivíduos promoviam de forma indireta e involuntária o interesse coletivo, Adam Smith cristalizou o conceito de sociedade civil como uma estrutura auto-regulada, mas benéfica. A aparente anarquia da busca individual do interesse egoísta (e não a ação coletiva) seria o responsável pela ordem.

Em contraste com os receios de uma guerra civil entre os interesses privados na ausência de um Estado que tutelasse o domínio econômico, Adam Smith oferecia um quadro de harmonia precisamente pela ausência do Estado na esfera do interesse privado, que se torna autônoma em relação ao interesse público. O indivíduo privado divorciou-se do cidadão (Desai, 1988:119).

Hegel tomou de Adam Smith a teoria do progresso e a idéia de sociedade civil para construir a sua teoria do Estado. Ele racionalizou a monarquia hereditária prussiana como o Estado ideal, com o argumento de que a separação entre a sociedade civil e a sociedade política era um obstáculo ao progresso histórico. Essa contradição entre a sociedade civil (esfera dos interesses egoístas) e a sociedade política (a esfera do interesse público) só seria conciliada por disposições políticas que estivessem acima e fora da sociedade civil. Ou seja, por instâncias acima das classes: o Estado, a burocracia e a monarquia hereditária.

Marx chegou à economia de Adam Smith através de sua *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Mas Marx tomava a autonomia da sociedade civil como um dado. Suas pesquisas subseqüentes fizeram-no voltar-se para o funcionamento da sociedade

³⁶ Numa conhecida fórmula, Gramsci enuncia que todos somos intelectuais ou "filósofos". Para ele, o intelectual não precisa de erudição, mas de ser capaz de tornar-se um dirigente e contribuir para a formação de uma cultura própria do proletariado a partir de elementos do senso comum. Intelectual coletivo, o partido revolucionário seria o "moderno Príncipe".

civil, isto é, para a crítica da economia política. Em Gramsci, o termo sociedade civil não se refere à esfera das relações econômicas, mas lhe é explicitamente contraposta, ao contrário da conotação presente nas obras de Hegel, Marx e Engels.

A sociedade civil é um sistema de instituições, intermediário entre a estrutura econômica e o Estado, com sua legislação e coerção (Anderson, 1986). De modo geral, hegemonia é entendida como direção e domínio, como estratégia de subordinação por persuasão e consentimento, e a sociedade civil é o local por excelência deste exercício de poder. Como expõe Gramsci (citado por Simionato, 1999:41):

“O critério metodológico sobre o qual ocorre fundamentar a análise é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes da conquista do poder (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); quando exercita o poder e também o tem fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser ‘dirigente’”.

O controle ideológico dá-se por uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina de “aparelhos privados de hegemonia”. São a Escola, Igreja, os jornais e os meios de comunicação em geral. Numa inesperada compreensão por parte de Gramsci do valor semiológico dos fenômenos culturais, Simionato (Idem:70) nos revela que ele “integra a esses canais de difusão da ideologia, a arquitetura e até mesmo a disposição e o nome das ruas, dos quais sublinha a importância como material ideológico”.

O lugar de disputa pela hegemonia é a sociedade civil. Assim, Gramsci iniciava suas primeiras notas sobre as diferenciações culturais, com a célebre distinção entre Oriente e Ocidente. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa. No Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma “justa relação”, e, em qualquer abalo do Estado, imediatamente uma poderosa estrutura da sociedade civil era revelada. O Estado era uma trincheira ameaçada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas.

Nesta distinção metafórica entre Oriente e Ocidente, Gramsci tinha por referência a estratégia revolucionária utilizada na Rússia Czarista, em que a sociedade civil não havia sido historicamente criada. Por isso, a estratégia não poderia ser repetida nas democracias do Ocidente, onde há uma grande autonomia da sociedade civil. A metáfora é uma distinção antes sócio-histórica que geográfica. Onde o poder está

concentrado apenas no Estado e a sociedade civil é frágil, a estratégia deve guiar-se para a tomada imediata do Estado, o que Gramsci chamaria de “guerra de movimento”. Onde os conflitos giravam em torno da conquista da hegemonia, a ser obtida no âmbito da sociedade civil, a estratégia é de “guerra de posições”.

Gramsci transforma a sociedade civil na principal agência do poder, na dimensão político-cultural, esfera de uma interação consensual intersubjetiva (Coutinho, 1998:25). O poder desloca-se do Estado estrito senso para as instituições da vida social.³⁷ Assim, o projeto político dos grupos subalternos deve visar à separação entre estas instituições e o Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção.

A esfera política restrita cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ampliada, caracterizada pela emergência de novos atores políticos e às amplas e crescentes organizações de massa. Com o novo status dado à sociedade civil, ao exercício do poder por meio de uma direção cultural e política, do consenso, autores como Norberto Bobbio (1999) argumentaram que Gramsci teria promovido uma inversão do elemento de determinação, que passaram a ser as “superestruturas”.

Para refutação desse argumento, torna-se essencial a ênfase na noção de “bloco histórico”, categoria que se define pelas relações recíprocas entre estrutura e superestrutura, sem que Gramsci tenha concebido alguma forma da primazia de um dos elementos. O foco do estudo de Gramsci está dirigido ao vínculo orgânico entre os dois elementos, efetuado por grupos sociais, os intelectuais, cuja atuação não se dá em nível econômico, mas superestrutural. Gramsci os denomina “funcionários da superestrutura” e vê neles uma solidariedade estreita às classes sociais que representam (Portelli, 1987:16).

III. 10. Sociedade civil e sociedade política

Coutinho (1998:23) entende que a teoria de Gramsci do Estado estaria melhor exemplificada numa crítica à União Soviética contida numa complexa nota intitulada “Estatolatria”, publicada nos Cadernos do cárcere. Redigida em abril de 1932, sujeita à

³⁷ Vianna (1978:XIII) ensina que, desta forma, Gramsci “recupera o tema clássico em política da coerção e do consenso, desde Maquiavel, que o ilustrou pela imagem do centauro como representativa da ação política. A metade animal exigindo o recurso à força, e a humana aos procedimentos consensuais, a ciência e a arte políticas dependeriam da justa compreensão e combinação desses dois elementos. Nas condições européias a partir da revolução russa, a leitura do mito maquiavélico enfatizaria a dimensão cultural, um sistema de poder não coercitivo em sentido estrito.”

censura, a nota não citaria claramente a recusa ao modelo soviético de construção do socialismo³⁸. Gramsci diz haver duas formas com que o Estado se apresentaria na linguagem e na cultura de épocas determinadas: como sociedade civil ("autogoverno") e como sociedade política ("governo dos funcionários"). Daí a sua referência ao Ocidente como uma relação equilibrada entre sociedade civil e sociedade política. Trata-se da conceituação do que ele chama de "Estado ampliado".

A "Estatolatria" seria o movimento teórico ou prático que identifica o Estado com a sociedade política, a coerção, o governo dos funcionários, em omissão à esfera consensual-hegemônica da sociedade civil. Numa sociedade de tipo Oriental, portanto, com escassa ou nenhuma tradição democrática, seria compreensível a instauração da ditadura do proletariado, ainda que ela não devesse perder sua base consensual. Mas a "estatolatria" não deveria tornar-se "fanatismo teórico" e eternizar-se.

Coutinho (Ibidem:25), mostra que Gramsci não identifica socialismo com "o governo dos funcionários", com o domínio da burocracia, mas com a construção de uma forte sociedade civil que assegure a possibilidade do autogoverno dos cidadãos, como se vê na citação que faz de Gramsci: "O movimento para criar uma nova civilização, um novo tipo de homem e de cidadão, ... [implica] a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, na qual o indivíduo singular se autogoverne".

Assim, o centro de uma nova ordem, de uma esfera pública democrática, seria a ampliação da sociedade civil, um espaço público não-estatal. As instituições da sociedade civil seriam os aparelhos privados de hegemonia, aos quais aderimos por consentimento, o que os distingue dos aparelhos estatais, cujas decisões nos são impostas de cima para baixo.

O Estado ampliado pode ser entendido como "esfera pública ampliada", produto de atuação do consenso intersubjetivamente construído, em que as interações sociais perdem gradativamente seu caráter coercitivo (Coutinho, 1988:26). Antes de ser uma distinção rígida, a separação sociedade civil e sociedade política é metodológica, pois as duas esferas só podem ser entendidas em relação orgânica. Existem momentos de

³⁸ Gramsci era obrigado a recorrer a disfarces para driblar a censura. Assim, o marxismo torna-se "filosofia da práxis" em seus escritos, assim com sociedade regulada é o sinônimo de comunismo e Lênin é chamado de "principal teórico moderno da filosofia da práxis" (Coutinho, 1998:23).

coerção na sociedade civil (embora, nela, o exercício da repressão seja juridicamente ausente) e momentos de hegemonia (consentimento político) de iniciativa estatal.

Além de deslocar o “teatro da História” (a luta pelo poder) da estrutura econômica para a sociedade civil (lugar da hegemonia), Gramsci identifica metodologicamente sociedade política e coerção, influenciado pelo conceito weberiano de Estado. Para Weber, o Estado se define pelo monopólio da violência legítima, princípio regulador de todo Estado capitalista (ou melhor, industrializado) moderno. Fenômenos de organização da violência civil teriam uma importância marginal, caso sejam comparados com a máquina central do Estado, nas formações sociais capitalistas avançadas (Anderson, 1986:31). Mas Gramsci absorve e supera essa definição.

Como vimos, para ele, o Estado existe numa relação social (entre sociedade civil e sociedade política), em interação permanente e dinâmica de conflitos, lutas e redefinições. Neste aspecto, o Estado não é pura coerção, mas também um produtor e reproduzidor da direção intelectual, cultural e moral exercida por um grupo social ou fração de classe sobre as demais. Assim, o Estado não é uma entidade acima da sociedade, nem é definido por necessidades. Tampouco pode ser reduzido a um instrumento das distintas frações da classe dominante.

Uma sociedade seria tanto mais democrática à medida que as iniciativas das agências não-estatais, reguladoras da sociedade civil, preponderam e em que os consensos formados nestes aparelhos privados de hegemonia universalizam-se (por exemplo, as conquistas dos movimentos sociais no sentido de constitucionalização dos direitos).

A persuasão, o convencimento e o consentimento são o modo atual de fazer política, de atuar na esfera pública no sentido de universalização das instituições da democracia (Republicanismo e Constituinte) e ampliação do poder do movimento social, numa moderna estratégia de inclusão social e democratização (dentro dos princípios de hegemonia ligados ao conceito de democracia ampliada, ou seja, a da combinação de formas da democracia representativa com formas a democracia direta). É neste sentido que falaremos, nesta pesquisa, de mudança social³⁹.

³⁹ A noção de esfera pública ampliada (ou democrática) é fundamental neste trabalho e será discutida no próximo capítulo.

III. 11. Os aparelhos privados de hegemonia

O modo de produção capitalista conheceu a laicização do Estado. Os instrumentos ideológicos de legitimação passam a ser algo privado em relação ao público. O Estado já não impõe coercitivamente uma religião e o sistema escolar passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu interior. Ainda que não sejam indiferentes ao Estado, as ideologias tornam-se algo privado. A adesão às ideologias em disputa torna-se um ato ditado pelo consentimento, em vez de imposto coercitivamente (Coutinho, 1989:81).

Os aparelhos privados de hegemonia passam a ser os portadores materiais das visões de mundo em disputa. Nesta tensão, existe a possibilidade de o sistema de ideologias das classes subalternas obter a hegemonia no interior de um ou de vários aparelhos hegemônicos privados, mesmo antes que tais classes tenham conquistado o poder de Estado. Assim, “um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental” (Coutinho, 1989:81). Por isso, a guerra de posições, uma longa luta pelo consenso, pela hegemonia no interior das instituições da sociedade civil.

A noção de aparelhos privados de hegemonia, de Gramsci, coloca a questão do poder em oposição à noção de “Aparelhos Ideológicos do Estado” (AIE), de Althusser. Os AIE (como a Igreja, o sistema escolar, os meios de comunicação) manipulam o cidadão com doses diárias de nacionalismo chauvinista, individualismo, moralismo, tornando-o submisso, garantindo a reprodução das relações sociais e de poder.

Anderson (1986:35) mostra que Althusser baseou-se numa interpretação possível da obra de Gramsci, em que as diferenças entre Estado e sociedade civil dissolvem-se. Com esta separação, Althusser não vê importância em distinguir instituições públicas e privadas. Ao não considerar que havia disputas no interior dos aparelhos privados e sua autonomia frente ao Estado, Althusser assumiu como projeto político a manutenção do partido revolucionário “fora do Estado” (militarmente organizado e clandestino).

Como ressalta Moraes (1994:44), em condições de hegemonia, as classes dominantes e seus aliados solidarizam o Estado com os aparelhos privados de hegemonia, que podem se configurar em Aparelhos Ideológicos do Estado, pelo caráter reprodutivista que desempenham na esfera pública (ou Estado ampliado). Mas tal configuração não é imutável, pois permanece contraditória e sob luta hegemônica.

Assim, a fonte do equívoco central de Althusser seria considerar a ideologia como atribuição do Estado, cujo objetivo seria assegurar a dominação.

Posição semelhante defende Nicos Poulantzas, em célebre debate com Ralph Miliband sobre a teoria marxista do Estado capitalista (Poulantzas e Miliband, 199:28-29). Ele propõe uma distinção entre aparelho de Estado (governo, exército, polícia, tribunais e administração) e aparelhos ideológicos do Estado (Igreja, partidos políticos, associações de classe, escolas, mídia, família). Os primeiros teriam um papel principalmente repressivo, no sentido lato, e os outros um papel ideológico. Para Poulantzas, seria indiferente classificá-los de públicos ou privados. Eles deveriam ser considerados integrantes do Estado porque:

1. O Estado se definiria como a instância que mantém a coesão numa formação social e que reproduz as condições de produção de um sistema social, ao manter uma dominação de classe. Os aparelhos ideológicos do Estado desempenhariam a mesma função.
2. A condição para que se torne possível a existência e funcionamento dos aparelhos ideológicos é o próprio aparelho repressivo do Estado, que está sempre por detrás delas, as defende e sanciona. Além disso, a ação das instituições seria determinada pela ação do próprio aparelho repressivo do Estado.
3. Apesar de os aparelhos ideológicos possuírem razoável autonomia entre si e em relação ao aparelho repressivo do Estado, eles pertenceriam ao mesmo sistema, tal como o aparelho repressivo.
4. Para a teoria marxista-leninista, uma revolução socialista não seria apenas uma alteração do poder do Estado, mas também, uma mudança radical do aparelho de Estado. Assim, com a inclusão dos aparelhos ideológicos no conceito de Estado, tornar-se-ia evidente a razão que levou a teoria a considerar a aplicação da tese da “destruição” do Estado não só ao aparelho repressivo do Estado como também aos aparelhos ideológicos do Estado. A “destruição” dos aparelhos ideológicos teria como condição prévia a destruição do aparelho repressivo do Estado que os mantém.

Em resposta a Poulantzas, Ralph Miliband (Idem:50) admite que o Estado se encontra cada vez mais implicado no processo de “socialização política”, mas, nas democracias, as instituições da sociedade civil não integrariam o Estado. Tais

instituições estariam cada vez mais sujeitas a um processo de “estatização”; pois, nas condições de crise permanente do capitalismo tardio, o Estado precisaria assumir uma responsabilidade ainda maior pela doutrinação política.

Mesmo no horizonte de uma teoria do Estado mais próxima dos textos clássicos do marxismo, Miliband argumenta em favor do princípio gramsciano de que as instituições da sociedade civil não se subsumem ao Estado, argumento que também é repetido por Anderson (1986). Para eles, ao deixar as fronteiras do Estado fluídas, deixa-se também de compreender o papel e a eficácia da sociedade civil e da rede de instituições privadas que a constituem, o que faz obscurecer a diferença dos sistemas políticos na democracia parlamentar e nas ditaduras.

Podemos acrescentar que, além da visão instrumental de Estado, a argumentação de Poulantzas pressupõe uma teoria em que o exercício do poder é estático. Algo que não traduz as reflexões de Gramsci, para quem o poder não está cristalizado no Estado. A democratização pressupõe a ampliação de instituições produtoras de independência organizativa e cultural. A luta pelo poder deslocou-se prioritariamente para a esfera da sociedade civil, para a rede de instituições de aparelhos privados de hegemonia. Além disso, a noção de um poder estático e centralizado no Estado foi demolida pelas análises de Foucault das relações de poder na sociedade ocidental contemporânea⁴⁰.

III. 12. Críticas ao (e ampliação do) conceito gramsciano de sociedade civil

As mudanças estruturais do capitalismo suscitaram questionamentos e reformulações no conceito de sociedade civil, em especial no pensamento sobre a atuação do movimento social na esfera pública. Fernandes (1993:193-206) faz um balanço da importância da sociedade civil, a partir de três fatores. A emergência de uma rede internacional (portanto, de novas lealdades acima do Estado-Nação) de organizações não-governamentais (ONGs); do autoritarismo na América Latina; e dos movimentos libertários que dissolveram os Estados comunistas na Europa Oriental.

Na Europa Oriental, a defesa da sociedade civil girou em torno da luta pela autonomia dos indivíduos, associações e instituições face ao Estado. Na América Latina, diante dos regimes autoritários, a sociedade civil afirmou-se pela luta por direitos legais, em contraposição à violência estatal, mas não se esgotou aí. A atuação

⁴⁰ Sobre o tema, há a excelente apresentação de Manoel Barros da Motta ao volume IV da coletânea

da sociedade civil tornou-se crítica ainda às formas tradicionais de dominação personalizada, às rígidas hierarquias sociais e populismos. Tratava-se de uma luta para que todos tivessem direitos iguais.

No âmbito das ONGs, o conceito aplica-se às relações planetárias emergentes, à internacionalização da sociedade civil, o que pressupõe alterações no relacionamento com os Estados. Em princípio, Estado e sociedade civil mantêm uma relação orgânica, em que o primeiro define e aplica leis gerais de acordo com as quais a sociedade civil se movimenta. Daí a importância assumida pelos mecanismos reguladores do relacionamento entre as duas esferas, das formas de representação, participação e controle estabelecidas, que emprestam legitimidade aos regulamentos impostos pelo Estado (desde que sejam considerados aceitáveis para a sociedade civil).

Entretanto, como vimos, o conceito de sociedade civil desenvolveu-se com as reflexões de Gramsci sobre a construção do Estado-Nação italiano. As narrativas identitárias mais fortes na modernidade ocidental advinham do industrialismo e do nacionalismo (Anderson, 1999:10) e das grandes instituições nascidas na sociedade industrial, como o próprio Estado-Nação⁴¹, os sindicatos e o partido revolucionário.

Hoje, admite-se que tais entidades estão decadentes. Até recentemente, porém, tais influências produziram um conceito de identidade cultural a partir de um núcleo estável, cujo eixo pode ser indicado na tradição oral (língua, narrativas, canções), na religião (mitos e ritos coletivos) e nos comportamentos coletivos formalizados. Eles eram a base da representação das relações entre os indivíduos e os grupos e entre estes e seu território (Coelho, 1990:201). Por exemplo, ao longo dos anos 60, no Brasil, este entendimento prevaleceu tanto à esquerda (como o movimento dos Centros Populares de Cultura) como à direita (ideólogos do regime militar). Os traços da identidade nacional deviam ser buscados, preservados, e sua reprodução estimulada em programas de ação cultural e de políticas de comunicação de massa (de que resultaram as redes nacionais de televisão).

O próprio conceito de identidade seria fechado, igual a si mesmo ao longo do tempo (em que a ideia de nacionalidade era central). Daí a preferência dos pensadores

Foucault (2003).

⁴¹ É o que também nos mostra Barbero (1997:128-129) ao discutir a emergência do Estado como agente de integração vertical, isto é, centralizador político e unificador cultural, cuja plenitude será a efetivação do Estado-Nação e a identidade entre a ideia de "nação" e a relação entre soberania do Estado, unidade econômica e social.

pós-modernos pelo termo “identificação social”, uma forma de marcar a substituição de um sistema construído por unidades significantes estáveis a que corresponderiam unidades de significado fixos. Ao contrário, hoje haveria um processo de unidades cambiantes no qual os indivíduos e grupos entram e saem, por motivações diversas. Ora a identificação cultural se faz com determinados elementos, ora com outros. Existiriam ainda, eventualmente, núcleos duros, mas a identificação não se apresentaria como estável e constantemente igual a si mesma (Ibidem:202).

O advento do capitalismo tardio, da internacionalização do mercado e das comunicações, a emergência das lutas identitárias, entre outros fatores, puseram em regime de contestação as conexões lógicas entre as idéias de sociedade civil e de nacionalidade. A obrigação de partilhar “núcleos duros” (um só idioma, caráter nacional e destino) passou a ser visto com desconfiança e a opor-se ao conceito de sociedade civil, à medida que a nacionalidade (agora, “comunidade imaginada”⁴²) representava uma absorção da diversidade pela idéia de unicidade.

Como conseqüências principais, podemos resumir:

- 1- No capitalismo tardio, a sociedade civil internacionalizada engloba e regula as diferenças nacionais. A sociedade civil sob o abrigo exclusivo do Estado-Nação é um fato historicamente datado, que pertence ao passado.
- 2- As referências às conotações de classe e a uma organização em torno da “vontade geral” (herança iluminista de Rousseau) são abandonadas. Os símbolos de uma vontade coletiva totalizante, a noção de que a sociedade se move em torno de um projeto histórico à maneira de um sujeito consciente, são negados pelas complexas relações da sociedade civil contemporânea.
- 3- O governo da maioria, os direitos das minorias, as associações privadas e os múltiplos níveis de tomadas de decisões compõem um cenário indefinido, em aberto. Não há espaço para uma síntese promovida pelo sujeito, ou intelectual orgânico, unificador universal (o partido revolucionário). Tampouco apenas a luta de classes orienta a unificação da comunidade de interesses. A ação coletiva

⁴² Benedict Anderson (1983) desenvolve o argumento de que a identidade nacional é inteiramente dependente da idéia que fazemos dela. Uma vez que não seria possível conhecer toda comunidade que compartilha nossa identidade nacional, devemos ter uma idéia partilhada sobre o que a constitui. É necessário criar laços imaginários que permitam aproximar pessoas que, sem eles, seriam indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” partilhar algo em comum. A diferença entre as diversas identidades nacionais residiria nas diferentes formas pelas quais as comunidades são imaginadas.

funda-se em múltiplos atores sociais: mulher, negro, chicano, favelado, menino de rua. Muitos destes atores adquirem voz própria na esfera pública (ou agência discursiva), transgridem o projeto hegemônico do discurso dominante e exigem o reconhecimento da diferença, questionando e deslocando os discursos autoritários (Bhabha, 1994:113).

É a partir destes princípios e de um universo conceitual amplo que Fairclough vai reler e teorizar sobre o conceito de hegemonia. Antes de expor a leitura da obra de Gramsci por Fairclough, vamos explicitar alguns dos conceitos expostos nas considerações acima, que influenciam sua leitura.

III. 13. O capitalismo tardio

O conceito foi desenvolvido pelo economista belga Ernest Mandel para caracterizar a atual fase do capitalismo monopolista e inspirou o título do seu livro publicado em 1972. A emergência do capitalismo tardio desencadeou-se a partir da terceira revolução tecnológica (1940-45), com a crescente introdução da automação na produção, a internacionalização e centralização do capital em conglomerados multinacionais, a rápida depreciação e o encurtamento do tempo de rotação do capital fixo, além da procura do superlucro como principal estímulo da acumulação do capital (Sandroni, 1989:38).

Mandel subdivide a fase concorrencial do capitalismo em duas subfases. A primeira, pós-revolução industrial do século XVIII. A segunda, entre 1848 (ano da primeira revolução tecnológica, com a produção de motores a vapor) e 1873. Da mesma forma, o capitalismo monopolista (ou imperialista) divide-se em duas subfases: a "clássica", que se caracteriza pelo esgotamento da expansão da primeira revolução tecnológica, e o "capitalismo tardio", que surge da terceira revolução tecnológica (provocada pela produção automatizada e o desenvolvimento da energia nuclear). Iniciada com a introdução do motor elétrico e à explosão, a segunda revolução tecnológica (1896) não caracterizaria uma subfase específica do capitalismo, apesar das repercussões nos meios de produção.

A revolução industrial provocou mudanças na principal forma de acumulação de capital, transferida do capital comercial para as indústrias. Da mesma forma, o capitalismo tardio (caracterizado pela automação e regulação eletrônica da produção) altera a principal forma de acumulação. Conseqüentemente, o aumento da composição

orgânica do capital⁴³ e a queda da taxa de lucros definem uma crise estrutural no modo de produção capitalista. Mandel prevê que, nas fábricas inteiramente automatizadas, sem trabalho humano, não haverá produção de mais-valia (embora, no estágio atual, os ganhos com a produtividade representem um aumento na mais-valia relativa).

A valorização das rendas tecnológicas (principal fonte de superlucros no capitalismo tardio) proporcionou o desenvolvimento tecnológico por meio do aumento de despesas com pesquisas e a organização da aplicação da ciência na produção como ramo autônomo da divisão do trabalho. Com isso, acelerou-se a depreciação do capital fixo e o encurtamento da sua rotação, o que passou a exigir um planejamento empresarial cada vez mais abrangente. Assim, os conglomerados multinacionais centralizaram o capital e houve uma tendência de ampliação do controle sistemático sobre todos os elementos dos processos de produção, circulação e reprodução. Para Mandel, em vez da crença no individualismo e na competição sem limites, a ideologia do capitalismo tardio reside na fé nos princípios da ciência e da técnica, que devem organizar e planejar a economia e a sociedade.

Jameson (1996:27-79) propõe que a questão ideológica seja central e bastante mais complexa. A lógica cultural hegemônica no capitalismo tardio (ou multinacional, como ele também o chama) seria o "pós-modernismo", pensado não como um estilo, mas como uma concepção histórica. Para ele, houve uma mutação na esfera da cultura pela integração da produção estética à produção de mercadorias em geral, derivada da força ideológica do consumo. O ritmo acelerado da economia na produção de novas séries de novidades (de roupas a automóveis e aviões) acabou por atribuir uma posição e uma função estrutural essenciais à inovação estética e ao experimentalismo, identificados nos vários tipos de patrocínio e apoio institucional disponíveis para a arte mais nova. A expansão e desenvolvimento da cultura pós-moderna global (ainda que americana) seriam a expressão interna e superestrutural de uma nova era de dominação militar e econômica dos EUA.

⁴³ Trata-se da relação de proporcionalidade entre capital constante (c), ou meios de produção e matérias-primas e o capital variável (v), ou mão-de-obra, expressa na fórmula c/v , cujas variações modificam a taxa de lucro. Tal relação é influenciada pela rotação de capital e a taxa de mais-valia. Uma composição orgânica do capital elevada, significa uma taxa de lucro reduzida. Quanto mais alta a mais-valia e intensa a rotação de capital, maior a taxa de lucro. Como o tempo necessário para que o capital utilizado retorne a sua forma dinheiro-capital (rotação de capital) é longa quando se trata de edifícios, máquinas, enfim a parte do capital constante correspondente ao capital fixo, no mundo atual a tendência é de elevação da composição orgânica do capital. Ao mesmo tempo, reduz-se o volume de mão-de-obra utilizada.

Assim, embora não seja a única forma de produção cultural na sociedade atual, o pós-modernismo teria como elementos característicos uma nova ausência de profundidade presente em especial na Teoria e na cultura da imagem e do simulacro, o enfraquecimento da historicidade (tanto em relação à história pública quanto nas formas de temporalidade privada) e a profunda relação constitutiva desses elementos com a nova tecnologia.

Em termos de estética, o pós-modernismo seria uma reação contra a canonização do Modernismo pelas universidades no final dos anos 50. O movimento seria uma espécie de “populismo estético”, nascido da ruptura do Naturalismo e do Modernismo com o Realismo do século XIX. A partir daí, o “Alto Modernismo” deu origem à cultura comercial de massas, que rompeu a fronteira modernista entre a cultura erudita e a cultura de massas. Com o pastiche, o pós-modernismo sintetizou as duas manifestações do Modernismo e substituiu a paródia modernista. Os estilos modernistas passaram a ser códigos pós-modernistas (Mattos-Parreira, 1997:371).

Entendido como reação à canonização do modernismo, o pós-modernismo foi quase imediatamente absorvido pela cultura instituída em razão da transformação da produção estética numa produção de mercadorias. Desta forma, o pós-modernismo se impôs como lógica cultural do capitalismo tardio, pois se relaciona diretamente com a revolução tecnológica da era eletrônica e nuclear (e o capitalismo multinacional que a produz). O resultado seria um novo culto do Belo “que representa uma colonização da realidade geralmente por formas espaciais e visuais”, que também seria uma “mercantilização dessa mesma realidade intensamente colonizada em escala mundial” (Citado por Anderson, 1999:152).

Jameson escreve que as idéias da classe dirigente deixaram de ser a ideologia dominante da sociedade burguesa, pois os países do capitalismo tardio constituem hoje um campo de uma heterogeneidade estilística e discursiva sem normas. Mestres sem rosto continuariam a orientar as estratégias econômicas e constranger nossas vidas, mas sem precisar impor o seu discurso (Jameson 1996:65). No centro da cultura pós-moderna está o simulacro, a cultura das imagens repetidas sem qualquer relação com uma função referencial. Anteriormente teorizada por Benjamin, Adorno e Brecht, a distância crítica criada pelo simulacro desaparece, é perdida. Em vez disso, os nossos corpos pós-modernos “são privados de coordenadas espaciais e praticamente incapazes

de distanciamento, mesmo no que se refere a intervenções políticas evidentes” (1996:87). O sujeito encontra-se num espaço desconexo e desligado do passado e do futuro, incapaz de construir uma identidade sólida e definível.

Como se vê, a crítica de Jameson ao paradigma pós-moderno inclui a fragmentação da identidade e do estilo pessoal modernista (vistos como a negação da História) e um desligamento da intervenção política mais “evidente” (certamente, a orientada pela classe social).

III. 14. A identificação social

Vimos que, no capitalismo tardio, a sociedade civil internacionalizada e a complexidade cultural alteraram as referências às lutas de classe e geraram um cenário aberto, em que a ação coletiva funda-se no apelo à diferença e à diversidade, traduzidas, em termos políticos, no multiculturalismo. Autores do campo marxista, como Jameson, vêem este processo negativamente, ao contrário de uma geração de teóricos ligados aos Estudos Culturais, que enxergam a fragmentação da identidade não apenas como fragilização, alienação ou reificação, um contínuo amalgamento às necessidades do mercado. Eles enxergam ali novas possibilidades de renovação e articulação continuadas das identidades e lutas políticas (entre os principais, estão dois pensadores egressos da tradição de análise marxista, Stuart Hall e Ernest Laclau).

Com base na obra de Hall⁴⁴ (1998) e nos princípios da Análise de Discursos como é aceita neste trabalho (em especial dos princípios da enunciação, da intertextualidade e do ato ilocucionário), vamos expor o conceito de identificação social, fundamental para o conceito de ideologia e hegemonia em Fairclough e na Semiologia dos Discursos Sociais.

III. 15. Sobre as mudanças que produziram o sujeito “pós-moderno”

Stuart Hall analisa a produção de identidades culturais na modernidade, a partir da hipótese de uma “crise de identidade”, provocada pela mudança estrutural nas sociedades modernas no final do século XX. Hall afirma que as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, de fato estão em declínio. As paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade fragmentam-se e

⁴⁴ O livro de Hall (1998) e os artigos do próprio Hall, de Kathryn Woodward e Tomaz Tadeu da Silva formam a linha condutora da exposição que se segue. Os artigos foram publicados em Silva (org.) (2000).

abalam o sentido ou “narrativa” estável, fixa, do indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. Tal descentração do sujeito ocorre em relação tanto ao seu lugar no mundo social e cultural quanto dentro do próprio sujeito, deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.

Hall concebe a identidade cultural em três grandes linhas de influência:

- a) a do sujeito do Iluminismo;
- b) a do sujeito sociológico; e
- c) a do sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo baseava-se numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. O “centro essencial” deste sujeito consistia num núcleo interior, que emergia no nascimento (pela tradição familiar) e com ele se desenvolvia, ainda que ele permanecesse “idêntico” ao longo da sua existência. A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”. O grupo social mediava os valores, sentidos e símbolos (a cultura) dos mundos que o sujeito habitava.

Assim, a identidade do sujeito sociológico é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nessa concepção sociológica, a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo privado e o mundo público. Projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores. Isso contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Assim, Hall conceitua a identidade sociológica pela reação do sujeito ao contexto, às relações sociais e materiais de uma sociedade.

Sem uma identidade fixa ou essencialista, a identidade do sujeito pós-moderno torna-se uma “celebração móvel”, criada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais. O sujeito assume não mais uma única, mas várias identidades em diferentes momentos.

Dentro desse sujeito há identidades contraditórias ou não resolvidas, negociadas em diferentes direções, de tal modo que sua identificação é continuamente deslocada.

Para Hall, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam — e nesse sentido, ele se refere à mídia — somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com que poderíamos nos identificar, mesmo temporariamente. Assim, a identidade é um atributo simbólico, ela é formada na linguagem. O que equivale a dizer que as narrativas (atribuições de sentido) constituem a identidade do indivíduo.

Com base na definição de modernidade reflexiva, de Giddens, Hall argumenta que o passado é venerado e os símbolos são valorizados nas sociedades tradicionais porque perpetuam a experiência de gerações. Por meio da tradição, tais sociedades organizam o tempo e o espaço e interpretam atividades ou experiências particulares dentro de uma continuidade com um passado, presente e futuro estruturados por práticas sociais. Em contrapartida, a modernidade não seria apenas definida como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas também como uma forma altamente reflexiva de vida. As práticas sociais são constantemente examinadas e reformuladas a partir das informações recebidas sobre aquelas práticas, o que permite alterar, assim, constitutivamente, seu caráter.

Laclau argumenta ainda que as sociedades do mundo contemporâneo, são caracterizadas pela “diferença”. Elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de “posições de sujeito” (identidades) para os indivíduos. As crises globais da identidade devem-se a esse deslocamento. As sociedades modernas não têm qualquer núcleo ou centro determinado que produza identidade fixas, mas, em vez disso, uma pluralidade de centros, muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar.

Assim, um forte princípio da identificação social é de que nenhuma identidade singular (como a classe social) pode alinhar as diferentes identidades em um projeto unificado, uma identidade única, abrangente, na qual se possa basear uma política de forma segura. A classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora capaz de reconciliar e representar os variados interesses e identidades. Os posicionamentos políticos do mundo moderno seriam segmentados por

identificações rivais e deslocantes. Eles seriam provenientes da erosão do projeto unificador da identidade da classe e da emergência de identidades baseadas em novas formas políticas, definidas pelos movimentos sociais (o feminismo, as lutas do movimento negro, os movimentos de libertação nacional, os movimentos ecológicos e antinucleares).

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas negociada, pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se, portanto, politizada. Esse processo pode ser descrito como uma política da diferença.

III. 16. A identidade no mercado global

As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. Este é um período histórico caracterizado pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento. Enquanto, nos anos 70 e 80, a luta política era descrita e teorizada em termos de ideologias em conflito, ela se caracterizaria agora pela competição e pelo conflito entre as diferentes identidades (Woodward, 2000:25). O fenômeno da globalização envolve uma transformação das velhas estruturas dos Estados e das comunidades nacionais, que entraram em colapso em virtude da crescente transnacionalização da vida econômica e cultural. À medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra e a natureza das instituições modernas.

A globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais que causam mudanças nos padrões de produção e consumo, cujo resultado é a produção de identidades novas e globalizadas. O desenvolvimento global do capitalismo não é um fato novo. Mas, o que caracteriza sua fase mais recente, é a convergência de culturas e estilos de vida. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento relativamente à identidade da comunidade e à cultura local. Do mesmo modo, pode levar a resistências e fortalecer e reafirmar identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade, num processo dialético (Woodward, 2000:21).

As mudanças na economia global têm produzido uma dispersão das demandas ao redor do mundo. Isso ocorre não apenas em termos de bens e serviços, mas também na

migração dos trabalhadores, acelerada pela globalização. A migração internacional é parte de uma revolução transnacional que provoca a reformulação das sociedades e da política. A migração tem impactos sobre o país de origem e de destino. Ela produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo caracterizado por grandes desigualdades, em termos de desenvolvimento global. Essa dispersão global produz lealdades e identidades moldadas acima dos Estados nacionais, em diferentes lugares. Essas novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras.

III. 17. As identidades construídas discursivamente

A utilização das categorias de “posição de sujeito” e o destaque para os sistemas de representação (entendidos como atribuidores de sentido ao real, portanto construtivos da realidade), revelam que, para Hall e os pensadores “pós-modernos”, as identidades são construídas na linguagem, a exemplo do que propõe a Semiologia dos Discursos Sociais. Outro ponto de aproximação diz respeito à atuação dos sistemas de representação, que classificam o mundo e as relações sociais, num processo de relações de poder. Toda prática social é marcada pela linguagem (portanto, pela ideologia e as disputas de poder). Assim, as identidades são diversas e cambiantes, negociadas nos contextos sociais, isto é, nas práticas sociais e nos sistemas simbólicos, por meio dos quais os sentidos são atribuídos a nossas posições de sujeito.

A noção de que o processo de identificação revela um indivíduo que se compõe de camadas de significação (os papéis sociais), que podem ser vividas sequencialmente — ou mesmo concorrentemente —, num mesmo tempo, leva à questão da possibilidade de mudança social e do seu sentido (uma vez que as mudanças podem gerar novas formas de exclusão social). Nesta pesquisa, interessa-nos apontar mudanças sociais que operem no sentido da construção de uma esfera pública democrática, isto é, de formas democráticas de sociabilidade (o que será definido no próximo capítulo). Neste momento, nos interessa delimitar possibilidades de mudança social em termos de hegemonia, discurso (como proposto pela Semiologia dos Discursos Sociais) e ato ilocucionário. Para um diálogo com as reflexões de Hall, vamos discutir as aproximações, mas também as diferenças, nos conceitos de interpelação e *différance*.

III. 18. Sobre a categoria da Interpelação

A partir de uma teoria da subjetividade desenvolvida em um universo conceitual formado pelo paradigma marxista, a psicanálise lacaniana e a lingüística estrutural, Althusser explica a forma pela qual os sujeitos são recrutados para ocupar certas posições-de-sujeito particulares pelo conceito de interpelação. Trata-se de um processo inconsciente. Althusser busca não apenas descrever sistemas de significado, mas explicar por que posições particulares acabam por ser assumidas pelos sujeitos.

Por exemplo, num determinado momento histórico, os fatores sociais explicam uma construção particular de maternidade, especialmente a de “boa mãe”. Mas não explicam qual o investimento que os indivíduos fazem em posições particulares e os apegos que eles desenvolvem por essas posições (Woodward, 2000:59-60). Althusser reformula ainda o conceito marxiano de ideologia. Os aparelhos ideológicos de Estado atuam na reprodução das relações sociais, com destaque para os rituais e as práticas institucionais envolvidos nesse processo. As ideologias são concebidas como sistemas de representação, que atuam de modo a recrutar os sujeitos entre indivíduos ou transformar os indivíduos em sujeitos. O sujeito não é a mesma coisa que a pessoa humana, mas uma categoria simbolicamente construída. Assim, a subjetividade passa a ser explicada em termos de estruturas e práticas sociais e simbólicas (Idem:60).

Esse processo de interpelação nomeia e, ao mesmo tempo, posiciona o sujeito. Isto significa que ele é reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos. Ocupar uma posição-de-sujeito determinada como, por exemplo, a de cidadão patriota, não é uma questão simplesmente de escolha pessoal consciente. Na verdade, somos recrutados para aquela posição ao reconhecê-la por meio de um sistema de representação. O investimento que nela fazemos é, igualmente, um elemento central nesse processo (Ibidem). A teoria de Althusser é vista como um paradigma pós-marxista, uma vez que os fatores materiais e a solidariedade de classe não explicam totalmente o investimento que os sujeitos fazem em posições de identidade. O destaque dado aos sistemas simbólicos sugere que os sujeitos são recrutados e produzidos não apenas no nível consciente, mas também inconscientemente.

Desconsidera-se, entretanto, a ampla bibliografia crítica ao paradigma de Althusser, cujo foco central repete os argumentos contra o estruturalismo, em especial a ênfase na reprodução social e a falta de condições para pensar as contradições sociais e

a ação coletiva para a mudança social⁴⁵. Entretanto, o conceito de interpelação é útil para a Análise de Discursos, à medida que explicita como os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais podemos falar, em contextos historicamente determinados. Além disso, a ênfase na categoria de “investimento” revela que todas as práticas discursivas envolvem ideologia e relações de poder.

Assim, somos constrangidos pelas relações sociais e discursivas, que moldam as possibilidades de investimento em identidades. Mas a categoria de interpelação deve ser pensada num quadro mais amplo, que possibilite pensar a mudança social. Hall enxerga a necessidade de valorizar a possibilidade de ação crítica do sujeito, ao propor seu conceito de identidade social (possibilidade que, nesta pesquisa, tratamos no quadro da efetivação dos atos ilocucionários).

Assim, Hall (2000:111-112) define:

“Utilizo o termo ‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

III. 19. A lingüística Saussureana e a *différance* de Derrida

Em princípio, para explicar que as identidades formam-se relativamente a outras identidades (ao “outro”), Hall recorre à teoria lingüística saussureana (Woodward, 50), em que as oposições binárias são essenciais para a produção de significados (também para marcar as diferenças), posição adotada pelo estruturalismo de Lévi-Strauss. Nesta concepção, uma característica da maioria dos sistemas de pensamento seria o compromisso com o dualismo, as oposições dicotômicas cristalinas (natureza x razão; corpo x mente, civilizado x bárbaro, etc.). Neste caso, a diferença pode ser construída negativamente, pela exclusão ou marginalização dos “outros”.

Derrida propõe uma crítica às oposições binárias, com o argumento de que a relação entre os dois termos envolve um desequilíbrio necessário de poder. A própria dicotomia é um dos meios pelos quais o significado é fixado. Por meio dessas dicotomias, o pensamento (especialmente o Europeu) garante a permanência das

⁴⁵ Especialmente interessante é a crítica irônica de E. P. Thompson, para quem a teoria de Althusser “é o stalinismo teorizado como ideologia” (Thompson, 1981:202).

relações de poder existentes. O significado estaria presente como um “traço”. A relação entre significado e significante não é algo fixo. O significado é produzido por meio de um processo de diferimento ou adiamento, que Derrida chama de *différance*. Embora haja uma sofisticada relativização da relação entre significante e significado, mantém-se o sistema de signos (ou sistema lingüístico) como paradigma para reflexão da construção de identidades.

A partir daí, a crítica às oposições binárias propõe que elas não são rígidas, fixas. O significado está sujeito ao deslizamento, ele é fluido, sem nenhum ponto de fechamento. Assim, a identidade é uma fonte enriquecedora de diversidade, heterogeneidade e hibridismo. Esta seria a pauta dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (Woodward, 2000:53).

As críticas de Bakhtin e da Semiologia dos Discursos Sociais já foram expostas no capítulo anterior e são por demais conhecidas. O recurso a explicações baseadas em estruturas abstratas, a-históricas, e no conceito de signo parece contraditório em relação a argumentos baseados na historicidade das estruturas e na exigência da contextualização. Entendemos que as noções bakhtinianas de gênero do discurso, polifonia, dialogismo, os postulados da Semiologia dos Discursos Sociais (em especial o da semiose infinita) e o ato ilocucionário poderiam articular com maior coerência uma explicação para a constituição das identidades (cf. Pinto, 1999:31-32). Antes de desenvolver a questão, vamos explicitar os argumentos elaborados a partir do conceito de *différance*.

As identidades, então, são pensadas como o resultado de atos de criação lingüística. Como atos lingüísticos, a identidade e a diferença estariam sujeitas a propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Para Saussure, a linguagem é um sistema de diferenças. Assim, “ser brasileiro” significa qualificar um enorme grupo de seres como “não brasileiro”. Os signos que constituem uma língua não têm valor absoluto, não fazem sentido se considerados isoladamente. Se considerarmos apenas o aspecto material de um signo, seu aspecto gráfico ou fonético (o sinal gráfico “faca” por exemplo, ou seu equivalente fonético), não haveria nele nada intrínseco que remeta ao referente (o objeto faca). Nesta concepção, o signo é totalmente arbitrário, ele só adquire sentido na cadeia infinita de outras marcas gráficas ou fonéticas diferentes dele.

A língua é um sistema de diferenças. Assim, o significado que constitui um determinado signo, seu aspecto conceitual, constrói-se na diferença. “Sou brasileiro”, é uma forma abreviada de dizer “não sou argentino”, por exemplo. Este também seria o processo básico de funcionamento de instituições culturais e sociais como a identidade (Silva, 2000:76-78). Por essa argumentação, a identidade e a diferença não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentidos. Porém isso implicaria fixar os esquemas dicotômicos, representaria um fechamento. Assim para Silva (idem:78), a identidade e a diferença “não são determinadas, de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição”.

A saída teórica encontrada é propor que a linguagem seja uma estrutura instável, indeterminada, em razão de “uma característica fundamental do signo”. Ele é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto ou um conceito abstrato. O signo não coincide com a coisa ou o conceito. Na linguagem filosófica de Derrida, o signo não é uma presença (a coisa ou o conceito não está presente no signo). A natureza da linguagem, porém, nos faz ter a ilusão de ver no signo a presença do referente. Trata-se do que Derrida chama de “metafísica da presença” (idem:79). Tal “ilusão referencial” é necessária para que o signo funcione, pois o signo está no lugar de alguma outra coisa. Embora nunca plenamente realizada, a promessa da presença é parte integrante da idéia de signo, embora a plena presença no signo seja indefinidamente adiada (ou diferida).

Derrida acrescenta ao esquema a idéia de traço. O signo carregaria sempre não apenas o traço daquilo que substitui, mas também do que ele não é, da diferença. Nenhum signo pode ser reduzido a si mesmo, à identidade. A declaração de identidade “sou brasileiro”, contém o traço do outro, da diferença (“não sou argentino”). A mesmice (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (da diferença). Para ilustrar esse processo, Silva (idem:79) recorre a um exemplo. Ao consultarmos uma palavra no dicionário, conhecemos uma definição ou um sinônimo dela. Em nenhum dos casos, o dicionário apresenta o referente mesmo. A definição do dicionário nos remete a outras palavras (ou outros signos). A presença da “coisa” mesma ou do “conceito” mesmo é indefinidamente adiada, só existe como traço de uma presença que nunca se concretiza.

Na impossibilidade da presença, a existência de um determinado signo é marcada unicamente pela diferença que sobrevive em cada signo como traço. Assim, o signo é

caracterizado pelo diferimento ou adiamento (da presença) e pela diferença (relativamente a outros signos), duas características que Derrida sintetiza no conceito de *différance*. O processo de adiamento e diferenciação lingüísticos não é simétrico. Identidade e diferença estão sujeitas a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas, mas impostas. Elas não convivem harmoniosamente em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. Nesta disputa pela identidade, estaria presente uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o empenho de grupos sociais assimétricos em garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.

Em resumo, a produção da identidade baseia-se em esquemas abstratos das características dos signos e insere-se na prática discursiva pelas disputas de poder. Entretanto, em primeiro lugar, como alerta Fairclough (2001), o significado não é simplesmente arbitrário, mas historicamente constituído. Assim, o significado é construído não apenas na relação de um signo com outros signos, mas também com o contexto social (não apenas à língua a que ele se refere).

Ao sustentar o pensamento sobre a construção de identificações no sistema lingüístico, mesmo com a introdução da categoria de *différance*, o paradigma sujeita-se às mesmas críticas destinadas ao estruturalismo, em especial no que tange à mudança social. Permanece aí uma “desumanização”, na medida em que os atores são apenas suportes de papéis sociais. Mesmo pensados como fluidos (ou “traço”), a alternância de papéis não têm direção definida, porque o foco é lingüístico.

Não se colocam as questões da natureza dialógica da linguagem, do interdiscurso e da intertextualidade (e sua força desestabilizadora), conseqüentemente, de os atores poderem reestruturar as identidades pelo ato ilocucionário. Da mesma forma, a fala (parole) não pode ser pensada como produto de da escolha individual. Daí, o conceito de discurso substituir o de fala, porque o uso da língua é socialmente determinado. A variação da fala não é produto da escolha individual, mas de um processo de diferenciação social.

A unidade a ser considerada para construção da identidade, portanto, é o discurso (mais exatamente o texto e seu contexto material), não o signo em suas propriedades abstratas. Como salienta Bakhtin (citado por Brait, 2001:35) “o discurso reflete as mais imperceptíveis alterações da existência social”, enquanto, na língua, as modificações se

processam lentamente. No discurso, aparecem com clareza as coerções sociais os conflitos ideológicos e de poder.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin propõe que “sem signos não há ideologia”. E o signo não pode ser abstraído das formas concretas de interação social, pois o signo e as bases materiais de existência (a situação sociohistórica) estão entrelaçados. A forma e a estrutura de uma enunciação dependerão sempre do contexto concreto em que ela é produzida. Existe uma identidade entre linguagem, poder e ideologia, que se define não como um tipo especial de discurso, mas como efeitos de sentido produzidos no interior de quaisquer discursos.

Na língua, os conflitos sociais também deixam marcas, uma vez que grupos sociais assimétricos e em confronto utilizam o mesmo sistema lingüístico, os choques e contradições (em que se atraem e se rejeitam elementos tidos como inconciliáveis) acabam por se instalar na língua. Assim, para Bakhtin, índices de valor contraditório confrontam-se no signo e as relações dialógicas imprimem-se na língua historicamente e pelo uso cotidiano. Pensada seja como sistema lingüístico, seja como discurso, a linguagem é sempre dialógica (Idem:35). Assim, todo ato humano, cultural, é um ato comunicativo, dialógico, mesmo vindo de um indivíduo isolado (desde que tenha internalizado uma linguagem). A construção das identidades e também da consciência individual resulta de uma gama de formas efetivas de práticas discursivas, de natureza intersubjetiva (Eagleton, 1997:172).

A idéia de apoiar a construção de identidades em sistemas lingüísticos abstratos deve ser rejeitada. É o que faz Fairclough, por exemplo, ao discutir a construção do real pelo discurso. Embora considere “valiosa” a definição de Foucault sobre as propriedades constitutivas dos discursos, Fairclough (2001:87) ressalva que o processo de constituição dos objetos e dos sujeitos sociais pela prática discursiva ocorre dentro de uma realidade material, onde há objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. As formas particulares de interação influenciam o processo constitutivo. Assim, a prática discursiva molda objetos e sujeitos sociais, mas o impacto da prática discursiva depende de uma interação dialética com a realidade preexistente. Os sujeitos sociais constituídos, portanto, não são meramente interpelados e posicionados de modo passivo pelo discurso, mas capazes de atuar como agentes e de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que recorrem.

Também a partir de uma reconstrução do paradigma da comunicação, Araújo (2000:29)⁴⁶ enxerga as maiores virtudes da Semiologia dos Discursos Sociais no estudo de eventos comunicacionais e na construção de identidades. A Semiologia dos Discursos Sociais caracterizar-se-ia pelo “apagamento das fronteiras dicotômicas”, pois o modo de lidar com a questão do sujeito privilegia a intersubjetividade. Esta alteração de paradigma representa uma alteração profunda na conceituação de ideologia, pois incorpora o nível da interação e a participação ativa do receptor na produção do enunciado.

Bakhtin descreveu a consciência como uma internalização de palavras, um tipo de “discurso interior”, formado a partir ambiente social, de uma rede de significações que nos constitui inteiramente (Idem, *ibidem*). Mas este não é um movimento pacífico, devido à multiplicidade de vozes no ambiente social, à polifonia. É um processo pensado com uma arena de luta pelo sentido, um processo dinâmico de significação, o dialogismo. Também Fairclough (1996) dirige sua crítica nesta direção, ao definir discurso como “a linguagem como prática social determinada por estruturas sociais”, pressupõe a rejeição dos termos língua e fala, de Saussure. A língua não é unitária e homogênea, mas caracterizada pela diversidade e pelas lutas de poder. Mesmo a homogeneidade (ou padronização) da língua é imposta nas relações de poder⁴⁷.

Fairclough (1989) ressalta a lição de Saussure, que apontou o significado não nas palavras, mas na relação dependente delas com outras palavras no interior de um sistema, em que estão posicionadas e de onde extraem seu valor. Mas a linguagem incorpora a História, também varia de acordo com as identidades dos sujeitos em interação, não é apenas produtora das diferenças e identidades (como em Saussure e Derrida), mas também um produto deste processo de diferenciação. A fala (*parole*) não pode ser pensada como produto de uma escolha individual.

⁴⁶ Araújo (2000:29) expõe assim o problema “É a relação sujeito-objeto, porém, que exige maior atenção do pesquisador, tanto por ser ali mais difícil escapar às imposições paradigmáticas dominantes, que conferem ares de cientificidade e neutralidade aos procedimentos objetivistas, quanto por ser o ponto mais relegado na construção da coerência teórico-metodológica e da comprovação da validade de uma linha analítica.”

⁴⁷ O próprio Hall parece enxergar o problema ao colocar a questão do descentramento do sujeito a partir do Foucault: “o que nos falta não é uma teoria do sujeito cognoscente, mas uma teoria da prática discursiva” (Hall, 2000:105). Em seguida ele completa (na linha defendida por esta pesquisa): “é preciso pensar o sujeito em sua nova posição — deslocada ou descentrada — no interior do paradigma” (Idem, *ibidem*).

Pensar o nível da interação é, portanto, perceber o discurso como território compartilhado, o emissor e o receptor como sujeitos ativos, não como elementos separados no processo de comunicação. É levar em conta os efeitos de sentido em recepção, pensar o lugar atribuído ao destinatário como determinante do ideológico de um texto. É o que nos propõe Pinto (1999), cujas idéias passamos a expor.

III. 20. Discurso, ideologia e poder na Semiologia dos Discursos Sociais

Na discussão do paradigma de Gramsci, admitimos uma noção de ideologia que pressupõe uma relação orgânica entre estrutura e superestrutura, sintetizada no conceito de bloco histórico. Na articulação desse bloco, a estrutura sócio-econômica é um elemento decisivo. Mas, em qualquer movimento histórico, é no nível das atividades superestruturais que se resolvem as contradições sociais constrangidas pela base. Ao alertar sobre o erro de considerar separadamente esses dois elementos, Gramsci definiu de forma genérica a sua concepção de ideologia. Pensada a partir do sujeito descentrado e das práticas discursivas, ela é a adotada nesta pesquisa:

“(...) a concepção de bloco histórico em que as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma (essa distinção entre a forma e o conteúdo é puramente dialética): as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem a forma e as ideologias seriam pequenos caprichos individuais sem as forças materiais”.

Defendemos o princípio de que a linguagem é construtiva porque participa da prática social, atribui significados ao mundo onde ela é linguagem. Disso decorre que a linguagem é o lugar por excelência da ideologia e das disputas de poder. Este parece ser o entendimento de Pinto (1999:40). Ele chama atenção para o fato de os sujeitos constituírem-se por meio das regras e convenções subjacentes aos discursos que dominam (cada conjunto define um gênero de discurso). Tais regras não podem ser ignoradas e só se alteraram em situações de mudança social. Assim, “esse mundo de aparências” (das formas como o “mundo” manifesta-se) é classificado como “mundo do ideológico e do poder”, que é o próprio mundo da linguagem. Todo processo de produção-circulação-consumo dos sentidos de um texto passa necessariamente por estas duas dimensões, constitutivas da semiose social.

A primeira dimensão da semiose social é o ideológico, que Eliseo Verón define como o sistema de relações entre um conjunto significante dado e suas condições sociais de produção (Pinto, 1999:40). Verón a compara a um conjunto de regras formais gerativas de sentido, como uma gramática. O ideológico está presente num texto pelas

marcas ou traços que estas regras formais deixam na superfície textual. Uma parte do ideológico também transparece num texto sob a forma de "preconstruídos", as inferências e pressuposições que o coemissor deve fazer para suprir lacunas e dar coerência à interpretação, ao interligar as frases entre si e com partes do texto, além de relacioná-los a um "mundo" (Pinto, 1999:41).

As inferências e pressuposições podem ser atribuídas ao senso comum. Não há linguagem privada nem ideologias pessoais. Desde Gramsci, a noção de senso comum é associada à aceitação política e social das ideologias, enfim, daquilo que os participantes no evento comunicacional tomam por adquirido e inquestionável (Teun van Dijk, 1997:108). Esse intertexto consensual, assim como as regras formais de investimento, contribuem para sustentar relações de poder assimétricas, relativas às diferenças sociais entre os participantes do evento.

Nem sempre o ideológico liga-se de imediato nesse intertexto consensual, já que há relações de poder em qualquer processo interacional. Muitas vezes o ideológico adquire seu status no curso de embates discursivos pelo consenso. Essas disputas criam relações de dominância entre os discursos reconhecidos como hegemônicos e os discursos subordinados. Uma vez naturalizados, os discursos hegemônicos parecem perder as conexões com as condições sociais de produção, manifestam-se como "verdade" e "bom senso" (Pinto, 1999:41).

A Semiologia dos Discursos Sociais entende a ideologia de forma ampla, não como a estratégia consciente ou o ponto de vista unificado de um grupo social. A ideologia constitui-se de uma família de ideológicos historicamente determinados, capaz de semantizar textos verbais orais ou escritos, comportamentos, os espaços onde vivemos, etc. Uma ideologia pode ser nomeada (p. ex. fascismo, sexismo), mas nunca totalmente descrita, pois só temos acesso a alguns fragmentos específicos dela, os ideológicos ativados em cada evento comunicacional. Dimensão necessária de todos os discursos, o ideológico é principalmente um mecanismo formal de investimento de sentidos em matérias significantes. Ele é responsável pela produção de qualquer sentido social.

Mas, devemos recordar, a linguagem é regulada fundamentalmente não pela intenção dos falantes, mas por relações sociais não problematizadas no domínio público, como o modo de produção, a divisão social do trabalho, o sistema de poder e as

instituições sociais constituídas por esta estrutura, que resultam em assimetrias e poder e desigualdade na produção de identidades. Esta é a segunda dimensão da semiose social, o poder, que está em jogo em qualquer interação de modo explícito, como objeto em disputa, ou de modo implícito, como regras que somos obrigados a seguir para o sucesso da interação. A organização do poder numa sociedade é responsável por restrições no uso da linguagem. Coube a Eliseo Verón ligar a problemática do poder ao consumo dos discursos (ou reconhecimento), etapa final do processo de circulação dos sentidos sociais.

Assim, a noção de poder de um discurso designa os efeitos desse discurso no interior de um tecido determinado de relações sociais, efeitos que têm a forma de produção de sentido. Toda produção discursiva é o resultado de um processo de consumo ou reconhecimento de outros discursos, o que nos remete aos conceitos de intertextualidade e ordem de discursos. Para que esses efeitos de sentido possam ser recuperados em uma análise é necessário que eles tomem a forma de sentidos produzidos, investidos em textos que, por sua vez, definem determinadas relações e identidades sociais assumidas por esses receptores (agora emissores), as quais são então devolvidas ao tecido infinito da semiose social.

A passagem dos dados da análise lingüística ou semiológica para a interpretação, dentro de um contexto sociocultural amplo, faz-se pela mediação das práticas discursivas (as práticas sociais de produção de textos). Em cada um dos níveis de contextualização, o texto resultante pode adquirir características formais e de conteúdo mais ou menos rígidas, conforme o grau de ritualização do processo comunicacional. Este conjunto de normas, convenções, códigos e práticas subjacentes aos textos define o gênero de discursos. As rotinas e procedimentos profissionais institucionalizados de produção de textos, os processos institucionais de circulação e de consumo também atuam como mediações (o que torna diferente a rotina de produção de um telejornal e um jornal impresso, como também o ato de colocar uma notícia como manchete de primeira página ou colocá-la numa página interna do jornal) (Pinto, 1999:43).

A quantidade de gêneros de discursos que uma pessoa domina e utiliza constitui um capital sociocultural, que condiciona o reconhecimento do status nos eventos comunicacionais e redefine posições nas escalas sociais de poder. Este capital sociocultural regula também as restrições à realização dos diferentes atos ilocucionários.

As assimetrias nas relações de interlocução podem ser ocultadas por uma aparência de igualdade, assim como o acesso às condições que possibilitam a realização de atos ilocucionários podem ser ocultadas (as identidades sociais, as posições-de-sujeito e suas determinações sociais e institucionais). A linguagem se apresenta como neutra e objetiva, sem revelar os investimentos ideológicos de crenças, valores e interesses particulares da comunidade na qual é linguagem.

Desta forma, os interlocutores não possuem total consciência desse investimento ideológico e de poder, nem da rede de pressuposições, conseqüências e implicações que tal investimento implica. Assim, as condições de realização dos atos de fala não pressupõem o controle consciente do falante sobre a linguagem. A análise crítica dos discursos sociais deve proceder de forma a explicitar as condições de realização dos atos de fala (as convenções, rituais e práticas que eles pressupõem), problematizar e interrogar tanto as instituições que lhe dão suporte, como os discursos e fragmentos de discurso conservadores que circulam no senso comum, percebidos como inquestionáveis. Este ponto só se torna inteligível dentro de um paradigma que perceba o ato de fala também como um terreno partilhado intersubjetivamente por emissores e receptores. Isto significa dizer que os atos ilocucionários devem ser interrogados sobre as imagens que propõe para o seu coemissor. O mesmo pode ser dito sobre a interação (que efeitos suas convenções e práticas produzem no senso comum de um ambiente determinado? Reafirma preconceitos? Instaura dúvidas e questionamentos?).

Assim, torna-se necessário interrogar quais os pressupostos, as convenções presentes nos atos de fala, sua origem em uma determinada organização social e as relações que estabelecem entre os interlocutores. Para isso, é preciso perceber os propósitos do seu uso, que podem ser predeterminados pelo senso comum, sem que o emissor tenha controle sobre eles e sem que venham coincidir com os interesses e propósitos aparentes e manifestados pelo emissor. Pelas mesmas razões, deve-se dar atenção ao vocabulário utilizado. Uma vez que não há separação entre linguagem e relações sociais, descrever o significado de uma palavra (e o modo como ela é utilizada), significa descrever as relações sociais em que toma parte.

O ideológico de um texto e as relações de poder que nele subjazem devem ser analisadas, primeiro, no nível das ordens de discursos (da série de paradigmas e estruturas conceituais hegemônicas, justapostas e encadeadas). Em seguida, no nível da

enunciação, do contexto de interação, das pressuposições e implicaturas, das convenções sociais que determinam posições-de-sujeito e identidades negociadas e assumidas. Depois, no nível do enunciado, na ambivalência dos termos e seus aspectos valorativos, julgamentos de valor presentes em advérbios, adjetivos, pronomes, fórmulas de tratamento, etc. Estas questões foram sintetizadas por Pinto (1999) em termos de “modos de dizer, interagir e seduzir” (que vamos expor no capítulo VIII).

III.21. Ideologia e Hegemonia na Teoria Social do Discurso

Para Fairclough (2001:20), os conceitos de “ideologia” e “poder” são usados com pouca discussão ou explicação nas análises de discursos. Além disso, mesmo em análises que utilizam a teoria social de forma mais sofisticada, como a Análise do Discurso Francesa, de Michel Pêcheux, ele critica o que chama de visão estática das relações de poder, com ênfase exagerada no papel na reprodução das relações de poder, desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos lingüísticos.

Por isso, o método deve ser crítico, pois as relações entre as mudanças discursiva, social e cultural não são transparentes. Por crítica, Fairclough (1989:5-6) entende a capacidade de mostrar conexões e causas ocultas entre linguagem, poder e ideologia. Mas completa: é também a capacidade de intervenção por meio da mudança, no sentido de disponibilizar recursos para os que estão em desvantagem.

O exercício do poder (também a mudança social) não é um processo unilinear, de cima para baixo⁴⁸. Há luta na estruturação de textos e ordens de discurso. As pessoas podem resistir às mudanças vindas de cima ou delas se apropriar, como também a elas se conformar. Fairclough (1996) propõe que a abordagem crítica deve explicar as convenções sociais da linguagem, mas também mostrar como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença.

Se a análise na dimensão da prática discursiva centra-se no conceito de intertextualidade, na dimensão da prática social ela se apóia nos conceitos de ideologia e

⁴⁸ Neste ponto, Fairclough faz uma crítica ao modelo de ideologia de Althusser a partir do conceito de poder como disseminado em todo o tecido social, de Foucault. Embora o aparelho de Estado seja importante (Foucault, 1985:149), o poder não está localizado nele e os mecanismos de poder funcionam no nível elementar, cotidiano, fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado. Também não é meramente repressivo, mas produtivo (construtivo). A partir desse conceito, Fairclough (2001:81-88) irá rever e ampliar o conceito de hegemonia de Gramsci, numa síntese que aplicará à análise intertextualmente orientada. O poder construtivo agora também é pensado como ambivalente e contraditório.

hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. Entendida como meio principal de obtenção de consenso, a ideologia ocupa lugar central nas suas reflexões, mais particularmente o trabalho ideológico da linguagem. A combinação dos conceitos de intertextualidade, ideologia e hegemonia é a chave para investigar a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural.

O poder, entretanto, não se subsume à linguagem (Fairclough, 1989:3). A coerção física distingue-se do consenso, embora ambos se articulem na vida prática. A seleção de textos prévios e de tipos de texto que são combinados em uma dada instância (um "evento discursivo" particular) e a maneira como são articulados depende de como o evento discursivo situa-se em relação ao consenso, às hegemonias e às lutas hegemônicas. Se ele contesta práticas e relações hegemônicas existentes, ou, ao contrário, toma-as como dadas.

Dois aspectos metodológicos da relação entre discurso e poder são discernidos. Primeiro, o discurso como lugar de exercício do poder (poder no discurso), sua manifestação nas próprias regras discursivas. Segundo, o poder subjacente ao discurso, a maneira como as ordens de discursos são moldadas por relações de poder. A própria ordem do discurso é um efeito do poder, que, assim, é entendido como "construtivo".

Nesta dimensão da ordem do discurso, estudam-se as convenções associadas a tipos de discurso e como a ideologia naturaliza as convenções, os lugares de poder (posições-de-sujeito), além das restrições no acesso a tipos de discurso (no que diz respeito a conteúdos, relações e sujeitos). O poder "no" ou "subjacente ao" discurso sempre constitui as lutas sociais. Por isso, qualquer fragmento deve ser considerado nos três níveis da luta social, o situacional (associado ao poder no discurso), o institucional e o societal (associados ao poder subjacente ao discurso). Por fazer parte das lutas sociais, o poder é dinâmico, altera-se, flexibiliza-se. As lutas dos movimentos sociais, por exemplo, forçaram as classes dominantes a mudanças táticas em direção a formas mais sutis de exercício de poder.

No pensamento marxista, como vimos, Althusser foi o pioneiro na reflexão da ideologia a partir da linguagem. Três asserções de Althusser constituem o ponto de partida da teorização de Fairclough (2001) sobre ideologia. Primeiro, a ideologia tem existência material nas práticas das instituições, o que abre o caminho para investigar as

práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a ideologia “interpela os sujeitos”, o que conduz à concepção de que um dos “efeitos ideológicos” do discurso é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os aparelhos ideológicos de estado (AIE) são locais e marcos delimitadores na luta de classe e das lutas subjacentes aos discursos⁴⁹.

Assim, as ideologias seriam significados/construções da realidade (do mundo físico, das relações e identidades sociais), que são elaboradas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. Uma definição de ideologia que complementa a de Gramsci, ao incorporar a dimensão da linguagem como construtiva da realidade à ideologia.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas tornam-se eficazes quando naturalizadas, quando atingem o status de “senso comum”. Mas tal propriedade estável e estabelecida das ideologias negligencia a luta ideológica como dimensão da prática discursiva. O termo “prática discursiva” remete às dimensões individual (o que as pessoas fazem em uma ocasião particular) e social (o que elas fazem habitualmente frente a uma certa situação). As práticas discursivas são constrangidas por redes interdependentes, as ordens sociais (os vários domínios do espaço social, associados a diferentes tipos de prática) e do discurso (as ordens sociais vistas de uma perspectiva discursiva).

As ordens de discursos diferenciam-se pelos tipos de discurso que incluem e a forma pela qual estes são estruturados. Como exemplo, Fairclough cita a conversação. Ela é um tipo de discurso presente em várias ordens, mas, em cada uma delas, assume um peso específico e diferenciado pelo relacionamento que estabelece com outros tipos de discurso (que pode ser complementar, de oposição, exclusão mútua).

Também para a análise social, Fairclough adota os conceitos do modelo de Gramsci, sob a perspectiva dos discursos. Nas sociedades capitalistas, o Estado é visto como uma chave fundamental para a manutenção da hegemonia das classes dominantes e no controle da classe trabalhadora (1989:32-33). O controle do Estado não é exercido

⁴⁹ Por razões já expostas, vamos preferir o conceito de aparelhos privados de hegemonia. Fairclough (2001) admite a contradição de Althusser entre a visão de imposição unilateral da dominação e produção da ideologia dominante e sua insistência nos aparelhos como local e marco delimitador da luta de classe.

diretamente pela “classe capitalista”, mas por trabalhadores que vêem seus interesses ligados ao capital, numa aliança do bloco histórico dominante.

A ideologia investe na linguagem de várias maneiras, em vários níveis. Ela é uma propriedade das estruturas mas também dos eventos comunicacionais. A opção unilateral de Althusser pela estrutura decorreria de um não reconhecimento da primazia das ordens de discurso sobre as convenções discursivas particulares. Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem marcas dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível ler as ideologias nos textos. Afinal, os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos. Acontece que estes estão abertos a diversas interpretações e podem diferir em sua importância ideológica. Além disso, os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos e não apenas aos textos, que são momentos de tais eventos.

Outra questão importante sobre a ideologia diz respeito aos aspectos ou níveis do texto e do discurso que podem ser investidos ideologicamente. Fairclough argumenta que não são apenas os “sentidos”, em especial os das palavras, que são ideológicos. Embora sejam importantes, há outros aspectos semânticos de igual importância, como as pressuposições, as metáforas e a coerência (sentido global).

As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas. Mesmo posicionados ideologicamente, os sujeitos também são capazes de agir criativamente, de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas. Esta questão leva a uma reflexão sobre o papel do senso comum.

III.22. Discurso, senso comum e ideologia

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels escrevem que as idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época. Isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. Como vimos, Gramsci supera esta visão de Marx. Para ele, uma classe pode ser hegemônica quando a outra é dominante. No terreno da cultura, a ideologia da classe subalterna pode ser superior à ideologia da classe dominante.

Para Gramsci, é no senso comum que as classes subalternas interagem com as ideologias dominantes. As classes dominantes obtêm consenso, em primeiro lugar,

porque elas detêm maiores recursos culturais e políticos junto ao Estado e aos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, religiosa, imprensa), lugar onde os valores sociais constituem-se e reproduzem-se (Vianna, 1991:155). Em segundo lugar, porque elas possuem o poder econômico, que lhes garante controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, mas também organizar e distribuir as idéias.

Impregnado pelos valores da ideologia dominante, o senso comum permite que a realidade se manifeste como clara e “óbvia”. De um lado, trata-se da consciência imediata, empírica, dos homens, de tendência conservadora e conformista. Os seus principais elementos são constituídos pelas ideologias tradicionais e particularmente pelas religiões, que incluem crenças passadas. De outro lado, Gramsci destaca este aspecto formal da ideologia. Já em Marx haveria uma referência ao senso comum e à solidez de suas crenças. Não à validade do conteúdo dessas crenças, mas a sua solidez formal e à imperatividade com que produzem normas de conduta.

Nas referências, porém, estaria implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, ou seja, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia que se enraizassem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais (Simionatto, 1999:80). O senso comum, portanto, não é único nem um sistema fechado. Para Gramsci o senso comum surge como uma espécie de estrutura lógica de comunicação cotidiana. Em termos atuais, poderíamos dizer que o senso comum tem sua própria gramática, que se vale das metonímias. Ele assume variadas formas em diferentes ambientes e contextos sociais.

Gerado no ambiente popular, o senso comum não seria ilógico ou irracional, nem seria necessariamente negativo. Fundado no adquirido e inquestionável, o senso comum teria grande importância porque possibilita a formação de consensos. Na base da alteração dos consensos, da mudança social, estaria a problematização daquilo que se manifesta como inquestionável. Assim, não se trata simplesmente de uma lógica enganadora. Ela permite uma agilização mental, fundada na liderança moral e intelectual de uma instituição ou grupo social.

Por exemplo, hoje, ao menos no Ocidente, onde o discurso científico goza de imenso prestígio, todos admitem como inquestionável que a terra gira em torno do sol. Mas a imensa maioria dos estudantes jamais viu a demonstração matemática disto em sala de aula. A lógica do senso comum também permite chegar a conclusões corretas

com uma inegável velocidade, sem que necessitemos demonstrar passo a passo tudo que fazemos e pensamos. Essa lógica seria a base do consenso. A partir disso, propomos que a metonímia, especialmente a sinédoque (o tomar a parte pelo todo), seria fundamental para o estabelecimento do consentimento discursivo, da hegemonia.

O senso comum não é, portanto, um modo de pensar enrijecido e imóvel, mas aberto a transformações contínuas. Ao enfatizar que todos são filósofos, Gramsci procura mostrar que o senso comum já é filosofia, porque há ali opinião sobre o mundo, formulação de juízos de valor de caráter geral, “premissas teóricas” para ação prática, enfim, uma organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva. Apesar disso, as ideologias não são homogêneas. Gramsci as classifica em diversos níveis hierárquicos, a partir de sua sistematicidade, coerência e ordenamento lógico: filosofia, senso comum, religião e folclore.

A filosofia propriamente dita corresponde a um nível mais sofisticado da concepção de mundo. Apesar de situar-se no nível hierárquico mais baixo, o folclore não é o pitoresco ou o bizarro, mas uma concepção de mundo, ainda que incoerente:

“Não somente não-elaborada e assistemática porque o povo (o conjunto das classes subalternas de cada tipo de sociedade que existiu até hoje), por definição, não pode possuir uma concepção elaborada, sistemática e politicamente organizada e centralizada, mas, pelo contrário, ela deve ser múltipla; não somente no sentido de diverso e justaposto, mas também no sentido de estratificado, do mais ao menos grosseiro. O folclore é um conjunto indigesto de fragmentos de todas as concepções de mundo e da vida sucedidas na história, cuja a maior parte encontra-se exclusivamente no folclore, mas sob a forma de documentos mutilados e contaminados” (citado por Simionatto, 1999:26).

Como esclarece Barbero (1997:105), Gramsci liga cultura popular a subalternidade mas não de modo simples. Trata-se de uma cultura inorgânica, fragmentária, degradada, mas que também possui uma particular tenacidade, uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, inclusive com visões políticas de transformação. Como cultura popular no sentido forte, o folclore é uma concepção do mundo e da vida, que se acha em contraposição (essencialmente implícita) às concepções de mundo oficiais (ou, em sentido mais amplo, às concepções dos setores cultos da sociedade), surgidas com a evolução histórica.

A passagem do modo de pensar desorganizado e fragmentário do senso comum para um pensar crítico e histórico, faz-se a partir dos problemas práticos vividos, pelo

questionamento dos princípios antes admitidos como “naturais”. Tal processo pode, hoje, ser pensado como vinculado à construção de identidades, pois:

“Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente, o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos” (Ibidem).

Realmente, esta diversidade, em Gramsci, tende a ser unificada pela elaboração do projeto coletivo. A construção do projeto emancipatório revela-se uma conquista intelectual, a construção de uma filosofia pelo intelectual orgânico. Uma vez elaborada, esta filosofia deverá constituir um novo senso comum, a partir do núcleo racional ou “sadio” do senso comum existente, que ele chama de “bom senso”. Entretanto, ele reafirma que, para elaborar uma nova cultura, uma nova hegemonia, não basta às camadas subalternas reconhecer sua posição na estrutura econômica.

Não se trata, porém, de uma nova teoria da vanguarda (Santos, 1988:114). Para Gramsci, a hegemonia é um movimento cultural ascendente promovido pelas massas, no sentido de construir uma cultura crítica. A elevação cultural das massas, sua reforma intelectual e moral, dá-se pelo convencimento, pela construção de um novo senso comum. Neste processo, o senso comum torna-se menos opaco e conservador à medida que interesses pessoais e corporativistas dos grupos sociais sejam superados por um ponto de vista crítico o mais abrangente e universal possível.

É na ideologia, no pensamento, na cultura, que os grupos se auto-reconhecem, identificam seu contexto histórico e agem coletivamente. Nisto, atores sociais definidos em função de interesses extra-econômicos assumem papel central na constituição de novas hegemonias, uma vez que agem em função de uma síntese contra-hegemônica. Para Gramsci, os elos no interior da luta cultural e ideológica que se realiza na sociedade civil adquirem importância igual a das alianças de classe no terreno econômico da produção, numa relação recíproca e mutuamente determinada.

Romper a hegemonia exige a quebra da adesão direta ou indireta, consciente ou inconsciente, ao complexo cultural dominante. Desta forma, percebe-se que a questão não se resolve por uma tomada de consciência, mas em disputas de poder, uma ação no cotidiano em todas as esferas do tecido social, no desenvolvimento de uma “contra-hegemonia”.

Fairclough introduz a questão do senso comum ao refletir sobre o sentido global do texto (ou coerência). A coerência depende de dois mecanismos: a relação entre as partes do texto e entre o texto e o mundo. Para estabelecer os dois tipos de conexão, temos que lançar mão de nosso repertório cultural, ou seja, das concepções do senso comum e das expectativas do receptor. O sentido ou coerência de um texto é gerado por uma relação entre o que está no texto e “no” receptor, ou melhor, as expectativas e apropriações mais ou menos fragmentárias do senso comum, naturalizadas pelo receptor (que chamamos de “adquirido e inquestionável” noutra parte desta pesquisa). A imagem proposta por Fairclough é a de uma “reação química” entre os dois pólos.

Por exemplo, vejamos a frase “por muitos séculos, a opala tinha a reputação de uma pedra de má sorte, que trazia azar para quem a usasse” (*True Story Summer Special*, Argus Press, 1986. Citado por Fairclough, 1989:79). Para este enunciado fazer sentido, ao menos temporariamente, precisamos imaginar uma concepção de mundo em que objetos como as pedras sejam capazes de afetar as vidas e a sorte das pessoas. Um texto deste tipo pressupõe uma visão de mundo que é um “senso comum” para algumas pessoas, mas soa como algo estranho para outras.

Nas relações entre as partes dos textos, o receptor encadeia concepções implícitas com as sucessivas partes do texto para suprir “elos esquecidos” entre as proposições. Nas relações entre o texto e o “mundo”, o trabalho de interpretação consiste em relacionar elementos textuais com estruturas implícitas no repertório cultural do intérprete. Os detalhes do texto funcionam como pistas para uma estrutura particular, que permite fornecer um lugar para cada um dos detalhes em um todo coerente. Assim como a recepção, também a produção tem caráter interpretativo. Os aspectos formais do texto são traços da interpretação mobilizada na produção e constituem pistas para que os receptores lancem mão de suas próprias acepções e expectativas.

Os dois mecanismos podem realizar-se automaticamente ou por um processo de inferência. Mas não há linha divisória entre os dois processos. Primeiro, porque existe uma gradação entre os dois. Segundo, porque o que pode ser automático para algumas pessoas pode ser inferencial para outras (e pode variar para uma mesma pessoa, de acordo com a situação). O senso comum permite tais conexões e regula o preenchimento dos espaços. Ele restringe as possibilidades de produção do sentido, a construção de coerência.

Assim, para Fairclough (1989:84), o senso comum define-se como “substancialmente, embora não inteiramente, ideológico”. Aqui, o termo “ideológico” assume conotação negativa. Já se argumentou que, muitas vezes, a noção de ideologia de Fairclough desliza da influência de Gramsci para a de Althusser (Pedro, 1997:39). A isso, podemos contrapor o argumento de que, em Fairclough, a produção de sentido não resulta de um sistema lingüístico (como discutimos na abordagem da relação entre *différance* e identidades sociais). Em Fairclough, o significado é construído na relação entre a estrutura social (contexto) e a ideologia, e a sua concepção de sujeito deixa claro que se trata de um sujeito múltiplo e descentrado, construído por e no discurso, na articulação e cruzamento de processos de produção textual de natureza intertextual (portanto, intercultural, híbrida).

Entretanto, Fairclough (1989:75) faz uma questionável distinção entre “inculcação” (mecanismo dos que detêm o poder e o desejam preservar) e “comunicação” (mecanismo de emancipação e de luta contra a dominação). Unida ao uso negativo do termo “ideológico” (*ideological comom sense*), tal distinção lembra a oposição verdade (ou crítica) x falsa consciência (Pedro, 1997:37).

Acreditamos, porém, que a interpretação deste uso do termo ganha outra conotação, se ele for pensado a partir da definição de senso comum como múltiplo, gerado em diversos ambientes que são freqüentados por grupos sociais distintos (ambientes em que o senso comum se encontra naturalizado e que pode “soar estranho” para outros atores sociais). Além disso, em Gramsci (e em Fairclough) as ideologias não são homogêneas.

Outro fator importante é pensar o uso do termo “ideológico” a partir do seguinte enunciado: “A ideologia é mais efetiva quando seu trabalho é menos visível” (Fairclough, 1989:84). Isto é, a ideologia é mais efetiva quando suas conexões com os grupos e instituições parecem desaparecer (Pinto, 1999). Isto significa dizer que o senso comum ideológico é aquele em que os consensos partilhados são identificados claramente a grupos sociais e instituições ou ainda a “comunidades discursivas”, como definido por Araújo (2002:30), isto é, o conjunto de pessoas que produz o discurso, o faz circular, reúne-se em seu nome, nele se reconhece e é reconhecido.

Trata-se de um momento em que as hegemonias deste senso comum discursivo não estão, portanto, amplamente naturalizadas em outros ambientes, a ponto de a

comunidade discursiva que o produziu ainda manter aparentes os vínculos de origem. Por exemplo, hoje, na civilização da imagem, pouca gente se dá conta da natureza profundamente ideológica da linguagem de edição e montagem de imagens, arquitetada por um grupo restrito de cineastas no início do século XX. O fato de que não existe edição neutra de imagens teve de ser teorizado pelo construtor da “montagem polifônica (ou de atrações)”, Sergei Eisenstein. Basta rememorar as sempre citadas reações do público no início do cinema, como nas imagens de um trem enchendo a tela, das dificuldades de “leitura” das tomadas em plano americano ou nas cenas de perseguição. Em suma, esta linguagem teve de tornar-se “senso comum” para ser facilmente entendida⁵⁰.

Entendemos, portanto, o uso de “senso comum ideológico” na conotação de consensos discursivos (sempre heterogêneos, contraditórios e em equilíbrio instável) que ainda não aparecem como completamente desvinculados das instituições e grupos sociais em que foram gerados. Como a ideologia é intimamente ligada a relações de força, tais hegemonias construídas no senso comum sustentam relações de poder assimétricas, mantêm sistemas classificatórios e de nomeação. Assim, a coerência discursiva depende de um senso comum discursivo, que é conservador na medida em que sustenta a manutenção das relações desiguais de poder (sem esquecer, no entanto, que ele é contraditório e intercultural, além de possuir um núcleo crítico, ou “bom senso”).

Tal é a relação entre senso comum e ideologia (na linha exposta por Gramsci), como uma forma de atividade prática que encerra uma filosofia, uma espécie de “premissa” teórica implícita, e uma concepção de mundo manifestada implicitamente na arte, economia e em todas as atividades da vida individual e coletiva. Como concepção de mundo (ou “filosofia implícita” nas atividades práticas da vida social, adquirida e tomada como dada) é que a ideologia se conecta ao senso comum e o torna uma forma de compreender e estabelecer nexos que pareçam coerentes (entre os textos e entre estes e o mundo).

Por se constituir de representações e estereótipos (portanto, ser uma forma com que os conteúdos manifestam-se), o senso comum é da ordem do ideológico. Ele estabelece nexos entre a enunciação e os constrangimentos (as condições materiais de

⁵⁰ Sobre o aprendizado da linguagem do cinema, cf. Bernardet (1980), de onde retiramos os exemplos.

possibilidades da produção concreta de efeitos de sentido), numa dinâmica estabelecida em termos de conflito de interesses e lutas de poder.

A operação da ideologia pode ser vista em termos das formas de construção do texto. Constante e cumulativamente, ele “impõe concepções” sobre os produtores e receptores de textos, sem que os dois tenham plena consciência disso. Os textos posicionam o interprete através de suas pistas para que ele possa trazer as ideologias para a interpretação e reproduzi-las nesse processo.

Como receptores, temos capacidade de manter certa distância do que é ofertado como senso comum nos textos. A uniformidade ideológica numa sociedade nunca é total, pois há sempre algum nível de diversidade derivada dos conflitos e lutas, das diferentes posições, experiências e interesses dos grupos sociais, que se relacionam em disputas de poder. A diversidade ideológica impõe limites ao senso comum ideológico, uma vez que sua eficácia advém do fato de ser compartilhado por muitos.

A luta ideológica é uma das formas que a luta social pode assumir. Ela ocorre na linguagem mas também subjaz à linguagem. A luta subjacente à linguagem pode se manifestar como luta entre tipos de discursos ideologicamente diversos. Na luta entre tipos de discurso está em jogo o estabelecimento ou manutenção de um tipo de discurso como dominante num dado domínio social e, conseqüentemente, o estabelecimento ou manutenção de certas concepções ideológicas como senso comum.

A relação entre discursos dominantes e dominados assume duas formas. O dominado em oposição ao dominante (a antilinguagem, de Halliday) e o dominado encerrado pelo dominante, isto é, reapropriado e esvaziado em suas proposições originais. As antilinguagens são estabelecidas e utilizadas como alternativa consciente à linguagem dominante ou aos tipos de discursos hegemônicos. Um exemplo seria a linguagem do submundo do crime.

Se um tipo de discurso é tão dominante em uma instituição que os tipos dominados são suprimidos ou reapropriados, então, ele pode deixar de ser visto como arbitrariedade e tornar-se natural. A esse processo, Fairclough (1989:91) chama de naturalização de um tipo de discurso. A naturalização é uma questão de grau. Sua extensão pode mudar conforme as mudanças nas correlações de força na luta social.

As ideologias podem virar senso comum, na medida em que o tipo de discurso que as personifica torna-se naturalizado. Esse processo depende da força social do

grupo cujas ideologias e cujos tipos de discurso estão em jogo. Nesse sentido, o senso comum é também um efeito de poder, e, em grande medida, ele é determinado por quem exerce o poder e a dominação em uma sociedade ou instituição social.

Na naturalização e geração de senso comum, os tipos de discurso parecem perder seu caráter manifestamente ideológico. Eles tendem a ser vistos não mais como o discurso de um grupo particular no interior da instituição, mas como o próprio discurso institucional. Para Fairclough, as pessoas explicam as próprias práticas por meio de racionalizações (no sentido freudiano, de uma autojustificação) que é parte do processo de naturalização. Junto com a geração do senso comum como práticas discursivas, gera-se o senso comum como racionalização de tais práticas, que as legitima.

Uma das dimensões do senso comum é o significado das palavras. A variação do significado corresponde a diferentes posições ideológicas geradas na luta pelo poder. Em geral, a variação de significados é subestimada (naturalizada). Contudo, tal variação não ocorre de maneira infinita. Os significados não se diluem na infinidade das suas realizações individuais porque são enquadrados pelos tipos (ou gêneros) de discurso.

A tipos de discursos diferentes correspondem diferentes sistemas de significação. Da mesma forma, os textos remetem a sistemas de significação, assim como criam seus próprios sistemas. A naturalização do significado das palavras é uma forma de constrangimento sobre os conteúdos do discurso e, numa escala mais ampla, sobre o saber e as crenças. Da mesma forma, a naturalização de tipos de situação ajuda a consolidar imagens particulares da ordem social.

O senso comum também fornece rotinas interacionais, as formas convencionais nas quais os participantes interagem uns com os outros, associadas a tipos particulares de discurso. A naturalização das rotinas interacionais é uma forma de constrangimento sobre as relações sociais que atuam nos discursos e sobre o sistema mais amplo de relações sociais de uma sociedade.

O senso comum também está relacionado às identidades sociais e aos sujeitos. Cada tipo de discurso estabelece um conjunto de posições subjetivas e constrange os sujeitos a ocupá-las. No processo de socialização, os indivíduos aprendem a dominar diferentes tipos de discurso e a ocupar diferentes posições de sujeito. Por um efeito ideológico, isso aparece mais como um dado subjetivo do que como um constrangimento social.

A naturalização das posições subjetivas constrange os sujeitos e contribui para a socialização das pessoas e para a delimitação do “estoque” de identidades sociais numa dada instituição ou sociedade. O objetivo do analista deve ser o de trazer o “pano de fundo” do senso comum ideológico para o primeiro plano. Ele deve contribuir para que as pessoas questionem aquilo que irrefletidamente tomam como verdade e procurem evidenciar o caráter inconsciente e naturalizado do senso comum ideológico.

III.23. Hegemonia

Hegemonia é tanto liderança quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade. É a construção de alianças e a integração muito mais do que a simples dominação de classes subalternas. O conceito de hegemonia fornece para o discurso tanto uma matriz (uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder existentes) como um modelo (uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz ou reestrutura as ordens de discurso existentes).

As relações entre discurso e hegemonia se estabelecem em dois planos. Primeiro, a prática hegemônica e a luta hegemônica assumem, em grande medida, a forma de prática discursiva na interação oral e escrita (Fairclough, 1997:81). Por isso, hegemonia implica o desenvolvimento de práticas que naturalizam relações e ideologias em vários domínios da sociedade civil (trabalho, educação, atividades de lazer). Na sua maioria, trata-se de práticas discursivas.

A um conjunto específico de convenções discursivas (como a redação de relatos jornalísticos de crime) associam-se, implicitamente, determinadas ideologias (crenças e conhecimentos específicos, posições particulares para cada tipo de sujeito social) e relações específicas entre categorias de participantes (repórteres, fontes, leitores). Quando as convenções são naturalizadas e passam a fazer parte do senso comum, o mesmo acontece com seus pressupostos ideológicos. As convenções discursivas naturalizadas são um mecanismo eficaz na reprodução das dimensões culturais e ideológicas da hegemonia. Assim, a estratégia principal na luta hegemônica é desnaturalizar convenções existentes, problematizá-las e substituí-las.

O segundo plano da relação hegemonia-discurso se dá na percepção de que o próprio discurso é uma esfera da hegemonia. O exercício da hegemonia de uma classe ou grupo social sobre a sociedade ou outras frações do grupo (ou até a hegemonia em

escala transnacional) depende, em parte, da capacidade de moldar práticas discursivas e ordens de discursos.

A luta hegemônica, portanto, localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil, com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. Nesta luta, é fundamental a visão de “senso comum” tanto como repositório dos diversos efeitos de lutas ideológicas passadas, como alvo constante para a reestruturação nas lutas atuais. Hall destaca que Gramsci concebia “o campo das ideologias em termos de correntes ou formações conflitantes, sobrepostas ou cruzadas” (citado por Fairclough, 2000), a que se referiu como um “complexo ideológico”. Isso sugere um foco sobre os processos por meio dos quais os complexos ideológicos são estruturados e reestruturados, articulados e rearticulados.

Uma vez rearticulada, a ordem do discurso torna-se contraditória, com elementos autoritários em coexistência com elementos democráticos e igualitários. Parte do projeto hegemônico, seria a constituição de sujeitos intérpretes para quem tais conexões são naturais e automáticas. A prática discursiva é uma face da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou transformação na ordem de discurso e nas relações sociais assimétricas existentes, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual.

Fairclough acredita que a hegemonia (chamada de modelo “articulação”, orientada ao receptor) seja a forma organizacional de poder predominante na sociedade contemporânea, mas não a única. Há também os resíduos de uma forma de dominação pela imposição inflexível de regras, normas e convenções (classificada de modelo “código” de discurso, orientado para a instituição). Por outro lado, há uma forma organizacional emergente de poder que representa outra mudança na orientação institucional. Associada a uma descentralização de poder, ela teria o modelo de um “mosaico” de discurso. A prática discursiva adequada a esse modelo é identificada como “pós-moderna” e o exemplo mais claro seria a publicidade.

III. 24. Publicidade, poder e *Agenda Setting*

Muniz Sodré faz uma interessante reflexão sobre essa forma de poder emergente, também por ele identificada à publicidade e à mídia eletrônica (1996:79). Trata-se do mecanismo descrito como *agenda setting*, o poder que as elites gerenciais e administrativas do capitalismo tardio têm para selecionar as informações sobre o mundo

(uma "agenda pública"). O termo é definido a partir das pesquisas de Mac Comb e Shaw, para quem o poder mediático faz uma organização particular dos fatos do mundo, e nos diz "sobre o quê" pensar e não "o quê" pensar. Ao teorizar sobre o conceito, Sodré destaca estende o poder gerencial. Não apenas os tópicos dos debates públicos nos são impostos, mas também os ângulos dos fatos que merecem publicidade. A mídia agenda também "como" pensar.

Antes de desenvolver o tema, vamos resumir o contexto desta ascensão do poder da publicidade na ótica de Muniz Sodré (Sodré e Moraes, 1993:12). Na pós-modernidade, a mídia é o lugar privilegiado de construção do real, compatível com a sociedade industrial na sua fase transnacional, o capitalismo tardio. Nesta nova ordem, o poder deixa de ser estritamente disciplinar (que seria uma forma de exercício do poder comprometida com o iluminismo, mais exatamente com a primeira fase de acumulação de capital industrial).

Nesta fase inaugurada pela Revolução Industrial, os sujeitos seriam constrangidos na direção do trabalho na produção, fundado numa ética (no comportamento pessoal e na organização social) voltada para a acumulação. Na esfera pública, a primeira fase da acumulação traduziu-se em uma expressão diversificada de opiniões e atitudes (idem:13), que admitia contradições (como a luta entre capital e trabalho) e a pluralidade de opiniões (que abriu caminho para a liberdade de imprensa e o acesso aos direitos civis).

O capitalismo tardio dispensa as contradições. Com a expansão industrial baseada em tecnologia avançada, há um processo de substituição dos operários e da luta sindical por trabalhadores capacitados que são administrados. Assim, a forma social compatível com a nova etapa é a gerencial e administrativa. Em vez de poder disciplinar, trata-se do exercício da persuasão, do convencimento e sedução. Ao contrário da escola e da família, a mídia deixou de assumir a forma disciplinar clássica.

No capitalismo tardio, a força da mídia vem do mercado. A mídia eletrônica está atrelada ao sistema de produção industrial (que impõe que o "real é hoje") e ao mercado de consumo. Principalmente, a mídia eletrônica (em especial a televisão) está atrelada à mídia mais poderosa de todas, a publicidade. Síntese de todas as mídias, a publicidade está em todos os lugares onde se queira falar com um público amplo. É o modo de expressão no espaço público, numa sociedade onde tudo tem de ser publicizado. Na

medida em que a publicidade expressa a possibilidade de qualquer discurso tornar-se público, a televisão e os outros meios só existem como tal no mercado. A força dos meios é a força do mercado.

De outro lado, a mídia estaria comprometida com as forças do Estado, com as tecnologias associadas ao próprio Estado e às grandes empresas. A própria esfera pública, o social, não teria uma existência separada e precedente à mídia. A publicidade e os institutos de sondagem trabalham sobre as possibilidades de comportamentos e atitudes sociais. A mídia hoje seria o social pós-moderno.

De forma alguma, isto significa qualquer aproximação com análises tradicionais da mídia que a definem como “correia de transmissão” das idéias das classes dominantes. Longe de ser um processador e reproduzidor neutro das ideologias dominantes, a mídia é o agente da seleção e formatação dos fatos do mundo. O poder gerencial (ou coordenador) da mídia eletrônica exerce-se na capacidade de expor ou iluminar com força a realidade cotidiana, um poder de gerência por exposição (ou iluminação). Certos aspectos dos fatos sociais seriam potencializados, modificados em sua ontologia tradicional. Neste sentido, portanto, o fato seria socialmente construído.

Originalmente, a *agenda setting* é uma teoria interpretativa que focaliza um tipo de significado interno ou conjunto de crenças resultantes de descrições da mídia (a ordem hierárquica de importância atribuída a um conjunto de questões políticas que são discutidas na imprensa). Trata-se de uma construção social da realidade a partir dos relatos da mídia, a criação de significados subjetivos e sua influência no comportamento. (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993:284). Nesta teoria, destaca-se o poder da imprensa de estabelecer tópicos que serão considerados relevantes pelas audiências.

No final da década de 1960, Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw formularam a hipótese fundamental para um estudo em escala reduzida do noticiário acerca da campanha presidencial de 1968 e de como as pessoas perceberam a importância dos problemas em jogo. Era uma análise de conteúdo sobre como a televisão, jornais e revistas apresentavam o noticiário político a respeito dos candidatos e dos pontos em debate durante um período de tempo extenso. Também avaliaram as crenças dos receptores a respeito da importância diferencial desses pontos em debate divulgados pela mídia.

Os pesquisadores voltaram a realizar uma investigação mais ampla da eleição presidencial de 1972. Desta vez, alteraram-se o âmbito da pesquisa, o local do estudo e o objetivo da campanha. Além disso, eles estudaram um grande número de variáveis intervenientes para entender as diferenças entre a mídia, o papel das diferenças individuais e a influência das categorias sociais no processo de estabelecimento da agenda. Mesmo assim, as hipóteses gerais da primeira pesquisa foram confirmadas. As agendas estabelecidas pelos veículos estavam relacionadas com os graus de importância atribuídos às questões em jogo por suas audiências (Ibidem:285).

Assim, como resumiu Antônio Hohlfeldt (apud Helal e Gonçalves, 2002:80):

“Os meios de comunicação de massa, embora não sejam capazes de impor ‘o que’ pensar em relação a determinado tema (...), são capazes de, a médio e longo prazos, influenciar ‘sobre o que’ pensar e falar (...). Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados — ou agendados — pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações”.

Uma vez generalizada como exercício do poder, a *agenda setting* prevê a valorização de determinados tópicos e o silenciamento de outros, o que repõe a questão da encenação e dissimulação abordada por Sodré. Um poder que, inegavelmente, beneficia a aliança das classes economicamente superiores com os gerentes e administradores do Estado (ou elites logotécnicas, na expressão de Sodré). As demandas dos grupos sociais dominados são excluídas da agenda ou são colocadas nela apenas superficialmente e reapropriadas pelos grupos hegemônicos.

Para Sodré (Sodré e Moraes, 1993:20-21), este seria o caso do episódio do *impeachment* de Fernando Collor de Mello. Embora tenha se revertido em favor da sociedade civil, com um movimento de massa que alcançou grande visibilidade na mídia, a queda de Collor manteve intactos os níveis profundos da estrutura de corrupção e privatização do Estado que agia por trás dele. O *impeachment* era uma exigência e os meios de comunicação apropriaram-se dela.

Nos estudos sobre o *impeachment* de Collor (1995), a abordagem da Aids pela mídia (1999) e sobre a renúncia dos senadores Antônio Carlos Magalhães no episódio da fraude no painel do senado (2002), Antônio Fausto Neto também mostrou o exercício do poder do tipo *agenda setting* como parte fundamental dos diferentes processos de intervenção mediática na esfera pública. Em todos os casos, a mídia instituiu a opinião pública e impôs sua agenda. Diferentes ações simbólicas operadas pelo jornalismo agiram sobre o funcionamento do campo político ou das instituições da sociedade civil e

intervieram no destino dos seus atores. Além disso, os jornalistas atribuíam a si mesmos papéis e atribuições de outros poderes (ministério público, tribunais, etc.).

Devemos, entretanto, ter o cuidado de não desconsiderar as dimensões da circulação e consumo dos sentidos. Em *Muito além do jardim botânico — um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre os trabalhadores*, Carlos Eduardo Lins da Silva mostra que a relação dos meios de comunicação e a audiência não é unilateralmente manipulatória e que o receptor é ativo. Assim, tornou-se viável uma interpretação dos programas jornalísticos sobre greves operárias no sentido de uma visão de resistência.

A questão a ser colocada, portanto, diz respeito às possibilidades de as interpretações inconformistas e resistentes serem canalizadas para a mudança nas estruturas e na organização do poder. Sodré vê uma solução no reforço da sociedade civil, o que poderia fazer com que a influência na reorganização da mídia dê-se por pressões de grupos organizados (Sodré e Moraes, 1993). Os rumos da mídia seriam decididos numa tensão entre sociedade civil fortalecida e mercado.

Sodré ressalva que a mídia não é uma dimensão do real necessariamente “inútil”. Ela obriga diversas instituições a se repensarem (como a linguagem jurídica, obrigada a se atualizar em termos jornalísticos, por motivos de clareza). A mídia quebra velhos rituais, põe em crise ritos antiquados e a própria relação pedagógica. A mídia, portanto, pode reverter em favor da sociedade civil, se esta estiver fortalecida e organizada. Não se trata de uma contestação ou censura no nível do conteúdo, mas de fazer a universidade e outros porta-vozes da sociedade civil⁵¹ reivindicar canais de expressão que valorizem a eticidade. Em suma, criar mecanismos para contrabalançar o poder da mídia.

No entanto, numa crítica ao modelo das mediações proposto por Barbero, Sodré avalia que, “para sair do fluxo circular e totalizante da mídia”, a única maneira seria atuar “fora dela” (Ibidem:18). Resumida por Moraes, a idéia contestada é a de que:

“Cada receptor recebe de modo diferenciado as mensagens enviadas pela mídia, em função do seu lugar social e econômico, do nível de escolaridade e da capacidade de intervir culturalmente, as reações do público produziram uma rede multiforme de visões de mundo diferenciadas, capazes de gerar cultura”.

⁵¹ O que nesta pesquisa, partir de Gramsci, chamamos de “aparelhos privados de hegemonia”.

Tal processo de circulação e consumo tornaria viável a interferência crítica nos discursos mediáticos (Ibidem:13). Para Sodré, embora inteligente, esta postura teórica se revestiria de uma ingenuidade "idealística" (Ibidem:25). Com base nos argumentos do próprio Barbero (mas também de Fairclough e Pinto), poderíamos retorquir que, ao secundarizar a luta hegemônica na dimensão da circulação e recepção dos discursos mediáticos, Sodré acaba por privilegiar o ângulo da dominação, da capacidade de a mídia recuperar ou incorporar elementos e visões de resistência contidos naqueles discursos.

Por isso, acreditamos que a resposta à possibilidade de efetivação da mudança social esteja em Austin e Gramsci. A cultura popular e o senso comum são contraditórios. Existe a possibilidade de uma reelaboração dialética dos conteúdos no sentido da mudança social, desde que adquiram força ilocucionária. Isto é, à medida que instituições democráticas da sociedade civil (como os movimentos sociais) se fortaleçam e possam instituir um novo senso comum (uma nova cultura), dentro e fora da mídia.

Como sugerimos, a mudança social pode ter uma direção crítica e democrática, mas também pode ser autoritária e conservadora. A nosso ver, a definição de uma transformação crítica está relacionada às ações orientadas eticamente numa esfera pública ampliada (ou "sociedade civil fortalecida", como se pode traduzir o sentido original em Gramsci). Esta questão é o tema do próximo capítulo.

“A verdadeira lição que se deve tirar da antropologia cultural é que, para dizer se que uma cultura é superior a outra, é preciso fixar parâmetros. Uma coisa é dizer o que é uma cultura, outra é dizer com base em quais parâmetros a julgamos. Uma cultura pode ser descrita de forma aceitavelmente objetiva: essas pessoas comportam-se assim, crêem nos espíritos ou numa única divindade que deriva de si toda a natureza, unem-se em clãs de parentesco segundo essas regras, consideram que seja bonito transpassar o nariz com anéis (poderia ser uma descrição da cultura jovem no Ocidente), consideram impura a carne de porco, circuncidam-se, criam cães para colocá-los na panela em dias festivos ou, como ainda dizem os americanos sobre os franceses, comem rãs. O antropólogo obviamente sabe que a objetividade é sempre posta em crise por tantos fatores. Os parâmetros de julgamento (...) dependem de nossas raízes, de nossas preferências, de nossos hábitos, de nossas paixões, de um sistema de valores nosso. (...) É preciso referir-se a um sistema de valores aos quais pensamos não poder renunciar. Só então podemos dizer que a nossa cultura, para nós, é melhor.

Agora, uma das coisas louváveis das culturas ocidentais (livres e pluralistas, e esses são os valores que consideramos irrenunciáveis) é que perceberam há um bom tempo que a mesma pessoa pode ser levada a manobrar parâmetros diferentes e mutuamente contraditórios sobre questões diferentes. (...) A crítica dos parâmetros, que o Ocidente persegue e encoraja, nos faz entender como a questão dos parâmetros é delicada.

É justo e civil proteger o sigilo bancário? Muitos consideram que sim. Mas e se esse sigilo permitir aos terroristas manter seu dinheiro na cidade de Londres? E então, a defesa da privacidade é um valor positivo ou dubio? Nós colocamos nossos parâmetros continuamente em discussão.

O parâmetro de tolerância da diferença é certamente um dos mais fortes e menos discutíveis, e nós julgamos madura a nossa cultura porque ela sabe tolerar a diferença e julgamos bárbaros aqueles que pertencem a nossa cultura e não a toleram. Ponto e basta.

De outra forma, seria como se decidíssemos que, se numa certa área do globo ainda existem canibais, nós vamos comê-los, para que assim aprendam. Esperamos que, visto que permitimos mesquitas na nossa casa, um dia haja igrejas cristãs ou não se bombardeiem os Budas na casa deles. Isso se acreditarmos na bondade de nossos parâmetros”.

(Umberto Eco, 2001)

IV- Esfera Pública Ampliada e “tecnologização do discurso”: luta hegemônica e construção de um parâmetro para a intervenção social

No capítulo anterior, vimos que, enquanto para Marx a tomada do Estado definia a mudança na estrutura social, para Gramsci, uma nova sociedade não é definida a partir do Estado (ditadura do proletariado). O campo de mudança social é a sociedade civil, entendida não como uma dimensão da esfera da produção, mas do âmbito da cultura. É uma questão de hegemonia, de um lento estabelecimento de diretrizes intelectuais e morais. A alteração das relações de produção não garantiria mais o surgimento imediato de uma sociedade socialista (ou democrática radical).

Já expusemos como esse deslocamento efetuado por Gramsci afetou o conceito de esfera pública (ou Estado ampliado) e, a partir disso, de democracia para um segmento de intelectuais e militantes de esquerda. Eles passaram a teorizá-la não mais apenas no campo tradicional do sistema político para incorporar a dimensão cultural da sociabilidade, onde se decidem as hegemonias. A construção de um parâmetro regulador da intervenção social referencia-se, portanto, prioritariamente na sociedade civil.

O parâmetro, entretanto, só pode ser teorizado a partir da esfera pública, da relação entre sociedade civil e sociedade política (lugar por excelência da violência consentida do Estado, mas também produtor de consentimentos políticos, como tratamos no capítulo III). Porém, uma vez definidos parâmetros para pensar a mudança social, eles não podem ser reificados, tornarem-se “coisas independentes”. Como toda construção “objetivamente humana” (Gramsci), eles são portadores de relações sociais, portanto, de luta hegemônica. Esse entendimento é essencial na conceituação de “tecnologização dos discursos”, por Fairclough.

Em sua análise, Fairclough (1995:91-93)⁵² pressupõe a associação que Gramsci faz da hegemonia ao funcionamento do Estado “ético”. Isso significa que o Estado tem entre suas funções mais importantes a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral que corresponda ao desenvolvimento das forças produtivas (que incluem o aparato tecnológico, os meios de produção, a relação com a natureza ou matéria-prima, mas, principalmente, o desenvolvimento humano) e aos interesses hegemônicos das classes e grupos sociais governantes.

Aqui, vale a pena abrir um parêntesis conceitual. Nesta pesquisa (assim como para Gramsci e Fairclough), dentre as condições materiais de existência, o conceito de classe

⁵² As citações de Gramsci também são retiradas destas páginas.

social é entendido como uma das principais interpelações aos atores sociais. Isso, desde que sua manifestação seja entendida como híbrida, articulada com outras lutas culturais. A classe social é aqui definida a partir do conceito de bloco histórico (Gramsci) e nos moldes de Thompson⁵³, como descontínua, permanentemente constituída e desarticulada a partir da dinâmica cultural.

Assim, a classe manifesta-se como uma das formas de existência social e não simplesmente uma referência aos meios de produção (relações sociais de propriedade). Além de ser uma categoria econômica, a classe social define-se como categoria histórica, sem que isso implique a sua vinculação com qualquer projeto unificador, messiânico, e sem que patrocine qualquer tipo de “missão histórica”.

Como categoria explicativa dos fenômenos sociais, a classe também não é “determinante em última instância”, o que significa dizer que, além de não ser suficiente para explicá-los, ela não tem uma necessária prevalência sobre outros elementos constituintes das lutas sociais. Porém, as explicações das reestruturações sociais mais amplas incluem necessariamente o exame da forma como ela participa deste processo, se conforma e articula com outras lutas.

IV. 1. A “tecnologização do discurso”

Fairclough ressalta que um dos aspectos da hegemonia é a ética na reestruturação de subjetividades ou identidades. Gramsci já havia percebido isso. Numa alusão ao fordismo e ao taylorismo nos EUA, ele já analisava a “necessidade de criar um novo tipo de homem, adequado ao novo tipo de trabalho”. A tecnologização do discurso seria uma maneira de as forças hegemônicas intervirem na esfera pública, em que um dos aspectos do resultado deste processo seria a reestruturação de identidades. Em grande medida, a hegemonia e a luta hegemônica formam-se, nas práticas discursivas das instituições e organizações.

As convenções do discurso podem encerrar ideológicos naturalizados, mecanismos eficazes na preservação de hegemonias. Além disso, o controle das práticas

⁵³ Deixemos que o próprio Thompson conceitue: “A classe surge quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre eles e contra outros homens cujos interesses são diferentes dos seus (geralmente opostos).” E também: “As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor; encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as classes se encontram numa sociedade estruturada de forma determinada, experimentam a exploração, identificam pontos de

discursivas das instituições é uma das dimensões da hegemonia cultural. A tecnologização do discurso faz parte de uma luta para modificar as práticas discursivas institucionais, travada pelas forças sociais dominantes. A luta baseia-se em cálculos estratégicos relativos aos efeitos hegemônicos mais amplos das práticas discursivas.

O termo é construído a partir da aplicação da noção de hegemonia ao conceito de “tecnologias do discurso”, que Foucault reconhece como constitutivas do poder-saber na sociedade moderna (aliança entre as ciências sociais e as estruturas de poder). Trata-se de um circuito mais amplo que o “dispositivo estratégico”, identificado na Introdução da nossa pesquisa, pois inclui a própria formação dos especialistas, além dos saberes e objetos. A tecnologização do discurso é um modo contemporâneo de política e planejamento lingüísticos. No entender de Foucault, este “biopoder” trouxe “a vida e seus mecanismos ao domínio dos cálculos explícitos, o que tornou o conhecimento/poder um agente transformador da vida humana” (citado por Fairclough, 1995:102).

Vale lembrar que, para Fairclough, discurso é linguagem (em sentido amplo, não só oral e escrita, mas gestos, comportamentos, imagens, formas de consumo, etc.) como prática social, o que acentua a ambivalência própria às lutas hegemônicas. Tal definição permite pensar as contestações à tecnologização do discurso⁵⁴. Ao estabelecerem uma ligação íntima entre conhecimento sobre linguagem, discurso e poder, as tecnologias discursivas são passíveis de planejamento e aperfeiçoamento conscientes com base nos efeitos antecipados, inclusive em detalhes como de escolha do vocabulário, gramática, entonação, expressão facial, gesto, postura e movimentos corporais. Isso implica acesso de parte dos tecnólogos ao conhecimento sobre linguagem, discurso e semiose, além de psicologia e sociologia (Fairclough, 2001:265).

Ela é o terreno de uma luta que pode ser revelada na análise da forma como aqueles que lhe estão sujeitos a recebem e interiorizam (e nas diferentes formas de adaptação e resistência que dão origem a combinações híbridas de práticas discursivas existentes e impostas). As tecnologias discursivas e a tecnologização do discurso são características de ordens de discursos modernas (ibid:264).

interesse antagônicos, começam a lutar por estas questões e no processo de luta se descobre como classe”. (citado por Martin-Barbero, 1997:101-102)

⁵⁴ Entender as tecnologias do discurso a partir das lutas hegemônicas permite refutar críticas como a de que, nos estudos genealógicos de Foucault, a mudança social apareceria apenas em termos de técnicas de poder, interpretadas sem ambigüidade como instrumento de dominação (Fairclough, 2001:271).

Uma análise da tecnologização do discurso combina as seguintes características:

- 1- investigação das práticas discursivas de organizações e instituições sociais;
- 2- reformulação dessas práticas de acordo com estratégias e objetivos específicos, em especial as dos gestores e burocratas;
- 3- formação do pessoal das instituições nestas práticas reformuladas.

A tecnologização do discurso pode ser entendida também como uma espécie de “tecnologias de governo”. O conceito é de Rose e Miller, (citado por Fairclough, 1995:102):

“(...) as estratégias técnicas e procedimentos pelos quais forças distintas procuram operacionalizar programas; as redes e substituições que conectam as aspirações das autoridades com as atividades de indivíduos e grupos”.

Fairclough oferece um enquadramento para elaborar a definição anterior:

- 1- o surgimento de peritos em tecnologia do discurso;
- 2- uma mudança no monitoramento das práticas discursivas;
- 3- concepção e projeção de técnicas discursivas descontextualizadas;
- 4- simulação discursiva com fundamentos estratégicos;
- 5- pressão para uniformizar as práticas discursivas.

Os especialistas em discurso persuasivo e manipulador possuem características distintivas, como a relação com o saber. Eles são cientistas sociais ou outros tipos de especialistas com acesso privilegiado à informação científica. Sua intervenção na prática discursiva rodeia-se de uma aura de verdade. Esses tecnólogos podem pertencer aos departamentos das ciências sociais das universidades. Os que são direcionados para o treinamento em tecnologias discursivas tendem a ser professores, entrevistadores, publicitários e outros *gatekeepers* e detentores de poder. As tecnologias discursivas são planejadas para produzir efeitos sobre o público (clientes, fregueses, consumidores).

É provável que os tecnólogos desempenhem funções associadas a práticas e rotinas autorizadas nas práticas discursivas das instituições, sejam funcionários ou consultores contratados para determinados projetos. Em termos do modelo de Gramsci, eles equivalem aos intelectuais orgânicos das instituições, com a “liderança” alicerçada na tecnicidade e na pretensa cientificidade do seu conhecimento.

As práticas discursivas institucionais são submetidas a verificações, correções e sanções. Um dos efeitos da tecnologização do discurso é o deslocamento do monitoramento destas práticas. Do nível institucional local, passa a um nível trans-

institucional, ao tornar-se responsabilidade de tecnólogos exteriores à instituição. Também muda a base da sua legitimidade. Um agente pode alcançar posições de prestígio e poder, das quais se serve para reivindicar o direito de monitorar as práticas profissionais ou institucionais, com base na ciência, no conhecimento e na verdade. Tais especialistas formulam as técnicas discursivas (entrevistar, proferir conferências, aconselhar), com objetivo de otimizar a sua eficácia e modificá-las em termos afetivos. Fairclough exemplifica com a técnica de tornar enunciados “mais simpáticos” numa entrevista ou organizar toda a entrevista de forma “simpática”.

A tendência é a de formular e projetar técnicas discursivas descontextualizadas para que sejam aplicáveis a qualquer situação ou contexto institucional relevantes. Tal aplicação contribui para criar um efeito de “colonização” das ordens de discursos locais por parte de um certo número de gêneros discursivos importantes em termos culturais (o discurso publicitário e empresarial, do marketing, etc.). Entre os exemplos de tecnologias de discurso, Fairclough (2001:264) cita a entrevista, o ensino, o aconselhamento e a publicidade. Na sociedade moderna, estas técnicas têm assumido esse caráter transcontextual. Elas são consideradas como recursos ou instrumentos a serem usados com variadas finalidades, em diversas situações.

A reformulação de técnicas discursivas implica uma simulação considerável (a integração consciente e sistemática de práticas discursivas originadas em determinado contexto numa outra técnica discursiva, com base em cálculos estratégicos quanto a sua eficácia). Assim, recomendar que uma entrevista termine em tom simpático equivale a fazer o entrevistador simular formas e significados da simpatia, que subentendem relações e identidades sociais mais associadas à vida privada do que a acontecimentos institucionais. A simulação de simetria de poder e a informalidade seriam técnicas largamente usadas por detentores de poder institucional.

A influência do pensamento de Habermas está presente na noção de razão instrumental, apoiada em cálculos estratégicos, bem como sua identificação a instituições do mercado e do poder estatal (tecnologias de governo). Fairclough (2001:264) concebe uma convergência entre Foucault (tecnologias e técnicas a serviço do biopoder moderno) e Habermas, que percebe nas sociedades modernas a tendência de os “sistemas” do Estado e da Economia controlarem partes cada vez maiores da vida das pessoas (mundo da vida).

Aí está embutida a noção de que tal processo de instrumentalização da razão não compete exclusivamente ao ambiente da produção científica e tecnológica e à operacionalidade do trabalho humano. Além da criação de condições para a subsistência e circulação de mercadorias nesta fase do capitalismo tardio (que produzem uma sociedade mediada pelos aparatos tecnológicos), a racionalidade instrumental torna-se inerente aos artefatos culturais que circulam e são consumidos em escala massiva e industrial (como os jornais). Extensas áreas da informalidade (mundo da vida) são atingidas e colonizadas nesse processo. A tecnologização dos discursos, portanto, está ligada a uma expansão do discurso instrumental para novos domínios (ibidem:265).

Fernandes (1993:202) chama atenção para o papel da informalidade na construção da esfera pública, mesmo nas burocracias modernas (o termo "informal" já revelaria o caráter formalista da sociedade civil). A interação entre relacionamentos sociológicos formais e informais é um dos mecanismos decisivos para trocas positivas entre valores modernos e tradicionais e para o condicionamento da vida em sociedade. A colonização dessa informalidade pela abertura de fronteiras entre público e privado, a convesacionalização e a aparente democratização do discurso institucional constituem a tecnologização dos discursos. Estes fatores aliam-se à transcontextualização das técnicas, ao monitoramento numa posição transcendente e à importância dos peritos externos, para pressionar no sentido de centralizar e uniformizar a prática discursiva.

As pessoas podem reagir de várias formas às pressões da tecnologização do discurso. Podem se sujeitar a elas, adotar uma postura tática de aparente sujeição (sem ceder) ou proceder a variados ajustamentos e compromissos entre práticas existentes e novas técnicas (o mais provável). Disso decorre que a flexibilização do discurso (sua democratização) pode ser simulada, usada como tecnologia. Mas ela carrega uma ambivalência, pois o processo de apropriação pode por si mesmo possibilitar mais um campo de luta, em que os detentores do poder podem sofrer derrotas.

Assim, pela tecnologização, as instituições governamentais (e também a mídia) podem ajustar seu discurso em questões como as relativas aos direitos humanos e ao fortalecimento da sociedade civil. Mas esse uso implica riscos ao exercício do poder, pois significa uma concessão ao poder das mesmas forças democratizantes que os detentores do poder visam a combater. Ao eliminar assimetrias explícitas (nas formas de tratamento), tanto a informalidade como a conversação (reciprocidade e reconhecimento

do outro) podem tornar implícitas afirmações sobre a natureza dos relacionamentos sociais realizados que não se sustentam onde a democratização é apenas simulada.

O resultado pode ser uma contradição na prática discursiva entre as formas e o conteúdo do discurso democratizado, que pode se tornar uma área de luta. Por exemplo, essa contradição está presente no artigo de uma alta patente da Polícia Militar, no qual ela reconhece que “vivemos outros tempos” (ao referir-se elogiosamente à ação das ONGs de defesa dos direitos humanos) para em seguida defender a violência policial na “guerra” contra traficantes e favelas.

Definir parâmetros para a ação coletiva pressupõe perceber, portanto, que as variadas instituições do mercado e do Estado possam reconhecê-los, ajustarem-se e simular sua aceitação nos discursos institucionais. Interessa-nos, portanto, detectar nos jornais as formas com que os discursos são hibridizados, ressemantizados, neutralizados, enfim, como as instituições reagem às pressões da sociedade civil em suas demandas por universalização dos direitos. Afinal, como alerta Gramsci, não existe legitimação social sem ressemantização a partir do código hegemônico (citado por Martin-Barbero, 1997:232).

No estudo dos jornais, a noção de tecnologização do discurso pode ser discutida a partir do conceito de *gatekeeper*, as várias formas de filtros do poder que atuam no mundo microfísico da construção da reportagem e que visam a algum efeito sobre a audiência. David Maning White (1993:142-151) resume a ação do *gatekeeper* como a passagem dos conteúdos noticiosos por filtros de poder em toda a redação de um jornal: o pauteiro, o repórter, o departamento comercial, a chefia de redação, o proprietário do jornal. Mas o editor é o *gatekeeper* por excelência.

Em suas operações enunciativas, o editor organiza a página, decide as notícias que entram, faz as escolhas adequadas de como elas entram e justifica tal escolha (com base no senso comum ideológico partilhado na redação do jornal sobre o que é “interesse jornalístico”). Ao analisar uma pesquisa sobre a quantidade de notícias de agências noticiosas recebidas e usadas por um editor (a quem chama de “Mr. Gates”) no período de sete dias, White (idem:145) conclui:

“É somente quando analisamos as razões apresentadas pelo ‘Mr. Gates’ para a rejeição de quase nove décimos das notícias (na sua procura pelo décimo para o qual ele tem espaço) que começamos a compreender como a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do *gatekeeper*.”

Podemos perceber que é necessária uma análise crítica do próprio contexto em que os fatos jornalísticos são selecionados e dos critérios do que se considera “jornalístico”, uma vez que esta seleção será sempre contaminada pela subjetividade. Em outras palavras, não há “fato” ou circunstâncias neutros ou percebidos fora das dimensões das ideologias e dos conflitos de poder.

Como nos ensina White (idem:151):

“É um fato bem conhecido da psicologia individual que as pessoas tendem a ter como verdade somente aqueles happenings que se adaptam às suas próprias convicções relativamente ao que é provável acontecer. Começa a dar a sensação (partindo do princípio de que o ‘Mr. *Gatekeeper*’ é representativo da sua classe) que, na sua posição de *gatekeeper*, o editor do jornal providencia (apesar de poder nunca estar consciente desse fato) para que a comunidade ouça como fato somente aqueles acontecimentos que o jornalista, como representante da sua cultura, acredita serem verdade”.

Rebelo (2000:36-37) amplia o conceito de *gatekeeper*, para caracterizá-lo como uma instância que faz a interface entre a empresa jornalística e o contexto com o qual ela interage. Mais que um selecionador, o *gatekeeper* é o gestor do processo de adaptação das notícias às reações suscitadas após a sua difusão. Trata-se de uma instância de regulação que ultrapassa as redações e incorpora o conselho de administração da empresa, a diretoria de publicação, um conselho de redação e mesmo grupos de pressão política, religiosa, organizações de leitores, etc., desde que financiem a empresa (explicitamente ou não).

Assim, na definição de Rebelo, a função de regulação do *gatekeeper* incorpora a recepção e exige cálculos estratégicos na gestão dos produtos jornalísticos como forma de reagir a pressões do leitorado, financiadores e outros atores que integram o contexto de interação. Por estar articulada com os atores do contexto de interação, a empresa jornalística elabora um produto que contribui para modelar este contexto. Do ambiente de interação partem, também, sinais que são absorvidos pelo *gatekeeper* (instância de regulação) e combinados com os sinais originados no interior da própria empresa.

O conjunto dos sinais interiores e exteriores atua sobre os pressupostos doutrinários do jornal e motivam a decisão do *gatekeeper*, com repercussão na produção, difusão, gestão e manutenção do jornal. Esta rede de decisões que regula os fluxos e organiza as diferentes fases da produção não exerce tal poder apenas para verificar a aplicação correta de normas e produzir ajustamentos. O *gatekeeper* gera

informação/saber que procura garantir a ordem e o as relações de poder institucionais (ibid:38).

Um bom exemplo do movimento operado por essas instâncias de regulação nos é fornecido por Aberto Dines (Dines e Argolo, 2002:9-27). Com o fim do regime militar, vários paradigmas foram criados. Eles não foram totalmente impostos de fora para dentro, mas elaborados a partir da própria instituição jornalística. Sua primeira expressão pública foi a fundação da associação patronal ANJ (Associação Nacional de Jornais, que incluía também revistas). Em princípio, ela era uma reação empresarial à greve dos jornalistas de 1979, mas, aos poucos, converteu-se num grupo de pressão.

Uma das primeiras ações da ANJ foi instituir o modelo do jornal americano USA TODAY como paradigma jornalístico, um esquema com notícias curtas, sem contexto e profundidade, voltado para o entretenimento. O mercado passou a comandar as decisões editoriais e passou a influenciar a rotina da produção jornalística, agora afinada com o departamento de *marketing*. A concorrência fez o espetáculo sobrepor-se à obediência aos critérios jornalísticos da objetividade, como a obrigação de investigar ou contraditar. "Há um medo de levar bronca do departamento de circulação porque o concorrente está explorando determinada questão e ganhando muita exposição", justifica Dines. O modelo implementado pela ANJ teve por consequência o crescimento da indústria do espetáculo e do entretenimento (ibidem:14).

Essa ampliação do conceito de *gatekeeper* por Rebelo o aproxima das elites burocráticas e cognitivas, ou "logotécnicas", os programadores, editores, criadores, gerentes e todos os selecionadores de informações sobre o mundo, conforme exposto por Sodré (1996:79). Neste sentido, o poder do *gatekeeper* vincula-se ao exercício do poder *agenda setting*, pois o poder gerencial das instâncias de regulação afeta justamente a capacidade de selecionar na realidade cotidiana aquilo que se vai iluminar ou publicizar (e o "como", os ângulos de abordagem).

Finalmente, propomos que a relação acima possa ser vista como parte do processo de tecnologização do discurso jornalístico, na medida em que as instâncias de regulação e seleção de informações promovem "ajustes" para manter hegemonias. Como aponta Fausto Neto (2002:169), a instância editorial maneja o conjunto de materiais apurado e o submete a angulações a partir do trabalho organizador do processo de enunciação. Essa instância condensaria tal material de forma articulada com o "espírito da agenda",

ofertado ao mundo dos leitores. Não se trata, porém, de um “espaço da redação”, mas de espaço exterior, que enuncia e direciona os ditos elaborados pela redação e ocupa outro lugar do espaço discurso. Tampouco se trata de uma providência derivada diretamente da rotina organizacional do jornalismo. Seria:

“Algo mais complexo que se reporta à questão do exercício do poder na própria esfera do jornalismo como prática social, na medida em que nesta divisão social do trabalho existem processos hierárquicos nos quais se dá a estratificação do próprio processo de construção da realidade. Nestes, cabe a alguns enunciadores (editores, planejadores visuais, etc.) organizar e subordinar a operações de sentido mais gerais o trabalho de produção de sentido de outros enunciadores (subeditores, repórteres, etc.). Em seguida deve ser lembrado o fato de que sendo o jornalismo um espaço habitado por ‘vozes’ e constituído por ‘feixes de relações’, torna-se necessário que o trabalho de organização discursiva se dê em torno de mecanismos que tratem de unificá-lo a certos princípios que se sustentam em requisitos inerentes às culturas ética e técnica do campo jornalístico” (Antonio Fausto Neto, 2002:170).

Assim, as escolhas textuais são, simultaneamente, escolhas ideacionais (modo como o saber, o conhecimento, as crenças, os valores sociais e culturais e as contextualizações históricas e culturais são concebidos) e interpessoais (identidades das fontes, emissores, receptores e relações entre eles) que se constituem como opções ideológicas particulares realizadas a partir de relações de poder (que incluem ajustes aos discursos contra-hegemônicos).

A análise deve levar em consideração, portanto, tais efeitos de sentido nos discursos dos jornais, especialmente os produzidos por aquilo que Fairclough chama de “colonização” pelo *marketing* e a publicidade. Elas são formas de tecnologização do discurso que se manifestam na forma narrativa espetacularizada (ou “sensacional”) da notícia, no recurso ao entretenimento. No capítulo VII, desenvolveremos melhor a questão. Quanto aos parâmetros, vamos determiná-los a partir do exame da relação dos dois pólos da esfera pública, a tensão entre sociedade civil e sociedade política.

IV. 2. A Sociedade Civil

O conceito gramsciano de sociedade civil desenvolveu-se num ambiente histórico marcado pelas narrativas identitárias unificadoras da modernidade ocidental, do nacionalismo e das grandes instituições nascidas na sociedade industrial: o próprio Estado-Nação, os sindicatos e o partido revolucionário. Para Gramsci, a persuasão, o convencimento e o consenso são centrais como modo de fazer política, para as ligações entre a classe operária (do seu partido), as instituições da democracia (o sistema político, a República e Constituinte) e o movimento social (sindicatos, conselhos

operários). É nesse movimento que se consolidam as bases de um novo projeto de regime econômico e social (Coutinho, 1998:26).

Assim, já em Gramsci a noção de democracia ultrapassa os limites sociais e ganha a organização da sociedade civil, na forma como era organizada em sua época histórica. Mais: ela faz parte da relação entre as sociedades civil e política, integra a representação política e outras formas decisórias. Para desenvolver o debate (e superar influências historicamente datadas), vamos desenvolver o argumento.

Gramsci⁵⁵ propõe o termo hegemonia como obtenção do consenso para formular uma proposta contratualista de formação da esfera pública (entendida como esfera dos valores sociais). Isto é, como consensual e intersubjetivamente construída. Numa abordagem não-contratualista, Hegel chamou a esfera pública de "eticidade". O contratualismo e Hegel influenciam o conceito, na medida em que os homens devem ser levados a realizar as ações interativas pela persuasão, não pela coerção. Tais ações podem direcionar-se para a construção de uma esfera pública democrática (Coutinho, 1998:27).

A liberdade não é entendida como na concepção liberal, de forma negativa (dos indivíduos privados em face do Estado). Tratar-se-ia também da possibilidade de uma liberdade positiva, democrática, expressa na construção autônoma, negociada e coletiva das regras e normas que modelam o espaço da vida social. Esta eticidade expressar-se-ia interativamente como doxa, como "opinião pública", como algo que se constrói por meio do consenso e que, portanto, implica diálogo. Esta acepção rompe com a visão instrumental do comunismo histórico, mas também com a visão liberal, que a define em termos de respeito às regras do jogo. Deve-se enfatizar que não se trata de um "contrato" baseado na "razão natural", mas instruído pela intersubjetividade, a sedução e o consentimento, em que há relações de poder assimétricas.

A nosso ver, a questão a ser discutida, então, diz respeito às bases da formação da "opinião pública", do diálogo em que a eticidade expressar-se-ia. Coutinho propõe a hipótese de que a construção do conceito por Gramsci reintroduziu o contratualismo no pensamento marxista, na versão de Rousseau. Ainda que não o tenha citado, Gramsci teria dialogado com sua principal obra, o *Contrato social* (ibidem:31). O conceito chave seria o de "vontade geral", que Gramsci teria substituído por "vontade coletiva".

⁵⁵ Esta primeira parte da exposição é um resumo do argumento de Coutinho (1998).

No conceito de hegemonia, uma relação torna-se hegemônica à medida que a vontade geral impõe-se sobre a vontade singular ou particular, ou pela imposição do interesse público sobre o interesse privado. A hegemonia implica uma passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político (processo de universalização). Este seria o critério da legitimidade de um ordenamento político-social. Para Coutinho, o ponto débil deste contrato consiste no pressuposto de que a vontade geral opõe-se às vontades particulares e as reprime, o que reitera a separação dicotômica entre cidadão (universal) e burguês (egoísta).

Para superar a dicotomia, Hegel reconhece que o mundo moderno caracteriza-se pela posição central ocupada pela particularidade. Ele busca articular essa característica com o princípio republicano da prioridade do público sobre privado, sem reprimir quaisquer deles. A superação dialética das vontades particulares estaria na vontade universal ou "estatal", que ele viria a chamar de eticidade. Trata-se da esfera social na qual surgem valores universais, a partir das interações sociais objetivas entre os indivíduos (e não apenas em sua moral subjetiva). Não são as ações de vontades singulares virtuosas que criam a vontade geral, mas a realidade que as antecede e determina. Tal realidade objetiva advém das mediações da ação das corporações (sujeito coletivo situado na sociedade civil) entre os dois níveis da vontade. Essas mediações determinam a relação interna entre vontade singular e universal que, para Hegel, expressar-se-ia no Estado.

Para Coutinho, Gramsci teria assimilado seletivamente as reflexões de Hegel e Rousseau. De Hegel, ele assimilou a idéia de que as vontades são constrangidas pela existência material e também a afirmação de que essas vontades passam por um processo de universalização que leva à formação de sujeitos coletivos (aparelhos privados de hegemonia). Tais sujeitos são movidos pela universalização, a ação ético-política. Por outro lado, a adesão pelo consentimento aos aparelhos de hegemonia e sua inscrição no Estado ampliado (esfera pública) aponta para a concepção política do contrato (a conquista lenta e progressiva de esferas consensuais que resulta na introdução de elementos cada vez mais numerosos na sociedade civil). Em vez da coerção do poder estatal ou do dinheiro (mercado), ampliam-se as esferas de consenso.

O problema dá-se nas bases da formação da opinião pública. Como vimos, nas sociedades complexas contemporâneas, a opinião pública é em grande parte

estabelecida pelos meios de comunicação, institutos de sondagens, políticas de governo e outras instituições que buscam poder e lucro (e produzem tecnologias discursivas para atuar sobre a esfera pública). Além disso, a tecnologização do discurso estabelece previamente regras e convenções que direcionam o consenso e criam a opinião pública. Os critérios de determinação da vontade popular, do interesse público e do bem comum são, na verdade, uma forma elaborada institucionalmente (Marcondes, 1992:86). Como se trata de um conceito político, a opinião pública é necessariamente “representada”, embora sujeita a apoio ou referendo da maioria dos cidadãos (o que não diminui o seu caráter de instituído, em vez de espontaneamente formulado pela maioria ou “vontade geral”).

Um exemplo desse processo de representação seria a antiga invocação pela vanguarda do partido revolucionário como legítima representante do “popular”. Um outro exemplo mais contemporâneo, é a forma com que o termo “opinião pública” está relacionado a técnicas de sondagem e aos meios que buscam aferi-la. Tais critérios, sabemos, são baseados em um sistema de representações (entendidas, lembramos, não como reflexo do real, mas construções da realidade). Nas pesquisas de opinião, a instituição responsável impõe objetivos e critérios seletivos para aferir opiniões sobre tópicos predeterminados. Também aí temos uma vontade geral previamente direcionada, portanto, instituída.

Outro argumento desfavorável à noção de vontade geral diz respeito às alterações profundas no âmbito da sociedade civil, face às relações planetárias emergentes, à internacionalização da sociedade civil. Vimos que o advento do capitalismo tardio, da internacionalização do mercado e das comunicações (além da emergência das lutas identitárias), pôs em regime de contestação as conexões lógicas entre as idéias de sociedade civil e de nacionalidade e as referências monocausais ao Estado-Nação, à classe social ou à vontade geral como símbolos de uma vontade coletiva totalizante. A sociedade civil constitui-se pela diversidade cultural, a diferenciação de sujeitos coletivos, identidades étnicas, instituições, facções e grupos de interesse, cujas parcerias e ações são tópicos e parciais.

As bases do contrato, portanto, devem ser deslocadas, embora a dimensão intersubjetiva e a necessidade de ações pautadas no interesse público (ético-políticas), não possam ser descartadas. Barbero (1997:278) pensa a questão a partir de uma radical

alteração do paradigma para pensar a sociedade civil. Ela só pode ser compreendida e teorizada a partir do abandono dos paradigmas hegemônicos de comunicação (fundados no sistema lingüístico ou no sujeito transparente, sempre com uma rígida separação entre os interlocutores). Vamos expor o argumento.

O paradigma hegemônico ergueu-se em duas etapas. A primeira nos anos 60, quando o modelo de Lasswell foi adaptado ao espaço teórico da semiótica estruturalista. Ele chama essa etapa de "ideologista", porque a pesquisa objetivava denunciar as estratégias e efeitos provocados pela ideologia dominante junto aos meios. A ideologia tornou-se um dispositivo totalizador dos discursos e engoliu o campo da comunicação. O resultado foi uma concepção instrumental dos meios de comunicação, em que bastava analisar os objetivos econômicos e ideológicos dos meios para se descobrirem as necessidades que provocavam e como submetiam os consumidores passivos (ibid:279).

A partir dos anos 70, emerge a etapa "cientificista", em que vigora o modelo informacional de extração positivista. Ele encontra um ambiente propício com a violenta repressão à esquerda, retirada da cena política. Elaborada com argumentos matemáticos na área de engenharia, a teoria da informação foi definida como "transmissão de informação" e buscava ordenar o campo da comunicação e delimitar seus objetos. O resultado foi o abandono da reflexão sobre o poder e as condições sociais de produção de sentido (1997:280).

O modelo pressupõe a separação radical entre receptor e emissor. A mensagem circula linearmente entre estas duas instâncias homólogas (e nisto não se diferencia do modelo semiótico dominante da primeira etapa). O processo fragmentado separa as análises da mensagem e da recepção e desconsidera as contradições, vistas como resíduos de ambigüidade, não como conflito político. Nega-se, portanto, a emergência dos conflitos, a realidade cambiante e negociada numa rede de mediações, na luta pela construção do sentido. Os problemas sociais são reduzidos a problemas técnicos e "ruídos", o que impede sua resolução por decisões políticas e o próprio debate público. O resultado é a dissolução tecnocrática da arena política.

Outro fator que alterou o paradigma foi a transnacionalização, cujo resultado mais visível seria a transformação dos objetos de estudo em comunicação (deslocados para temas como democracia, cultura, movimento popular). Como vimos, a questão transnacional designa a nova fase do capitalismo tardio, mas também da

internacionalização de um modelo político, em que o campo da comunicação desempenha papel decisivo. Com as novas tecnologias, satélites, telemática, a Nação converteu-se num foco de contradições e conflitos inéditos, que trouxeram à cena novos atores sociais e o questionamento da cultura política tradicional (1997:283).

Na América Latina, a democratização passa a ser encarada pela esquerda e os movimentos sociais não como uma questão tática, mas de forma estratégica, como espaço de transformação social, uma nova e necessária sociabilidade (1997:278). Assim, houve uma revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, o reconhecimento de experiências coletivas não enquadradas em formas políticas tradicionais, como os partidos políticos. Alterou-se ainda a reflexão sobre os sujeitos políticos. A concepção substancialista das classes sociais foi substituída pela visão de conflito social como manifestação dos atributos dos atores. As relações de poder passaram a ser vistas como produto de conflitos concretos, travados no campo econômico e no terreno do simbólico (onde se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas constituem-se).

As soluções políticas para as contradições do capitalismo não repousam mais em projetos históricos definidos objetivamente. Elas dependem de uma elaboração contínua de alternativas possíveis e uma escolha decisória no campo das possibilidades intersubjetivamente construídas. Isso, em níveis até então obscurecidos do conflito social, na dimensão cultural múltipla e ativa da luta hegemônica. Esta forma de conceber as articulações e mediações da sociedade civil a pressupõe como arena de conflito simbólico, intercultural, lutas concretas e experiências coletivas enquadradas em novas formas políticas. Tais conflitos simbólicos formam as bases do contrato (das condições de luta e democratização da esfera pública).

As bases, portanto, estariam naquilo que Foucault (1985:151) chamou de “materialidade do poder” (e, acrescentamos, da ideologia), que “estava presente, desde o século XIX, no surgimento da filantropia como agente político, o que vai dar origem a instituições, saberes, profissionais”, enfim, que “inventam” a sociedade civil (numa aplicação por Foucault do seu conceito de tecnologias do discurso). Fernandes (1993:196) esclarece que, em sua história, o conceito de sociedade civil coexistiu com a exclusão de amplas camadas (escravos, estrangeiros, etc.). A segregação e as profundas desigualdades internas seriam um problema constante para a definição do conceito. A

sociedade civil é, ela mesma, uma construção constantemente negociada sobre as regras que governam a exclusão e a interação interna.

No seu seio, porém, há consensos fundamentais para o estabelecimento do contrato. Primeiro, a dimensão ético-política, presente na noção de que os direitos são iguais para todos. Esta noção tende a expandir-se e universalizar-se, o que torna a exclusão injustificada. Uma vez que os conflitos e relações de poder levam à participação de fato, a reivindicação por direitos tende a tornar-se irrecusável em sua legitimidade. Segundo, o fluxo crescente de pessoas, coisas e idéias inibe as fronteiras discriminatórias. A exclusão e a desigualdade extrema geram reações violentas que podem minar os alicerces da ordem civil e fazer emergir regimes autoritários e coercitivos. Assim, a luta contra a exclusão social é um fator constitutivo da sociedade civil. Não apenas porque propicia sua ampliação e fortalecimento, mas porque, eventualmente, pode garantir a sua sobrevivência (ibidem).

O interesse individual também é um valor essencial dentro da versão atual da sociedade civil. A sociedade civil é internamente trabalhada pela diversidade cultural e a noção individualista "direito à diferença" subverte as noções clássicas de cidadania, pois implica uma variedade de valores culturais para a sociedade civil. A partir deste quadro heterogêneo e multiforme da sociedade civil, Fernandes (1993:203) nos propõe uma reflexão sobre as tarefas de construção da cidadania. As políticas compensatórias não podem ser mais atribuídas somente às políticas de governo. Então, como controlar o poder estatal e do mercado?

Lembremos que a mesma questão é respondida por Gramsci em termos da ampliação dos elementos éticos da sociedade civil. A resposta de Fernandes não é diferente. Embora apresentem uma ampla segmentação e heterogeneidade, as ONGs e as instituições da sociedade civil convergem no fato de serem não-lucrativas e de seus mandatos estarem associados à promoção de algum valor. Todas as instituições estão envolvidas na política formal e no mercado. Porém, seu trabalho depende da afirmação de valores éticos que só podem ser realizados com uma imposição de limites ao exercício do poder estatal e à busca de lucro. As instituições do chamado terceiro setor tornam-se pontos de apoio para interesses gerais no interior da própria sociedade civil. Assim, a construção da cidadania envolveria um novo conceito, o de instituições

privadas com mandato político auto-atribuído. O movimento social, portanto, está na base da formulação do conceito de sociedade civil.

A questão dos direitos como forma hegemônica de uma nova sociabilidade é fundamental para a proposta de eleger um parâmetro regulador da intervenção social neste ambiente de ações multidirecionais. Se as parcerias são tópicas e passageiras, as instituições compartilham a fundamentação da ação num valor ético. Também as questões da universalização dos direitos e da ampliação da sociedade civil tornaram-se um “senso comum ideológico”, partilhado pelas instituições. Assim, a forma com que as instituições reivindicam justiça prioriza a luta pelos direitos e os deveres da cidadania (eticidade) e a ampliação da sociedade civil (na linha apontada acima por Coutinho, mas por outras vias que não a da “vontade geral”).

O conceito de cidadania, portanto, deve ser explicitado. Os argumentos de Martin-Barbero (1997), de Eveligna Dagnino (1994) e de Fairclough (1995) ocupam lugar central nesta pesquisa, no que diz respeito à construção do conceito de cidadania e democracia (ou democratização). Por democracia, entendemos uma forma de sociabilidade construída a partir das lutas dos movimentos sociais e das relações de poder no interior da sociedade civil, eticamente orientadas para a universalização de direitos. Não se trata, pois, de mudanças apenas no nível do sistema político, mas de uma esfera pública democrática, vista como um espaço conflitivo de interação, dominação e transformação social. Neste espaço, há também a intervenção de estratégias conservadoras e ações manipulatórias, de forma que os discursos podem ser “colonizados”, no sentido definido por Fairclough.

Assim a esfera pública democrática é constantemente construída, reformulada e sujeita a retrocessos. Com isso, queremos dizer que as ações pontuais pautadas pelo altruísmo e pela solidariedade pertencem à realidade tanto quanto as ações egoístas e autoritárias. É possível que tais ações ocorram em relações em que os interlocutores se reconheçam como “iguais”, isto é, como “portadores de direitos”, base da sociabilidade democrática. Trata-se, portanto, de atuar no sentido de que tais ações sejam “institucionalizadas”, que os movimentos sociais e as agências privadas (não-estatais e não-lucrativas) as tenham como parte do seu “mandato auto-atribuído”, assumam compromissos públicos em seus estatutos e na forma de atuar na esfera pública (o que, como salientou Rubens César Fernandes, já é consenso nestas instituições).

Note-se que isso não nos remete a esquemas genéricos, que antecipam qualquer tipo de situação ideal de interlocução. Os consentimentos são obtidos a partir de um complexo processo de lutas sociais, em que o reconhecimento das diferenças é fundamental na organização das alianças (isto é, a possibilidade de alianças depende da transcendência dos valores corporativos, portanto, da universalização). Para explicitar o argumento, voltamos a recorrer a Austin. Uma ação é reconhecida pelas regras e convenções socialmente estabelecidas, cuja prática os indivíduos adquirem num processo de vivência, experiência e formação sócio-cultural (a práxis de sua aprendizagem formal e informal). O caráter público e o aspecto institucional (verbal e extraverbal) são a condição para que os atos de fala sejam formulados e efetivem-se como ação. Enquanto conceitos, “cidadania” e “democracia” são “*constructos*”, elaborações do pensamento (a partir da experiência social) sobre formas possíveis de relações políticas, sociais e culturais, formulados institucionalmente.

Assim, as instituições da sociedade civil intervêm no próprio processo (de luta hegemônica) em que se dá a formação da democracia, do cidadão. Ao manifestarem publicamente os valores éticos nas quais se fundamentam (e que as constituem), segundo convenções lingüísticas, políticas e culturais, as instituições possibilitam sua existência como ação democrática ou cidadã. Como “parâmetros” para a mudança social, cidadania e democracia também não são simplesmente princípios de verdade. Como explica Elisa Reis (1999:17):

“(...) acho que a idéia de que a cidadania é intercambiável com consolidação democrática é precisamente a idéia de que ela é o repositório da competição entre interesses divergentes. Não há porque supor que temos que estar sempre referidos a um interesse comum, ao bem geral. Na verdade, o bem geral é que todos nós concordemos, aceitemos a idéia de que nossas percepções de ideais emancipacionistas são variáveis.”

Democracia e cidadania não se impõem, portanto, como “o progresso evidente da condição humana” (embora possam ser semantizados como progresso, ao longo da luta). Aliás, a própria possibilidade de as pessoas identificarem-se como “humanidade”, exigiria um longo e complexo processo de luta, sem que o resultado necessariamente fosse positivo para as forças ditas “progressistas”. Afinal, o pensamento etnocêntrico europeu do século XVIII tinha como pressuposto a “universalidade da natureza humana”, para lidar com as diferenças e negá-las (cf. Sodré, 1977:118).

Não se trata, pois, de parâmetros que funcionem no plano puramente abstrato, *a priori* (no sentido original, de independente da experiência), mas sob perspectiva histórica. Democracia e cidadania são construções ideológicas, o que significa dizer que

têm suas origens vinculadas a práticas institucionais que disputam os seus sentidos. Tomá-las como dispositivos de universalização de direitos e torná-las consensuais são uma estratégia política a ser adotada na luta hegemônica. Ou, como ensina Wanderley Guilherme dos Santos (1987:12):

“As relações de poder e conflito, os ganhos e perdas sociais, a estabilidade ou instabilidade da ordem social não se dão apenas, nem se resolvem nunca, no círculo rarefeito dos elegantes sistemas conceituais, mas na efetiva disputa em torno de políticas específicas”.

IV. 3. A construção da “nova cidadania”

Dagnino (1994) propõe definir cidadania a partir de uma estratégia política, isto é: “O fato de que ela expressa e responde hoje a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade.” As possibilidades desta estratégia emergiram no Brasil a partir dos anos 90, com a afirmação crescente dos movimentos sociais. Assim, a cidadania constitui-se pela experiência concreta dos movimentos sociais urbanos e identitários (negros, mulheres, ecológicos, de homossexuais, etc.), cuja centralidade da “luta por direitos” deu novo sentido à questão democrática. As tarefas são de estender os direitos e aprofundá-los.

Como consequência, as dimensões da política e da cultura mantêm um vínculo constitutivo nas estratégias de construção democrática. O papel das subjetividades, os sujeitos sociais de novo tipo e os novos direitos (em resumo, a transformação cultural) foram incorporados às estratégias de construção democrática. Ampliar a cidadania passa pela construção e difusão de uma cultura democrática. A construção do conceito pressupõe, portanto, uma proposta de sociabilidade, uma forma mais igualitária das relações sociais em todos os níveis, que inclua as práticas sociais e culturais. Mais que o nível institucional formal, a concepção de democracia daí originada avança sobre as práticas sociais autoritárias enraizadas na cultura brasileira. Para além da luta por um regime político democrático, luta-se pela democratização das relações e práticas sociais.

A cidadania torna-se parte da dinâmica cultural. Qualquer tentativa de atribuir-lhe uma “essência” a esvazia. Ela é produto de uma práxis historicamente determinada, dos conflitos reais de uma dada sociedade. Seu conteúdo e significado serão sempre definidos pela luta por hegemonia política e cultural. Rompe-se, portanto, com a uma visão liberal de respeito às regras do jogo, que acabou “por essencializar a noção de

cidadania". De cunho liberal, essa essencialização vige até hoje, "lutando para permanecer como tal e certamente desempenhando funções diferentes daquelas que caracterizaram sua origem". (Dagnino, 1994:107). Trata-se, portanto, de produzir uma reforma intelectual e moral. Daí a radicalidade da cidadania enquanto estratégia política:

"Supor que o reconhecimento formal de direitos pelo Estado encerra a luta pela cidadania é um equívoco que subestima tanto o espaço da sociedade civil como arena política, como o enraizamento do autoritarismo social". (Idem, p. 108).

Sinteticamente, podemos resumir:

1. Quanto à noção de direitos, a consciência de um "direito a ter direitos" redefine a cidadania. A luta no campo liberal limita-se a conquistas legais ou ao acesso a direitos já definidos, ou à implementação de direitos abstratos e formais. A nova cidadania se centra na invenção de novos direitos, cuja demanda nasce de lutas específicas e da sua prática concreta.
2. Esta noção de cidadania requer sujeitos sociais ativos, que continuamente definam aquilo que consideram seus direitos e lutem por seu reconhecimento. É uma estratégia política, produzida a partir do ponto de vista dos excluídos. Não postula a incorporação política progressiva dos setores subalternos, mas ser sua estratégia de produção de uma cidadania a partir de baixo.
3. Não é apenas a aquisição formal-legal de um conjunto de direitos, mas também uma sociabilidade fundada em relações sociais mais igualitárias.
4. A ampliação da cidadania, desloca o foco do Estado para a sociedade civil. A cidadania é um processo prático de aprendizado social, de construção de relações de novo tipo, tanto para os sujeitos sociais ativos que a modelam, como para o conjunto da sociedade. O aprendizado social é feito pela convivência com estes cidadãos emergentes, que não mais aceitam os lugares que lhe destinam a cultura e a tradição social.
5. Também o conceito liberal de inclusão no sistema político perde sua centralidade. "O que está de fato em jogo é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade." (Idem:109).

Assim, trata-se de uma cidadania dinâmica, forjada na luta hegemônica, na afirmação dos movimentos sociais, com o foco no fortalecimento da sociedade civil. É a estratégia de inclusão no mundo dos direitos e do aprofundamento de uma sociabilidade

democrática. Acreditamos que estes sejam os princípios reguladores da crítica, do questionamento constante às interpelações da cultura e tradição social.

A cidadania e a sociabilidade democrática não se caracterizam como “essências” (pelos seus conteúdos), mas pelo modo que se expressam discursivamente, ou seja, pela universalização do “direito de ter direitos” nos comportamentos e proferimentos públicos. Isso significa o reconhecimento das diferenças como “alteridade” (não como “desigualdade”), sem deixar escapar a dimensão em que todos somos iguais: a condição de “portadores de direitos”. A esfera pública é esse contrato fundado nos direitos universais.

É como portadores de direitos que nos inserimos e nos expressamos na esfera pública. Os direitos universais, os direitos de cidadania, os direitos humanos, são o nível da eticidade, portanto, são a esfera pública. A partir deles, deixamos de atuar como indivíduos privados para nos tornar cidadãos. O princípio universalizante do direito é o parâmetro crítico para a compreensão e questionamento das estratégias de sujeitos e instituições nas lutas hegemônicas. Nesta pesquisa, por exemplo, ele servirá para questionar os princípios naturalizados nas operações discursivas dos jornais, que apontem para desigualdades.

Questionar a sua força ilocucionária é fazê-lo a partir da noção de que o proferimento do ato coincide com o próprio ato. Ela é constituída por convenções que não são apenas verbais, lingüísticas, mas institucionais, sociais. Isso significa dizer que não são as intenções do emissor que constituem os atos ilocucionários. O simples fato de ele vir a ter certas intenções pressupõe a existência de certas instituições e práticas convencionais. Assim, o secretário de segurança pública anunciar que a polícia deve atirar para matar marginais equivale a dar aval a atos violentos dos policiais, ao desrespeito flagrante das leis e dos direitos humanos. Em especial, quando este proferimento é publicado com destaque e de forma positiva em jornais (manchetes e outras operações discursivas).

É neste sentido, que os direitos são um parâmetro crítico para discutir as relações ideológicas e de poder que se manifestam nos discursos, como também as crenças compartilhadas pelo senso comum, presentes nos jornais.

IV. 4. A sociedade política

Vimos que, para o marxismo clássico, o Estado é um instrumento da dominação das classes dominantes. Nas sociedades complexas, em que as classes dividem-se em variadas frações com interesses específicos, o Estado assume um elevado grau de autonomia frente às classes dominantes, pois sua função primordial é gerenciar os interesses comuns destes grupos. Esta visão predominou como “senso comum ideológico” de grande parte dos intelectuais e militantes políticos que se opuseram à sociedade capitalista, ao longo do século XX.

Já na ótica dominante, o Estado liberal assume autonomia completa, como a forma de um árbitro dos conflitos, uma entidade acima das classes e dos interesses em conflito. Vamos mapear as definições que estruturam a ótica hegemônica do Estado, o senso comum nas sociedades capitalistas.

IV. 4.1. A ótica hegemônica (liberal) sobre a definição de Estado

Pela definição jurídica tradicional, o conceito de Estado remete à idéia de soberania, entendida como uma qualidade de poder. Assim o Estado ocupa o topo da hierarquia dos grupos sociais. Todos os outros órgãos e grupos sociais estão submetidos à sua autoridade e dele recebem sua existência jurídica e suas prerrogativas.

Numa perspectiva mais sociológica, o Estado é definido em relação a outros grupos humanos a partir de duas características. Em primeiro lugar, pela forte integração à comunidade humana que serve de base ao Estado: a nação. Assim, os laços sociais e a solidariedade são mais intensos que em outros grupos. Em caso de conflito, a solidariedade nacional prevaleceria sobre outras formas de identidade de grupo. Em segundo lugar, o Estado possui uma organização política mais complexa, no que diz respeito a repartição de tarefas, hierarquia de órgãos, sistemas de sanções (tribunais, penas, etc.), além da maior força material para fazer executar suas decisões (Exército, Polícia, etc.).

A perspectiva sociológica não se limita a estabelecer uma diferença entre a natureza dos grupos sociais (não-soberanos) e do Estado (soberano). Ela estabelece uma diferença pelo grau de complexidade. Todas as comunidades humanas têm organizações políticas e dispõem de um sistema de sanções e de força material. Mas é no Estado que a organização política e as sanções se tornam mais aperfeiçoadas e a força material maior (Duverger, 1982:18-22). O advento do sistema político democrático transformou

o Estado. A introdução do sufrágio universal e a crescente massificação da educação fizeram novas camadas sociais tomarem parte do processo decisório. Controlado pela totalidade dos cidadãos, o Estado democrático moderno cumpriria a função de intervir e mediar os conflitos entre as partes e os grupos de modo a harmonizar a liberdade entre eles, com base em regras conhecidas e universais (Percutka, 1960:104-105).

Sociologicamente, porém, o Estado não pode ser definido por suas funções e finalidades. Esta crítica do sociólogo Max Weber o levou a considerar que a definição do Estado moderno decorreria dos meios específicos peculiares a ele e a toda associação política: o uso da força física, a pretensão ao uso legítimo do monopólio da violência dentro de um determinado território (Weber, 1982:97-101). O monopólio do uso legítimo da força física não significa que, na tradição liberal, este seja o único procedimento do Estado ou sequer o mais convencional. Trata-se de um meio específico do Estado, garantido pelo domínio de certos bens materiais. Bonavides (1974:50-54) vê como decorrência desta natureza do poder estatal a diferenciação entre governantes e governados, entre os que detêm o poder (mandam) e os que a ele se sujeitam (obedecem).

A minoria que impõem sua vontade por persuasão, consentimento ou imposição material forma o Governo. A prerrogativa de uso exclusivo do emprego da força permite o exercício do poder estatal por meio das leis, que estabelecem consensos e determinam imperativos de conduta. O Estado, portanto, se vale de uma autoridade consentida pela sociedade, cujos limites de sua utilização seriam as leis. Trata-se aqui do tipo de autoridade legítima classificada de "racional-legal" pelo sociólogo Max Weber (Boudon e Bourricaud, 1993:29-30). Ele admite haver outras duas possibilidades de autoridade legítima: aquelas assentadas na tradição ou no carisma.

Na forma tradicional, há um uso, uma maneira de fazer, de ser ou sentir, com que contamos ou um legado pelo qual somos responsáveis e que não poderíamos deixar de reconhecer sem perder nossa identidade. Quando a autoridade advém de um encanto ou de um atributo pessoal, uma graça, percebida como irresistível, estamos diante da ação carismática, a autoridade do profeta ou do herói. Na sua forma racional-legal, própria das sociedades modernas, a autoridade de uma mensagem ou do comando vem do fato de que estão de acordo com um procedimento legal ou um código de normas que podem ser explicitadas ou justificadas perante qualquer solicitação razoável. Para o sociólogo

alemão, a relação de autoridade é sempre instável na nossa sociedade, porque os deslocamentos de um tipo a outro de autoridade são freqüentes e estão simultaneamente presentes (ibid:29).

A autoridade racional-legal, entretanto, atrai maior atenção por ser exercida nos quadros das profissões e organizações, especialmente na burocracia do Estado. Isto significa dizer que a autoridade burocrática procede de um poder político, ao qual se subordina, e fundamenta-se numa concepção racionalista da legitimidade. Para Weber, a autoridade do governo frente à burocracia pode deteriorar-se de dois modos. Ao se tornar rotineira, faz o governo confinar-se a tarefas de gestão e perder suas funções de impulsionador. A rotinização dos procedimentos, a burocratização da vida, é própria à modernidade e condenaria o indivíduo à “jaula de ferro”. O outro modo de deterioração diz respeito à existência de um governo autoritário.

De toda forma, essa definição de Estado pressupõe a interdependência entre governantes e governados, além de sua ação ser suscetível de abranger todas as dimensões da vida social, o mercado e a sociedade civil. Na dimensão de mercado, todos os governados ocupam-se de suas atividades privadas, seus negócios, lucros ou salários, e com tudo aquilo que vá afetar o bem-estar pessoal e o da sua família. Como cidadãos (sociedade civil), os governados interessam-se por aquilo que lhes concerne enquanto partes constitutivas de um corpo político (idem:207). O segundo pressuposto desta definição de Estado é considerar que os “governantes” ajam somente para o bem dos “governados”, e não em benefício de seus próprios interesses. Estes dois pressupostos estão na base da tradição contratualista clássica, que procurou delimitar os direitos e deveres dos cidadãos frente ao Estado e fixar os limites para sua intervenção legítima.

Podemos então caracterizar a ótica liberal e hegemônica sobre o Estado moderno por três traços fundamentais, resultado da convergência de pontos de vista da tradição contratualista clássica (ibid:209):

1. Dispõe de poder coercitivo sobre um território e uma população dados.
2. O exercício de tal poder pode ser chamado de soberania. Ele se volta (não de forma usual, mas em última instância) contra homens comuns e contra grupos sob sua jurisdição, mas também contra outros Estados.

3. A soberania não se confunde com o arbítrio dos governantes. Ela não é um poder absoluto propriamente dito, mas um poder discricionário. Seu uso não anula o poder dos homens comuns, cujo julgamento crítico obriga os governantes a procurarem ser sensatos e a colocar seu poder à prova da legitimação.

Nesta visão hegemônica, a base de sustentação do Estado é a soberania e o consentimento dos governados. Numa crítica a essa formulação, Martin-Barbero (1997:24-25) mostra que a soberania exercida em nome do "povo" é uma das formas ideológicas de garantia do nascimento do Estado moderno. Assim, embora o povo e a vontade geral de Rousseau tenham sido mobilizados como base de constituição da sociedade moderna, a inclusão das camadas subalternas no sistema político sempre foi abstrata. Na existência social concreta, prevaleceu a exclusão. Fora da generalidade, o povo não foi alvo da universalização das leis, mas da filantropia.

IV. 4.2. A visão relacional de Gramsci

Vimos que Gramsci concebe o Estado em termos de uma relação dinâmica (de conflitos e reestruturações), entre a sociedade civil e a "sociedade política". O Estado não é instrumento da classe dominante, gerente dos distintos interesses das suas frações. Tampouco uma entidade acima das classes, sujeito autônomo, como na matriz liberal de pensamento.

Nesta relação social (entre sociedade civil e sociedade política) há sempre em disputa a imposição de um projeto político-cultural hegemônico de cunho nacional. As camadas economicamente superiores beneficiam-se da hegemonia política porque possuem as trincheiras da sociedade civil. Elas são hegemônicas na sociedade, principalmente pela sua hegemonia cultural, na sociedade civil. Essa ótica propõe que há disputas por espaços dentro do próprio Estado, eixo organizador das classes e grupos sociais, canal difusor de suas identidades. O projeto cultural, identitário, é a pré-condição para o estabelecimento de um consenso entre os múltiplos segmentos sociais, que resulte numa direção efetivamente nacional. O Estado é um dos principais centros difusores das representações unificadoras.

Assim o Estado não é pura coerção, mas um produtor de consentimentos políticos e culturais, pois, a partir dele, é proposto um projeto unificador de nação. Vimos também que, para Gramsci, o Estado deve ser ampliado para que regule o mercado e possibilite as transformações sociais pela via do processo democrático do consentimento

e consenso. Assim, o fortalecimento da sociedade civil é a base das transformações estruturais. Ela deve controlar o poder estatal e o poder do mercado.

Em que medida a esfera pública ampliada pelo fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia pode identificar-se ao Estado ampliado? Sugerimos aqui a interpretação de que o Estado “ampliado” significa a ampliação das instituições políticas da democracia (a República e Constituinte). Assim, numa paráfrase à fórmula enunciada por Martin-Barbero, propomos uma “universalização do Estado-Nação”, que deve ser entendida a transformação da inclusão abstrata das camadas populares ao sistema político em inclusão concreta.

No nível da sociedade política, este seria o parâmetro da sociabilidade democrática, da ação na esfera pública ampliada. Os princípios do republicanismo e da Constituinte devem ser interpretados de forma universalizante. Portanto, a universalização do Estado significa, em primeiro lugar, uma distinção completa entre o público e o privado, inclusive no que diz respeito ao patrimônio público estatal (ou seja, a desprivatização do Estado) e ao mercado (a regulação universalista dos efeitos nocivos e predatórios do livre-mercado). Em segundo lugar, o respeito ao princípio da igualdade perante às leis, às regras impessoais e ao império da Lei. Por fim, significa a pretensão de que o Estado atue de forma a garantir a todos um acesso por igual aos bens de cidadania, a extensão dos direitos constitucionalizados aos grupos parcial ou completamente excluídos.

Esta questão foi tematizada por Carvalho (1995:59) como “cidade escassa”, isto é, a ausência do Estado nas favelas e junto ao trabalhador urbano pobre, no sentido de cumprir suas obrigações republicanas tanto no que tange aos direitos políticos e sociais (de extensão aos grupos excluídos) quanto no: “Uso da autoridade consentida para a generalização de um pacto estável e universalista”. Assim, antes de se constituir apenas como resultado de mecanismos de exclusão, a violência existe como mecanismo autônomo de exclusão social, ao obstruir a comunicação entre os variados grupos sociais e estimular a competição (ou “guerra”) entre eles.

Esta proposta, no nosso entender, também traduz um ajuste do pensamento crítico às pressões do discurso conservador em favor de uma justiça retributiva, na sua reiterada exploração política da violência. Organizações de direitos humanos da sociedade civil, como a “*Human Watches*” e o “*Viva Rio*” postulam o entendimento da

segurança pública como um "direito de cidadania". No nosso entender, trata-se de uma reação à tecnologização do discurso da segurança pública, que rompeu com as formulações paternalistas da esquerda frente aos delitos praticados pelos setores marginalizados da sociedade.

Este ajuste consiste em adotar a bandeira da segurança pública, mas inserida na questão mais ampla da universalização dos direitos (ou ampliação da esfera pública democrática, como propusemos anteriormente e como passa a ser referida nesta pesquisa). Isso pode ser medido pela noção de que sem ordem não há cidadania (Soares, et al., 1996), numa clara ressemantização do "discurso da ordem", sempre identificado aos políticos conservadores. Outra evidência, é o anúncio de propostas para que a sociedade civil participe de um "Conselho de Segurança Pública", com representantes do Ministério Público e outras agências e instituições estatais (Soares e Garotinho, 1998).

Há nesta questão um deslocamento em relação à Lei. A influente perspectiva de Edward P. Thompson (1987:349) ofereceu aos estudiosos uma referência para efetuar tal deslocamento. Numa crítica ao "marxismo esquemático", ele rejeitou a noção de que a Lei seja, por definição, um artefato da superestrutura cultural ou institucional que se adapta às necessidades de uma infra-estrutura de forças produtivas e relações de produção. Assim, o domínio lei não seria um instrumento da classe dominante, apenas uma outra máscara do domínio de uma classe.

Thompson observara que a análise do século XVIII (podendo, supõe-se, estendê-la a outros contextos históricos) questiona a validade de separar-se a Lei como um todo e colocá-la em alguma superestrutura tipológica. A Lei, considerada como instituição (os tribunais, com seus rituais classistas) ou pessoas (juizes, advogados), pode ser assimilada à hegemonia dos grupos dominantes. Todavia, nem tudo que está vinculado à Lei subsume-se a essas instituições. As leis têm suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes.

A pesquisa de Thompson mostrou a importância de uma cultura organizada em torno de um forte sentimento de liberdade do indivíduo. Na Inglaterra do século XVIII, a legislação penal era vista como o campo do confronto entre indivíduos livremente estabelecidos, que reivindicam inserção nos direitos universais. Ou seja, a noção de direitos, de universalidade, pressupunha a autonomia e iniciativa dos indivíduos. Este

discurso era individualista mas não atomista (ele estava longe de sufocar a possível unidade entre os indivíduos na sua ação coletiva reivindicatória). Para poder se legitimar como ordem legal e fundamento de um contrato social entre indivíduos que dispõem livremente de seus bens e de seus corpos, o arcabouço jurídico exige um esqueleto formal que possa, em sua pura abstração, ter uma disposição universalizante. Em síntese, o problema da exclusão não está na existência da Lei, mas na administração política da sua execução, que pode ser reestruturada na luta hegemônica.

Assim, o corpo formal de leis não constitui nem o resultado de uma conspiração dos ricos contra os pobres, nem o triunfo de uma ordem legal acima dos conflitos sociais, neutra em sua formalidade e impermeável às disponibilidades e forças díspares dos agentes sociais. Em outras palavras, o campo da Lei não é o de uma rígida estrutura determinante, mas o palco de conflitos sociais definidos na sua existência concreta e histórica. Thompson pôde mostrar que uma lei "da classe dominante", eventualmente, poderia ser invocada pelos extratos sociais mais baixos como instrumento de garantia do que consideravam ser os seus direitos.

Na minha dissertação de mestrado em sociologia, pude também pesquisar como, no Rio de Janeiro dos anos 90, a população carcerária do Instituto Penal Edgar Costa, em Niterói, interpretava a seu modo o que seriam seus direitos fundamentais. Nesta situação peculiaríssima (a de apenados sujeitos a condições de vida notoriamente precárias e à escassez de direitos), os presidiários foram capazes de elaborar um discurso próprio sobre seus supostos direitos sob uma perspectiva universalizante.

Mesmo se levarmos em conta que eles possam ter agido segundo "cálculos estratégicos", notou-se que os presidiários apropriavam-se do discurso formal da lei, do direito e da cidadania. No contexto da absoluta restrição de suas escolhas, os presos reconheciam (ou simulavam reconhecer, a partir de seus próprios filtros e interesses) a validade universal da Justiça, suas instituições e leis, e as reclamavam. Em outras palavras, à suposição de que a lei e a ordem possuem um conteúdo claro de classe, de controle sobre os pobres e as populações marginalizadas, confrontava-se o fato elementar de que, em seus depoimentos, os presos reivindicavam em seu favor a presença do Estado e o cumprimento da ordem legal. Isto é, a presença da "lei e da ordem".

Enfim, trata-se da luta das instituições da sociedade civil por uma política de segurança pública orientada pelo respeito à universalização dos direitos humanos e civis, além da noção de que a Lei é o limite da autoridade dos agentes do aparelho repressivo. Esta perspectiva torna-se especialmente interessante para analisar as operações enunciativas dos jornais em relação à violência policial e à noção de que há uma “guerra” nos morros do Rio, cujo resultado óbvio é a tolerância com relação à morte de inocentes e à restrição de direitos.

O Estado, porém, passa por profundas alterações há pelo menos duas décadas, com o início do processo denominado de “globalização”. Como vimos, tal processo reduziu a capacidade de investimento do Estado e de ele se afirmar como um centro gerador e unificador de identidades. Neste sentido, o pensador marxista da cultura Frederic Jameson⁵⁶ rompe com um dos postulados de Marx, o de que as idéias dominantes numa época sejam as idéias da classe dominante. Fragilizado, o Estado não é mais o centro irradiador de políticas públicas, culturais e econômicas. É o que veremos a seguir.

IV. 4.3. As modificações no Estado, na sociedade civil e no mercado.

Caracterizada por um conjunto complexo de fenômenos culturais, econômicos e sociais, que tende a aproximar a população do mundial, a globalização apresenta, porém, uma conceituação controvertida. Ela já não é o projeto de um Estado-nação hegemônico, mas o resultado não-direcionado da interação social em escala global (Outhwaite et alli, 1996). A globalização está associada à dissolução das barreiras nacionais e à operação de mercados de capital que teve início no começo dos anos 80. Mas, como afirma Giddens (1996), ela ultrapassa esta dimensão e deve ser vista como um processo de transformação social em amplo sentido. Uma nova forma de sociabilidade, com novas possibilidades de interação no campo econômico, das comunicações, do campo cultural e político.

Santos (2000) adverte, entretanto, que, para a maior parte da população, a globalização é vista como um conjunto crescente de situações crônicas, como o desemprego, o aumento da pobreza, além da perda de qualidade de vida pelas classes médias. No capitalismo tardio, o processo de crise é permanente e pode ser caracterizado como estrutural. Assim, na tentativa de buscar soluções que não atinjam a

⁵⁶ cf. capítulo III.

estrutura, obtém-se como resultado o aumento da crise. Com a globalização, houve um crescimento extremado no uso de técnicas e de normas, o que despolitiza a busca de superação das crises. Em resumo, a solução dos problemas sempre é direcionada para os âmbitos administrativo ou técnico. Descarta-se a discussão política, pois, necessariamente, passaria pela crítica do atual modelo de globalização. Nas palavras de Santos (idem:26):

“Quando o sistema formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização, aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo”.

Num ensaio sobre a soberania estatal na era da globalização, o sociólogo indiano Arjun Appudarai (1997:49) lembra que, “após os arranjos associados ao acordo de paz de Westphalia de 1648, o princípio embrionário de soberania territorial torna-se o conceito fundador do Estado-nação”. Incluem-se aí os núcleos sólidos da identificação (língua, origem comum, consangüinidade e várias outras concepções de etnia). Ainda assim, a base lógica política e jurídica fundamental do sistema de Estados nacionais é a soberania territorial. Mas, como uma organização que inclui em igual status o território, a etnia e o aparato governamental, o Estado moderno encontrar-se-ia ameaçado pela desterritorialização, que inclui o papel central dos meios de comunicação e as formas de circulação de pessoas características do mundo contemporâneo (turismo, migrações, etc.). A base deste raciocínio seria o notável movimento humano no mundo, que passou a ser decisivo na vida social.

O trabalho intelectual e o do proletário mais humilde levariam as pessoas a migrar, freqüentemente mais de uma vez. As políticas dos Estados nacionais provocariam ainda um movimento contínuo, uma vez que os refugiados de uma nação mudam-se para outra e criam ali novas instabilidades, que causam mais agitação social e, portanto, maior êxodo. O Leste europeu em geral e a Bósnia-Herzegovina em particular seriam, para Appudarai, os exemplos mais complexos e trágicos da dinâmica que se estabelece entre Estado e refugiados. Pessoas e comunidades inteiras são transformadas em guetos, campos de refugiados, campos de concentração ou reservas, às vezes sem que ninguém precise se mudar.

Outras formas de movimento humano são criadas por oportunidades econômicas reais ou ilusórias (como algumas das migrações asiáticas para regiões do Oriente Médio ricas em petróleo). Outras, ainda, são criadas por grupos permanentemente móveis de

trabalhadores especializados (soldados das Nações Unidas, técnicos em petróleo, especialistas em desenvolvimento, trabalhadores agrícolas, etc.). Em outras comunidades, a lógica de movimento é fornecida pelas indústrias de lazer, que criam regiões e pontos turísticos em todo o mundo. Zonas de fronteira transformam-se em espaços de complexa circulação quase legal de pessoas e mercadorias, como a fronteira entre os Estados Unidos e o México.

O espaço nacional pode ser valorizado de forma diferenciada pelo Estado e pelos seus cidadãos-sujeitos. O Estado ocupa-se com impostos, ordem e geralmente estabilidade e fixidez, enquanto, do ponto de vista dos sujeitos, o território envolve normalmente direito ao movimento, ao abrigo e à subsistência. Portanto, a “terra” deve ser diferenciada do território. Enquanto a idéia de terra é uma questão de discurso de pertencimento espacial e relativo à origem, o território associa-se à integridade, vigilância, policiamento e subsistência. À medida que emergem fissuras entre espaço local, translocal e nacional, o território como base para a lealdade e o sentimento nacional divorcia-se do território como lugar da soberania e controle estatal da sociedade civil. Os problemas de jurisdição e lealdade desvinculam-se cada vez mais. Isto ameaça o futuro do conceito clássico de Estado-Nação, no qual os dois são imaginados como coexistentes e interdependentes.

Para muitos cidadãos, as questões práticas de residência e as ideologias de lar, terra e raízes estão frequentemente desconectadas. Para muitas pessoas, as referências territoriais de lealdade civil tornam-se divididas entre diferentes horizontes espaciais. Lealdades de trabalho, de residência e de religião podem criar registros distintos de afiliação. Isto é verdade no caso da migração de populações por distâncias grandes ou pequenas e também no de movimentos que atravessam ou não fronteiras internacionais.

Do ponto de vista da nação, há um rápido crescimento na distância entre dois tipos de espaço. Aqueles promíscuos de livre-comércio e turismo, onde as disciplinas nacionais costumam ser afrouxadas, e os espaços de segurança nacional e reprodução ideológica considerados nativos e autênticos. Como exemplo, Appudurai cita o Estado do Sri Lanka, que encoraja uma “inautenticidade” e promiscuidade cultural no balneário (que assume uma estética translocal de estilo caribenho), ao passo que nacionaliza outros espaços, marcados por representar o desenvolvimento nacional “sinhala” e a memória nacional “budista”.

As disjunções nos vínculos entre espaço, lugar, cidadania e nacionalidade concorrem na separação entre Nação e Estado. O território e a territorialidade tornam-se crescentemente a base lógica crítica da legitimação e do poder do Estado. Enquanto isso, as concepções de Nação são cada vez mais atraídas por outros discursos de lealdade e afiliação (às vezes lingüístico, às vezes racial, às vezes religioso, mas muito raramente territorial). A competição global por fidelidade envolve todo tipo de atores e organizações não-estatais e várias formas de fidelidade de diáspora e multilocal. A integridade territorial torna-se crucial para a idéia de soberania patrocinada pelo Estado, que, entre os principais competidores da cena global, é o único que necessita da idéia de soberania baseada em territorialidade.

Todos os outros tipos de atores globais que visam à fidelidade popular (artistas e escritores, refugiados e trabalhadores imigrantes, cientistas e acadêmicos, trabalhadores da área de saúde e especialistas em desenvolvimento, feministas e fundamentalistas, corporações transnacionais e burocracias das Nações Unidas) já desenvolvem formas não-estatais de organização macropolítica, como os grupos de interesse, os movimentos sociais e as lealdades transnacionais. Formações religiosas transnacionais são o exemplo mais profundo destas lealdades.

Desta forma, no âmbito da sociedade civil, o Estado enfrenta a redução de sua importância pelas possibilidades abertas pelas novas formas de lealdades e identidades transnacionais. Soberania e territorialidade estariam cada vez mais separadas. De justificativa do senso comum para legitimação do Estado-Nação, o território tornou-se o ponto central da crise de soberania num mundo transnacional. Outro fenômeno presente na globalização experimentada pelo Ocidente, diz respeito à relação entre Estado e mercado, cujo desenvolvimento foi caracterizado pelo neoliberalismo. Esta política se funda no princípio de concessão de liberdade aos investidores, pela diminuição da participação do Estado na economia. Alguns aspectos podem ser destacados.

Em primeiro lugar, a privatização da economia, justificada pela má capacidade administrativa do governo. Além disso, argumenta-se que as empresas privadas têm maiores recursos de investimento que os governos. Mais modernas, eficientes e lucrativas, estas empresas produziriam com maior qualidade. A liberação do mercado faz com que os investidores tenham liberdade de giro de capital dentro e fora do país. Outro princípio norteador do neoliberalismo seria o antinacionalismo. Ele se manifesta

no fim do protecionismo a empresas nacionais e na redução da taxa de impostos paga pelos donos do capital. Sob esta ótica, a privatização deve estender-se a bens de cidadania, como o sistema de saúde e a educação.

A flexibilização do mercado de trabalho cria uma economia mais dinâmica, com a liberdade para contratar e demitir os empregados. Como resultado, há uma redução dos direitos trabalhistas. Uma das poucas funções do Estado seria a de controlar sindicatos e outras organizações "adversárias da modernização da economia"⁵⁷. O resultado destas medidas é o crescimento da concentração da riqueza e o grande aumento do desemprego, inclusive nos países desenvolvidos. Mesmo assim, a "retórica da globalização" inflaciona os discursos políticos com termos do tipo "adaptabilidade, flexibilidade e competitividade" (Weiss e Wodak) e institui princípios de bronze para a economia. Entre eles, o de que o mercado financeiro tem de ser aceito como "destino inevitável", uma vez que ele é a pré-condição para o crescimento do emprego (ibid).

Como modelo político, o neoliberalismo propusera inicialmente a queda da inflação e o aumento do crescimento econômico. Entretanto, ao incentivar a especulação financeira e não os investimentos na produção, a proposta não foi plenamente alcançada. O monetarismo superou a indústria, o que tornou consensual entre os teóricos a noção de "sociedade pós-industrial". Uma das consequências da nova sociedade seria o novo lugar ocupado pela ciência e tecnologia. Elas deixaram de ser mero suporte do capital e converteram-se em agentes de acumulação. Cientistas e técnicos tornaram-se agentes econômicos diretos. A força e o poder deslocaram-se para o monopólio do conhecimento e da informação.

Na Europa, tais transformações foram vistas como sinais da decadência do Estado de Bem-Estar Social e identificadas com a desconstrução do Estado-Nação, fragilizado ante "novos constrangimentos econômicos" (ibidem). Neste cenário, destaca-se a crescente contração do mercado de trabalho e de consumo, promovida não apenas pela automação, mas pela rotatividade da mão-de-obra, que se torna desqualificada e ultrapassada, em decorrência da aceleração das mudanças tecnológicas. Em resumo, no contexto da globalização e do neoliberalismo, a transnacionalização da sociedade civil e do mercado nas duas décadas passadas apontam para o fim do conceito clássico de

⁵⁷ As idéias sintetizadas até aqui sobre o neoliberalismo, tem como referência o livro *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, organizado por Emir Sader e Pablo Gentili.

Estado-Nação. As solidariedades e lealdades transpassam as fronteiras nacionais como a referência mais elevada entre os cidadãos. Além disso, os Estados nacionais vivem uma crise fiscal, com a redução das condições materiais do exercício de seu poder de intervenção na sociedade.

No que diz respeito aos valores republicanos, porém, o Estado brasileiro ainda ocupa um papel central. Entretanto, já nos referimos a uma sugestão de Fernandes (1993) de que a participação da sociedade civil aumenta com a crescente incapacidade de o Estado conduzir sozinho as políticas compensatórias. Assim, a crise fiscal do Estado brasileiro oferece um quadro contraditório para a universalização dos princípios republicanos, uma vez que favorece a participação das instituições da sociedade civil. A este fato econômico e político, pode-se acrescentar um dado cultural: no Brasil, o Estado sempre dirigiu de forma autoritária e paternalista a inserção das camadas populares no mundo dos direitos (a ponto de o historiador José Murilo de Carvalho cunhar o neologismo “estadania” para traduzir o dirigismo estatal do acesso popular à cidadania). A construção da cidadania na era republicana brasileira é o tema do nosso próximo capítulo.

“As formas do novo regime mataram a palavra.”
(Rui Barbosa, 1919, sobre a forma republicana brasileira).

V. Consensos sociológicos sobre o Estado Nacional e a cultura autoritária no Brasil, formulados a partir da noção de “direitos universais”.

Neste capítulo, pretendemos mostrar visões conceituais que convergem no diagnóstico sobre a esfera pública autoritária brasileira, sem que haja uma convergência metodológica da abordagem. Em outras palavras, não se trata de uma necessária aceitação dos paradigmas adotados e conclusões assumidas pelos pensadores cujas idéias vamos expor. Interessa-nos, antes de tudo, destacar como os diferentes saberes (História, Antropologia, Sociologia) oferecem interpretações para aquilo que entendemos ser o fenômeno das transformações “pelo alto”, como define Gramsci, cuja característica fundamental garantir uma dissociação entre uma sociedade política fortalecida e uma sociedade civil frágil.

Por “revolução passiva (pelo alto)”¹, entendemos o processo de transformações políticas e modernização econômico-social realizado por meio da conciliação entre frações dos grupos e classes sociais dominantes e pela adoção de medidas “de cima para baixo”. Gramsci utiliza o conceito para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália, para analisar a passagem do capitalismo italiano para a fase monopolista (ao incluir o fascismo como forma de revolução passiva), mas também com critério de interpretação mais geral (Coutinho, 1988: 106-7).

Neste sentido, o conceito pressupõe um movimento contraditório, ambivalente. De um lado, acentua o momento da “restauração”: revolução passiva é uma reação à possibilidade efetiva de uma transformação popular radical. De outro lado, há o momento da “renovação”: muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas camadas hegemônicas. Por acolher certa parcela das exigências das camadas populares, Gramsci a chama de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”. Assim, o caráter restaurador não elimina o fato de que ocorrem mudanças moleculares efetivas, que modificam progressivamente a correlação de forças e abrem caminho para novas transformações reais (ibid:108).

Na aplicação do conceito, a transição para o capitalismo no Brasil deu-se gradualmente e “pelo alto” (com soluções antipopulares e elitistas) em todas as etapas, da independência política à proclamação da República, da Revolução de 30 ao golpe de 1964. Neste caminho para o capitalismo, o Estado desempenhou o papel de principal protagonista da modernização e das transformações, além de assumir a tarefa de dirigir

¹ A revolução passiva (Gramsci) distingue-se da “via prussiana” (Lênin), cuja abordagem prioriza os aspectos infra-estruturais, sem dar conta das características supra-estruturais (como o momento político), que muitas vezes determinam as transformações sociais (Coutinho, 1988:107).

politicamente as classes economicamente dominantes, que delegaram às camadas militares e tecnoburocráticas a função de direção política do Estado e a tarefa de controlar e reprimir as classes subalternas (ibid:113). Nesta trajetória histórica, a sociedade brasileira apresentou traços típicos do modelo "oriental" na relação entre Estado forte e sociedade civil "primitiva e gelatinosa".

No entanto, como alerta Coutinho², a evolução histórica brasileira é também marcada por alterações notáveis nas várias etapas e ignorá-las seria um erro. A abolição da escravidão e o processo de industrialização no início da República tornam o Brasil mais complexo. A Revolução de 30, o Estado Novo (1937) criaram os pressupostos objetivos de uma sociedade civil autônoma. De 1945 a 1964, o processo de "ocidentalização" torna-se mais nítido. Nesta época, houve o florescimento pleno do populismo, a tentativa de incorporar os trabalhadores assalariados urbanos ao bloco de poder em posição subalterna pela concessão de direitos sociais e vantagens econômicas reais. A política de industrialização nacional-desenvolvimentista pela substituição da importação, as liberdades formais e a crescente demanda dos trabalhadores urbanos por direitos sociais fortaleceram o papel político dos sindicatos.

O golpe de 1964 freou a autonomização da sociedade civil e fortaleceu o Estado (tanto os aparelhos repressivos como os órgãos tecnocráticos de intervenção na economia). Mesmo assim, a sociedade civil cresceu e diversificou-se a partir dos anos 70, ampliou sua autonomia e criou movimentos de massa como o movimento pela realização das eleições diretas. Ao colocar em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu o ingresso do Brasil na fase do capitalismo monopolista de Estado. De um lado, a modernização conservadora aprofundou a dependência externa, as disparidades regionais e a concentração de renda e propriedade, mas também permitiria as possibilidades para a consolidação da sociedade civil brasileira. Como resume Coutinho (ibid:125), "pelas vias transversas da 'revolução passiva', o Brasil tornou-se uma sociedade 'ocidental'".

Como se pode constatar, mesmo aplicado de forma resumida e superficial, o conceito gramsciano de revolução passiva revela a ambivalência do processo autoritário de mudanças sociais na realidade brasileira. E esta foi a principal intenção do panorama traçado. Em diferentes graus, outras análises desta trajetória histórica consideram

² No desenvolvimento do conceito de "revolução passiva", Coutinho (1979 e 1988).

irrelevantes as flexibilizações e reestruturações do sistema de poder e privilegiam as permanências e continuidades autoritárias da cultura política. Vamos desenvolver algumas das que convergem no consenso sobre a dimensão estratégica da democracia. Para isso, nos limitaremos às interpretações relativas ao período republicano.

No plano político, o liberalismo triunfou entre as elites brasileiras. Vitorioso desde a nossa primeira Constituição republicana, de 1891, o modelo idealizado pelos liberais brasileiros procurava solucionar o problema da organização do poder (Carvalho, 1999:90). O modelo tinha como referência o conjunto de práticas políticas e econômicas desenvolvidas nos EUA, ancoradas na noção individualista do pacto social, em que o interesse público era visto como a soma dos interesses individuais. No Brasil, o sentido da República deu-se com a derrota dos projetos "positivista" e "jacobino" (que pleiteava a intervenção popular como seu fundamento maior).

As idéias vitoriosas do liberalismo americano agradaram desde cedo os proprietários rurais (os paulistas principalmente), em virtude da autonomia proporcionada pela solução federalista. Também o pacto individualista evitava a participação popular e justificava a defesa dos interesses particulares das oligarquias. Eram tempos de falso *laissez-faire* e coação (Santos, 1987:64). A implementação do modelo liberal republicano no Brasil teve sentido muito diferente da realidade americana igualitária, fundada pelos colonos. Na República Velha (1891-1930), de um Brasil predominantemente rural e de poder concentrado, as oligarquias estaduais trataram de garantir as hierarquias sociais e o controle do Estado pelo clientelismo. No conceito de Hélio Jaguaribe (1984:1186), fundavam-se as bases de um "Estado Cartorial".

O Estado Cartorial caracteriza-se pela utilização das funções públicas para assegurar empregos e vantagens específicas a determinadas pessoas e grupos. Isso, embora estas funções públicas sejam apresentadas como atividades orientadas para a prestação de serviços à coletividade, ou seja, como "serviços públicos". Assim, a política de clientela atinge proporções altíssimas, a ponto de se instaurar no Estado em seu conjunto. Ele se opõe ao Estado funcional, em que o exercício de funções públicas orienta-se por padrões racionais e critérios de eficiência e visa a assegurar o atendimento das necessidades coletivas e a manutenção do próprio Estado.

O termo "cartorial" remete à herança cultural luso-hispânica de conceber a instituição judiciária dos cartórios, em atividade no Brasil desde a Colônia. Os cartórios foram criados como atividade auxiliar do sistema judiciário, destinada a assegurar a guarda e a boa tramitação dos processos e sua documentação, a verificação da autenticidade de assinaturas e providências semelhantes. Na verdade, os cartórios constituiriam uma forma de privatização do Estado. Eles eram:

"Uma imposição de baixa ou nula utilidade funcional, freqüentemente, inclusive, constituindo um inútil ônus adicional sobre as transações correntes, destinada, efetivamente, a assegurar proveitos prebentários ao respectivo titular" (idem:1187).

À exceção daqueles elaborados pelos grupos radicais, os modelos republicanos que se opuseram à monarquia (mesmo os liberais) deram ênfase ao Estado. Abolicionistas e militares insatisfeitos, bacharéis em busca de emprego público, trabalhadores urbanos em busca de legislação social e emprego, todos viam no Estado a possibilidade de afirmação de direitos básicos de cidadão. José Murilo de Carvalho (1999:97) classifica esta luta por inserção política de "estadania". O fenômeno da apropriação do Estado por grupos particulares e de sua relação com a sociedade civil por intermédio de práticas clientelistas recebeu atenção dos pensadores brasileiros. Em 1948, o jurista Vítor Nunes Leal publicou um livro clássico, *Coronelismo, enxada e voto*, que se tornou uma referência neste debate (Carvalho, 1984:932).

Para Leal, o coronelismo não se confunde com o mandonismo local, próprio do mundo rural no período imperial. O coronelismo seria um sistema político surgido na Primeira República (ou República Velha), uma complexa rede de relações presente em todos os níveis da atuação política e que não se reduz ao clientelismo. Para ele, a emergência desse sistema ocorre pela decadência dos coronéis individuais, pelo enfraquecimento do mandonismo. A decadência dos "coronéis-mandões" fez surgir a necessidade do compromisso dos poderes locais com o governo estadual, princípio que vai organizar o estabelecimento da rede que envolverá todo o sistema político nacional e dará o formato do domínio privado do Estado e da política local. Por essa ótica, o estereótipo do coronel latifundiário, senhor todo-poderoso de coisas e gentes, cede lugar a um panorama mais complexo do domínio coronelista.

A partir da obra de Leal, novos estudos procuraram mostrar que, assim como há o coronel proprietário rural, pode haver o exercício do poder coronelista no comércio, na indústria ou na profissão liberal e no sacerdócio (Ibid). Nesses estudos, o coronelismo é visto como uma continuidade do mandonismo, numa ruptura com a proposta original de

Vítor Nunes Leal. A questão de fundo seria mostrar que a capacidade dos chefes políticos locais controlarem a população ao redor vai se alterar. No início, ela é absoluta, pelo monopólio sobre os recursos econômicos, sociais e políticos. Com o tempo, ela adquire fundamentos clientelistas e semicontratuais.

Assim, interpretado como a evolução do mandonismo, o estudo do coronelismo passa a ser a história da formação da cidadania no Brasil. Já se argumentou, porém, que tal postura torna o fenômeno impreciso e dificulta a percepção das fases do processo, em especial o seu final. Isso porque:

“(...) algum tipo de clientelismo, de controle eleitoral através da distribuição de bens públicos ou privados, dificilmente deixará de existir em país que se caracteriza pela pobreza da população e pela escassez de empregos” (Ibidem).

Vítor Nunes Leal apontou o surgimento do coronelismo como resultado da coincidência de dois fatores. Primeiro, a expansão do poder estatal pela constituição dos governos estaduais como importantes unidades de decisão política. Segundo, a decadência sócio-econômica dos senhores rurais. Com isso, há o compromisso em que o Estado empresta ao coronel seu poder e prestígio e o coronel comparece com os votos necessários à manutenção da política do governador. Esta barganha representa uma distinção entre coronelismo e clientelismo. A marca do coronelismo é a fusão do público e do privado, em que o coronel beneficia-se do controle patrimonial dos cargos públicos. À medida que o controle patrimonial torna-se a fonte do poder, o coronel torna-se um simples intermediário entre o Estado e seus dependentes.

Em vez da decadência econômica dos proprietários rurais, José Murilo de Carvalho enfatiza a crescente integração da agricultura aos mercados nacional e internacional, tanto no que se refere ao produto como à mão-de-obra. Tal fenômeno teria obrigado os produtores rurais a buscar medidas só possíveis de serem tomadas em nível nacional, do estado-membro ou da Federação, o que os teria constrangido a entendimentos e cooperação. Para o mesmo autor, a Revolução de 30 veio reforçar o Estado como dispositivo centralizador e unificador. O coronelismo teve sua morte simbólica, portanto, com a prisão dos coronéis baianos em 1930 e com o assassinio de Horácio de Matos, em 1931. O advento do Estado Novo e a queda de Flores da Cunha, ambos em 1937, representaram a morte definitiva do sistema coronelista.

Já o clientelismo ou política de clientela engloba todas as formas de ação política no âmbito do Estado ou de qualquer coletividade dotada de alguma institucionalidade.

Elas são orientadas por um sentido de troca de vantagens específicas entre o promotor de tais ações (o político de clientela) e os grupos sociais junto aos quais atua e que forma a clientela. A forma típica de clientelismo consiste na concessão de empregos públicos para determinadas pessoas ou na execução de serviços públicos, em benefício de certas áreas ou grupos, em troca de apoio político (Jaguaribe, 1984:2787).

Após o fim do Estado Novo, em 1945, o Brasil modernizara-se. O fenômeno mais importante da crescente industrialização era a presença das massas urbanas no cenário político, cuja participação no processo decisório do país daria origem às políticas populistas. A origem do populismo no Brasil data das disputas geradas na crise do Estado durante a República Velha. O novo pacto que daria estabilidade ao país teve de incluir não apenas as oligarquias, mas também as massas urbanas. Sintomaticamente, em 1933, pela primeira vez, a população negra obtinha algum nível de reconhecimento e positividade como integrante da nacionalidade brasileira. Com a publicação de *Casa Grande e senzala*, de Gilberto Freyre, a população e a cultura negras tornavam-se elementos fundadores da sociedade brasileira. Apesar das muitas críticas às mistificações e ocultações de conflitos sociais e da dominação, a obra tornou-se um marco ao considerar os cidadãos negros inseparáveis da comunidade brasileira (Carvalho, 1997:104).

Um ano antes, em 1932, as mulheres conquistavam um lugar no cenário político. Com a promulgação do Código Eleitoral, elas foram incluídas no universo de eleitores brasileiros. Em seguida, um recurso político reconheceria a importância de outro grande contingente da população, gerado pela incipiente modernidade industrial. De forma paternalista, o operariado industrial seria incluído no sistema político do país. O populismo implicaria a manipulação das massas, mas também a satisfação de aspirações longamente acalentadas (Barros, 1984:2795). O líder populista procurava enquadrar as massas dentro de limites impostos, mas ativava mecanismos de barganha e satisfação de demandas. O maior exemplo vem do Estado Novo (1937-1945), em que o controle dos trabalhadores urbanos resultou na concessão da legislação social. O antropólogo Gilberto Velho (2002:46) salienta que, em contraposição, a cultura autoritária brasileira fortaleceria um de seus elementos mais recorrentes, o personalismo.

A lógica social da barganha clientelista (da apropriação privada dos bens públicos, da tutela e do favor) passa a adquirir uma outra dimensão. Ela deixa de ser feita apenas

entre o chefe político local e sua clientela para se tornar uma barganha com uma imensa coletividade, os trabalhadores urbanos. Em troca, eles se tornam a base de sustentação do governo. Uma barganha que ocorre sem as mediações de instâncias políticas tradicionais (como partidos políticos) e que inibe formas políticas autônomas de organização da sociedade civil. O populismo pretende operar numa relação direta entre governantes e governados.

O sociólogo Francisco Weffort (citado por Barros, 1984:2795) traçou um panorama do populismo que acentua esse caráter de controle unilateral das massas:

“Como estilo de governo, sempre sensível às pressões populares, ou como política de massas, que buscava conduzir, manipulando suas aspirações, o populismo só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a Revolução de 30. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins da história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que se apoiar sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra. (...) E foi sobretudo a expressão mais completa da emergência das classes populares no bojo do desenvolvimento urbano e industrial verificado nestes decênios e na necessidade, sentida por alguns dos novos grupos dominantes, de incorporação das massas ao jogo político”.

No conceito cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, tratava-se de uma extensão regulada da cidadania, ou seja, uma cidadania em que as raízes não estão no código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, definido por norma legal. Cidadãos eram todos aqueles que exercessem as profissões e ocupações reconhecidas e definidas por lei. O Estado selecionava quem era admitido como cidadão e os hierarquizava, cedendo-lhes direitos restritos ao lugar que eles ocupassem no processo produtivo, tal como descrito pela legislação. Excluía-se os trabalhadores rurais e parte dos urbanos. Regulamentação profissional, carteira de trabalho e sindicato público (sob controle do governo) eram os parâmetros da cidadania (Santos 1987:68).

O pacto populista esgotar-se-ia na década de 1960, quando o regime mostraria debilidades na condução de uma política de industrialização em ambiente de paz social. As antigas forças políticas buscavam neutralizar os mecanismos institucionais que permitiam as pressões populares e buscavam reaver a antiga importância eleitoral. Seguiram-se governos de instabilidade política, com Juscelino Kubtchek, que vê ameaçada a sua posse em 1955, a renúncia de Jânio Quadros, em 1961 e a oposição civil e militar à posse de seu sucessor, João Goulart. As turbulências do governo Goulart foram representativas do esgotamento das políticas populistas na construção da

hegemonia, que já não davam conta do controle das massas urbanas. As greves sucediam-se e as pressões por reformas de estrutura ganhavam importância. No campo, houve concessões, com a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais. Mesmo assim, havia forte mobilização das Ligas Camponesas.

Até então, as massas urbanas haviam servido como fonte de legitimidade para o Estado, o que era possível apenas enquanto estivessem controladas, numa aliança que as privava de autonomia. Agora, a mobilização popular desafiava os limites institucionais vigentes. O governo perdia o apoio das camadas médias e dos proprietários industriais e rurais, assustados com a pressão sindical no campo e na cidade, e com as explosões de violência urbana, no Centro-Sul (Santos, 1987:74). Os diversos grupos sociais aprenderam a lição de que o aumento da participação no consumo de bens disponíveis dependia da capacidade de mobilização e reivindicação. Eles passaram a organizar-se em associações civis, que estavam à margem da legislação sindical mas cumpriam a função de forçar o aumento da participação na renda nacional. Os conflitos transbordavam das instituições criadas no Estado Novo e resultavam em radicalização das demandas e intolerância política dos variados atores sociais. O movimento militar de 1964 poria fim a 20 anos de democracia e cidadania reguladas (ibid:75).

Com a derrubada do governo Goulart e da "democracia populista", as forças armadas reordenaram o quadro político e econômico institucional, novamente pela via autoritária. As reformas necessárias ao capitalismo brasileiro seriam implementadas e levaram o país a um processo de modernização e industrialização sem precedentes, mas com rígido controle político e repressão sobre a sociedade civil, além da elevação da concentração da renda. A dimensão democrática da cidadania foi esmagada. A respeito da evolução política brasileira, Santos (ibidem:89) mostra que os dois períodos marcantes em termos de efetivos progressos na legislação social coincidem com a existência de governos autoritários. O governo revolucionário de Vargas (1930-1945, de relação entre Estado-sociedade civil pela extensão regulada da cidadania) e a década pós-1966. Nos dois casos, Gramsci classifica a estratégia de "revolução-restauração", de reformas pelo alto.

No período militar, houve uma crescente concentração da população em grandes centros urbanos. Destinatário das reivindicações de parcelas expressivas da sociedade urbana, o Estado brasileiro tornava complexa a participação da sociedade civil na defesa

de interesses coletivos. Os interesses das camadas populares distanciavam-se das instituições político-representativas. O clima era de ceticismo quanto à formulação de políticas de distribuição de renda por essas instituições. Com uma sociedade civil frágil, incapaz de estabelecer vínculos institucionais fortes entre o mundo popular e o Estado, as grandes cidades fragmentaram-se em arenas de disputas dos interesses privados. Assim, houve um crescimento da barganha clientelista por benefícios junto aos chefes locais. Durante o regime militar assistiu-se à emergência de novos atores sociais, cuja presença só foi denunciada pela democratização.

Tensa e diversificada, as grandes cidades viviam a necessidade de um novo pacto, capaz de incorporá-los. Entretanto, permanecia a influência de anos de política clientelista. A normatividade racional legal inerente ao mercado capitalista não atingiria a todos (Carvalho, 1994). Mesmo a democratização social foi o resultado de políticas públicas, empreendidas durante o regime militar, em vez de se constituir, nas palavras de Luís Werneck Vianna: “a expressão da vitalidade do mercado e da sua capacidade de integrar os *latecomers* ao banquete da modernidade” (apud Carvalho, 1994).

Com a Constituição de 1988, montou-se um novo pacto de poder, cuja marca é o retorno do pleno funcionamento das instituições democráticas. As liberdades democráticas deram visibilidade a uma sociedade moderna e complexa, que emergiu do acelerado processo de industrialização. Com o primeiro presidente civil eleito pelo voto popular no ano seguinte, Fernando Collor de Mello, o Brasil ingressaria na era da globalização, ao iniciar a política de abertura de mercados e aderir ao neoliberalismo. A abertura dos mercados e a democracia estimulariam políticas para entender e incorporar as bases culturais das diferenças e dos canais de circulação entre os diversos mundos que passaram a coexistir nos grandes centros urbanos.

Um movimento de pressões da sociedade civil fez o Congresso Nacional depor Collor de Mello, dois anos depois de sua eleição. Aparentemente, não houve ameaça às instituições democráticas ou princípio de intervenção das forças armadas, o que gerou expectativas de que havia no Brasil a emergência de um sistema de valores centrados em torno dos conceitos de “cidadania universal” e “justiça social”. Historicamente, portanto, podemos dizer que as relações entre o Estado e a sociedade civil brasileira estruturaram-se de acordo com algumas marcas que conformam uma herança cultural e

política autoritária, que permeia todas as esferas da vida social, pública e privada. Uma herança que parece flexibilizar-se pela crescente organização do movimento social.

A esfera pública brasileira ainda é hierarquizada e rígida, na medida em que a noção liberal de igualdade de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos não se incorporou à dinâmica social completamente. A debilidade constitutiva da esfera pública faz com que as instituições da sociedade civil não sejam valorizadas como instrumentos garantidores dos direitos (Pandolfi, 1999:54). Da mesma forma, a coerção ao longo do regime militar levou ao descrédito os canais institucionais, como as organizações político-partidárias. Nesta lacuna, a população tende a acreditar que o acesso direto às autoridades pode ser o melhor caminho para a obtenção dos direitos. Pesquisas recentes mostram que, apesar de conhecer os seus direitos, a população muitas vezes apela à autoridade, na crença de que a efetivação real do direito dependa da “boa vontade” dessa autoridade (ibid:55)³.

Assim, a própria democracia viu-se debilitada pela política de clientela, pelo personalismo, a tutela e o favor populistas e pela sua contrapartida, um grupo social dominante que enxerga o Estado como lugar de privilégios e não do interesse comum. De forma geral, há um consenso de que a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas⁴. Embora a Constituição de 1988 tenha ampliado os direitos sociais muito além de qualquer outra época histórica e o país possua um PIB entre os maiores do mundo (o oitavo em 2001), os índices de desigualdades são colossais (o país mais desigual, em 1989). As desigualdades são, sobretudo, de natureza regional e racial. Pelo índice de 70 dólares de renda mínima, admitida pela Organização Mundial de Saúde, 54% dos brasileiros estão abaixo da linha de pobreza. O efeito positivo na distribuição de renda ocorrido no Plano Real foi eliminado pela crise cambial de 1999 (Carvalho, 2001:208-9).

Para denunciar as desigualdades econômicas, políticas e culturais, o historiador José Murilo de Carvalho propõe estratificar os cidadãos em três classes, do ponto de vista da garantia dos direitos civis. Os “doutores”, que estão acima da lei (invariavelmente brancos, que pertencem aos 8% das famílias brasileiras que recebiam mais de 20 salários mínimos pelo PNDA de 1996). Para eles, as leis não existem ou são

³ Sobre o tema, ver Elisa Reis, *Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 1990.

⁴ Cf. Carvalho (2001:45).

flexíveis (ibidem, 216-217). Os cidadãos de segunda classe estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. Trata-se da classe média modesta, trabalhadores com carteira assinada, os pequenos funcionários e proprietários urbanos e rurais, com escolaridade até o segundo grau completo e podem ser brancos ou negros. Eles nem sempre têm completa noção dos seus direitos e vivem na dependência da polícia e outros agentes da lei que definam na prática que direitos são ou não respeitados. Recebem acima de dois e abaixo de 20 salários mínimos. Os cidadãos de terceira classe (ou "elementos", no jargão policial) são negros ou pardos, analfabetos ou com educação fundamental incompleta. Para eles, a participação nos direitos ou na representação política é apenas nominal. Ignoram seus direitos ou os vêem desrespeitados pelo governo e outros cidadãos. Estão entre os 23% de famílias que recebem até dois salários mínimos e não se sentem protegidos pela sociedade e pelas leis. Para eles, vale apenas o Código Penal.

Enfim, no Brasil complexo de hoje, o restabelecimento da ordem democrática e o pleno funcionamento das instituições não asseguram a universalidade de sua extensão. O problema não seria do "corpo de leis", mas de sua administração política. A lei permanece uma abstração para um largo contingente dos cidadãos e não é impedimento para o exercício do privilégio de um grupo pequeno. Também a razão disso não reside apenas na desigualdade econômica, tem razões culturais profundas. Num livro de 1979, *Carnavais, malandros e heróis*, o antropólogo Roberto DaMatta já denunciava as práticas autoritárias da cultura brasileira a partir do critério da não impessoalidade e universalidade das leis. As atitudes autoritárias destinar-se-iam a superar as contradições postas pelas hierarquias sociais arraigadas na cultura e pelo processo de igualitarismo, expresso na promulgação de leis que gerenciavam o mundo público e obrigavam à isonomia.

Para o autor, o universo social brasileiro teria adotado como modelo tanto a hierarquia quanto a igualdade, o que explicaria hábitos culturais conhecidos. Em geral, cada brasileiro julga-se um "legislador", o que o faz decidir a validade das leis em atitudes como a do "jeitinho brasileiro" e do "você sabe com quem está falando". Assim, as leis não são encaradas em sua universalidade e impessoalidade. As "regras do jogo" são administradas nas hierarquias sociais e experiências cotidianas. DaMatta e uma geração de antropólogos buscaram mostrar os dilemas causados pela coexistência de relações culturais e sociais modernas e tradicionais.

O historiador José Murilo de Carvalho (1999:359) percebe nas práticas sociais da herança política autoritária brasileira um canal de comunicação com o mundo do crime organizado. Um exemplo seria aquilo que chamou de “promiscuidade entre o jogo do bicho e a política no Rio de Janeiro”, relação que existia já na virada do século XIX para o XX, mas que teria mudado para pior, no fim do século XX. No Rio de Janeiro, o jogo do bicho chegou a ser uma “instituição protegida, tolerada e cortejada por autoridades civis e policiais”, apesar de os bicheiros terem incorporado o crime, o tráfico e o contrabando (Idem:360). E ele indica como uma das razões plausíveis para a desfaçatez com que autoridades públicas e bicho conviviam o divórcio entre o Estado e a sociedade:

“(…) o povo e o Estado nunca se juntaram em condições propícias para gerar o cidadão e a democracia. Juntaram-se apenas nas núpcias adulterinas do clientelismo e do populismo” (Ibidem).

O Estado nacional nunca teve a expectativa de agir na vida brasileira no sentido da sua universalização, isto é, no esforço de extensão a todos das garantias constitucionais e republicanas. Para o mundo popular, ele sempre apareceu como tutela paternalista ou repressão. Entretanto, num texto que circulou pela Internet, atribuído ao antropólogo Roberto DaMatta (2002), especula-se sobre as consequências dessa lógica autoritária:

“A massa de pessoas comuns decidiram montar o seu próprio sistema hierarquizante e diferenciador. Só que, em vez de darem carteiradas, usam armas, promovendo um nivelamento selvagem que parece tipificar o atual momento social brasileiro”.

Alguns autores procuram, porém, superar o foco unilateral no autoritarismo para ressaltar os elementos de mudança social, sob o parâmetro da universalização dos direitos e da democracia. Para José Murilo de Carvalho, a principal ênfase é na organização da sociedade, em vez da supremacia do Estado, forma de consolidar a democracia e fortalecer o político (para democratizar o poder). Assim, a organização da sociedade volta-se contra o Estado clientelista, corporativo, colonizado. Por isso, ele vê com otimismo experiências recentes que atuam no sentido da democratização do poder (Carvalho, 2001:227). A primeira, é o surgimento das ONGs, que desenvolvem atividades de interesse público. Ao se multiplicarem a partir dos anos finais da ditadura, as ONGs substituíram aos poucos os movimentos sociais urbanos. A colaboração entre ONGs e governos teria valorizado inovações no encaminhamento e na solução de problemas sociais, sobretudo nas áreas de educação e direitos civis.

A outra mudança tem origem nos executivos municipais dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Muitas prefeituras experimentam formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas, sobretudo no que tange ao orçamento e às obras públicas. As parcerias entre ONGs e associações de moradores ocorrem sem os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobilizam o cidadão e o fazem no nível local (ibidem:228). Mas as mudanças sociais não apontariam apenas para o processo de democratização. José Murilo de Carvalho chama atenção para o que ele classifica de "perversidade do consumismo". A cidadania passou a ser reivindicada como direito ao consumo. A reivindicação do direito de comprar telefone celular e tênis, alerta Carvalho, pode silenciar ou prevenir a militância política (o direito político) dos excluídos. A cultura do consumismo dificulta a marcha da cidadania e acentua a incapacidade de o sistema representativo produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em cidadãos de classes diferentes, separadas pela educação, renda e cor.

“Fui impedido de fazer minha tese sobre o presídio e voltei-me para a favela, onde fiquei surpreso ao ver uma moça loura, de olhos azuis. Percebi que não sabia como era a vida dos meus contemporâneos”.

(Marcos Alvito, 2001)

VI. A Universidade e os sentidos da violência: consensos formulados pelo pensamento crítico, a partir da “universalização dos direitos”.

VI.1. Relativizando a relação linear entre criminalidade e pobreza: a nova ótica das Ciências Sociais.

Neste capítulo, pretendemos apresentar as diversas visões no debate sobre a violência urbana no Rio de Janeiro, formuladas em diferentes disciplinas das Ciências Humanas. Não se trata detectar qualquer convergência metodológica entre elas ou delimitar graus de convergência, concorrência ou complementaridade. Em comum — e é isso que nos interessa — há o fato de serem visões críticas que concorrem na esfera pública e propõem uma nova cultura, isto é, abordam a questão a partir das estratégias de inclusão social.

Nos anos 50, a tradição jurídica na abordagem da criminalidade urbana violenta começa a perder espaço para argumentos sociológicos. Em vez do Estado, a cidade passa a ser enfocada como o centro da vida coletiva e torna-se um objeto de investigação regulado por uma agência específica, a Universidade, e pelo código disciplinar próprio às ciências sociais (Carvalho, 1994:263). Nos anos 60, a sociologia impõe-se de vez como lugar do conhecimento sobre a cidade. Nos primeiros anos de ditadura militar, a crítica aberta ao regime construía argumentos que relacionavam o aumento da violência urbana com causas sociais. A criminalidade urbana servia de motivo para que o pensamento crítico discutisse a falência do Estado autoritário, a deterioração das práticas civis, a crise de valores e toda a agenda pública democrática.

Nas análises, o modelo dualista no conceito de modernidade predominava. Nesta definição, hoje superada academicamente, a modernidade era entendida como a radical superação do passado, o confronto e o rompimento com os elementos da tradição. Assim, a violência carioca era representada como efeito desta dualidade constitutiva das grandes cidades brasileiras, sem atenção aos mecanismos de combinação e adaptação entre elementos arcaicos e modernos (Ibidem). No final da década de 80, o retorno do país ao Estado de Direito provocou a especialização dos discursos. Edmundo Campos Coelho propõe que uma relação de causalidade direta entre a elevação do nível da criminalidade e o desemprego, a pobreza e as crises econômicas é intuitivamente simples e tem um forte apelo político.

O senso comum já se teria apropriado da explicação determinista e linear da pobreza como causa para a motivação criminoso. Coelho (1988:157) sugere que este seria um dos complicadores para a formulação de políticas de segurança pública, ao tornar o problema:

"(...) equivocadamente mais complexo do que realmente é. Apenas uma fração ínfima dos pobres ou dos desempregados escolhe a alternativa criminosa, e não necessariamente por ser pobre ou estar desempregada, nem há indicações seguras de que esta fração esteja crescendo no mesmo ritmo em que cresce a criminalidade violenta."

Ao desnaturalizar a monocausalidade direta entre violência e o índice de pobreza, Coelho dirigiu o enfoque para o enfraquecimento da autoridade do Estado. A criminalidade seria "uma função direta da capacidade dissuasória do sistema de justiça criminal". Pesquisas de opinião apontariam a transformação do interesse social por uma justiça retributiva, em vez de uma justiça distributiva. Junto à opinião pública (em grande parte, construída pela circulação dos novos paradigmas na imprensa), a preocupação com as causas sociais da violência cede lugar aos temas do aparelhamento da força policial, do aperfeiçoamento da máquina judiciária e do fim da impunidade.

Para Misse (1995:23-39), os argumentos críticos dos pesquisadores que se opõem a uma "correlação causal direta entre indicadores de pobreza e criminalidade" não poderiam se limitar à simples negação deste vínculo, pois isso manteria a lógica que dá maior visibilidade ao crime dos pobres. Ele organiza em três pontos os argumentos desses críticos:

1. Se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é.
2. A esmagadora maioria dos presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um "roteiro típico" que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e desocupados) com a criminalidade.
3. Os próprios pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são "trabalhadores honestos". Além disso, a "tese" não explica por que a maioria dos criminosos pobres é masculina e jovem.

Fundada nestes três pontos, a argumentação seria incompleta e unilateral. Sua crítica à hipocrisia policial e judicial seria correta, por denunciar os preconceitos que mantêm impunes a classe média e as classes dominantes, enquanto excede em rigor com os pobres. Acertaria outra vez na crítica ao reducionismo da complexa questão criminal a uma causa única e suficiente ou determinante. No entanto, aduz Misse, condições de vida, sociabilidade e habitação dos setores excluídos se vinculariam a condutas criminais. A ênfase em separar criminalidade de pobreza, portanto, retardaria o desafio de compreender em que níveis elas estão relacionadas.

De toda forma, o quadro analítico seria completamente transformado a partir dessa discussão. As dimensões cultural e política passariam a compor de forma necessária os

modelos explicativos mais sofisticados sobre a relação entre pobreza e criminalidade.

Como esclarece Carvalho (1994a:264):

“(...) a democratização política impôs, portanto, uma redefinição ou uma reconstrução dos modelos de ordem e desordem no Brasil, desnaturalizando a associação entre pobreza e criminalidade e submetendo o tema da violência urbana a um novo enquadramento. Há uma re-significação das ações delituosas e criminais.”

Para Zaluar (1994:178-180), os argumentos que associam pobreza e violência acabam por formar as idéias básicas da população sobre a política institucional e social considerada adequada. Apesar de polêmica, a discussão sobre a segurança nas grandes cidades conseguiu de alguma maneira vincular a questão social aos problemas da violência urbana. Travado principalmente na mídia, o debate político fixou o vínculo e acabou por criar um truísmo, uma verdade que não precisa verificação, sem que os críticos atentassem para suas conseqüências políticas, ideológicas e conceituais. O vínculo pobreza-criminalidade permanece forte, apesar de os escândalos financeiros e os crimes de “colarinho-branco” não serem punidos, mesmo com a visibilidade cada vez maior proporcionada pela democracia.

Em conseqüência, o senso comum produziu duas novas versões da noção determinista do crime. Na primeira, a pobreza passou a ser avaliada como o “meio de cultura” para o aparecimento do criminoso. Ao mesmo tempo, o criminoso biológico (ao estilo Lombroso) cede lugar ao bandido “irrecuperável”, que “não tem jeito” porque nascido na pobreza, destituído de moralidade e reincidente no crime. Esta noção predomina nos discursos sobre os meninos de rua, apesar de os dados indicarem que eles participam muito pouco dos crimes violentos (Zaluar, 1994:180). A segunda tendência seria a perda do valor espiritual superior do auxílio à pobreza por uma tradição do cristianismo. A antiga proteção ao pobre pela caridade privada reduziu-se drasticamente nos tempos altamente consumistas e individualistas da modernidade atual. A filantropia privada sobrevive hoje principalmente como instrumentalização, assistencialismo (ibidem). Essas modificações produzem efeitos nas identificações sociais. A pobreza adquiriu mais claramente um sentido social negativo, inclusive no plano moral. Com isso, as fronteiras entre o “pobre honesto” e o “marginal” ou “criminoso” começam a desaparecer. Não ter dinheiro para consumir os bens cada vez mais oferecidos no mercado equivale socialmente a ser suspeito de cometer atos ilegais ou ilícitos, especialmente os negros, favelados e os menores de rua.

A historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho (1994a:259-268), propõe um outro deslocamento a partir da discussão sobre os vínculos entre pobreza e criminalidade. Sua interpretação fundamenta-se na relação entre Estado e sociedade civil. A “desprivatização” do Estado pelas redes assistencialistas deve ser conjugada com a autonomização dos atores e o acesso à cidade (seus direitos políticos, civis e sociais). Ela identifica dois grandes modelos explicativos sobre a violência urbana no Rio, que concorrem e se justapõem na mídia. O primeiro, que discutimos acima, remete às desigualdades sociais decorrentes do processo autoritário de modernização econômica do Brasil no regime militar. A pobreza crescente, a incapacidade de o Estado implementar políticas distributivas, a ampliação da exclusão social e política provocaram o crescimento da criminalidade violenta. O segundo modelo privilegia a dinâmica cultural e a autonomia das formas políticas. Enfatiza a especificidade do Rio como antiga capital federal e os efeitos da desorganização social, provocados pela conjuntura antidemocrática. Com a retração do Estado, cresce a barganha clientelista e as formas de recusa à legalidade. No campo intelectual, a sociologia nega o reducionismo econômico como “causa única e estrutural” das manifestações anti-sociais na cidade e das desigualdades sociais.

A dinâmica social traria novos desafios para as ciências sociais. A democratização tornou visível uma fronteira social gestada ao longo do regime militar. A divisão da cidade em arenas privatistas e a emergência de novos atores não incorporados ao mundo dos direitos produziram uma cidade tensa e diversificada. À crise fiscal do Estado, juntava-se a influência de anos de política clientelista. Também a normatividade inerente ao mercado capitalista não atingia a todos. A consolidação de uma percepção fragmentária da vida social é viabilizada pela atuação das ONGs e a ascensão da Antropologia e da História urbana. Configurou-se um campo vasto de interesses com expressão científica, mas que inclui articulações com diferentes agências e a mobilização de uma vasta rede de pessoas, atividades e recursos para a produção de consenso em torno de suas proposições.

Despontou, então uma etnografia que tem vasculhado a dimensão cultural da vida popular, manifestada nos bailes funk, no pagode, no futebol, nas escolas de samba. A ela, associou-se uma história dos bairros e dos costumes, com a sugestão de uma cidade

polifônica e a tentativa de reconhecer nessa multiplicidade de vozes o fundamento de um tecido social mais conflitivo e, inevitavelmente, mais violento.

A partir de um diálogo com o modelo de Thompson e a historiografia social inglesa sobre a formação das classes populares, Alba Zaluar propõe a expressão mais sugestiva desse modelo analítico. No ambiente do bairro carioca da Cidade de Deus, Zaluar reconstitui o processo de formação das identidades do trabalhador pobre e do bandido e procura identificar as tensões decorrentes de um imaginário comum a ambos, exemplificado pelas noções de ganhar a vida e trabalhar (Carvalho, 1994^a:262). Zaluar (1985:119-126) sugere que há, no Rio, a ausência do sentido religioso da redenção pelo sofrimento, que a pobreza estimulou em outras sociedades. Assim, as tradições e valores coletivos dos de baixo promovem uma tensão que se equilibra precariamente em uma tênue fronteira entre o mundo legal e o ilegal.

Zaluar alude ainda a uma luta dramática no interior das famílias pobres entre “a justificativa do roubo por causa da pobreza e o orgulho de ser trabalhador e não ladrão”. A família estaria no centro da conformação do pobre brasileiro à disciplina do trabalho. Esta não adviria de uma “ética do trabalho”, mas de uma “ética do provedor”. A dignidade moral do trabalhador não estaria submetida à redenção cristã pelo sofrimento e pobreza, mas na imagem do responsável pelo “ganha-pão” da família. O que importa não é a atividade “em si”, o ofício exercido, mas sua capacidade de sustentar a família.

Nestes valores, os brasileiros pobres seriam educados para a disciplina do trabalho. A pobreza não configura aos olhos do cidadão pobre os símbolos de fracasso por sua não ascensão social. A culpa seria “do governo, que não dá assistência”. O próprio sucesso, vencer barreiras e ascender, seria uma questão “de sorte”. A situação do bandido, então, seria uma saída individual para o desejo de mobilidade social que se encontra obstruído e seria indicativa da fragilidade da fronteira entre legal e ilegal, potencializada por uma crise econômica prolongada. Neste contexto, ocorreria a adesão a estratégias eficazes e imediatistas para a obtenção de vantagens no dia-a-dia. A autora chama atenção, porém, para as profundas transformações ocorridas nas duas últimas gerações que apontam para uma crise moral e cultural na população pobre, como efeito da heterogeneidade provocada pelo processo de globalização. Trata-se dos jovens hedonistas, fascinados pelo poder do tóxico e da violência e que contestam os valores centrais da sociedade do trabalho.

O conflito com os novos padrões do consumismo atinge a centralidade da figura materna nas famílias dos trabalhadores pobres. Nestas famílias, a mãe é alocadora da mão-de-obra, gerente da unidade de renda e socializadora (a matriz da moral). Os apelos do consumismo lançam o jovem no mercado do vestuário e das variadas atividades de lazer, muitas vezes incompatíveis com a economia doméstica e a hierarquia de consumo. O uso de drogas seria fruto desta adesão ao hedonismo e à sociedade de consumo. Ao desestruturar valores e criar conflitos sem nenhuma contrapartida em termos de direitos, acesso ao mercado ou ao sistema escolar de qualidade, tal processo viria a facilitar a entrada do jovem nas quadrilhas locais do crime organizado.

O tema da socialização de jovens passa a assumir extrema importância na pesquisa social. Combinado com aspectos da cultura das comunidades mais tradicionais como o machismo, o tema forneceu uma base para a investigação dos elementos de atração que a cultura do crime pode exercer sobre a juventude pobre. Por pressuposto, as pesquisas concebem que, no processo de modernização brasileira, a incorporação social progressiva conferiu direitos ao mundo popular, mas sem que ele se organizasse autonomamente para obtê-los. Assim, desenvolveu-se uma percepção pouco diferenciada do sentido da inclusão que esses grupos demandam.

Um entrave significativo para que se alterem as formas hegemônicas de integração seria o fato de os movimentos sociais não adotarem a afirmação de novas identidades sociais como a sua principal dimensão. Pesquisas realizadas sobre delinquência juvenil nas grandes cidades norte-americanas, serviram como referência para comparações entre os jovens pobres da população carioca com o da cidade de Los Angeles. Como afirma Carvalho (1994a:264), ao contrário dos EUA, a fragmentação da cidade do Rio não se caracteriza por conferir positividade à diferenciação. Desta forma, as contradições pré-modernas podem se fundir aos efeitos produzidos pela ordem econômica emergente no plano internacional (diminuição dos postos convencionais de emprego e exigência de especialização para quem jamais teve uma instrução regular).

Em resumo, pode-se afirmar que as abordagens sobre a violência na cidade do Rio há três décadas:

- 1- Privilegiam o tema da igualdade na explicação do crescimento dos delitos. As desigualdades sócio-econômicas, o modelo de modernização tecnoburocrática e oligárquica, são o ângulo hegemônico destas análises. Um modelo concorrente

passou a privilegiar a dinâmica cultural e política e deslocou o foco de análise. Carvalho (2000:48) propõe como parâmetro o tema da liberdade. As análises devem investir menos na interpretação da violência como uma resposta anárquica à situação de pobreza e exclusão social e mais como o resultado da privação de liberdade que impediu os desiguais de lutarem por seus direitos e por sua incorporação à cidade.

- 2- O deslocamento do foco obrigou a refletir sobre as relações históricas entre um Estado excludente, uma sociedade civil frágil e a população. Pouco democratizado, afastado dos interesses populares, o Estado tem servido a interesses patrimoniais e assistencialistas, sem legitimar a sua autoridade.
- 3- O ambiente social da cidade do Rio de Janeiro passou a ser encarado a partir de sua situação particular. Em São Paulo, as elites industriais exerceram forte organização e controle sobre o mundo operário e popular. No Nordeste, as oligarquias municipais eram ativas nesse controle. No Rio, a heterogeneidade social foi mais forte, a vida cultural mais autônoma. Passou-se a levar em conta a liberdade social e a autonomia cultural, associadas à exclusão política, como marcas de uma cidade fragmentada em várias redes assistenciais (que compreendem desde as igrejas até a burocracia pública e o crime organizado).
- 4- A ênfase na privação da liberdade e na exclusão das grandes massas da comunidade política tornaram imperativo o foco na desprivatização do Estado. O consenso é que isso deva ser feito pelo fortalecimento da participação de grupos organizados da sociedade civil e pela adesão popular à política institucional formal (como demonstram as democracias pluralistas ocidentais).
- 5- A interpretação estreita das carências populares como falta material dificultou o entendimento dos vários aspectos dos direitos da cidadania (civis políticos e sociais). A desigualdade foi interpretada apenas como diferenças materiais, sem vínculos com as desigualdades políticas e jurídicas. A participação política e o acesso à Justiça, enfim, os direitos políticos e civis, são fundamentais na efetivação dos direitos sociais, pois garantem a participação e o controle da população sobre os serviços públicos. As pesquisas e políticas públicas devem contemplar uma visão integrada de cidadania.

VI.1.1. Sem “universalização do Estado” e sem “direito a direitos”: o Rio como cidade escassa.

A historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho (2000:52) reúne no conceito “cidade escassa” os parâmetros discutidos no capítulo IV desta tese para orientar a direção da mudança social. O conceito é utilizado para pensar a violência em sociedades modernas, a partir das relações entre uma sociedade civil frágil e uma esfera estatal pouco democratizada. Ao longo do tempo, essa relação produz um padrão de ética social coerente com as estreitas dimensões da comunidade política. À escassez de cidade corresponde um comportamento predatório e belicoso, associado à satisfação privada de interesses e permeável à liderança de patronos, inclusive daqueles ligados à contravenção e ao crime.

Na cidade do Rio de Janeiro, em face das diferenças de poder de barganha dos patronos, os grupos portam chances desiguais de satisfação das suas demandas. Por isso, há um ambiente competitivo, de desconfiança e cisão entre a população pobre. A fragmentação da cidade em arenas privadas inibe a comunicação e as práticas de reciprocidade entre os diferentes atores urbanos. Isso estimula o oportunismo em detrimento da cooperação e o desenvolvimento de mecanismos informais (muitas vezes ilegais) de obtenção de benefícios privados. A longa exclusão política do mundo popular carioca fez coincidir a emergência desses novos atores da cidade com um cenário mundialmente redefinido por novos padrões de produção e consumo, de constituição de identidades coletivas e de novos critérios de legitimação da autoridade. A agenda da incorporação dos excluídos ao mundo dos direitos e da liberdade, portanto, não pode ignorar os desafios contemporâneos inscritos na teoria e na prática democráticas (Carvalho, 2000:54).

Pensar sobre a violência no Rio de Janeiro exige enfocar principalmente a distância crescente da organização social em relação ao quadro político-institucional (Ibidem:55). Enfim, apontar a baixa legitimação da autoridade política do Estado como resultado da fragmentação dessa autoridade e do fortalecimento das microssociedades com seus chefes e legalidades próprios. Neste ambiente, a corrupção e a deslegitimação do monopólio do uso da violência pelo Estado propagam-se. À privatização do Estado, segue-se o estreitamento da participação política, que tornou a cidadania residual. “Cidade escassa” designa, então, a cidade que se torna objeto de disputa generalizada e violenta entre os seus habitantes. O conceito reedita o tema clássico hobbesiano, da

associação do problema da escassez à “guerra de todos contra todos”. Do ponto de vista político, uma cidade é pequena quando não consegue prover de cidadania as grandes massas, isto é, não consegue contê-las sob a sua lei e guarda.

O não provisionamento de bens de cidadania (moradia, trabalho, educação, saúde) impede a autonomia da população frente à extensa rede de subordinação presente na base da sociedade carioca (as máquinas partidárias clientelistas, igrejas, entidades assistencialistas, a contravenção e o crime organizado). Para que possam escapar às redes de subordinação pessoal e administrar a vida sob as regras impessoais e universais do jogo democrático, os segmentos mais pobres da população precisam adquirir direitos civis, sociais e políticos.

VI.2. Relativizando a relação linear entre criminalidade e herança colonial-escravista

A herança escravista sempre ocupou lugar central nas explicações das desigualdades sociais brasileiras. Uma rica pesquisa histórica e sociológica foi desenvolvida sobre o tema, cujas raízes profundas se fazem presentes de variadas formas na cultura brasileira. Entretanto, a ênfase da análise da violência pela herança do trabalho escravo ganhou os mesmos contornos monocausais e lineares do vínculo entre a pobreza e a questão social. Novamente, prevalece a relação linear de causa-efeito que se impôs em alguns ambientes acadêmicos e políticos, e se fixou no senso comum. Este enfoque acabou por reduzir a compreensão dos mecanismos de exclusão criados pela atual sociedade de mercado, que combinam antigos elementos em novas formas de dominação.

O deslocamento para incorporar a dinâmica cultural foi novamente um esforço da antropologia e da história cultural, que passaram a enquadrar o problema a partir de um conjunto de fatores econômicos, culturais e políticos, nos dispositivos que desencadearam e nos seus efeitos. Nas palavras da antropóloga Alba Zaluar (1996:49):

“Explicar as formas atuais de manifestação da violência apelando para o hibridismo de uma suposta cultura brasileira que apresentaria esses valores hierárquicos expressos paradigmaticamente na relação senhor-escravo que se reconstitui sempre é eternizar uma forma cultural, é seguir à risca a lógica identitária contrastiva e é também negar a História, que põe o institucional e o cultural em eterna transformação”.

Inspirado no modelo de Roberto DaMatta sobre o “dilema brasileiro”, da convivência entre valores universalistas e tradicionais na nossa cultura, o antropólogo Roberto Kant de Lima (1996:165-177) fez um dos mais detalhados e originais estudos

sobre mecanismos de exclusão social estruturados no Poder Judiciário brasileiro. A sociedade brasileira caracteriza-se pela presença de princípios paradoxais e características ambíguas. Explicitamente, há a igualdade entre todos os indivíduos que compõem a sociedade. Assim, conflitos naturais, causados pela diversidade de interesses, devem ser administrados através de negociações entre partes formalmente iguais, embora substantivamente distintas. Trata-se portanto de valores democráticos, fundados numa visão republicana (igualitária e individualista).

Implicitamente, porém, a sociedade é hierarquizada, constituída de segmentos desiguais e complementares. Os diferentes grupos sociais têm acesso diferenciado aos deveres e direitos. As relações entre os grupos também são regidas por diferentes "códigos de honra". Mas isso contradiz os valores republicanos, o que torna essas diferenças objeto de estigma, mas sem despertar o reconhecimento da universalidade como código legítimo de conduta. Numa sociedade igualitária, a ordem pública seria o resultado do conflito oriundo da oposição de interesse entre iguais. No modelo brasileiro, ela se torna a reunião dos diferentes códigos de conduta, que operam em harmonia para manter implícitos o conflito e a estrutura desigual da sociedade. (Kant de Lima, 1996:166-167). Em uma sociedade ideologicamente comprometida com a universalização do acesso aos bens culturais, como forma de difusão dos valores que manterão sua ordem, o termo "cultura popular" é positivo para a maioria dos seus membros. Nos EUA, a categoria remete imediatamente a uma identificação entre os interlocutores.

O estudo de Kant de Lima faz uma comparação da justiça criminal e da segurança pública no Brasil e nos EUA. Em um país onde a igualdade é o traço ideológico dominante, como nos EUA, todos querem ser "do povo". Há, porém, nesta sociedade outros mecanismos de exclusão, como o racismo, que pretende excluir alguns grupos da sociedade de iguais. Mas a categoria "cultura popular" em si mesma é includente. Nas sociedades hierarquizadas, preza-se o acesso particularizado e diferenciado à cultura, que faz do segredo e da informação privilegiada a base do status e dá valoração positiva à desigualdade substantiva entre a maioria de seus membros. No fundo, todos querem ter tratamento excepcional e diferente. O mesmo se daria com a categoria violência. Mais do que associada ao conflito, ela está vinculada à inexistência de formas consensualmente aceitas e de expectativas razoáveis para promover sua administração.

Assim, a universalização das expectativas quanto ao emprego de formas legítimas para a administração de conflitos pode ser sucessivamente invocada para impedir a instalação estrutural da violência.

O aparelho policial, o sistema judicial e outros processos formais e informais existentes na sociedade (como mediações e arbitragens) podem levar à administração socialmente satisfatória dos conflitos, desde que exista na sociedade uma crença na capacidade de tais mecanismos encontrarem uma solução. As formas oficiais de administração de conflitos no Brasil regem-se por princípios complementares. Não há uma fórmula oficial e legítima, que se considere ideal e aplicável universalmente na administração de conflitos. Esta seria mais uma das situações em que o "dilema" brasileiro se revela com clareza, caracterizado pelo uso alternativo de fórmulas ora adequadas a sociedades individualistas e igualitárias, ora adequadas à administração de conflitos em sociedades hierarquizadas (Kant de Lima, 1996:168).

A organização e a forma de funcionamento do sistema judiciário brasileiro mantém fórmulas aparentemente contraditórias em sincretismo (este o dilema). Inicialmente vistas como aplicáveis de forma hierarquizada, diferentemente a pessoas, situações e categorias sociais, em que as questões são decididas por diferentes agentes, como a polícia ou os juízes profissionais. Estas fórmulas baseiam-se em princípios próprios de tradições jurídicas portuguesas, vigentes legalmente no Brasil Colônia. Adequadas à organização de procedimentos de manutenção da ordem em uma sociedade colonial, monárquica, essas fórmulas pressupunham a desigualdade original e irreduzível dos membros da sociedade e, portanto, das partes litigantes. Tal desigualdade deveria ser compensada pela intervenção constante e onipresente de um Estado que era concebido como se estivesse não só à margem, mas acima da sociedade.

Esta posição estrutural do Estado implicava sólida e indiscutível autoridade interpretativa, somente atribuível a um conhecimento prévio, particularizado e privilegiado a todos os fatos. Os conflitos não deviam, portanto, ser solucionados pela sua imediata explicitação pública. Eles são prévia e privadamente "abafados" ou forçosamente conciliados. Somente no caso de conciliação, eles devem vir a público, para então serem exemplarmente exterminados, mediante a punição de todos os responsáveis por essa perturbação indesejável da ordem. O judiciário orienta-se não para a resolução, mas para a punição dos conflitos. Seu modelo ideal é a "inquirição-

devassa". A cultura judiciária se debate entre diferentes tradições, mas a sua estrutura cartorial privilegia, em seu dia-a-dia, a tradição da inquirição, propriamente inquisitorial.

A legislação processual penal brasileira admite tratamento diferenciado a pessoas que são acusadas de cometer as mesmas infrações. O critério é a "qualidade" dessas pessoas, como o nível de instrução superior (prisão especial). A administração política das leis no Brasil funda-se ainda em outros elementos de distinção, como o interrogatório inquisitorial do réu apenas pelo juiz (promotor e advogado de defesa não têm voz), a inexistência de uma hierarquia explícita de provas, a não-transcrição literal das declarações de acusados e testemunhas (que são interpretadas pelo juiz), os procedimentos sigilosos do inquérito policial. O sistema dos EUA, ao pressupor a igualdade das partes, silencia sobre a desigualdade da sociedade, o que fez do racismo explícito um de seus caminhos para a explicação da desigualdade. Mas seu sistema criminal exige a integração das versões que se opõem sob princípios explícitos e coerentes.

Kant de Lima mostra, portanto, como o sistema criminal brasileiro move-se pela não explicitação dos interesses conflitantes, fundamento necessário para a vigência dos contratos sociais. Para isso, proclama elementos universalistas (a igualdade das partes, o direito ao silêncio, a presunção de inocência), mas os combina com a tradição hierárquica colonial, os métodos oficialmente sigilosos de produção da verdade (como inquérito policial). Esta combinação cultural historicamente construída na moderna sociedade contemporânea revela uma face crucial dos atuais mecanismos de exclusão social. Trata-se da naturalização das hierarquias e desigualdades sociais na consciência cultural. No Brasil, as pessoas são consideradas "naturalmente desiguais".

VI.3. Relativizando a relação linear entre a criminalidade e a "ausência do Estado na favela".

A questão da omissão do poder público nas favelas é outro modelo explicativo bastante cristalizado no senso comum em geral, na mídia em particular. Como categoria explicativa, tornou-se vaga e genérica, a ponto de estar presente na explicação de qualquer acontecimento relativo à violência nas favelas. Vimos, no entanto, que o Estado brasileiro não cumpre suas obrigações republicanas (completa ou parcialmente)

com a imensa maioria da população brasileira, não apenas os moradores da favela. Trata-se de um Estado secularmente privatizado pelas elites econômicas e políticas.

Outro ponto importante, diz respeito ao tipo de presença do Estado reclamada. Em geral, quando se aplica a questão da ausência do Estado à explicação de um acontecimento, ela aparece como a reivindicação de direitos sociais. Mas a história das favelas é rica em conquistas cruciais no plano desses direitos, como a da posse do solo urbano, a do fornecimento de água e eletricidade e a contenção de encostas, além de programas maiores de urbanização como o projeto denominado "favela-bairro". Entretanto, isso não foi suficiente para formar uma identidade democrática. Ainda é frágil a adesão dos moradores ao associativismo popular e o reconhecimento da arena política institucionalizada (dos partidos e da competição eleitoral) a partir de padrões universalistas. Em vez disso, a evolução política do Rio de Janeiro mostra a capacidade de reprodução dos mecanismos de integração paternalista e clientelista entre o mundo institucional e os bolsões de pobreza.

O entendimento da ausência do Estado nas favelas deve priorizar, portanto, não a idéia de um vazio ocupado sem cooperação ou resistência pelo crime organizado. Em boa parte do século passado, em especial os anos de vigência do regime militar, o Estado esteve sempre presente nas favelas, mas na forma de políticos clientelistas e máquinas partidárias que se comportavam como agências do pavidencialismo paternalista. Esta lógica assistencialista e eleitoreira contribuiu para impedir uma participação organizada e autônoma da sociedade civil e permitiu a ascensão dentro das comunidades de grupos que passaram a ter com elas a mesma relação assistencialista e instrumentalizadora. Neste cenário, elementos da cultura tradicional e hierárquica estão na origem da carência de direitos civis e políticos da população e da ordem instaurada pelo crime organizado.

Outra questão seria pensar a presença do próprio traficante como substituto do Estado. Superficialmente, essa posição já se torna questionável pela simples indagação de quais escolas, hospitais ou creches teriam sido construídos pelo crime organizado? Classificar as relações hierárquicas e paternalistas, a oferta de remédios ou qualquer troca de favor como "estatais" seria simplesmente dividir a cidade do Rio de Janeiro em muitos "Estados". Isso exigiria pensar inclusive em "Estados" dentro do Estado. Como classificar desembargadores, juizes, deputados, ministros e outros funcionários públicos

do alto escalão que se valem da função pública para contratar parentes e se colocarem acima da lei? Ou o político da bica d'água? Ou as Igrejas que, em desafio à legislação eleitoral, transformam prédios de uso comum (a própria Igreja) em comitê de propaganda eleitoral, em flagrante desrespeito à legislação em vigor?

O poder paralelo do aparato policial mereceria uma reflexão à parte, desde as conhecidas extorsões de traficantes (mineira), propinas de bicheiros, corrupção no inquérito policial, exploração de caça-níqueis, atuação como segurança privada, tudo com códigos próprios de honra e conduta e à margem da legislação. Enfim, todos os personagens da vida brasileira que usam o patrimônio público ou de uso comum em benefício próprio. Eles não constituem um "Estado paralelo"? Então, como classificar a polícia privada dos comerciantes e os grupos de extermínio dos policiais?

"Entre o consentimento e a força se acha a corrupção e a fraude", observou Gramsci (apud Anderson, 1986:39). Ele imaginava o constrangimento e a corrupção como formas intermediárias de exercício do poder entre o consentimento e a pura coerção. No geral, elas visam à neutralização dos movimentos de oposição pelo suborno de seus líderes, características das conjunturas nas quais o uso da força seria arriscado ou ineficaz a médio e longo prazos. Neste sentido, podemos analisar os muitos poderes paralelos que convivem na sociedade brasileira, inclusive o do crime organizado.

VI.3.1. As favelas como epicentro da violência: o poder estatal e os investimentos sociais nas favelas do Rio

Nos anos 40 e 50, as representações da favela a colocam como um problema de saúde pública, um quilombo cultural ou como cancro moral. No regime militar, como problema de Segurança Nacional. Desde seu aparecimento, no final do século XIX, a oposição asfalto *versus* favela divide geograficamente o Rio de Janeiro. Na tradição carioca, a favela é o lugar por excelência da desordem, um enclave de selvageria em pleno coração da mais elegante metrópole brasileira (Alvito, 2001:92).

A imagem das "classes perigosas" assume várias dimensões. Na falta de higiene, de urbanidade (barbárie *versus* a civilidade). Na falta de consciência política (massas a serem manipuladas). Na falta de disposição para o trabalho e para a vida honesta. Por fim, na idéia de comunidades apartadas (a "cidade partida") fora do alcance do poder público, vivendo perigosamente segundo leis próprias, sob o tacão de chefes despóticos. (ibidem). Geradas na tensão entre os dois mundos, estas imagens estereotipadas

justificam atos violentos da polícia e do poder público em geral. Kowarick (1980, p. 92)¹ resume o processo:

“Sem sombra de dúvida, o padrão de moradia reflete todo um complexo processo de segregação e discriminação presente numa sociedade plena de contrastes acirrados. De uma forma mais ou menos acentuada, este processo perpassa todos os patamares da pirâmide social em que os mais ricos procuram diferenciar-se e distanciar-se dos mais pobres. Mas a favela recebe de todos os outros moradores da cidade um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa: a cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública”.

Especificamente no Rio de Janeiro, não se pode dizer que a crise nos padrões locais de solidariedade resulte da combinação da carência absoluta de bens de cidadania e da omissão do Estado em seu papel de promotor do bem-estar coletivo. Nas décadas de 50 e 60, os excluídos chegaram a obter relevância na cena política (Burgos, 1999: 39). O desmantelamento da organização política dos favelados ocorreu no regime militar pelo programa do “remocionismo”, com fórmulas salvacionistas de cerco e remoção de favelas, em que se priorizavam o reforço do aparato policial e do Exército para “limpar” as ruas. O objetivo era remover também o favelado como ator político e acabou por gerar duas lógicas inseparáveis, presentes entre os excluídos principalmente de 1975 a 1982. De um lado, o ressentimento que distanciou a vida social das favelas e conjuntos habitacionais da vida política da cidade. De outro lado, o clientelismo cristaliza-se como oferta de oportunidades, em contexto de autoritarismo e ausência de políticas públicas. Nas duas lógicas, o poder público e suas instituições perdem legitimidade. A apatia política reforça-se na substituição da luta por direitos pela disputa por favores clientelistas.

Com a aproximação das lideranças locais dos políticos clientelistas, há uma tendência à oligarquização nas favelas. Neste processo não há uma concorrência da lógica democrática (Burgos, 1999:39-40). Desde o período Vargas de cidadania regulada, o Rio de Janeiro aprendeu a reconhecer nas máquinas partidárias o canal de demandas corporativistas e particularistas dos variados setores à margem do Estado. Como Capital da República, o Rio de Janeiro foi o laboratório de políticas sociais do setor público, no espírito de integrar socialmente para evitar a autonomia política das

¹ Neste livro, Kowarick ordena os padrões de vida numa metrópole a partir das condições de exploração do trabalho (graus de pauperização relativa ou absoluta) e do consumo de bens de cidadania: água, luz, sanitários, transporte etc. Os padrões de vida seriam medidos pelo conceito de espoliação urbana: extorsões sofridas pelos trabalhadores devido à precariedade ou inexistência dos serviços coletivos,

Com a tirania imposta pelo tráfico às favelas e conjuntos habitacionais, os canais de expressão das demandas dos seus interesses junto à nova institucionalidade construída com a volta ao Estado de Direito foram obstruídos. Sem a necessária integração às instituições democráticas, o processo de igualitarização e massificação (ou americanização, como prefere Carvalho (1994a), a partir de Gramsci) e o desejo de mobilidade social tornaram tênue a fronteira entre a norma e o crime. As fronteiras identitárias entre trabalhador e bandido mantiveram-se, mas a estigmatização do bandido não se subordina ao reconhecimento de normas sociais universalistas, mas a códigos de conduta referentes a cada ato isolado. Zaluar (1985:159) mostra que a concepção de que o trabalho é moralmente superior teria mais a ver com a ética do provedor e com um cálculo de autopreservação, pois a liberdade do bandido seria uma ilusão, com o risco de morte freqüente.

A falta de legitimidade do Estado está na base da constituição das favelas como territórios privatizados por organizações criminosas. Os constrangimentos que os poderes paralelos impõem às organizações políticas locais, inclusive com o assassinato das lideranças independentes, estendem ao período democrático os impedimentos para a adesão dos excluídos à institucionalidade democrática. O comprometimento dos seus direitos políticos explica em parte a ausência de uma demanda organizada dos excluídos por direitos (Burgos, 1999:44).

Na década passada, teve início o programa Favela-Bairro. Ele se volta diretamente para a carência de direitos sociais existente nas favelas. Apesar dos investimentos da década de 80, o déficit de direitos sociais referentes à infra-estrutura de água, esgoto permanece elevado. No entanto, a carência maior (em relação aos direitos civis e políticos, em especial quanto à liberdade restrita pelo tráfico) continua a não ser contemplada. A realização de políticas sociais desconectadas dos direitos civis e políticos é a marca da ação do poder público no Rio de Janeiro.

VI.3.2. As relações de poder local nas favelas do Rio: um olhar etnográfico

Em seu estudo etnográfico da favela de Acari, Marcos Alvito (1996:147-164; e 2001) propõe uma abordagem a partir do conceito de "sociedade de honra e vergonha". Trata-se de um sistema de valores centrado na honra, na hierarquia e na reciprocidade, em torno do qual giram as relações internas entre líderes e comunidades, mas também

drogas, embora revelem ter consciência dela. Entretanto, nesse tempo houve uma ressemantização da categoria da honra em relação aos traficantes.

Assim, eles são julgados pelas normas de honra. Mitologicamente, diz-se que os chefões não consomem drogas, o que seria desonroso (apesar de serem vistos cheirando e fumando pelas ruas, antes de atingirem o posto de chefe). Segundo a lógica da honra, a ação policial não é rejeitada por sua violência ou pela transgressão aos direitos. Para a comunidade, a ação policial é absurda por não respeitar as distinções internas entre as pessoas, os códigos da hierarquia local. Os policiais envergonhariam os chefes de família diante de seus amigos e parentes, da mesma forma que a quadrilha de traficantes.

Finalmente, Alvito (1996:159) identifica nas benesses distribuídas pelos chefes do tráfico uma continuidade com antigas normas do código de conduta hierárquico. Por exemplo, há a obrigação dos chefes em “gastar dinheiro” como uma espécie de “política da reputação”. Assim, o código de conduta é um terreno fértil para a instrumentalização sistemática das práticas clientelistas. Mesmo os direitos humanos são apenas reconhecidos pelos moradores e líderes comunitários quando convergem com reivindicações relativas ao código da hierarquia, da reciprocidade e da honra.

VI.3.3. O espelho do tráfico globalizado não é o Estado, mas o mercado.

Como vimos, na atividade “assistencialista” dos traficantes, convergem elementos da tradição comunitária (as hierarquias sociais, com seus privilégios mas também obrigações) e as práticas sociais próprias a um Estado pouco democratizado (“privatizado” e clientelista). Zaluar (1996:54-55) aponta ainda a importância da introdução recente de novos elementos culturais, advindos da inserção do Brasil na globalização. Para entender a violência a partir dos anos 90, é preciso enquadrá-la no panorama do crime organizado internacionalmente, do crime globalizado. As quadrilhas estruturaram-se como grandes empresas (ainda que militarizadas), que desenvolvem complexas relações com o mundo legal dos negócios e a instituições que deveriam combatê-lo:

“A imagem do menino favelado que com uma AR-15 ou metralhadora UZI na mão, as quais considera como símbolos da sua virilidade e fonte de grande poder local, com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música funk, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis nike do último tipo e um carro do ano não pode ser explicada, para simplificar a questão, pelo nível do salário mínimo ou pelo desemprego crescente no Brasil, nem tampouco pela violência costumeira do sertão

nordestino. Por um lado, quem levou até ele esses instrumentos do seu poder e prazer, por outro, quem e como se estabeleceram e continuam sendo reforçados nele os valores que o impulsionam à ação na busca irrefreada do prazer e do poder, são obviamente questões que independem do salário mínimo local”.

Altamente rendosa, a atividade do tráfico de drogas compreende grandes organizações com vínculos internacionais que comandam a venda no atacado. Os pequenos traficantes atuam no varejo e realizam altos lucros, que atingem 500%, dos quais, a metade vai para o dono da boca, 30% para o gerente e 20% para o vapor e os aviões. O ilícito e o ilegal enraizaram-se no setor informal e comandam um exército de empregados e sócios menores (Zaluar, 1996:58-59). A própria imagem que os integrantes das quadrilhas têm de si próprios não é organizada apenas em parâmetros militares, que talvez nem sejam a referência principal. Na verdade, a idéia de que eles compõem uma organização dedicada a um comércio ilegal parece mais forte do que a de um exército (Alvito, 2001:113).

Numa quadrilha, apenas uma minoria pega em armas. A maioria trabalha de vigia ou fogueteiro, na preparação da droga ou na distribuição. Há elogios à coragem e pontaria do soldado do tráfico, mas também à capacidade do gerente de misturar componentes químicos com precisão e à produtividade dos endoladores (ibidem). Como em qualquer empresa, há critérios de ascensão funcional. O vocabulário é pródigo em termos ambíguos, que remetem ao comercial e ao militar (“movimento”, “soldados”, “seguranças”, “gerentes” “dono”). A atividade econômica do tráfico no Rio é expressiva e tornou a carreira de traficante parte das possibilidades de vida dos jovens, embora saibam que ela é curta e condenada a um final trágico. (Alvito, 2001:114-115).

Assim, o tráfico parece estruturar-se como uma moderna e ágil organização empresarial, com uma central, uma matriz e suas filiais. Apesar de a contabilidade ser centralizada, as ações são descentralizadas, mas prevêem um controle de qualidade sobre os produtos vendidos “no varejo”, para preservar a reputação da firma (ibidem:115). A estrutura empresarial não se restringe à produção e distribuição. Há estratégias de *marketing* na disputa pelo consumidor. Os “sacólés” de cocaína têm “marca”, cujos nomes têm apelo publicitário, que visam fixar a marca. Incluem títulos de novelas e nomes da localidade onde são vendidas ou de personalidades (Bill Clinton, Rei do Gado, etc.). Os “bons clientes” são cortejados com brindes em ocasiões especiais, de acordo com modernas táticas de fidelização do consumidor. Enfim, trata-se de uma transformação completa em negócio. (Alvito, 2001:116-117).

As próprias facções Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando (TC) seriam uma rede de relacionamentos pessoais, uma espécie de compadrio. Na verdade, CV e TC inexistiriam enquanto "comandos", com uma organização única, sob controle centralizado. Eles seriam um conjunto de alianças estabelecidas pelo chefe local do tráfico com outros chefes que, por sua vez, têm determinados aliados e inimigos. (Alvito, 2001:82-83). Todavia, CV e TC são representações coletivas diariamente reafirmadas pela imprensa. Eles servem de elementos de identificação dentro da lógica de oposições binárias, em que o pertencimento a um grupo subentende a exclusão (e o enfrentamento) do outro. Na verdade, tais "comandos" são formados por quadrilhas de traficantes com raízes locais em oposições e alianças com outras organizações criminosas. O que há são relações interlocais, não unificadas por um só comando. Como revela Alvito (2001:83):

"A verdadeira estrutura supralocal (e supranacional) que preside o tráfico deve ser buscada no crime organizado internacional. Uma das diferenças entre antigos e novos chefes do tráfico estaria no fato de que os traficantes antigos tomavam sozinhos as decisões. Hoje, eles ligam para o exterior".

Como argumenta Zaluar (1994a:30-31), há várias formas de manifestação da violência e das regras sociais que as controlam. Em comunidades onde a violência privada é fundamental no funcionamento da vida cotidiana, as regras são explícitas e conscientes. Onde a violência é controlada, ela só atinge os que participam das rixas e não envolve terceiros ou inocentes. A violência toma corpo e transforma-se em terror e desespero quando o controle desaparece e perdem-se as identidades enquadradas no conceito popular de Justiça (entre certo e errado, justo e injusto, trabalhador e bandido). Essa é a diferença entre o antigo bandido formado da comunidade (gestor das regras que respeita) e o crime organizado que se impõe a uma comunidade para explorar um negócio. Entretanto, nem mesmo o bandido "protetor", tão romantizado, caracteriza um movimento social de contestação. Apesar de se relacionar diferentemente com as regras de sociabilidade comunitária, esse bandido também se devota ao rendoso negócio do tráfico como sua atividade principal e finalidade última.

Ao abordar essas mudanças na forma da relação tráfico-comunidade, Marcos Alvito², defende que a diferença entre os anos 80 e os tempos atuais é que:

"A ação do tráfico passou da violência para o terror. (...) Antes, quando as regras eram claras, o morador ficava mais tranquilo. Em vez do terror, os bandidos usavam laços de amizade ou parentesco para estruturar seu domínio".

² Em entrevista à O GLOBO, publicada em 8 de julho de 2001, à página 23.

“É pela imagem que o poder se fixa na nossa pele”.
(Pierre Legendre)

VII. Os discursos da mídia e do jornal impresso

Antes de desenvolvermos as especificidades do discurso jornalístico, vamos sintetizar os parâmetros estabelecidos por Fairclough (1995a) para o entendimento das formas de produção e consumo dos discursos que circulam na mídia. De um modo geral, concebemos que o jornal impresso desenvolve uma relação intertextual com os meios audiovisuais eletrônicos. A mídia (jornais impressos incluídos) opera num ambiente de intensa competitividade comercial, que tem uma ativa influência na modelagem das práticas e dos textos mediáticos. Os elementos desenvolvidos pela imprensa dos meios audiovisuais (além de outros programas) podem e são reproduzidos nos jornais impressos. Por sua vez, os jornais impressos também influenciam a televisão e os meios eletrônicos, que, muitas vezes amplificam as características dos jornais impressos. É a partir desta relação dialética que entendemos a necessidade de perceber as características mais amplas dos discursos da mídia e seus constrangimentos, porque eles exercem pressões e influências similares nos jornais impressos.

Em termos de *economia dos media*, Fairclough (1995a:42) enfatiza que a imprensa e os meios audiovisuais comerciais são organizações que visam ao lucro. Eles precisam vender anúncios, o que depende da conquista do maior número possível de leitores, ouvintes e telespectadores. Mesmo as empresas não-comerciais competem com as comerciais por altos índices de audiência, para justificar sua existência. Mercadorias simbólicas produzidas pela indústria cultural, os textos de mídia circulam por lucro dentro de um mercado e são sensíveis aos efeitos das pressões comerciais. Em geral, disso resulta uma programação que tende a enfatizar o entretenimento e reduzir o interesse por qualidades informativas ou educacionais.

O conteúdo e o estilo de comunicação dos programas são afetados pelas pressões comerciais. Estas influenciam a escolha dos assuntos e as formas com que são construídos. Há ainda as formas de dramatização, elaboradas a partir de modelos de ficcionalização. Os apresentadores dos *media* adquirem poder e tornam-se personalidades públicas. Eles cultivam a construção de uma relação informal, conversacional, com a audiência. A introdução dos assuntos da vida privada vai além, com a simulação de estilos comunicativos próprios à vida privada (Fairclough, 1995a:42-43).

Padrões de propriedade também exercem influência sobre o discurso da mídia. A concentração da propriedade nas mãos de grandes conglomerados da indústria cultural

torna a mídia mais completamente integrada com os interesses dos proprietários dos meios de produção na economia nacional e internacional. A tendência, portanto, é a intensificação das associações com a comunidade de interesses das classes dominantes capitalistas. Esse processo se manifesta de várias maneiras, inclusive na maneira com que as grandes organizações da mídia estruturam-se para garantir que as vozes dominantes sejam afinadas com o *establishment* social e político.

Em termos de *política dos media*, Fairclough (1995a:44) analisa o duplo caráter dos *media* (mercadoria e prestação de serviço público) a partir da realidade da Grã Bretanha. No Reino Unido, para que se obtenha uma concessão, a empresa deve se submeter a algumas condições e compromissos com o interesse público, como fornecer coberturas imparciais e equilibradas de notícias de ordem política e social, além de oferecer serviços educacionais. Cria-se uma tensão entre a pressão para o aumento dos índices de audiência (que leva a uma opção pela programação baseada no entretenimento) e a pressão para fornecer serviços de utilidade pública, como a informação e a educação. A tensão é mais evidente na Inglaterra onde o serviço de utilidade pública é uma forte tradição na BBC, mas essa dupla pressão (mercado e interesse público) é geral no Ocidente.

Habermas apontou para um falecimento a longo prazo da mídia como uma esfera pública política efetiva, um espaço para debate racional e discussões de assuntos políticos, em virtude de um processo de comercialização (Fairclough, 1995a:44). A esfera pública mediatizada estaria "refeudalizada", processo em que os receptores tornam-se passivos, em lugar de participantes. Eles se tornam consumidores de entretenimento, em vez de cidadãos. Porém, especialmente com o advento da televisão comercial e o rádio, a comercialização intensa da mídia nas últimas décadas fez emergir vozes em defesa da sua dimensão de interesse público. A partir de Tolson, Fairclough argumenta que a esfera pública política mediatizada está em evolução, não em vias de desaparecer. A esfera pública é constituída de contradições internas, que a faz oscilar entre a demanda por informação e entretenimento.

Entretanto, o conceito de informação precisa ser tratado com precaução nas análises que privilegiam sua dimensão ideológica. Pode-se dizer que as representações nos textos da mídia (inclusive os de informação, como as notícias) funcionam de modo ideológico na medida em que eles contribuem para produzir relações sociais de

dominação e exploração. Em geral, as representações ideológicas são mais implícitas do que explícitas nos textos, e estão cristalizados nas formas de usar a linguagem (que estão naturalizadas e integradas ao senso comum para repórteres, audiências e as fontes). A coerência de um texto depende das pressuposições e dos elementos assumidos como dados, ou simplesmente, da maneira com que as entrevistas são conduzidas (Fairclough, *ibidem*:45).

Nos discursos, devemos diferenciar os aspectos ideológicos e os persuasivos. Isso, embora, ambos sejam aspectos políticos do discurso, que problematizam a idéia de *media* como simplesmente “transmissor de informação”. Por exemplo, um documentário adota um ponto de vista particular no assunto divulgado e usa dispositivos retóricos para persuadir a audiência a ver as coisas do mesmo ângulo. Ideologias, ao contrário, não são calculadamente “adotadas”. Elas são tomadas como “dadas” na relação entre repórter, fontes e audiência, sem que seja necessário recorrer a dispositivos retóricos (*idem, ibidem*).

Em termos de *tecnologização dos discursos*, as simulações adotadas pelos atores devem ser entendidas, portanto, como dispositivos retóricos de persuasão. Outro ponto que deve ser relativizado é o de identificar alguma forma direta de cumplicidade entre os *media* e as classes e grupos sociais dominantes. Fairclough ressalva que essa cumplicidade não pode ser pressuposta, mas avaliada caso a caso. Alguns segmentos dos *media* às vezes podem parecer meros instrumentos de interesses de grupos dominantes, mas a mídia global está numa relação mais complexa e variável com tais interesses (Fairclough, 1995a:45). Às vezes há conflito direto entre as correntes principais da mídia e o governo, ou entre mídia e capital.

O Estado também tem interesse em controlar a produção de mídia, pelo seu imenso poder potencial e influência (já incluído o poder de mobilização e o potencial ideológico da mídia). Embora as tentativas de controle do Estado possam ser mais ou menos diretas, a mídia não está sujeita a uma manipulação abertamente política em larga escala. Assim, o discurso de mídia é o lugar de processos complexos e freqüentemente contraditórios (incluindo os processos ideológicos). Textos de mídia funcionam de modo ideológico no que diz respeito ao controle e reprodução social. Mas eles também operam como mercadorias culturais em um mercado competitivo, são parte do negócio de divertir pessoas, projetados para manter as pessoas política e socialmente

informadas. Os textos são, pois, artefatos culturais, esculpidos por estéticas particulares. Ao mesmo tempo, eles participam deste processo e refletem as (e contribuem para) mudanças de valores culturais e identidades.

Em termos das *práticas de produção e consumo dos textos de mídia*, o destaque vai para a associação das práticas institucionais com sua produção e consumo. Processos de produção de textos são gerenciados por conjuntos de rotinas institucionais. As organizações têm rotinas de coleta e seleção de materiais, de edição e transformação do material apurado junto às fontes em texto final. A produção de um texto é um processo coletivo que envolve jornalistas, produtores, editores, pessoal técnico, etc. (Fairclough, 1995a:48). Além disso, como uma grande parte do material das fontes já é composto de matérias produzidas por agências de notícia, uma determinada estória pode sofrer processo similar em cada uma das redações por que passa, antes de ser definitivamente publicada em um jornal. Portanto, nas notícias, documentários, e em outros tipos de discurso de mídia, há várias camadas dentro deles, no sentido de que as primeiras versões estão embutidas dentro de versões mais recentes.

Em cada fase da construção, as primeiras versões são transformadas e recontextualizadas em ângulos que correspondem às preocupações, prioridades e metas da fase mais atual. Também as fontes dos eventos comunicativos (entrevistas, as falas políticas, os documentos políticos, etc.) são recontextualizados. Assim, a produção de textos de mídia pode ser vista como uma série de transformações cruzadas, uma cadeia de eventos comunicativos que ligam as fontes dos eventos no espaço público com o domínio do consumo privado dos textos de mídia (Fairclough, 1995a:48-49).

Com relação às fontes, uma característica da produção de notícias é a esmagadora dependência dos jornalistas em relação a um restrito conjunto de fontes oficiais e "legítimas". Isso é fundamental, se levarmos em conta o alerta de Fausto Neto (1999:47) sobre a importância da fonte:

"(...) é na fonte que o jornal assenta a sua credibilidade. Com base nos relatos de fontes institucionais e/ou pessoais, os jornais usam sempre os argumentos da autoridade".

As fontes oficiais e "legítimas" são sistematicamente consultadas através de uma rede de contatos e de procedimentos, como fontes de "fatos" que dão substância a outros "fatos". Isso inclui o governo e fontes governamentais locais, a polícia, as organizações e sindicatos patronais, os especialistas e cientistas das universidades. Organizações que não são percebidas como legítimas (como grupos e partidos

extremistas) são excluídas ou raramente citadas. Também as pessoas comuns quase não se caracterizam como fontes de notícias. Elas são manchete por suas experiências, mas não por suas opiniões.

O resultado é o predomínio de uma visão do mundo afinada com a do *establishment*, textualmente manifestado, por exemplo, no tratamento dado às falas nos relatos e no acesso estratificado das fontes aos *media*. A partir de Herman e Chomsky, Fairclough (ibidem:49) sugere que as controvérsias resultam de divisões dentro do *establishment*. A estreiteza e o inerente conservadorismo da rede de fontes “legítimas” podem ser parcialmente atribuídas às maneiras como os *media* estão economicamente imersos no (e dependentes do) *status quo*, em termos de propriedade e rentabilidade.

O consumo do discurso da mídia é caracterizado por práticas e rotinas institucionais próprias. Majoritariamente, os textos dos *media* são consumidos em domínios privados, no lar e no contexto da vida familiar. Pesquisas em recepção de mídia mostram as várias maneiras em que o consumo do texto midiático pode estar embutido na vida doméstica. Os estudos de recepção também têm enfatizado a variedade de interpretações e respostas aos programas de televisão. Qualquer discussão sobre “o significado” do programa televisivo necessita levar em conta as diversas variações dos significados que lhes podem ser atribuídas por diferentes categorias de membros da audiência.

O consumo e a produção dos textos da mídia podem ser conceituados em termos de transformações por meio de eventos comunicativos encadeados (Fairclough, 1995a:50). Os discursos costumam ser alterados de forma sistemática dentro da conversação da audiência (a uma distância variável no tempo e no espaço do consumo original do texto da mídia) e de outros tipos de discursos da audiência, escritos ou falados. Os *media*, portanto, constituem um recurso e um assunto importante para outros tipos de discurso, e exercem uma influência formativa importante sobre eles.

VII.1. Mídia e contexto sócio-cultural

O contexto social e cultural mais amplo deve ser contemplado porque ele molda as práticas discursivas de maneiras importantes e são cumulativamente moldados por elas. Um exemplo seria a relação entre o entrevistador e o entrevistado na mídia, hoje mais aberta e negociável, no que diz respeito às hierarquias de autoridade. Políticos e apresentadores freqüentemente conversam de forma eqüitativa. As personagens dos

apresentadores são muitas vezes formadas em modelos de vida privada. Os apresentadores se projetam freqüentemente como se habitassem o mesmo mundo do senso comum das suas platéias. Eles usam um estilo comunicativo em parte fundado nas propriedades de conversação. De acordo com estas mudanças, o discurso de entrevistas políticas alterou-se substancialmente.

A questão é que tais desenvolvimentos não são apenas aspectos das entrevistas de mídia. A alteração para um discurso com maior informalidade e mais parecido com a conversação é geral, não somente na mídia, mas em muitos domínios de discurso público, como as consultas médicas analisadas em outras obras por Fairclough (1995 e 2001). Tais reformulações fazem parte das mudanças gerais nas relações sociais e nos valores culturais, que afetam relações de autoridade, relações entre os domínios público e privado da vida social, e a construção de identidades. A mídia é moldada pela sociedade mais ampla, mas ela também ocupa um lugar vital na difusão dessas mudanças sociais e culturais (Fairclough, 1995a:51).

As mudanças no discurso de mídia também refletem (e ajudam a difundir) a cultura consumista contemporânea, as maneiras pelas quais os modelos de *marketing* (promoção de bens, instituições, festas, personalidades) e consumo alcançaram o domínio dos serviços públicos, das artes, e dos *media*. Esse processo se conecta com a já referida hipertrofia do entretenimento em vários tipos de produção de mídia, e na maneira como a audiência passou a ser construída mais como consumidores do que cidadãos. Como exemplo, Fairclough analisa como esse processo ocorre inclusive em folhetos governamentais, que, mesmo ao falar de direitos cívicos, constroem os receptores como consumidores, sob a crescente influência dos gêneros da propaganda e do *marketing* (Fairclough, 1995a:51). Os textos da mídia, portanto, constituem um barômetro sensível da mudança sociocultural. As mudanças se manifestam em sua natureza hesitante, incompleta e contraditória nas práticas discursivas heterogêneas e dinâmicas da mídia. Dialeticamente, a mídia se estrutura na esfera pública, mas também participa ativamente da estruturação dessa mesma esfera pública (ibidem).

VII.2. A mídia e a mediatização da esfera pública.

Fausto Neto (1999) admite que os media têm uma função mediadora no espaço público. Enquanto estrutura profissionalizada de distribuição de mensagens, a mídia ocupa um lugar de passagem dos discursos que a sociedade produz. Mas, na mesma

linha de Fairclough, ele chama atenção que a mídia não faz essa mediação de forma neutra ou passiva. Nesse processo, os *media* constituem e estruturam a sociabilidade (e a realidade) segundo economias e leis próprias.

Os dispositivos mediáticos transformam a organização da vida social, ao criar novas formas de ação, interação e exercício do poder (Thompson, 1998:77). Eles permitem o alargamento da legitimidade e a visibilidade de outros campos, ao mesmo tempo em que ocupam o lugar específico de instância de produção dessa nova ordem. Sistema criminal, política, religião, não dependem dos *media* para existir, mas neles buscam se consolidar como campos portadores de saberes (Fausto Neto, 1999:21). As instituições produzem suas falas e as anunciam no espaço público. Então, as falas passam a ser disputadas em meio às estratégias discursivas que as instituições mobilizam a partir de determinados lugares e competências. Os *media* dão visibilidade às falas, mas também operam discursivamente na construção do sentido. Ao trabalhar os diferentes saberes institucionais no âmbito de suas modalidades próprias, a mídia refaz os saberes, os classifica para, em seguida, ofertar suas construções (ibidem:21).

Os discursos jornalísticos necessitam sempre do relato das fontes para construir a atualidade. Nesses termos, dão visibilidade aos saberes através de competências discursivas (palavras, vozes e imagens) provenientes de outros campos. Mas, também o fazem por meio da sua rotina institucional própria, ao organizar, disponibilizar, encenar, tematizar, hierarquizar os índices pelos quais os saberes ganham o status de credibilidade. Na mesma direção apontada por Fairclough, de que a mídia tende a afinar-se com o *establishment*, Correia (2001) considera que um elemento regular na linguagem jornalística é a reprodução do socialmente aceitável e previsível, quando o "inesperado" se confunde com a negação do senso comum (os elementos adquiridos e inquestionáveis). A relação da prática jornalística com a "verdade" e sua tradução em normas de organização discursiva relatam o mundo em sua evidência e eliminam as incertezas do real. Conferem racionalidade ao aleatório (Thompson, 1998:36-40) e atuam sobre o considerado desviante e imprevisível, aquilo que contraria as expectativas sociais.

Neste processo de rotinização e fixação da dinâmica social, a mídia e o jornalismo constroem uma realidade padronizada em enquadramentos (de acontecimentos, comportamentos), como formas de organizarmos a vida cotidiana para compreender e

responder a situações sociais (Traquina, 1993:173). Ao capturar o desviante como negatividade dos comportamentos enquadrados, a mídia (o jornalismo em particular) reafirma as narrativas (os sentidos) das grandes regularidades, das expectativas sociais. Os *media* são o lugar para onde os discursos de outros campos convergem, mas também são protagonistas dessa grande interação. Eles organizam e ofertam as condições por meio das quais os discursos devem ser lidos e entendidos como verdades. Pela capacidade de o discurso jornalístico subordinar os relatos de outros campos sobre um tema, Fausto Neto (1999:24) o classifica como "o mais importante regime de produção de discursos da contemporaneidade".

Este poder do jornalismo é, portanto, exercido ao reavaliar o poder dos grupos sociais enquanto produtores, promotores e legitimadores de decisões. Realmente, como conceitua Rebelo (2000:16), os *media* não são apenas estruturas tecnológicas particulares, mas sujeito e objeto do ambiente que os rodeia. Eles são aparelhos sociais institucionalizados, geradores de mediações simbólicas pelas quais se hierarquiza, tematiza e classifica a realidade social (neste sentido, a ordena e constrói). Se não nos dizem, como é que devemos pensar, pelo menos instituem sobre o que devemos pensar.

Grande parte do poder do discurso jornalístico (e dos *media* em geral), portanto, advém da capacidade de "fazer crer" que sua agenda se confunde com a agenda pública (a "agenda setting", que já discutimos). Nas sociedades pluralistas e diferenciadas, o discurso jornalístico pode operar com uma oferta impositiva, mas plausível e tranquilizadora (pois apoiadas em estereótipos e idéias prontas do senso comum, capazes de reforçar valores e atitudes) sobre fenômenos complexos, como a definição de ordem e desvio e do comportamento "aceitável". Não se deve, porém, esquecer a lição de Fairclough sobre as possibilidades de resistência do receptor e de sua apropriação culturalmente variável da mensagem. Os *media* estão sujeitos às relações com o contexto social e cultural mais amplo, são também moldados por ele. Como contribuem para flexibilizar ou desestabilizar as ordens dominantes, os *media* compreendem também possibilidades de mudança social.

Como sugere Fairclough (2001:84-87), as estruturas são reproduzidas ou transformadas entre aqueles que estão em luta num domínio sustentado particular da prática, a partir do estado das relações de poder. Os constantes focos de luta formam instabilidades nas estruturas. Ao não levar esses focos em consideração, a análise torna-

se unilateral, subordinada à perspectiva dos grupos sociais cujo problema é a preservação da ordem social. Um foco visível de luta (já descrito nesta pesquisa) é o fato de que as normas ordenadoras implícitas nos discursos dos *media* nunca estiveram sujeitas a um pluralismo tão intenso como o que resulta da emergência de novas identidades sociais e culturais. Novos atores e comunidades interpretativas ativas podem adquirir sua própria agência discursiva na esfera pública, disputar os sentidos e narrativas da formulação da agenda pública, ao imporem visões de mundo e novos parâmetros de representação da realidade. Assim, deve-se valorizar a dimensão da recepção, suas escolhas, interpretações e as possibilidades abertas a partir do fortalecimento das instituições democráticas e da sociedade civil, que faz desse público heterogêneo uma comunidade política (polis). Trata-se da possibilidade de tomar a palavra na defesa do reconhecimento de suas identidades marginalizadas e de fazer chegar à esfera pública as suas interpretações conflituais.

VII.3. A questão da objetividade

A discussão da objetividade jornalística (entendida como imparcialidade ou neutralidade do jornalista) tem um forte viés positivista, pois se baseia, em geral, no pressuposto de um sujeito capaz de se distanciar totalmente do objeto e da sociedade. Kunczik (2001:273) classifica (numa citação de Guns) os jornalistas como “o suporte do positivismo lógico mais forte que ainda permanece nos Estados Unidos”. Também Meditsh (1992, 45-51) procura demonstrar como o senso comum das redações brasileiras educa os jornalistas para o positivismo prático. Numa visão lingüística, defendida nesta tese, o ser humano só tem acesso à realidade pelo pensamento, pela linguagem. Portanto, a objetividade é impossível, pois a linguagem é indissociável dos valores, experiências, sistemas de crença e conhecimentos do sujeito. Como salienta Mohamed Elhajji (2002:118), o nosso dizer se reflete no modo de como vemos o mundo e de como construímos significações para a realidade.

Elhajji considera imprescindível que o profissional de jornalismo situe a sua atuação na esfera da linguagem e tome consciência da natureza semântica, semiótica e ideológica dos fatos, a partir de uma “auto-reflexividade”, ou seja, a consciência de que todos os atos de significação (os do jornalista ou pesquisador inclusive) são interpretados. Além de saber o “que dizer” e dominar “como dizer”, o profissional de

jornalismo deve ter, de forma clara e límpida, consciência dos significados políticos e ideológicos dos próprios modos de dizer (idem:121).

Estudos sociológicos sobre o *newsmaking* (Wolf, 1999:177-248) revelam o papel central exercido na enunciação jornalística pelas séries de constrangimentos, pressões e rotinas, enfim, pela lógica dos processos de comunicação de massa e de organização social do trabalho na empresa jornalística. Tais elementos são ocultados em operações enunciativas objetivantes, como o recurso à terceira pessoa, a omissão do sujeito da enunciação, etc. Além das interações burocráticas dentro das organizações jornalísticas e das limitações colocadas pelos orçamentos e pela competição por ampliação da audiência (e a maneira que a competição conforma as enunciações dos jornais), o paradigma do *newsmaking* ressalta a questão as convenções narrativas dos textos (como a pirâmide invertida, as metáforas e frases feitas, todas utilizadas para facilitar o efeito de reconhecimento ou consumo).

A objetividade, portanto, é uma marca ideológica ou um conjunto de procedimentos que emprestam credibilidade ao relato jornalístico. Trata-se de um ritual estratégico que, a partir de um conjunto de procedimentos, permite ao jornalista apresentar-se como imparcial, para que se proteja de eventuais processos de difamação ou repressões dos superiores (Tuchman, 1993:75). A técnica da objetividade também se assenta na transformação empresarial do jornalismo, na segunda metade do século XIX (Rebelo, 2000:15). Na lógica de expansão constante, indispensável para atrair publicidade, as empresas buscavam atingir um público cada vez mais amplo e heterogêneo. A objetividade seria uma nova estratégia comercial da imprensa, agora voltada para um leitorado diversificado.

Ao separar a notícia do comentário e louvar o jornalismo investigativo, a escola anglo-saxônica teria decisivamente fixado a noção de objetividade e a visão do jornal como espelho da realidade, o transportador do real (idem:16). Para conferir um ar de isenção às escolhas feitas, as redações passam a invocar os “critérios jornalísticos”, os “valores-notícia” que legitimam os assuntos e valores selecionados, a determinação do tempo e do espaço concedidos e da possibilidade de exercício do direito de resposta (Tuchman, 1993:79-84). A objetividade, portanto, é um mito, um efeito de sentido que tende a submeter e direcionar o olhar do jornalista para a descrição com base nos valores naturalizados e adquiridos do senso comum. Assim, mesmo com a pretensão de

imparcialidade e sem manipulação intencional, as narrativas dos jornais podem reafirmar as hegemonias estabelecidas.

Algumas técnicas revelam sem muitos problemas os valores subjetivos dos produtores da notícia. É o caso dos títulos (seleção do tema mais importante), das escolhas da matéria de primeira página ou da pirâmide invertida (seleção e hierarquização dos fatos pela sua ordem de importância). O mesmo não ocorre com os critérios do que é considerado “jornalístico” pelas redações, usados para legitimar as escolhas feitas (assuntos, espaço, direito de resposta, etc.). Por isso, vamos discuti-los a partir do argumento de um defensor da técnica na neutralidade, o teórico americano e professor de jornalismo Philip Meyer. Vamos expor o seu pensamento, para depois revê-lo a partir do conceito gramsciano de luta hegemônica. A idéia é tratar os “critérios jornalísticos de objetividade” como tecnologias do discurso, usados burocraticamente para manipular objetos (e sujeitos), uma técnica de poder. Trata-se de entender a análise como uma forma de crítica ideológica, isto é, que os sistemas de poder/conhecimento particulares estão abertos à crítica de posições externas a elas (Fairclough, 2001:86).

Para Philip Meyer (1989), o problema da imparcialidade é complexo, mas pode ser resolvido pela adoção de algumas regras desenvolvidas para minimizar os problemas, como a questão do isolamento, isto é, o repórter deve isolar-se o máximo do seu objeto de estudo, “como se fosse um antropólogo”, para assim não ser criado nenhum juízo de valor. Vemos que o autor se coloca no campo do positivismo, a ponto de denominar a posição de isolamento de “o homem de marte” (fora não só do objeto, mas também da sociedade). A visão do autor nos é particularmente interessante pela solução que ele acaba por defender, ao admitir que a objetividade seria difícil de alcançar (ibidem:86):

“A necessidade de imparcialidade, equilíbrio e objetividade, então, é guiada por mais do que a necessidade democrática de tratar todas as pessoas ou causas equanimemente. Está relacionado à capacidade do jornal de ver os assuntos de maneira fresca, de ver o mundo ao menos parte do tempo com olhos perfeitamente inocentes que, como Lippmann notou corretamente, são a fonte e o corretivo da sabedoria.”

Antes de analisar a proposta de Meyer, vamos resumir as regras de objetividade, cuja leitura deve ser feita pelo parâmetro do “olhar de inocência” ou “de marte”.

Regra da Atribuição: o repórter deve fornecer a fonte de cada fato importante da história.

Regra “Obtenha o Outro-Lado-da História”: uma afirmação não verificável por observação direta deve ser confrontada com outros pontos de vista. Os pontos de vista

tem que ser igualmente tratados. O caso especial da regra obtenha-o-outro-lado envolve o direito de resposta. Sempre que uma pessoa ou instituição é criticada por alguém, essa pessoa ou instituição tem o direito de responder. Se a pessoa não pode ser localizada ou se ela se negou a responder, o jornal deve explicitar ao leitor que essa tentativa de réplica foi feita.

Regra do Espaço Igual: os grupos conflitantes deveriam receber o espaço igual no jornal.

Regra do Acesso Igual: num jornal, todos os interesses da comunidade devem ter oportunidade igual de veicular seus pontos de vistas. Entretanto, o acesso igual é restrito de acordo com interesses do próprio jornal.

Acontece que a questão da realidade não se coloca a partir de regras de distanciamento ou qualquer tipo de ilusão sobre um sujeito posicionado fora do ambiente cultural, que se livra dos seus valores. Também é impossível analisar o fato como um objeto isolado da interação social, sem a intervenção do sujeito. A ação humana não existe fora de um conceito, fora da mediação da linguagem, e a realidade é irreduzível ao pensamento. Assim, primeiro, devemos inverter a lógica do pensamento de Philip Meyer. Para ele, não se deve colocar a objetividade em termos de uma necessidade democrática de tratar as pessoas com absoluta igualdade, mas de ter “olhos inocentes”. Isso significa apenas observar a realidade de forma descritiva. Nesta perspectiva, a realidade confunde-se com as convenções já enraizadas nos discursos sociais do senso comum.

Para tentar enxergar crítica e reflexivamente a realidade, deve-se, ao contrário, eleger quais interesses defender. Por isso a inversão. Numa ação eticamente orientada, os interesses que o jornalista deve defender são os valores mais amplos que interessem à sociedade, à esfera pública. Nesta pesquisa, nós estabelecemos como parâmetro ético justamente a sociabilidade democrática, os valores da cidadania e dos direitos humanos. Ao invés de olhos inocentes, devemos ter olhos críticos. Ao invés de secundarizar os direitos estabelecidos nas regras de cidadania, estabelecê-los como objetivo número um a ser alcançado. Estabelecer que qualquer regra só é válida quando respeita ao máximo os direitos sociais e coletivos. A partir desse critério podemos analisar os parâmetros de Meyer e aceitá-los ou rejeitá-los.

Critério número um: a Regra de atribuição

É correto dizer que cada acusação, denúncia ou juízo de valor deve ser criteriosamente identificada à fonte. Mas sem esquecer que o jornalismo a protege. A fonte não precisa ser necessariamente estabelecida como nome, mas como posição social (ou melhor, posição de sujeito). Normalmente, o confronto de argumentos relativos a diferentes posições de sujeito é que vai estabelecer a credibilidade da denúncia. Isso não significa um culto ao oficialismo, nem aceitar que o pronunciamento da fonte é autorizado apenas pelo lugar que ela possui socialmente. A fonte é veraz, não por ser uma fonte de autoridade (pelo seu “argumento de autoridade” ou “*ad homini*”), mas na medida em que é possível checar a informação ou lhe contrapor argumentos. Ao invés do “argumento de autoridade”, prevalece a coerência e a racionalidade da argumentação.

Sobre essa questão, Rebelo (2000:89-90) propõe uma distinção entre “argumento de autoridade” e “argumento polifônico”. Este seria marcado pela diversidade de fontes citadas. As verdades das assertivas dos textos apoiar-se-iam no confronto dos conteúdos das proposições das fontes, não na autoridade dos enunciadores. A diversidade visaria a caracterizar as proposições, não os enunciadores. Entretanto, isso não garante qualquer tipo de acesso igual das diversas fontes aos jornais. Com Fairclough, vimos que as relações econômicas e políticas dos *media* tendem a pressionar para uma estratificação no acesso das fontes aos meios de comunicação, com amplo predomínio do *establishment* e de uma visão de mundo afinada com ele.

Num estudo publicado em 1978, Tuchman já havia concluído que a grande atenção dada às pessoas da elite é indicativa do quadro noticioso global. A informação procedente de indivíduos de elevada posição social era considerada mais confiável pelos jornalistas, porque possuíam maiores informações ou pelo menos davam essa impressão. Analogamente, as autoridades estatais (ou legitimados pelo Estado) foram especialmente consideradas fontes importantes de informação (Kunczik, 2001:269). Assim, os jornalistas costumam cultivar contatos com pessoas de influência porque consideram mais provável que eles tomem parte em eventos notáveis e que suas opiniões e ações interessem aos receptores. Os fatos políticos tornam-se visíveis sobretudo pelas ações das pessoas influentes. Uma outra consequência disso, é que os jornalistas não publicavam como “fatos” as afirmações que contradiziam o senso comum (*ibidem*).

Ou seja, mesmo que indiretamente, o argumento de autoridade prevalece sobre a análise da argumentação em si mesma. Isso significa que a regra não tem uma aplicação técnica, mas implica vários níveis de problematização das relações de poder com as fontes e do papel do *gatekeeper*. Trata-se de uma regra política.

Critério número 2: obtenha o outro lado da história

Pela mesma razão, é totalmente aceitável a regra de obtenha o outro lado da história, que obriga a fazer o contraditório. Ela subentende o direito de resposta e também a presunção de inocência. Trata-se de direitos previstos na constituição federal brasileira e na carta dos direitos humanos da ONU, o que é um indicativo do consenso de que eles têm que ser respeitado. Respeita-se o direito de resposta e a presunção de inocência não por uma capacidade de distanciamento qualquer do repórter, mas porque o repórter crítico observa a democracia e os direitos de cidadania.

Novamente, a questão ultrapassa o ofício técnico. O uso correto e sistemático do contraditório, da igualdade na apresentação das várias versões de um acontecimento, expõe o relativismo oculto pelos rituais e regimes de verdade do jornalismo. Como afirma Hackett (1993:106), a regra torna injustificáveis as pretensões de verdade das organizações jornalísticas. Sua aplicação só é plenamente possível numa esfera pública democrática, pela atuação política das entidades de defesa dos direitos de cidadania.

Critério n.º 3: o espaço igual

A regra do espaço igual é uma questão de poder. Depende mais do editor e da política da redação do que da vontade do repórter. Essa regra não é apenas aplicável à apuração do repórter. Na hora de publicar a matéria, o editor atribui espaços nas legendas das fotos, na manchete e também na ordenação da matéria. É uma regra que deveria ser respeitada porque ela também é uma regra de igualdade, mas, na prática, significa conflitos com os regimes de verdade das redações. Trata-se de uma questão de repartição de poder, portanto de luta por direitos. Para além da técnica, novamente há a questão política.

Critério n.º 4: o acesso igual

A questão do acesso igual também se trata de algo acima da responsabilidade do repórter. Há o envolvimento do departamento comercial, do editor, etc.. Trata-se de uma inocência reduzir a questão do acesso igual à técnica da imparcialidade. A regra de acesso igual é uma regra também de atribuição de poder, não depende do repórter ou de

uma consciência racional individual, depende das pressões políticas e sociais em cima dos jornais. A repartição igual de poder dentro de um jornal sujeita-se à atuação ativa de uma sociedade civil organizada, que entenda o jornal como um local de disputas e de poder, e atue sobre ele. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento da cidadania, a sociedade deve se organizar em grupo de pressão, para que os jornais dêem voz aos diversos setores sociais.

Vemos, portanto, que os critérios jornalísticos têm uma forte conotação ideológica. Ao serem reificados, colocados acima das disputas ideológicas e de poder, eles ocultam os próprios limites à sociabilidade democrática impostos pela forma como o jornalismo organiza seus regimes de verdade. Deve-se acrescentar a essa equação, o fato deste conjunto de critérios instituírem a objetividade jornalística como um conceito fundamental na construção da identidade profissional e da ética dos jornalistas (aliada às técnicas implementadas na década de 50). Ribeiro (2000:291) já argumentou que jornalistas experientes fazem uma defesa sincera da "imparcialidade", que seria o diferencial que faz o "profissionalismo" se impor ao "amadorismo".

Por isso, concordamos com Sodré (2002:194-196), para quem a postura ética e crítica não apenas é desinteressante para o mercado, como a crescente simbiose entre o jornalismo e o mercado é um obstáculo à emergência de uma cultura crítica ativa (portanto à sociabilidade democrática). Embora os representantes institucionais possam alardear a defesa de valores éticos e da liberdade de expressão, a moral do jornalismo e da mídia contemporâneos serve à lógica do mercado. Assim, os interesses mercantis parecem distanciar o jornalismo atual do modelo de imprensa voltado para a prestação de serviços sociais e para a defesa das liberdades civis. Mas, como alerta Moraes (1994:35), nem tudo o que a mídia divulga diz respeito à mecânica do mercado ou a protótipos de comportamentos. Nem a assimilação dos conteúdos é homogênea. A mídia (e o jornalismo) não pode simplesmente desconhecer as sinalizações do cotidiano, as migrações de sentimentos ou os focos de insatisfações.

Os critérios jornalísticos não são instrumentos técnicos abstratos. Eles existem em meio a essa tensão e disputa de sentido (ente interesses de mercado e sociedade civil). É verdade que servem à pretensão de objetividade, à sustentação das hegemonias vigentes. Mas podem ser reestruturados e negociados num sentido ético-político. A reportagem objetiva pode, a partir disso, ter uma função crítica. Como afirma Bentele, as notícias

podem ser publicadas “para mostrar as discrepâncias entre a norma democrática e uma dada realidade” (citado por Kunczik, 2001:208). Trata-se de problematizar tais critérios do jornalismo, portanto, não deixá-los apenas sob a influência do mercado, mas também submetê-los aos valores da sociedade civil organizada.

No âmbito desta pesquisa, portanto, não se trata de rejeitar os “critérios jornalísticos”, denunciá-los como uma “ilusão”, mas de perceber os sentidos da sua aplicação nas marcas deixadas nas reportagens dos jornais. Isto é, se valorizam o “adquirido” e “inquestionável” do senso comum ou se priorizam a problematização e o respeito aos direitos coletivos. Neste sentido, concordamos com Adelmo Genro Filho (apud Meditsch, 1992:32). O contrário do jornalismo “objetivo” não é o jornalismo “opinativo” (como teorizados nas disciplinas práticas dos cursos de jornalismo), mas um jornalismo crítico, porém, orientado para a mesma eficácia técnica. A compreensão de que a imparcialidade é um valor inalcançável traduz-se na subordinação dos procedimentos puramente técnicos do jornalismo aos parâmetros de um comportamento “ético-político”.

VII.4. O jornal como sujeito semiótico e o “contrato de leitura”.

O “fazer” jornalístico desenvolve-se em dois planos. No primeiro, o jornal procura narrar as notícias do dia (sua função referencial ou *informativa*). Mas, ao fazê-lo, gera sistemas de valores, associados à posição do jornal como sujeito da enunciação. Eles configuram a narrativa do jornal, de uma entidade ou “pessoa” no sentido não apenas do reconhecimento jurídico, mas capaz de ser reconhecível por trás do seu título. O jornal deve se afirmar como sujeito semiótico (Landowski, 1992:117-118).

Diante da pluralidade do discurso do jornal, da mistura de vozes muito heterogêneas em seu interior, Landowski procura conceber o estudo do jornal como “totalidade de significação”. Este sujeito semiótico não é uma substância ou o reflexo de uma substância primeira que lhe seria exterior e que o determinaria. Ele é uma forma, ou o produto de uma organização formal (portanto, discursiva), um efeito de sentido (ibidem:168). Desde já, isso provoca uma reavaliação da própria prática analítica. Como escreve Landowski (ibidem):

“Cada um recorta o jornal em pedaços, este pesquisador apegando-se a certa rubrica particular, aquele à forma gramatical dos títulos, fazendo abstração do conteúdo dos artigos que estes introduzem, ou ainda à decodificação das ilustrações independentemente dos textos que as acompanham: tantas maneiras de privilegiar o estudo pontual das partes em

detrimento de uma apreensão global dos efeitos de sentido que podem resultar justamente de sua coexistência.”

No primeiro plano da análise, portanto, deve prevalecer o saber sobre “aquilo de que se fala”. No segundo (o plano propriamente do discurso), prevalece o saber sobre “como se fala” e “por quê se fala”. Na justaposição dos planos, enraíza-se a capacidade do jornal de, por um lado, representar o real (ao construir uma história do presente) e, por outro, fidelizar o público, habituá-lo à leitura cotidiana do jornal. Por meio dessas regras e projetos próprios, do estilo e perfil que cultiva, um jornal afirma-se socialmente como um sujeito semiótico, uma entidade figurativamente reconhecível pelos leitores. Por isso, qualquer jornal é extremamente prudente quando pretende mudar de formato (alterar a disposição das rubricas, introduzir ilustrações, usar a cor, etc.). Antes de tudo, vigora o princípio de não romper com hábitos fixados e subjacentes à leitura (Rebelo, 2000:41).

Quando discutimos o poder do *gatekeeper*, no capítulo III, vimos que razões econômicas, ligadas ao mercado da publicidade, estiveram presentes nas alterações ocorridas nos formatos dos jornais brasileiros, com a introdução do paradigma do USA TODAY. As mudanças são calculadas e as estratégias adotadas a partir de uma hábil negociação que visa a cumplicidade do leitor na responsabilidade da decisão. O leitor deve endossar a mudança (Rebelo, 2000:44). Assim, ainda que seja formado pela justaposição de vozes heterogêneas, um jornal faz emergir um estilo, um efeito de sentido global, que constitui a sua identidade. Para além da lógica da compra, a identidade do jornal afirma-se pela lógica do contrato, a instauração de relações estáveis e todas as sobredeterminações de ordem passional (fidelidade, devoção, compreensão recíproca etc.) que podem se ligar a ele (Castro, 1996).

Como escreve Rebelo (2000:44), a relação jornal leitor assenta-se numa dinâmica de imagens e numa dupla convivência. Diversas imagens podem ser construídas na relação entre o jornal (emissor) e o leitor (receptor). Para que a relação se efetive, deve haver uma zona comum na construção que o leitor faz do jornal e na imagem que o jornal faz do leitor. Quanto maior for a zona comum, mais forte a relação de fidelização. A diminuição da zona comum implica riscos de conflito e fragilidade na relação. Há uma primeira convivência entre leitor e jornal, relativa aos conteúdos. Ao definir o seu quadro de referências (“do quê se fala”, “como se fala” e “por quê se fala”), o jornal pretende realizar o que julga ser a vontade do leitor. Da mesma forma, a expectativa é

de que o leitor encontre no jornal aquilo que deseja que seja falado e na forma que deseja.

A outra convivência diz respeito ao jornal (como produto propriamente dito). Ao pensar o aspecto do objeto, o editor procura antecipar as sensibilidades estéticas do leitor fiel (ou “leitor-médio”). Ao confrontar-se com o jornal, o leitor-médio atualiza um ritual que supõe uma “primeira leitura”, uma leitura em diagonal, no âmbito da qual se avaliam espaços, comparam-se títulos e percorrem-se as ilustrações. Em seguida, há uma “segunda leitura”, em que o olhar se retarda sobre box ou *lead*. Numa “terceira leitura” o leitor-médio escolhe as rubricas e isola os textos que vão ser, efetivamente, lidos (Rebelo, 2000:45). Se o leitor apropria-se do jornal, ao folheá-lo e lê-lo, o jornal também se apropria do leitor, ao obter sua atenção.

Neste processo de mútua apropriação, consolidam-se as convenções e regras mediáticas anônimas e estáveis que subjazem aos conteúdos informativos (organização espacial das rubricas, volume médio dos títulos, proporção das áreas ilustradas, distribuição de cor). Essas convenções constituem o que Rebelo chama de “relevo” da página-jornal (ibidem). O relevo gera efeitos de real, ao roteirizar as leituras, estratificá-las, hierarquizá-las e normalizá-las pela imposição de categorias abstratas.

A partir da teoria da enunciação, Eliseo Verón também propõe o estudo dos jornais a partir de um “contrato de leitura”, em que a identidade singular dos jornais é construída na relação como leitor. Para isso, Verón contraria Benveniste no que diz respeito à mobilidade do discurso. Benveniste acreditava que a enunciação variava sempre de acordo com a situação em que era empregada. Verón defende que o contrário também ocorre. Os meios de comunicação de massa tendem a cristalizar dispositivos de enunciação próprios aos diferentes tipos de discurso que fazem circular.

A iniciativa parte do pressuposto de que tanto o enunciador quanto o destinatário estão presentes no discurso. O contexto também é constitutivo do discurso e não apenas cenário para o processo de comunicação. No contexto, entrelaçam-se as dimensões existenciais, institucionais e situacionais constitutivas do discurso. O mecanismo pelo qual a relação é posta em prática é denominado por Verón de “Contrato de Leitura”. Verón (1986:117-125) escreve que os veículos devem seguir certos critérios para que a comunicação seja realizada satisfatoriamente.

“(...) articular corretamente as expectativas, as motivações, os interesses aos conteúdos do imaginário do alvo visado, fazer evoluir seu contrato de leitura de modo a ‘seguir’ a evolução sociocultural do leitorado completo preservando o vínculo”

Dentro de um jornal, cada autor (repórter, fotógrafo, diagramador, editor) está sujeito a regras que visam a juntar diferentes visões em uma personalidade única, identificável com o público-alvo da publicação. Pelo contrato de leitura, o jornal é constituído como um sujeito semiótico, dotado de uma imagem facilmente reconhecida por seus leitores (Castro, 1996:80).

“O sujeito semiótico não é o simples objeto ou uma simples empresa, mas é uma organização capaz de formar, através do seu discurso, uma imagem definida do sujeito legitimado a representar certas posições e a construir o seu estilo de interpretar os fatos, a sua própria personalidade, através de manuais de regras que regem editores, jornalistas e repórteres. Isso faz com que o jornal crie com os leitores um vínculo sentimental”.

Pela análise proposta por Verón, o que está em questão é a própria relação estabelecida entre o suporte e o leitor. O processo do estudo baseia-se na teoria da enunciação, pois é pelas modalidades do dizer que um discurso constrói uma certa imagem de quem fala (o enunciador), uma certa imagem deste para quem se fala (destinatário) e, por conseguinte, um vínculo entre estes lugares. Essa interação define o contrato de leitura, pois, ao construir a imagem do destinatário, o locutor determina para si mesmo um lugar no discurso. Muitas vezes, porém, tal relação é camuflada. Dois veículos que sigam diferentes contratos de leitura diferentes podem passar por semelhantes para o olhar de um leitor, apenas por veicularem as mesmas notícias e conteúdos. Verón explica como definir tais contratos de leitura (apud Castro, *ibidem*):

“(...) o estudo do contrato de leitura dirige-se sobre todos os aspectos da construção de um suporte de imprensa, na medida em que eles constroem a relação com o leitor: Capa, relações texto/imagens, modo de classificação de material redacional, dispositivos de ‘apelo’ (título, subtítulos, chapéus etc.), modalidades de construção das imagens, tipos de ‘percursos’ propostos ao leitor (por exemplo: capa > índice > artigo) e as variações que se produzem deles, modalidades de paginação e muitas outras dimensões que podem contribuir para definir o modo específico pelo qual o suporte constrói a relação”.

VII.4.1. Títulos Referenciais e Títulos Informativos

Na “primeira leitura”, o leitor-médio depara com títulos invariantes, que ele já se habituou a encontrar nas edições precedentes. Nacional, Internacional, Economia, Esportes, Cultura, Cidade, formam o eixo horizontal dos títulos familiares que classificam o que há no jornal (os assuntos) e onde está situado. Há também o eixo vertical (Internacional, Europa, EUA, África, por exemplo). O eixo horizontal caracteriza-se pela fraca relação entre os elementos constituintes. Trata-se de uma cadeia aberta, acrescentável em qualquer momento. Em contrapartida os elementos

dispostos ao longo de cada eixo vertical estão em relação de implicação cujo ponto de partida é localizável no eixo horizontal.

No plano da língua, estes títulos ditos “referenciais” não constituem frases. No plano da informação, não significam, mas designam. São títulos vazios no que respeita à informação sobre as coisas e acontecimento. Não informam sobre o mundo exterior, mas sobre o jornal. Eles exprimem a organização temporal da publicação do jornal e a organização espacial de cada um dos seus números. Tal é o efeito de sentido desses títulos, entendidos como enunciados. A dupla organização permite que as edições do jornal se sucedam diariamente, mas sem que sejam meras seqüências da edição anterior. Isto é, as edições mantêm em comum a identidade do jornal, que fideliza o leitorado. Ao mesmo tempo, cada número constitui uma totalidade à parte (ibidem:46). Porque informa sobre o jornal, o nome do jornal é o mais referencial dos títulos.

Os títulos (ou enunciados) referenciais exigem a presença de outros títulos ou de outros enunciados complementares. Rebelo os chama de “título informacional”, que atualizam o enunciado referencial. O enunciado complementar, ou título informacional, forma frases e estabelece uma ligação com o real. No seu conjunto, o título referencial e o correlativo título informacional constituem um micro-sistema em que cada uma das partes supõe a verificação da outra. Nele, também se conjugam duas funções primordiais, a de reprodução (ou o reforço) dos paradigmas e a de produção de diferenças. De inteira responsabilidade do jornal, a escolha dos paradigmas é a expressão da identidade do jornal. É a estrutura estável e normalizadora, que marca a continuidade dos números do jornal. Já a produção de diferenças é inerente à necessidade de o jornal renovar-se a cada edição.

Numa perspectiva dinâmica, o micro-sistema título referencial/informacional está em constante renovação. Ele se reconstitui em cada momento pela substituição da parte informacional. Mas, por pressões da atualidade ou de variadas estratégias informativas, um assunto que figura apenas como título informacional pode passar a justificar um título referencial (e vice-versa).

VII.4.2. Anaforismo e Cataforismo

Ao título referencial cabe a organização temporal da publicação e a organização espacial de cada número da publicação. Ao título informacional cabe estabelecer a

relação entre o saber novo e o saber anterior, além de apresentar o texto referente à informação nova que veicula (tal apresentação implica justificar o texto e ser justificado pelo texto, simultaneamente). Esse recurso ao saber anterior faz-se por meio de anáforas, conceito desenvolvido por Oswald Ducrot e Tzvetan Todorov. Tal recurso fixa a memória de elementos necessários à compreensão da nova informação. Já o movimento para o texto, manifesta-se num tipo especial de anáfora, as catáforas (ibidem:50).

Os processos anafóricos podem servir a estratégias de manipulação, ao enquadrarem a informação nova no plano do conhecimento anterior (imposto como adquirido e inquestionável). Ao comentar esta capacidade dos enunciados-título gerarem um discurso ideal, Jean François Tétu esclarece que o título: “Impõe uma informação sem ter, previamente, que a justificar. (...) A informação justifica-se a si mesma pela forma sob a qual aparece” (citado por Rebelo, 2000:53).

VII.5. A forma da notícia

O nascimento do jornalismo é uma das possibilidades abertas pela Revolução Francesa. O jornalismo expande-se a partir da luta pelos direitos humanos, da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e do sistema absolutista, assim como da afirmação do espírito burguês (Marcondes Filho, 2000:10). Com as mudanças históricas da civilização ocidental, o jornalismo também passou por modificações. Ciro Marcondes Filho (ibidem:11-52) propõe dividi-las em quatro fases.

O “primeiro jornalismo” aparece no século XVIII e vai até a metade do século XIX. Influenciado pelo iluminismo, pauta-se pelo esclarecimento político e ideológico e pelo estilo político-literário. Neste período, o jornal profissionaliza-se e a redação torna-se um setor específico. Diretor e editor tornam-se instâncias diferenciadas e o artigo de fundo e a autonomia redacional passam a prevalecer. No período do jornalismo literário, os fins econômicos ficavam em segundo plano. Os jornais eram escritos com fins pedagógicos e de formação política. Na imprensa partidária, os próprios jornalistas eram políticos e o jornal o seu porta-voz. Na fase seguinte, enquanto a imprensa popular continuava a estimular campanhas por conquistas sociais, os proprietários submeteriam o jornalismo à grande empresa capitalista. O romantismo inicial é substituído por uma máquina de produção de notícias e lucros.

A partir da metade do século XIX, com a inovação tecnológica, o jornal torna-se cada vez mais parte das grandes empresas capitalistas. Isso exigiu da empresa jornalística a capacidade financeira de auto-sustentação. Nasce a imprensa moderna, sintonizada com as exigências do capital, que precisa vender muito para se autofinanciar e expandir. A venda de espaços publicitários para assegurar a sobrevivência econômica passa a ser prioritária em relação à dimensão puramente redacional dos jornais. No século XX, o crescimento das empresas jornalísticas faz surgir os gigantescos conglomerados. É a fase do terceiro jornalismo, o "monopolista", da imprensa de massa, com o progressivo enfoque no entretenimento. Como forma de reação à Grande Depressão americana (e a crises similares), houve o desenvolvimento da indústria publicitária e de relações públicas como novas formas de comunicação que iriam competir com o jornalismo até modificá-lo, no final do século XX.

Como esclarece Marcondes Filho (ibidem:24):

"(...) a notícia, como mercadoria, recebeu cada vez mais investimentos para melhorar sua aparência e sua vendabilidade: criaram-se as manchetes, os destaques, as reportagens, trabalhou-se e investiu-se muito mais na capa, no logotipo, nas chamadas de primeira página".

Trata-se da emergência do quarto jornalismo, o da "era tecnológica". Iniciado por volta dos anos 70, ele foi produto de dois processos. Primeiro, a expansão da indústria da consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação (num processo identificado por Fairclough como tecnologização do discurso). Comunicados e materiais de imprensa passam a ser fornecidos aos jornais por agentes empresariais e públicos (assessorias de imprensa), que se misturam e se confundem com a informação jornalística (vinda principalmente da reportagem). O segundo processo foi a visibilidade técnica (a qualidade da imagem), que se impõe como modelo estético em todas as mensagens visuais. Definido como critério principal dos meios visuais, o poder da imagem passou a ditar a hierarquia da comunicação. Em primeiro lugar, uma cena tecnicamente perfeita; depois, um texto, uma narrativa, uma notícia.

Muniz Sodré (1996:131-150) mostra como essas transformações no jornalismo traduziram-se em alterações na forma da notícia. Na sua forma mercadoria, a notícia resulta de um conjunto de regras de produção, um código criado e modificado pelos jornalistas (que depois se submetem a esse código como imperativo técnico). Sodré estabelece um nexo causal entre as transformações na forma da notícia, o crescente

caráter mercadológico do texto jornalístico e as complexas relações entre novas tecnologias da informação e a atividade jornalística. Além disso, as interações comunicacionais levam o texto hegemônico de um *medium* a provocar mudanças no outro, num processo de intertextualidade. Assim, ao permitirem ao espaço nacional sobrepor-se ao local, as tecnologias de comunicação (como o telégrafo) alteraram o código. A informação noticiosa foi descontextualizada e transformada em mercadoria cultural, o que deixaria nítida a penetração do acontecimento sensacional ou insólito (*fait-divers*) na notícia (geralmente identificado ao universo do jornalismo literário).

Técnica fundadora do jornalismo moderno, o modelo da “pirâmide invertida” seria produto da expansão e consolidação da empresa jornalística industrial (voltada para um público cada vez mais amplo), no final do século XIX. Os fatos agora são selecionados e hierarquizados por ordem de sua presumida importância e não pela da sucessão cronológica. Com o crescimento do volume na oferta de dados, o código jornalístico passa a visar à transmissão do máximo de informação com um mínimo de custo produtivo e de esforço de consumo por parte do leitor. O mercado de massa estimula a técnica da neutralidade (ou objetividade). Em vez do texto oitocentista coloquial e folhetinesco, o estilo é marcado por frases curtas e pela organização da pirâmide invertida, numa economia de tempo de produção e de consumo.

Na década de 50, com a expansão da publicidade, introduziu-se o *lead*. Criado no jornalismo norte-americano, o *lead* é a narrativa do fato principal a partir de perguntas tidas como essenciais (quem, o quê, como, quando, onde e por quê) com a intenção de seduzir o leitor a ir até o final do texto. Também para Rebelo (2000:16), o *lead*, o uso da imagem, os grandes títulos e a ilusão de interatividade estão entre as estratégias de concorrência que implicam a espetacularização, além da simplificação dos conteúdos. O *lead* resume a ação noticiosa, identifica a pessoa, os lugares e eventos, além de enfatizar os aspectos considerados básicos do acontecimento. Na notícia, o falante é um sujeito fixo que sempre “anuncia” algo. A notícia não argumenta nem opina, mas proclama que algo de novo se passou. Como assinala Rebelo (ibidem):

“Consolida-se um jornalismo do presente que, conferindo a prioridade à palavra do protagonista, relega para segundo plano a enunciação de causas ou a previsão de consequências. Causas e consequências que implicariam interpretação: justamente o que se pretende evitar”.

O esforço de consumo da notícia reduziu-se ainda mais com o rádio e a televisão.

A rapidez dos meios eletrônicos obrigou o jornal impresso a ampliar o raio informativo

da notícia (a passar da descrição do fato para a elaboração de um quadro mais amplo e explicativo do acontecimento). A competição com os meios audiovisuais também transformou o código do jornalismo impresso, que passa a comportar diagramas, recapitulações, quadros e infografia (Sodré, 1996:147). Em relação ao texto, as pressões do mercado consumidor o tornam leve e agradável, para que se compatibilize com a atmosfera sedutora do consumo. A dramatização e encenação do *fait-divers* são revalorizados no ambiente de estímulo ao entretenimento. Entretanto, a nova forma (que altera a *news of the day* para "*show of the day*") preserva a pirâmide invertida e a manutenção dos "critérios jornalísticos" da objetividade (ibidem).

A existência deste estilo chamado de "sensacional" (espetáculo) não equivale ao "sensacionalismo". Nasce uma linguagem jornalística que não é a mera verbalização do fato, mas que prioriza o movimento, a descrição cinematográfica, os detalhes e os diálogos. O marco dessas mudanças é o movimento americano chamado *New Journalism*, que incorpora também o *feature* (o texto baseado na "personalização", no "interesse humano") como um reforço das formas literárias tradicionais (ibidem:147-148). Esta narrativa espetacularizada promove um outro tipo de empenho profissional. Ao experimentar novas formas de narração e linguagem, o jornalista troca o empenho da verdade pelo da verossimilhança. A exemplo de Fairclough, Sodré (ibidem:149) vê tais modificações como parte de um contexto mais amplo, de encenação pública da vida privada, em que a narratividade se impõe como tecnologia cognitiva.

A narrativa "sensacional" e as mudanças gerais no jornalismo (que o transformaram em "comunicação", na classificação de Marcondes Filho) também foram teorizadas pelo jornalista Alcino Leite Neto, mas sob outra perspectiva. Esta mistura dos gêneros jornalístico e publicitário é positivamente interpretada no artigo "O Admirável Novo Jornalismo", publicado na Folha de São Paulo, em 27 de julho de 1998. Nele, o então editor do *caderno Mais!* anunciava a emergência de uma "revolução silenciosa" na imprensa internacional e brasileira. A publicidade expandiu sua hegemonia também sobre o jornalismo, passou a influenciar o ritmo, a forma e a linguagem das reportagens (de forma mais evidente na televisão, mas também na mídia impressa).

Com as transformações do final do século XX, esse novo tipo de jornalismo se opõe ao jornalismo tradicional, que se alimentaria "dos chamados valores superiores por meio dos quais ele se colocava como consciência da realidade e fazia da própria

realidade um objeto que devia decifrar". Desse modo, o jornalismo começaria a abandonar o dogma da objetividade para se oferecer como um produto atraente. Alcino Leite Neto entende que se trata do surgimento de um jornalismo híbrido, que incorpora mecanismos da publicidade e do entretenimento:

"O que interessa é apontar como a publicidade, com suas normas e sistemas para vender um produto, se infiltrou nos organismos jornalísticos e transformou a imprensa em outra coisa: em publijornalismo, para cunhar um neologismo provisório.

(...) A informação como produto, puro e simples, não significa que o valor simbólico da notícia tenha sido abandonado: o próprio conteúdo passou para a escala de consumo, e o acontecimento ele mesmo tornou-se apenas uma mercadoria aos olhos da rede universal do publijornalismo e sua espetacularização da realidade".

No jornalismo, o leitor ocuparia o lugar de espectador passivo, sobre o qual a imprensa exerceria um poder de influência, denúncia ou esclarecimento. Eram sobretudo os leitores que aderiam aos jornais, e não vice-versa. A adesão do leitor às publicações seria de feitiço ideológico (fossem as publicações pluralistas ou não) ou de gosto e posição de classe.

Por isso, havia publicações que se opunham umas às outras, diferentes em tudo. A personalidade de uma publicação era algo intrínseco, porque, antes de existir para o leitor da média estatística, ela respondia a uma certa demanda presumida de valores (de esquerda ou direita, religiosos ou laicos) de uma sociedade heterogênea. Assim, o jornalismo pôde se manter até o fim do século passado como um produto excepcional, nem tanto mercadoria nem tanto cultura, mas uma mercadoria ideológica:

"Já o publijornalismo não vê no que faz outra coisa senão um produto. A noção de mercadoria é generalizada dentro das publicações e atinge todos os seus processos, mesmo os que dizem respeito às iniciativas de crítica, de explicação, elucidação, investigação ou contestação próprias da imprensa. Ele só contesta, elucida ou investiga porque está vendendo um melhor produto e vendendo a si mesmo o tempo todo, e não porque julga, como seu antepassado (o jornalismo), que estará também influenciando numa determinada realidade ou cumprindo um papel cultural ou ideológico numa sociedade".

"Fim do jornalismo, transformado em 'comunicação'" (Ciro Marcondes Filho), "teatralização jornalística do mundo", comparável à "metástase celular" (Muniz Sodré) ou "revolução silenciosa" (Alcino Leite Neto)? Os sentidos do fenômeno da espetacularização da notícia ainda são disputados. Nos anos 1960, o poder da imagem, do entretenimento e da linguagem publicitária, além da encenação pública da informalidade, já haviam sido teorizados como construtivos de uma nova sociedade por Guy Debord (1997:14-15). Para ele, o espetáculo é uma relação social entre pessoas, mediada por imagens:

Qualquer um pode aparecer no espetáculo para exibir-se publicamente, ou às vezes por ter-se envolvido secretamente em uma atividade bem diferente da especialidade pela qual era até então conhecido. Quando a posse de um "status midiático" assume importância

multíssimo maior que o valor daquilo que se foi capaz de fazer realmente, é normal que esse status seja transferível com facilidade e confira o direito de brilhar, de modo idêntico, em qualquer lugar. Quase sempre, essas partículas midiáticas em aceleração prosseguem sua carreira na esfera do admirável garantido pelo status. (Debord, 1997:174.)

Este poder publicizador da imagem é também pensado como pura deformação.

Para Barbosa (2000:126), haveria uma espécie de degeneração do jornalismo que ocorre a partir do momento em que a imagem espetacular se sobrepõe à relevância da notícia:

“Cada vez mais escravo de cenas espetaculares, flagrantes de crimes e declarações bombásticas, o telejornalismo parece ter se tornado refém da imagem (...) Um assunto, ainda que de interesse público, acabará por ser substituído por quaisquer cenas de forte conteúdo emocional que aparecerem. O telejornalismo, às vezes, torna-se mais espetacular que qualquer outro espetáculo da TV. Mais espetacular, porém, menos jornalístico do ponto de vista que realmente interessa à sociedade: o ponto de vista da informação”.

A questão nos parece interessante, na medida em que o analista propõe um recorte da questão a partir de uma relação determinista entre a espetacularização da imagem e o abandono dos critérios jornalísticos de objetividade. A esta relação ainda se mistura o tipo de pauta já teorizada como “grotesco”, as “aberrações de contexto” (Sodré, 1976). O pressuposto desta combinação e a relação determinista funcionam segundo a lógica do “dispositivo estratégico”, conforme definido na introdução desta tese. A partir do recorte é elaborado um saber, em que a explicação determinista passa a compor o conceito de “sensacionalismo” descrito por Barbosa. Tal conceito opera por uma oposição antinômica entre informação e entretenimento nas explicações da ameaça que o espetáculo representa para o padrão de qualidade do jornalismo informativo “sério”:

“Antes restrito a uns poucos programas de cunho jornalístico e jornais populares, o sensacionalismo se transformou em pedra fundamental para diversos programas televisivos. A onda popularesca, que mescla reportagens sobre aberrações com entrevistas que desnudam por completo a intimidade alheia, ocupa, agora, o horário nobre da televisão brasileira (...) O sensacionalismo acaba por penetrar até mesmo o jornalismo dito sério. Na guerra pela informação e pelos pontos no Ibope, a mídia abre mão dos preceitos básicos do bom jornalismo: ouvir todas as partes envolvidas, procurar conferir as informações antes de divulgá-las, e não condenar previamente simples suspeitos ou acusados” (Barbosa, 2000:128).

Gostaríamos de argumentar que a relação entre a narrativa espetacular e o desrespeito aos critérios jornalísticos (entendido na forma defendida anteriormente, como eficácia técnica subordinada ao respeito aos direitos humanos e de cidadania) não é necessária, como parece sugerir a argumentação de Sílvia Henrique Barbosa. A dimensão de espetáculo na prática discursiva jornalística corresponde à colonização deste gênero pelo *Marketing*, a Publicidade e o entretenimento (Fairclough, 2001:259). Os publicitários obtêm das imagens visuais a capacidade de evocar uma simulação de estilo de vida geralmente mais poderosa e imediata que a língua (ibidem):

“Se uma imagem visual funciona, pode criar instantaneamente um mundo que consumidores potenciais, produtores e produtos podem conjuntamente ocupar, antes que os leitores possam ler (ou telespectadores ouvir) a linguagem da publicidade”.

A fotografia e os infográficos dos jornais oferecem aos receptores potenciais um universo físico e social do qual podem participar imaginariamente. Gráficos e infográficos também sugerem que os jornais são atualizados e sensíveis às necessidades dos leitores, no que diz respeito à facilitação do consumo da informação. Assim, os jornais constroem a identidade dos seus leitores como consumidores de um tipo particular de informações práticas, de fácil leitura, que valorizam a clareza, a concisão e a agilidade. Mas, como toda mercadoria, a fotografia, os gráficos e infográficos são investidos ideologicamente no seu caráter simbólico (a mercadoria alimenta o estômago e a fantasia, escreveria Marx). Como elementos de persuasão, o entretenimento e a publicidade fazem parte de um sistema amplo de construção e investimento ideológico do simbólico, do qual eles não são criadores nem investidores exclusivos (mais ainda, eles próprios também são resultado desse processo de construção simbólica).

Entretenimento e publicidade, portanto, fazem parte do sistema de criação de valores que combina informação e persuasão. Podem ter-se constituído como os elementos principais do sistema, mas não constituem todo o sistema. Dentro de um quadro da luta e da transformação hegemônica, mesmo a tendência à generalização da forma-espetáculo, permite o enfoque na luta hegemônica pela interdiscursividade (ou intertextualidade constitutiva), ou, como explica Fairclough (2001:149):

“(...) [enfoque] sobre as condições e os mecanismos sociais para a emergência de um novo tipo de discurso, que é constituído por meio de uma nova configuração dos tipos existentes, e, especificamente, pela emergência de um discurso híbrido de informação-e-publicidade (ou de ‘falar-e-vender’)”.

Isso torna, de um lado, sem sentido a distinção entre jornais sérios e sensacionalistas, porque a dimensão de entretenimento e o recurso à imagem são, hoje, constitutivos de toda a imprensa, em diferentes graus. Eles se tornam cada vez mais um senso comum. Como expusemos acima, a partir de Sodré (1996), a nova forma narrativa estimulou o retorno da encenação literária, mas construída a partir da preservação da pirâmide invertida e dos critérios jornalísticos de objetividade. De outro lado, é possível dirigir o foco para a luta hegemônica também na análise da narrativa espetacular do jornalismo. Entendemos que se trata de um processo altamente contraditório e ambivalente. Realmente, o *lead* tradicional ou em suas formas de aberturas teatralizadas, o uso de imagens e a proposta de um consumo sem esforço pela utilização

da frase breve e concisa, a simplificação do vocabulário, tudo isso pode ter como efeitos a pouca reflexividade e o empobrecimento abusivo dos conteúdos.

Nesse sentido, o gênero espetacular da notícia pode funcionar como construtor de realidades estereotipadas e reafirmar ou ensinar definições e valores maniqueístas em sociedades plurais e complexas. No entanto, Thompson (1998:114-121) mostra como a espetacularização das imagens da mídia alterou as relações entre poder e publicidade (visibilidade mediada) e reconstituiu as fronteiras entre público e privado. Pela riqueza visual, a televisão (também o cinema, o vídeo) enfatiza o sentido da visão. As mensagens auditivas são combinadas com as visuais para produzir uma complexa imagem audiovisual. A publicidade de ações e pessoas religa-se à capacidade de serem vistas e ouvidas por um número imenso de indivíduos em contextos diversos.

O caráter espetacular de eventos políticos mostrados na TV impõe às lideranças políticas uma nova forma de administrar a sua visibilidade, o que provocou novas contradições. Os governantes já não podem restringir sua visibilidade a poucos círculos. As possibilidades de vigilância e aumento do monitoramento reflexivo fazem parte das alterações nas condições sob as quais o poder político é exercido.

“(...) graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido. Mas este novo tipo de visibilidade mediada é muito diferente do tipo de espetáculo que Foucault divisou no mundo antigo e no *ancien régime*. Pois a visibilidade de indivíduos e ações é agora separada da partilha de um lugar comum e, portanto, dissociada das condições e limitações de uma interação face a face” (Thompson, 1998:121).

As ações políticas passaram a comportar riscos antes inexistentes, como a exposição à condenação da opinião pública internacional (como na guerra do Vietnã) e o isolamento econômico e político (Thompson, 1998:132; Fairclough, 1995a). Este foi o caso da China após o massacre da Praça da Paz Celestial e do Iraque, após a invasão do Kuwait. Claro, podem também servir de base para instituição de um apoio a ações belicistas, como ocorreu na divulgação das intenções americanas para “a guerra ao terror”, e as interpretações positivas da ação do Estado americano nas restrições dos direitos dos cidadãos do Terceiro Mundo e no papel auto-investido daquele Estado como uma espécie de polícia mundial. As negociações e disputas de sentido dependem da atividade e organização das instituições da sociedade civil.

Pode-se argumentar, pelo âmbito da recepção, que, embora a separação de informação e entretenimento ainda exista nos organogramas de muitas empresas dos meios de comunicação, ela não tem nenhum sentido para os receptores. Para eles, o

oposto da mensagem de entretenimento dos meios de comunicação não é o conhecimento informativo, mas o conteúdo que não lhes agrada (Kunczik, 2001:106).

Insistir que o entretenimento não é legítimo nem possua funções sociais positivas, significa rejeitar outras possibilidades, como a tarefa de produzir reportagens de entretenimento que também inclua a informação e o esclarecimento do público (ibidem). Além disso, a simplificação da narrativa também pode ser pensada como possibilidade para dissolver hermetismos elitistas, tornar atraentes discussões antes percebidas como sisudas, flexibilizar e democratizar valores, fazer a tradição venerável passar por ridícula ou ultrapassada (como pode ser visto no tratamento da mídia aos rituais do "bacharelismo", próprio ao meio jurídico, ou às recentes alterações no Código Civil brasileiro).

Ao facilitar a compreensão dos conteúdos pela clareza da forma narrativa, a nosso ver, o jornalista também cumpre um compromisso ético do jornalismo no nível redacional. Afinal, como esclarece Austin (apud Marcondes, 1992:56), a compreensão mais clara das palavras é necessária para que se alcance uma compreensão mais clara dos fenômenos. A clareza das expressões econômicas, científicas ou políticas não é apenas clareza da linguagem, mas sobretudo uma visão mais clara da economia, da ciência ou do sistema político. Portanto, esse deveria ser um objetivo ético a ser perseguido também por outros campos, em especial o científico, como demonstrou ironicamente o físico Alan Sokal (2001)¹.

Desnecessário dizer que o vocabulário hermético e rebuscado do emissor é tão excludente quanto pobreza vocabular do receptor. Basta recordar a bela metáfora feita por Graciliano Ramos no livro *Vidas secas*, em que o protagonista Fabiano confundia-se com as palavras floreadas do patrão latifundiário. Entre os mecanismos da sua exclusão estava o fato de sua pobreza lingüística não o permitir verbalizar a sua exploração, mas

¹ Há um tempo, um artigo juntando linguagem confusa e pedante, clichês pós-modernistas e cacos de terminologia científica, foi publicado em *Social Text*, uma revista de prestígio entre os intelectuais pós-modernos e pós-estruturalistas. O autor era um eminente físico, Alan Sokal. Apresentado por Sokal como o esforço de um físico renomado procurando entender a ciência à luz da epistemologia pós-moderna, o artigo continha propositalmente aberrações como, por exemplo, dizer que o número π deixa de ser uma constante matemática e passa a depender exclusivamente do contexto histórico e da interpretação do observador. Os editores caíram na cilada e publicaram. Só que o artigo era uma farsa, cheio de termos complicados, repleto de jargões quase incompreensíveis, sem que nada dissessem de substancial. O mesmo Alan Sokal publicaria *Imposturas intelectuais – O abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos*, em que ele revela o gosto de alguns pensadores, particularmente os franceses, pelo uso de um vocabulário com malabarismos verbais para escrever textos geralmente vazios e em contradição com os rudimentos conceituais das ciências.

também a ocultação desta pelo vocabulário do opressor. Um bom exemplo das contradições da narrativa encenada ou "sensacional" nos é dado pelo sociólogo Anthony Giddens (2000:85).

Ele conta que estava em Berlim no dia 9 de novembro de 1989, quando começaram a derrubar o muro que dividia a cidade. Ele se dirigiu apressado para lá com um grupo de pessoas. Havia escadas colocadas no muro e Giddens e os amigos começavam a subir, quando tiveram que recuar. As equipes de televisão tinham acabado de chegar e diziam que os cinegrafistas teriam que subir primeiro, para que pudessem filmar as pessoas subindo e chegando ao topo. As equipes de TV chegaram a convencer algumas pessoas a subir e descer duas vezes, para assegurar boas tomadas e cenas "espetaculares", que viriam a circular pelo planeta e prenderiam a atenção de milhões de espectadores.

"Assim é a história feita nos últimos anos do século XX. A televisão não só chega primeiro, mas também encena o espetáculo. (...) de certo modo, as equipes de televisão tinham o direito de abrir seu caminho à força até a frente. Pois a televisão influenciou decisivamente para que a abertura do muro acontecesse, como influiu de maneira mais geral nas transformações ocorridas em 1989 na Europa oriental. A força motora das revoluções de 1989 foi a democracia, ou a autonomia. E a difusão da democracia, vou tentar mostrar, foi fortemente influenciada no período recente pelo avanço das comunicações globais" (Giddens, 2000:77-78).

Giddens argumenta que outro exemplo de democratização criada pela sociedade de informação aberta seria a visibilidade dada à ação dos corruptos, que chegou a deslocar o próprio limite de entendimento da corrupção. As redes clientelistas de compadrio na Grã Bretanha eram consideradas naturais. Hoje, são consideradas ilegítimas. A esse processo, Giddens (ibidem:84-87) chama de "democratização da democracia", movimento necessário "porque os velhos mecanismos de governo não funcionam numa sociedade em que os cidadãos vivem no mesmo ambiente de informação que os que detêm poder sobre eles". E a mídia, em especial a televisão, é classificada como "uma poderosa força democratizante", embora sua relação com a democracia seja contraditória.

As redes de comunicação tendem a destruir o próprio espaço público que abrem mediante a banalização e personalização das questões políticas. Isso, sem contar que as gigantescas empresas transnacionais de comunicação constituem um poder enorme nas mãos dos magnatas que as controlam. Para Giddens, o processo contraditório tem uma solução positiva para a democracia numa instância acima do Estado-nação, pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil globalizada e de instituições

internacionais como a ONU, que atuam na proteção dos direitos individuais e dos direitos humanos. E também da universalização do Estado, no desempenho do seu papel na regulação do mercado:

“Nada acontece sem luta. Mas a promoção da democracia em todos os níveis é uma luta que vale a pena empreender e ela pode ser vitoriosa. Nosso mundo em descontrole não precisa de menos, mas de mais governo — e este, só instituições democráticas podem prover” (Giddens, 2000:91).

A narrativa espetacular, portanto, conduz a estereótipos mas pode também levar à flexibilização e democratização dos valores. É um dos focos de luta hegemônica no capitalismo tardio. De qualquer forma, pelo seu forte vínculo com a tecnocultura e o mercado, ela não serve mais como critério para distinções anacrônicas entre jornais sérios e sensacionalistas. Por isso, propomos identificar como “sensacional” as notícias que privilegiem as imagens, o *fait-divers*, o “interesse humano”, a narrativa dramatizada (que supere a mera verbalização do fato pela descrição detalhada e cinematográfica). Em oposição, classificaremos de “sensacionalistas” as matérias ostensivamente manipulatórias, em que haja flagrante descontextualização de fatos ou declarações ou qualquer outra infringência perceptível aos direitos humanos e de cidadania. Como esclarece Boventer (citado por Kunczik, 2001:112), o respeito pelos direitos humanos é a base para a ética no jornalismo e para a dignidade humana *per se*.

As reportagens sensacionalistas costumam revelar um baixo grau de plausibilidade pela intenção ostensiva de explorar apenas o enfoque no entretenimento. Talvez possamos dar um bom exemplo de uma reportagem constituída como sensacionalista nestes termos. Em um artigo publicado na revista VEJA, na edição de 9 de maio de 2001, intitulado “Desrazão pura”, o jornalista Flávio Moura comenta *A vida sexual de Immanuel Kant*, que seria um “livro escrito nos anos 40 pelo intelectual francês Jean-Baptiste Botul”. O núcleo da obra é a defesa da tese de que Kant era reprimido sexualmente e que seu pensamento refletiria o seu *voyerismo* sexual.

Kant é apresentado como autor de livros “praticamente impenetráveis” que produziram uma “obra das mais áridas já escritas”. Flávio Moura poderia ter utilizado outros clichês como “profunda”, “de linguagem difícil”, “densa” ou “complexa”. Mas preferiu o adjetivo “árido”, utilizado para caracterizar algo quase sem vida, estéril. O resto do artigo é dedicado a contar as peripécias sexuais de Kant, sempre com base na “pesquisa histórica” do tal “intelectual francês”.

Assim, Kant é apresentado como um doente sexual, um reprimido que condenava a masturbação e tinha horror ao suor, que fugia das mulheres, que vestia uma roupa ridícula e era cheio de manias excêntricas. A conclusão reforça a cultura da fofoca sobre a intimidade privada: "Não é de espantar que Kant não atraísse as mulheres. Para ele, o êxtase supremo tinha de se dar mesmo à escrivainha". É óbvio que há no artigo o clichê do intelectual que não sabe viver, que não tem jeito para sexo, que é ridículo para as mulheres, que escreve para compensar suas frustrações. Na operação enunciativa seguinte, o clichê é erigido em modelo explicativo da realidade. No box, logo abaixo, com o título: "Fatos picantes da filosofia", diz-se que Nietzsche "era capaz de passar uma noite inteira no quarto com uma moça sem se excitar" e que Sartre "não era muito chegado a sexo".

Numa operação metonímica, tais fragmentos interpretativos da vida desses três intelectuais passam a compor um modelo explicativo determinista entre dedicação a uma vida intelectual e livresca e patologias psicológicas ou afetivas e frustrações sexuais. Como todo dispositivo estratégico, esse saber produzido pelo recorte passa a alimentar o paradigma, por meio do qual a revista constrói também as identidades. De um lado, a do grupo social formado por intelectuais eruditos e críticos. Por outro, a do leitorado médio da revista, idealizado como razoavelmente intelectualizado e do qual a revista busca cumplicidade ao compartilhar o clichê a respeito da erudição livresca e dos sacrifícios que ela exige, em especial no ambiente social contemporâneo, balizado pelo hedonismo e pelo consumismo.

O mais interessante, porém, é que o livro sobre a vida sexual de Kant não passa de um romance satírico, com aparência de tese acadêmica. O suposto autor, Botul, é uma personagem de ficção. O verdadeiro autor é o jornalista francês Frédéric Pagès, apresentado nos créditos do livro como o "tradutor e editor". Pagès já havia escrito outro livro em 1999, uma tese em que procurava demonstrar que tudo que Descartes escreveu quando morou em Amsterdã fora sob a influência da maconha. Uma piada, claro, haja vista que não havia maconha em Amsterdã naquela época (e também porque a obra dele tem motivos históricos e conceituais muito bem definidos).

No Brasil, o livro sobre Kant foi publicado pela Enesp. Nele, o "editor" (ou seja, o verdadeiro autor) explica que o autor morreu aos 49 anos e, logo depois, fala que ele morreu aos 47 anos, no mesmo ano que proferiu as conferências sobre Kant "no

Paraguai". A mancada foi percebida pelo JORNAL DO BRASIL, num artigo do caderno B de 9 de maio de 2001, que deu uma leve satirizada na VEJA por causa da barriga. Só que o JB também cometeu uma imprecisão ao dizer que a colônia alemã no Paraguai foi fundada por criminosos de guerra nazistas. Essa colônia já existia desde o século XIX e recebeu um grande incentivo do marido da irmã de Nietzsche. Anti-semita, ela mereceu o desprezo do irmão, enquanto Nietzsche esteve vivo. Depois da morte de Nietzsche, ela selecionou alguns papéis e entregou fragmentos a Hitler para que fossem publicados e apresentassem Nietzsche como precursor do nacional-socialismo, numa falsificação grosseira.

Também a revista ÉPOCA satirizou a barriga dos coleguinhas da VEJA. Mas o problema dos dois veículos é que eles enfocaram a questão sob o simples prisma do correto x incorreto. O jornalista errou porque não teria checado a fonte. Mas também, vimos, o JB cometeu um equívoco no nível da informação, sem, entretanto, as conseqüências obtusas do erro da VEJA. Na verdade, a questão não é meramente técnica, mas ideológica. O enfoque de puro entretenimento prevaleceu pelo espetáculo que representava a especulação sobre a vida íntima de um homem do gênio colossal de Kant, que exerceu com dignidade a sua profissão. Um modelo de relação entre comportamento sexual e atividade intelectual que a VEJA logo tratou de generalizar.

O sensacionalismo não está exatamente no erro, mesmo porque ele só é identificado por informações externas ao relato jornalístico, como o fizemos acima. No nível do relato, ocorre uma relação estreita e implausível (fundada no preconceito, não na argumentação racional), além de ofensiva à dignidade de um grupo humano (e ao próprio pensamento crítico). Por isso, podemos identificar essa reportagem como "sensacionalista". A distinção proposta neste trabalho, então, entre "Sensacional" e "Sensacionalismo", pressupõe que, embora seja a forma predominante na imprensa dos EUA (Sodré, 1996), a dimensão de espetáculo, o formato publicitário, encontra-se disseminado, em variados níveis, também em toda a imprensa brasileira, inclusive os jornais e revistas considerados "sérios".

"A maior frequência, a maior insistência, a maior incidência, o maior destaque pode ocultar em vez de revelar".
(Greimas, 1986)

VIII. Análise do *Corpus*

VIII.1. O texto informativo.

Haja vista a combinação de informação, publicidade e entretenimento, precisamos definir o que vamos entender por “texto informativo” nesta pesquisa. A noção de gênero, como entendem Bakhtin (1992) e Fairclough (1995), é central. O gênero do discurso é um tipo textual específico construído a partir de convenções e práticas sociais (verbais e extraverbais) particulares que servem de constrangimento à produção e recepção do texto. Os gêneros moldam-se, articulam-se, combinam-se e competem a partir de séries de paradigmas e modelos de interação sociais, históricos, culturais e lingüísticos, a que chamamos ordem dos discursos.

Como elucida Pedro (1997:293-294), definir o texto informativo (reportagem) como um gênero significa compreender que, num jornal impresso, ele estabelece um (e se estabelece em) contraste com outros gêneros (editoriais, entrevistas, artigos de *opinion makers*). A análise visa a explicitar e interpretar os modos como as operações enunciativas resultam de escolhas contextualizadas, não apenas de caráter lingüístico, mas social, político, cultural e ideológico, vinculadas às representações ideacionais dos produtores, além das relações e as construções de identidades de produtores e receptores.

Assim, ao se materializar, um texto verbal (ou de qualquer natureza semiótica) explicita sempre o conjunto de opções (e seus condicionamentos), que funcionam em diferentes níveis numa organização hierárquica. Por isso, além de como e por quê algo foi dito, necessita-se questionar ainda “o que falta”, o não-dito em vários níveis (como a escolha de um adjetivo particular, quando havia condições materiais para outros serem enunciados; a ausência de uma fonte; etc.). Acreditamos que esta proposta analítica do discurso (baseada em Pinto, 1999; e Fairclough, 2001) converge com a noção gramsciana de que o ponto de vista crítico deve ser o mais abrangente possível, isto é, incorporar as possibilidades ausentes e estabelecer as relações sociais pertinentes.

A ordem do discurso pressupõe, então, a coexistência de diferentes gêneros do discurso na elaboração do texto informativo. A partir da distinção elaborada por Fairclough (1995) entre a “história real” e a “apresentação da história real”, e de Pedro (1997:294), podemos delimitar as condições para a análise do texto informativo:

- 1- A história real constitui-se como tópico ou assunto comum aos meios impressos. A apresentação da história real varia para cada um desses sujeitos semióticos.

- 2- Esta variação não se subsume ao estilo do jornalista. As escolhas ideacionais e interpessoais estão presentes nos modos de sedução, interação e mostração nos quais materializamos uma representação particular do mundo, estruturamos identidades (a nossa e a forma como percebemos a identidade do outro). As escolhas enunciativas, portanto, posicionam emissores e receptores em determinados lugares de fala (ou posições de sujeito). Elas não remetem, enquanto linguagem, apenas a um sistema de simbolização abstrata, mas a um elemento constitutivo da estrutura social e estruturador da vida concreta dos sujeitos em interação.
- 3- Nestas escolhas textuais, estão presentes o ideológico do discurso (o modo específico da sua constituição e operação) e as relações de poder que revelam as estratégias (dimensão pragmática dos efeitos de sentido, ou seja os propósitos conscientes e inconscientes alcançados a partir do domínio das convenções sociais e de uso, que regulam a enunciação e a produção de sentidos) com que justificam o próprio posicionamento e o posicionamento particular que construíram para os seus leitores. Essas estratégias são consideradas aqui a partir das teorias pragmáticas que consideram a linguagem em uso uma forma de ação sobre o real, não a sua mera representação.

VIII.2. Implicatura, acarretamento e pressuposto

Na introdução desta pesquisa, ao estudarmos a categoria de “dispositivo estratégico”, vimos como o recorte da realidade efetuado por um pesquisador atua no modelo explicativo que ele usa na produção de sentidos e conhecimentos. Ou seja, qualquer recorte intelectual da realidade, feita pelo pesquisador ou pelo jornalista (ou em qualquer situação que busque produzir um conhecimento do mundo) participa da explicação da realidade que se quer conhecer, atribui sentidos, a classifica e hierarquiza, passa a constituir o próprio objeto de análise.

Ao instituímos “parâmetros” para a intervenção social, um dos nossos objetivos também foi explicitar os princípios com que efetuamos o recorte metodológico que aplicamos ao *corpus* da pesquisa, com a consciência de que eles não são referências neutras, mas elementos construtivos do objeto em estudo. Como ensina Fairclough (2001:114-115)), a perspectiva intertextual enfoca a historicidade dos textos, a maneira como eles integram cadeias de comunicação verbal (e assimilam, contradizem, ecoam

ironicamente fragmentos de outros textos). Mas uma abordagem intertextual crítica, com ênfase na mudança discursiva, necessita estar ligada a uma teoria de mudança social e política, que permita a investigação da mudança discursiva dentro de um quadro mais amplo que a relacione com os processos de mudança social e cultural. A teoria gramsciana da Hegemonia e a construção de parâmetros críticos para a intervenção na esfera pública atendem a essa exigência aludida por Fairclough.

Como dissemos, tenham ou não consciência disso, também os jornalistas recortam e interpretam a realidade a partir de pressupostos que materializam paradigmas e modelos explicativos. Estes se manifestam e deixam marcas na superfície textual, que podem ser reconhecidos por uma leitura crítica e atenta. Para isso, precisamos definir alguns instrumentos conceituais que nos podem ajudar a explicitar tais paradigmas e estruturas conceituais presentes nos textos informativos.

As noções de implicatura¹, acarretamento e pressuposto remetem à produção de sentido resultante da exploração de informações e expectativas dos participantes de um contexto de comunicação. Em geral, os enunciados proferidos numa situação atendem a uma expectativa dos interlocutores de que haja informações relevantes, que devem ser interpretadas na sua literalidade. No célebre exemplo de Grice, as regras “conversacionais” obedecem a uma lógica própria, quando os falantes engajam-se numa conversa (ser breve, relevante, tão informativo quanto exigido no momento da conversa, etc.). Por dominarem de algum modo as regras, os interlocutores podem explorá-las para produzir sentidos diferentes. Assim, ao receber de um conhecido o pedido para que redigisse uma carta de indicação a um emprego para o qual o candidato não tinha as qualidades exigidas, um professor escreve que se trata “de um bom homem, com uma boa caligrafia”. O sentido implícito produzido é, claramente, o oposto do pretendido originalmente.

Rebello (2000:96) mostra que em frases como “Bela e bandida”, a conjunção “e” expressa uma significação só apreensível pela leitura em conjunto do texto ou pela verificação de uma relação de habitualidade ou convivência em alto grau entre emissor e receptor, capaz de habilitá-lo à interpretação. É preciso confiar que o receptor faça as inferências necessárias para preencher as lacunas automaticamente. Trata-se de uma

¹ Na exposição dos conceitos, fazemos uma síntese dos conceitos a partir de Danilo Marcondes (1992), Rodolfo Ilari e João Wanderley Geraldi (1999), José Rebello (2000), Milton José Pinto (1999), Fairclough (2001) e Van Dijk (1997, 145-154).

relação não pressuposta nem dita: o implícito discursivo. É uma forma de dizer sem os riscos de fazê-lo explicitamente, num apelo à cumplicidade do receptor. De transferir ao receptor a responsabilidade que seria do enunciador, beneficiado pela eficácia da palavra e a inocência do silêncio (Ducrot).

O implícito do enunciado diz respeito ao seu conteúdo. O da enunciação, refere-se ao estatuto do enunciador. O implícito do enunciado revela-se na cadeia de proposições por uma lacuna só preenchível pelo destinatário. O implícito da enunciação refere-se à condição de validade da enunciação realizada. Por exemplo, uma interrogação pode não buscar uma resposta, mas exibir o direito de interrogar (de criticar). Já a pressuposição foi teorizada por Frege. Observemos a oração: “Kepler morreu na miséria”. Há aí dois enunciados distintos, “Kepler morreu” e “quando Kepler morreu, ele estava na miséria”. Além do desdobramento, Frege chama atenção para dois pontos fundamentais.

- 1- A negação da frase original (ele estava na miséria), afeta o segundo enunciado (ele morreu na miséria), mas não o primeiro (Kepler morreu). A este último, que não foi negado, Frege chama de pressuposição. Uma oração pressupõe outra quando a verdade ou a negação da primeira afeta a verdade da segunda. A relação de pressuposição resiste à negação ou à interrogação (Kepler morreu na miséria?).
- 2- A informação pressuposta é a condição de emprego da oração que a pressupõe. Não se discutiria se Kepler morreu ou não miserável, sem a certeza de que ele morreu nem de que isso de alguma forma seja de conhecimento dos interlocutores.

A pressuposição pode ser enfocada ainda como um mecanismo de atuação no discurso (Ilari e Geraldini, 1999:63). Uma vez que as pressuposições não são passíveis de negação, o locutor as utiliza para impor ao seu interlocutor um quadro em que o discurso necessariamente vai se desenvolver. Trata-se de um recurso que o locutor emprega ativamente para direcionar a comunicação, para impor uma “verdade” por trás das informações passadas. Em “a favela pede paz” (EXTRA, 28 de maio de 2002), é imposto ao leitor o pressuposto é de que lá se vive uma guerra sem fim. Uma verdade que não pode ser contestada, sob pena de obstruir o diálogo. O mesmo se pode dizer em relação à seguinte pergunta, estampada em letras garrafais na primeira página de um caderno especial: “O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?”. Toda pergunta ou “pedido” envolve um contexto e, mais ainda, uma resposta ou possibilidade já ofertadas como pressuposto.

A pergunta e o pedido parecem inocentes, mas obrigam o interlocutor a compartilhar o preconceito (a idéia historicamente inverídica) de que as favelas sempre viveram em guerra ou ainda, que os favelados constituem a população de um território à parte da cidade, cuja ocupação se submete não à lógica da cidadania, mas à do *apartheid* e da guerra. O leitor é estimulado a dividir os mesmos estereótipos que orientam as redações dos jornais. Rebelo (2000:92) procura definir esse tipo de pressuposição como “pragmática”. O enunciado de uma frase pressupõe que o seu contexto seja apropriado. Os aspectos pressuposicionais de uma situação de comunicação delimitam o contexto, as condições a serem satisfeitas para a realização de um ato ilocucionário. Assim, um saber anterior (pressuposto, portanto, inquestionável) contextualiza o saber novo (que pode ser negado) contido num enunciado. O pressuposto é, então, uma imposição ao leitor do jornal, cuja liberdade de duvidar limita-se ao saber novo.

Rebelo (ibidem:93) mostra dois mecanismos possíveis de imposição de conteúdos pressupostos:

- 1- Conversão sintática, pela qual o enunciado é colocado da voz ativa para a passiva ou vice-versa. Em “o novo secretário elogiou a polícia”. O pressuposto é de que há um novo secretário. Há dúvida sobre o elogio. Em “a polícia foi elogiada pelo novo secretário”. O pressuposto é que a polícia foi elogiada. A dúvida paira sobre se foi o novo secretário quem o fez.
- 2- Intervenção no eixo sintagmático, com acréscimo de novos saberes. Em “a nova polícia do Rio é eficiente”, a contestação recai sobre a eficiência. Em “a nova polícia do Rio é eficiente e respeita os direitos humanos”, empurra-se a contestação para o novo saber introduzido.

Nem sempre há pressuposição quando o conteúdo se desdobra. Quando a relação é fraca, acontece o acarretamento (quando a verdade da primeira oração impõe a verdade da segunda). A noção de acarretamento liga-se a uma inferência possibilitada apenas com base no sentido literal de uma expressão (enquanto a implicatura, por exemplo, remete ao contexto de comunicação). O acarretamento também se distingue da relação de pressuposição (embora toda pressuposição possa ser considerada uma relação complexa de acarretamento). A relação de acarretamento é frágil porque não resiste à negação.

Como exemplo, podemos desdobrar o enunciado:

- 1- "Benedita vê razão política nos boatos".
- 2- "Havia razão política nos boatos".

Embora a verdade de (1) acarrete a verdade de (2), a negação de (1- "Benedita não vê razão política nos boatos"), é compatível com uma situação de comunicação em que (2) fosse falsa. Assim, no acarretamento, a verdade da primeira oração é determinante da verdade da segunda (ao contrário da pressuposição, que resiste aos efeitos da negação). Em resumo, a oração "Benedita vê razão política nos boatos" não faz sentido no caso da negação de 2: "não havia razão política nos boatos".

VIII. 3. Modos de dizer: mostrar, interagir e seduzir

Milton José Pinto (1999:61-65) mostra que o processo de comunicação, a linguagem verbal, as imagens e outros sistemas semióticos, possuem três funções básicas e inseparáveis:

- Construir o referente ou universo de discurso (ou mundo) do qual seu texto fala (função de mostração);
- Estabelecer os vínculos socioculturais necessários para se dirigir ao seu interlocutor (função de interação);
- Distribuir os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida (função de sedução).

A mostração consiste em designar e descrever objetos ou pessoas de que se fala, estabelecer relações entre elas e localizá-las no tempo e no espaço, a partir da idéia que se tem do suposto universo compartilhado com o receptor. Ao construir o universo de discurso em jogo, o emissor demarca a fronteira entre os conhecimentos que assume e os que ele atribui ao receptor ou que ambos compartilham. Esta distribuição é parte essencial da constituição do enunciador e do coenunciador em qualquer texto.

Para textos em linguagem verbal, temos como exemplo:

- As escolhas lexicais e o emprego de operadores referenciais (artigos, pronomes definidos ou indefinidos e quantificadores numerais ou não, em sintagmas nominais, ou seja, partes de uma frase cujo núcleo é um substantivo, e os lógicos de descrições);

- Operadores do tempo e de aspecto, como desinências de conjugação dos verbos, verbos auxiliares, alguns advérbios (no interior de sintagmas verbais).

A interação consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio. O problema do emissor é o de reproduzir as hierarquias sociais reconhecidas no interior da instituição em que o processo de comunicação se dá, reforçando-as, ou de tentar modificá-las segundo determinada estratégia persuasiva.

Para textos em linguagem verbal, temos como exemplo:

- Por meio de operadores de modalização (que envolvem toda a frase, como a escolha de determinadas formas e estruturas gramaticais): frases assertivas, interrogativas ou imperativas; modificações da ordem direta (sujeito + verbo + complementos + adjuntos) por operações como a topicalização (que traz para o primeiro lugar da frase qualquer outro elemento da estrutura frasal, que não o sujeito), ou pelo uso da voz passiva;
- Por meio de operações de hierarquização no encadeamento de orações dentro de uma mesma frase (justaposição, coordenação, subordinação e nominalização, etc.). Pela escolha de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios com valor modal (provável[mente], possível[mente], possibilidade, dever, poder, etc.). Pela escolha de verbos com valor performativo (que empregados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, indicam a execução de uma ação verbal, como ordenar, declarar, batizar, etc.).

A sedução consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos (ou eufóricos) e negativos (ou disfóricos), além de procurar demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles. De modo parecido com o da interação, o problema que o emissor tem de resolver é o de reforçar os valores hegemônicos vigentes no interior da instituição em que se dá o processo de comunicação ou de procurar modificá-los pelo emprego de novas estratégias persuasivas, possibilitadas por mudanças nas condições sociais de produção.

Para textos em linguagem verbal, temos como exemplo:

- Por meio de operações de modalização expressiva, que podem incidir sobre toda uma frase ou sobre qualquer parte dela (em “a insanidade das massas”, o comportamento da multidão é avaliado negativamente).
- A operação de modalização expressiva pressupõe a escolha do léxico: substantivos, adjetivos, verbos e advérbios que possam ter função avaliativa ou afetiva, mesmo que a avaliação não seja explícita (seja apenas sugerida por um efeito de sentido conotativo). Neste caso, a interpretação fica na dependência da contribuição do receptor.

VIII.4. O ato ilocucionário nos jornais impressos

Vimos que os atos de fala estão ligados a determinadas condições sociais (um contexto) em que são proferidos e a regras e instituições sociais. Eles se tornam ação por força de uma convenção, uma fórmula institucional (que, por sua vez, relaciona-se aos consensos sociais, portanto, à realidade social dos agentes). Assim, o fundamento dos atos de fala não é a ação de um sujeito, mas as convenções lingüísticas e os papéis sociais assumidos pelos atores. Nos jornais, as personagens e fontes já são denotadas pelos papéis sociais conferidos por uma instituição (vítima, bandido, presidiário, policial, professor, patrão, empregado, pai, mãe, eleitor, militante de uma ONG). O que já ocorre na vida de todo o indivíduo, o fato de exercer uma diversidade de papéis cotidianamente, nos jornais torna-se explícito. A publicização da vida é claramente demarcada pelo vínculo a uma instituição.

Em geral, esses papéis são ritualizados. O poder de um policial que dá voz de prisão deriva da instituição estatal que lhe autoriza a realizar tal ato por meio de fórmulas específicas. Talvez a ritualização fique menos clara no caso do “bandido” ou “presidiário”, embora dificilmente alguém negue que haja uma “cultura do crime”, com regras próprias de convivência ou que tais regras elevem-se a um verdadeiro estatuto nos grupos do crime organizado. Da mesma forma, o papel social de “mãe” existe pelo fato de a família ser identificada como uma instituição.

Todos são papéis sociais, estabelecidos inclusive pelo Direito. Bandidos e presidiários não podem ser torturados, têm direito a advogados, a ampla defesa. Os deveres e direitos dos pais para com seus filhos são regulamentados pela Constituição. Entretanto, a presença da instituição nestes casos nem sempre é visível, porque as fórmulas lingüísticas relacionadas a esses papéis advêm do mundo da vida, das

experiências vividas em múltiplos papéis e relações informais. Tais papéis sociais podem não ser tão ritualizados e formais como no caso da ordem de prisão de um policial. Embora os sujeitos individuais não se dêem conta disso, o sentido de suas falas depende de regras sociais e lingüísticas específicas, institucionalizadas, que estabelecem os lugares e as possibilidades de fala, além das próprias condições de produção do discurso (as circunstâncias em que determinados atos podem ser realizados).

Como vimos na reflexão de Fairclough sobre as propriedades construtivas do discurso e a construção de identidades (capítulo III), os sujeitos interagem com uma realidade material pré-construída, que determina um campo de possibilidades e significações que os interpela e lhes atribui papéis (embora não os impeça de agir criativamente e inovar). Mesmo as instituições e suas fórmulas não são independentes do discurso. Elas se constituem através da realização dos atos lingüísticos que produzem e que têm a função de reproduzir e consolidar sistemas de valores e regras de conduta.

Marcondes (1992:78-79) acrescenta que esse papel das instituições nos atos de fala permite pensar a formulação do ato performativo para além da primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo. Os atos de autoridade e aqueles ligados explícita e diretamente aos papéis sociais dos falantes indicam a possibilidade de formulação de performativos em outras pessoas gramaticais. Em “nós, os alunos, convidamos o professor para ser o paraninfo da turma”, a escolha (o performativo) é feita a partir de um direito ou dever estabelecido pelos estatutos da faculdade. O mesmo pode ser dito para fórmulas impessoais como “é proibido pisar na grama”.

Entendido assim, um enunciado sempre vai além do contexto imediato, pode possuir uma força ilocucionária mais ampla e até oposta ao aparentemente manifesto (como no exemplo de Grice, sobre a carta de recomendação, em que, de forma oblíqua, o candidato era declarado inepto para o cargo porque não tinha as qualidades pressupostas para ocupá-lo). Para a análise da força ilocucionária é fundamental, portanto, a análise dos pressupostos estabelecidos pelas convenções e práticas institucionais.

Na linha do argumento de Marcondes (*ibidem*:15-26), podemos dizer que, mesmo nas relações informais, as convenções referentes ao contexto e aos papéis sociais desempenhados pelos atores fundamentam o ato ilocucionário. E, como vimos, no capítulo II, os atos performativos também podem ser generalizados para todos os usos

da linguagem. Quando o relato do jornal descreve que o Comando Vermelho ameaça a sociedade, está implícito o seguinte ato: “(eu afirmo que) o Comando Vermelho ameaça a sociedade”. Isso significa que relatos, descrições e constatações e outras atribuições a falantes podem ser também atos efetivados, da mesma forma que os performativos.

Ainda no capítulo II desta tese, vimos que, a partir dessa percepção, Austin passa a considerar os atos constataativos e performativos como um conjunto, que ele vai subdividir em ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário. A partir dos estudos de H. L. Hart, Danilo Marcondes (ibidem:64) propõe ir além. Classificar como apenas “descritivas” as orações da forma “ele fez isto”, seria inadequado. A principal função destas orações seria atribuir a alguém a responsabilidade de um ato, de determinada ação. Assim, enunciar que “tráfico comanda ataque no bairro, com ônibus queimados e lojas apedrejadas” (O GLOBO, 11/9/2002), não significa descrever meramente a participação do tráfico no acontecimento, mas atribuir aos traficantes uma liderança e uma responsabilidade nesse episódio. Como assinala Marcondes, trata-se da coexistência de um duplo caráter descritivo-atributivo. As duas categorias não são excludentes e a atribuição de responsabilidade, na maioria dos casos, é a dimensão mais profunda da descrição.

VIII.5. O Entretenimento como Ideológico do texto informativo no jornal impresso

Na apresentação do livro de Antonio Serra (1980:11), Muniz Sodré faz uma instigante análise de sobre o uso do *fait-divers* pelos jornais ditos “sérios”:

“Quando a imprensa dita ‘de qualidade’ nos fala ou nos mostra, em reportagens, os ‘homens de ouro’ da polícia em plena sessão de treinamento de combate (judô, tiro ao alvo, etc.), o texto ou as imagens não nos passam pura e neutra informação. Trata-se, antes, de uma operação mítica: a reportagem produz os seus efeitos a partir do fascínio dos crimes que poderão ocorrer e ser combatidos pelos ‘bravos de outro’. O real é encenado e, por antecipação, resolvido, como na magia”.

Assim, Sodré estende o conceito de *fait-divers*, teorizado por Barthes como “um tipo popular de informação que enfoca o anômalo e teratológico do fato, usado para narrar a história em função de um espaço fechado sobre si mesmo, intemporal, voltado para a essencialidade de um Destino” (ibidem). Portanto, uma categoria que explicita a dimensão interpretativa a-histórica, ficcional e folhetinesca dos fatos, operada pelos jornais populares. Para Sodré, o *fait-divers* é mais que uma simples categoria, ele é uma grade sistemática de elaboração da notícia, tanto na imprensa “de qualidade” como na

“popular”. Em todos os jornais impressos, a ficcionalização do fato (e da vida cotidiana) é oferecida como mercadoria.

Este conceito de *fait-divers* é aceito nesta pesquisa. A partir dele, propomos que a principal característica ideológica da “colonização” do gênero jornalístico pela publicidade se manifeste nesta hipertrofia da dimensão da narrativa de entretenimento e *fait-divers* no texto informativo (na angulação dos fatos pelo entretenimento como mercadoria). O recurso ao entretenimento como elemento persuasivo central do texto informativo tem consequências ideológicas importantes, que deixam marcas nos modos de dizer dos jornais. Para deixar clara essa questão, vamos fazer um estudo de caso, nos jornais cariocas de 15 de maio de 2002.

O Dia, edição de 15 de maio de 2002

Na primeira página, o jornal O DIA publica uma enorme foto centralizada (34 cm de altura e 17,5 cm de largura) de uma jovem de classe média. Despojadamente vestida, com uma calça jeans, camiseta branca sem mangas, tamanco, unhas pintadas, ela tem cabelos castanhos claros e cútis branca. Na foto, ela ajeita a alça da camiseta, o que deixa entrever de forma sensual o contraste da pele bronzeada com as marcas brancas da parte de cima do biquíni. Ao lado da sua cabeça, o título todo em caixa alta (que vaza a foto) reforça os valores expressivos da sensualidade:

TÍTULO: “BELA e BANDIDA”.

Logo abaixo, em fontes de dimensão menor e estendendo-se até a altura do ombro, um conjunto de cinco enunciados em estilo telegráfico:

TEXTO

- 1- Gisele Ribeiro da Fontoura.
- 2- 22 anos
- 3- Estudante de Direito
- 4- Moradora de Copacabana
- 5- Presa em flagrante com ladrões de carro.

Bem abaixo, mas ainda dentro da foto e iniciando-se na altura da cintura da jovem, a chamada para três outros assuntos. Na última coluna à direita da página (já fora da foto), o título em fontes menores de outra matéria:

TÍTULO: “Atentado a Bomba em secretaria de estado”.

Segue-se o texto:

TEXTO

“Bandidos em duas motos e dois carros jogaram explosivo no prédio da Secretaria de Direitos Humanos e sede do Desipe, em Botafogo. Eles balearam segurança e deixaram cartaz com ameaças, assinado pelo comando Vermelho. Na fuga, carro da PM foi atacado na entrada do Túnel Santa Bárbara. Página 9”.

O jornal escolhe dar uma classificação hierárquica superior à matéria de uma jovem universitária presa por um crime banal, o furto de um automóvel, em detrimento de um ataque a instituições estatais. Um atentado à bomba, reivindicado pelo crime organizado, justamente contra a secretaria de estado responsável por atuar nas denúncias contra os desrespeitos aos direitos da pessoa humana e outra instituição responsável por gerir as penitenciárias do estado (onde se encontram os principais chefes do tráfico).

A imagem tornada ainda mais espetacular pelas suas dimensões (que a fazem cobrir 2/3 da página) é acompanhada de um texto também em estilo publicitário. O jornal topicaliza o nome e o sobrenome da jovem, numa estratégia que enfatiza seu pertencimento a uma família, valor expressivo tradicionalmente atribuído às camadas médias. Em seguida a sua juventude (22 anos de idade) e o fato de cursar a faculdade de Direito.

Depois, o detalhe de ela residir na zona sul da cidade, em Copacabana. Esses enunciados, ao mesmo tempo em que, por inferência, constroem um modelo para que o leitor interprete o delito criminoso da jovem, adia o proferimento do delito, numa estratégia de criação de suspense comum ao *marketing* e a outros produtos da indústria cultural. Por último, enuncia-se o delito: presa em flagrante com ladrões de carro.

A enumeração de detalhes biográficos da jovem (em vez da mera verbalização do fato) até a narrativa do geral (o “fato” ou crime cometido) é parte da forma da notícia em estilo literário, do entretenimento. Trata-se de adotar como eixo narrativo não o fato, mas a personagem (chamaremos tal técnica de “personificação”). A ponte entre o particular e o geral é feita pelo *fait-divers* (a polêmica social atemporal), descrito no título: “BELA e BANDIDA”.

O padrão de beleza feminina, reivindicado no título, é o de classe média, que contrasta com a opção delituosa. Por isso houve a topicalização do adjetivo bela, considerado mais importante que o adjetivo “bandida”. Na verdade o conectivo “e” deixa implícito o estranhamento.

O que quebra as expectativas sociais é a construção da identidade feminina considerada positiva (jovem, bela, de família de classe média) em oposição à ação delituosa empreendida. Esta não é a identidade esperada para uma mulher de opção marginal, de uma “bandida”.

Assim, no nível da lexicalização, temos um enunciado altamente ideológico e estereotipado, que pressupõe, em primeiro lugar, um sistema classificatório em que há uma relação direta da identidade dos bandidos (e dos crimes contra a propriedade) com a origem de classe social. Em segundo lugar, com a identidade de gênero. O delito é tão mais inaceitável porque a mulher é “bela”.

Implicitamente, tais características são rejeitadas do campo de escolhas que compõe as identidades das pessoas das camadas médias e abastadas da sociedade. Estabelece-se a relação linear entre criminalidade e pobreza e uma oposição entre sensualidade, beleza e crime. Essas relações são tratadas como uma “evidência”.

O jornal confia compartilhar a tal ponto esse saber com o leitor que adota o estilo contundente das frases telegráficas, sem maiores explicações, deixando ao senso comum o preenchimento das lacunas por inferência. O DIA posiciona-se como dono de uma verdade inquestionável que ele, ao espetacularizar, reafirma. Além da metonímia (a jovem é tomada por todo um grupo social), a figura de linguagem que aí atua é a hipérbole (pelo sensacional). O exagero da publicização reforça a dimensão de “exceção”, enfocada pelo jornal.

Mas a dimensão ideológica mais importante, a nosso ver, ocorre na proeminência dada a esse assunto, em comparação ao ataque do crime organizado à Secretaria de Direitos Humanos. Tal distinção revela-se nas diversas operações enunciativas, na dimensão da foto, no destaque do título, enfim, em todos os elementos do “sensacional”, descritos acima. Esse conjunto do dispositivo textual se completa com a diferença de tratamento.

Na chamada de primeira página, não há foto e a narrativa é a de um *lead* tradicional. O título possui apenas nominalizações, sem que se determine o sujeito. Em “Atentado a bomba em secretaria de estado”, não há referência aos Direitos Humanos nem artigos definidos. Trata-se de uma entre tantas secretarias do Executivo estadual.

No texto que se segue, os sujeitos do atentado enquadram-se também na categoria “bandidos”, que aparece em destaque no início da oração. O editor poderia ter escolhido

“criminosos”, “traficantes” ou “membros do Comando Vermelho”. O substantivo bandidos utilizado acaba por contaminar a semantização do adjetivo “bandida”, que designa a jovem.

Comparativamente à matéria anterior, construída a partir do *fait-divers*, há pouco destaque a um fato de grande relevância pública, uma explosão num prédio de uma secretaria do governo estadual, responsável por zelar e administrar pela política dos direitos humanos. A dimensão é ainda mais relevante pelo delicado momento político, em que houve alterações na política de segurança pública e também ocorreu a transferência de um poderoso chefe do narcotráfico, Fernandinho Beira-Mar, para o Rio de Janeiro.

Na página 8, há um pequeno título referencial “polícia”. A jovem recebe o mesmo destaque que recebera nas operações enunciativas da primeira página. Repetem-se as qualidades e adjetivos, em estilo bem coloquial:

TÍTULO: “Jovem, gata e perigosa”.

Temos aí o registro de conversacionalização do ambiente jovem, da utilização do registro informal do mundo da vida (na gíria “gata”). No subtítulo, uma série classificatória reafirma qualidades de uma jovem de classe média, com destaque para a escolaridade. Isso ocorre não apenas porque seja superior à da maioria dos leitores dos jornais populares, mas também porque se trata de uma carreira ligada às garantias legais e à ordem pública:

SUBTÍTULO: “Estudante de Direito, moradora de Copacabana, é presa por suspeita de roubo de carro em prédio”.

Ela não apenas mora na zona sul, mas frequenta universidade, conhece leis, abraçou uma profissão de reconhecido status na sociedade brasileira. Reitera-se o implícito de se tratar de uma “aberração”.

A introdução da expressão “por suspeita de” contrasta com as adjetivações “bandida”, “perigosa” em tom francamente acusatório, no título. Provavelmente, trata-se de um expediente do jornal, um “ajuste”, para se proteger de sucessivas perdas indenizatórias na Justiça, sofridas pelos jornais populares por desrespeito ao direito constitucional da “presunção de inocência”.

Embora menor, a foto da jovem continua a ocupar o centro da página e a possuir uma grande dimensão. Agora, ela aparece entre dois homens. Na legenda, pode-se ler:

LEGENDA: "A ESTUDANTE [destaque do jornal] Gisele, Carlos Alberto (E) e Luiz Augusto podem pegar até oito anos de cadeia".

A jovem novamente é posta com destaque no início da frase. Apenas ela é identificada pela posição social (estudante) na legenda. Ao lado, há um Box, com um título referencial "depoimento". Abaixo, em fonte branca contra um fundo negro, lê-se "LUNA DE ABREU, estudante, 18".

Abaixo, uma foto de uma jovem, em dimensão bem menor. Embaixo da foto, entre aspas, lê-se "Eu não era amiga dela". Segue-se o testemunho da jovem que acusa Gisele de ter usado o nome dela para entrar no prédio e facilitar o roubo. As duas teriam se conhecido há um mês por amigos comuns. Novamente, há a simulação da informalidade.

No depoimento, a jovem parece falar diretamente aos leitores. O jornal se oferece como mediador neutro, "espelho da realidade". Para reforçar o caráter absurdo da opção de Gisele, a instituição dos laços comunitários (a voz dos "amigos da rua") é trazida para o jornal, simulada como fala direta. Novos dados são inseridos na construção da identidade de Gisele como uma pessoa manipuladora, que instrumentalizou os conhecidos e os laços "institucionais" da amizade para roubar.

No depoimento, a jovem revela suas impressões sobre Gisele, que reiteram valores bem recebidos em ambientes familiares de classe média: "Ela estava sempre bem vestida, fala muito bem, não usa gírias". Reafirmam-se valores culturais próprios a uma posição social que não pertence à identidade do bandido. Pelo elemento de estranheza do delito em relação ao grupo social a que Gisele pertence, temos a construção da identidade fundamental dos pobres como potencialmente criminosos.

Abaixo desse primeiro Box, há outro, menor, com o título "classe média". Pelo tipo de estratégia enunciativa designada por "anáfora", o jornal revive uma série de delitos criminosos de jovens de classe média. Dois jovens de 16 e 18 moradores de Copacabana que tentavam roubar um caixa eletrônico. Em "fevereiro de 2000" (portanto, há dois anos do crime de Gisele), um jovem preso que chefiava uma quadrilha de assaltantes de caixas eletrônicos. E Mauricinho Botafogo, célebre assaltante de residências.

A escolha de um caso ocorrido dois anos antes e de um assaltante notório produzem antes um efeito de raridade do que de habitualidade. O efeito de sentido produzido por essa anáfora é o de "denegação". Trata-se de um conceito freudiano

usado para designar um processo defensivo. Ele consiste de enunciar desejos, pensamentos, sentimento, sem os reconhecer ou admitir explicitamente (Rebelo, 2000:106). Trata-se de uma estratégia coerente com o sentido global da matéria, de reafirmação dos valores expressivos de estranheza e exceção.

Ao afirmá-los como exceções, num Box que destaca que “jovens de classe média também cometem delitos” (repare-se o uso de “também”, para introduzir a informação surpreendente), o que se faz é negar o ato delituoso como parte do universo da classe média. Implicitamente, acaba-se por identificá-lo às camadas populares, mas sem que o jornal precise explicitar isso. Ele deixa ao leitor (ao senso comum) a responsabilidade de fazê-lo.

Abaixo da foto grande da quadrilha, e à esquerda do Box (1) com o título “classe média”, há outro Box (2).

TÍTULO (B2): “Os três presos pretendiam vender Palio por R\$ 1 mil”.

Lado a lado, os dois títulos dos Boxes estão na mesma linha horizontal, com a mesma fonte, no mesmo tamanho, com o mesmo fundo rosa. Visualmente, formam uma continuidade: “Os três presos pretendiam vender Palio por R\$ 1 mil”; “Classe média”. Lidos os títulos nesta continuidade, o valor obtido com o roubo do carro é contrastado com a indicação da origem social de classe média. A quantia, então (que ainda seria dividida em três partes), chama a atenção pelo valor módico que ficaria em poder de Gisele, se levarmos em conta a sua origem social.

Isso permite uma série de especulações sobre os motivos do crime: aventura, adrenalina, loucura da juventude. Mas também, remete àquela justificativa identificada no senso comum por Alba Zaluar como a do “criminoso nato”, a quem não adianta dar bons colégios e educação, pois “não tem jeito”. Uma justificativa, claro, generalizável a todos os segmentos sociais (especialmente aos pobres) por estar acima das questões culturais, de cidadania ou origem social.

Em quaisquer das acepções, a questão não gira em torno dos direitos. O acesso diferenciado da jovem a bens de cidadania, como o ensino superior, não causa surpresa pelo que representa em termos de inclusão social, mas pela questão de ter ou não dinheiro (pela capacidade de consumido que a sua condição social lhe proporciona). Em vez de problematizar as hierarquias no acesso a direitos, constrói-se a questão em torno

da identidade “normal” x criminoso (outra versão da identidade contrastiva “trabalhador e bandido”).

Vimos ainda que uma regra básica da redação jornalística é uma abertura em que o fato principal, de maior relevância, é destacado. A técnica da pirâmide invertida é aplicada para selecionar e hierarquizar os dados principais. Tanto o *lead* tradicional como as narrativas mais literárias devem respeitar esta regra.

No início do *lead*, a escolaridade e a origem social da jovem ladra são repetidas com o acréscimo de alguns detalhes.

“A estudante do 6º período de Direito da Universidade Estácio de Sá e moradora de Copacabana Gisele Ribeiro da Fontoura, 22 anos, foi presa na segunda-feira, às 21h30...”

Publicada na quarta-feira, a reportagem somente agora deixa claro que a prisão sequer ocorreu no dia anterior (em que ocorreu o atentado à secretaria de Direitos Humanos). Ainda no *lead*, no segundo período, conhecemos as qualificações dos acompanhantes da jovem.

“Gisele estava com o primo, o desempregado Luiz Augusto Lisboa Filho, 27, e o motorista de ônibus Carlos Alberto dos Santos, 44”.

Um desempregado e um trabalhador manual pobre (motorista de ônibus) parecem não causar estranheza por participarem de delitos criminosos.

Na página 9, também há o título referencial “polícia”. O título da reportagem sobre o atentado é também uma nominalização: “Ousadia explosiva”, em fontes de dimensão bem grande. No subtítulo, em fontes menores, mas de tamanho razoável, pode-se ler:

“Bandidos em duas motos e dois carros jogam bomba em sede do Desipe, em Botafogo, e atiram contra segurança”.

Como na matéria anterior, o subtítulo está em duas linhas, que são separadas do título e do texto e fotos abaixo por dois fios bem finos. Título e subtítulo ocupam cinco colunas do jornal. Abaixo do subtítulo, a primeira coluna é ocupada pelo *lead*. As quatro colunas ao lado são ocupadas por três fotos. Na primeira, de duas colunas, há dois carros com os vidros quebrados.

LEGENDA: “CARROS que estavam na rua da secretaria tiveram vidros quebrados”.

A segunda foto é a de duas cartolinas azuis colocadas no chão e na cadeira de uma sala. Em vermelho, aparecem as siglas “CV”, “RL” e “PJL”.

LEGENDA: “Bandidos deixaram cartazes com ameaças”.

Na terceira foto, aparece a foto de uma mulher, num enquadramento do tipo 3X4.

LEGENDA: “VÂNIA está certa de que foi atentado”.

Chama atenção o desaparecimento da Secretaria de Direitos Humanos no conjunto Título-subtítulo. O enfoque privilegiado é agora também para valores e temas atemporais (o *fait-divers*), em especial a “ousadia”, destacada no título. Segue-se a narrativa dinâmica das ações dos bandidos, que são topicalizados (colocados no início da oração).

O destaque para a instituição policial do Desipe serve de contraponto à ação marginal. Temos aí a presença de outro modelo explicativo da violência no Rio, o da “metáfora da guerra entre policiais e bandidos”, para qual convergem as narrativas maniqueístas, referente às disputas do bem *versus* mal (própria à cultura religiosa mas também aos filmes de *Hollywood*, novelas, etc).

Na abertura da matéria, não há o *lead* tradicional. No primeiro período, procura-se um relato imagético, pela exploração dos detalhes. A imagem criada lembra um filme de ação:

“Um forte estrondo, um clarão, tiros e pânico”.

No segundo período, a narrativa passa à descrição do fato, apenas com a introdução de alguns detalhes.

“Bandidos lançaram um explosivo, às 20h40 de ontem, na frente do prédio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e do Desipe em Botafogo, e também atiraram contra o cabo bombeiro Sidney Saldanha Rozescolato, segurança da secretária Vânia de Jesus Santana, ferindo-o no peito”.

No terceiro período, utiliza-se o testemunho dramatizado de uma personagem para inserir a interpretação do fato.

“Não tenho dúvidas de que foi um atentado contra a secretária”, disse Vânia, chorando, muito nervosa”.

As dimensões políticas do atentado, as possibilidades de alianças entre facções do crime organizado no Rio e em São Paulo, tudo é relegado para os parágrafos seguintes. Inclusive o fato de a ação ser apresentada como uma reação (auto-justificativa ou “racionalização”) às novas políticas adotadas pelo governo petista em relação à política de segurança. Um dos cartazes deixados pelos bandidos traz escrito:

“Chega de opressão. Daqui pra frente, pra qualquer ação arbitrária com nossos irmãos na cadeia será dada resposta à altura (na bala)”.

Mas isso só pode ser lido no sexto período do terceiro parágrafo, quando o leitor pode se informar também da assinatura do Comando Vermelho. O relato da queixa dos criminosos fica no nível descritivo. Nada disso serve de referência para qualquer problematização da questão dos direitos humanos. A existência do cartaz serve apenas ao tema da “reação” e “ousadia” dos criminosos.

A proeminência dada à matéria anterior (jovem mulher assaltante) e a narrativa sensacional da matéria sobre a secretaria dos Direitos Humanos revelam a maneira como o jornal constrói a identidade do seu leitor-médio. Trata-se de um leitor pensado como alguém a quem se deve, antes de tudo, seduzir pelo entretenimento, mesmo que as conseqüências sejam a secundarização de um acontecimento de um tema de maior relevância social e da questão dos direitos.

O jornal EXTRA

A primeira página do jornal EXTRA dá amplo destaque ao atentado ao Desipe. A matéria ocupa lugar nobre da página. No alto, duas fotos são colocadas no centro e à direita do leitor. A imagem recebe tratamento privilegiado no roteiro de leitura proposto pelo jornal, ao vir antes do (no caso, acima do) título. A foto central é a do cartaz com as ameaças. Ao lado, um policial com arma na mão observa uma sala destruída.

Há apenas uma legenda de duas linhas para as duas fotos.

LEGENDA: “O cartaz com ameaças, deixado no local pelos bandidos. Quando a polícia chegou, havia móveis tombados, janelas estilhaçadas e pânico nas ruas próximas. No prédio, além do Desipe, funciona a secretaria estadual de Direitos Humanos”.

Foto e legenda selecionam os tópicos considerados mais importantes. O cartaz com a explicação para o crime, o prejuízo ao patrimônio público, a hierarquização dos possíveis alvos: em primeiro lugar, o Desipe, depois, a Secretaria.

O título vem logo abaixo:

TÍTULO: “Bando ataca prédio do governo com granada e ameaça repetir atentado”.

O destaque vai para o sujeito coletivo “bando”, que ressalta a organização criminosa em vez dos indivíduos, os “bandidos”. A utilização do verbo no presente provoca um efeito de continuidade. A ação criminosa continua, pela ameaça presente no título e na foto do cartaz. A foto da destruição, com o policial cabisbaixo e impotente

(com a arma apontada para o chão) potencializa a força ilocucionária da ameaça. Os bandidos efetivamente acuararam as forças de segurança pública.

No texto que se segue ao título, pode-se ler:

“Após um dia de confrontos com a PM, um grupo de traficantes atacou à noite o prédio do Desipe, órgão que controla os presídios do Rio. Eles usaram fuzis, metralhadoras e jogaram uma granada no edifício da Rua Barão de Itambi, no Flamengo. A ação seria uma represália à prisão do traficante Celsinho. No local, foi deixado um cartaz em que eles ameaçam reagir com novos atentados. Um bombeiro foi ferido. O bando fugiu para Santa Teresa e na madrugada a polícia fez uma gigantesca caçada no bairro. (pág. 9)”.

A narrativa reforça o efeito de continuidade histórica, mas agora com enfoque para a metáfora da guerra. O pressuposto da guerra aparece no destaque inicial para o confronto dos traficantes com a PM, em que a explosão no Desipe teria sido a culminância. Em seguida, destaca-se o arsenal de guerra dos criminosos (fuzis, metralhadoras, granada). O período seguinte relaciona o ataque ao Desipe com a prisão do traficante Celsinho. A leitura/interpretação é facilitada pela oração explicativa “órgão que controla os presídios”. A guerra é o conceito forte (pressuposto), em que se apóia a ação dos bandidos.

A explicação oficial para a “represália” aparece com o uso do verbo na condicional “seria” (relação fraca, de conjectura). Assim, o jornal aceita com reservas a versão oficial de que os criminosos estariam atuando de forma violenta devido à mudança no trabalho da polícia, anunciado pela nova administração da Secretaria de Segurança Pública. Em vez de confrontos abertos e tiroteios (próprios à guerra nos morros), a polícia teria agora a orientação de reprimir os pontos de vendas e utilizar a investigação e inteligência para atuar nas áreas controladas pelos traficantes.

Ao contrário dos dois períodos anteriores, em que o relato jornalístico se apresenta como “fato”, agora o jornal apresenta a relação de represália como uma conjectura, ou seja, não se compromete com sua verdade. É claro que há várias possibilidades explicativas. Entretanto, o paradigma da “guerra” aí está presente direta ou indiretamente.

A noção de que o crime organizado não revida a morte de traficantes “em combate”, mas a ação de uma polícia que prende um traficante como resultado de uma investigação não é assimilável pela estrutura axiomática construída a partir da metáfora de que traficantes e policiais travam uma “guerra”, da qual o atentado é apenas mais um

capítulo. Assimilar a nova tese implicaria questionamento do pressuposto, o clichê da “guerra”.

No período seguinte, fala-se do cartaz, em que os criminosos ameaçam “reagir com novos atentados”. A manifestação pública da ameaça dos criminosos é comunicada pelo emprego do verbo “reagir”, que parece minimizar a responsabilidade do bando. Mas, se analisarmos todo o texto (coerência), a descrição das armas e poder de fogo dos criminosos, contrastada com a impotência policial, há um caso de implicatura. Potencializa-se a força ilocucionária da ameaça do crime organizado pela sua superioridade e desenvoltura para agir quando quiser. Por força da lógica identitária contrastiva (crime organizado forte x polícia fraca), a ameaça torna-se ação. A exemplo de O DIA, o *fait-divers* se impõe sobre a problematização dos direitos humanos.

“Um bombeiro foi ferido”, é uma oração que também pressupõe a fragilidade das instituições. O pressuposto é que o Desipe e a Secretaria de Direitos Humanos são protegidos por “bombeiros”, não por policiais. Este período e o anterior acentuam o aspecto de ficcionalização, o *fait-divers*, presente também nas fotos e na extensão da notícia para o futuro próximo pelo recurso de reiterar a ameaça de novos atentados.

No último período, o uso da palavra “gigantesca caçada” reafirma a metáfora da guerra. Toda guerra tem como efeito a restrição de direitos. Assim, os criminosos são animais (ou feras) a serem caçados, não seres humanos, portadores de direitos. O valor expressivo de “gigantesca” reforça a idéia de uma reação guerreira e o aspecto ficcional.

A matéria sobre a jovem assaltante de classe média também recebe um tratamento “sensacional”. No entanto, ela ocupa um espaço menor e menos nobre do jornal (à esquerda, da perspectiva do leitor). Ela recebe um destaque menor que a do atentado².

A estratégia de iniciar o texto informativo com a foto (de Gisele, enquadrada do colo até os cabelos) se repete. Abaixo, em vez de legenda, há um antetítulo:

ANTETÍTULO: “Jovem de classe média, estudante de direito e”.

Em seguida, logo abaixo, há uma tarja negra. Nela, a palavra “assaltante” está escrita em fonte branca e assume o lugar do título. Separados pela diagramação, antetítulo e título formam um único período, numa estratégia de adiamento do clímax próprio à publicidade.

² Optamos por fazer indicações breves em relação aos detalhes da diagramação. As matérias podem ser conferidas nos anexos desta tese.

A origem social tem proeminência, seguida da escolaridade. O jornal faz as relações de contraste de forma clara e direta, sem exigir inferências do leitor. Esta opção é ratificada no pequeno texto que se segue, em estilo “sensacional”, com o seu eixo narrativo centrado na personagem:

“Gisele Fontoura, 22 anos, estudante de direito, sempre teve tudo o que quis: freqüentou boas escolas e nunca precisou trabalhar. Ontem, ela foi presa em flagrante em Realengo, com um Palio roubado. Gisele estava com o primo Luiz Lisboa e confessou ter furtado o carro na garagem de seu prédio, em Copacabana. (página 3)”.

“Teve tudo o que quis”, “boas escolas” e “não precisar trabalhar” são clichês de forte apelo no senso comum popular. Lembram a “ética do provedor” teorizada por Zaluar, construtora da identidade do homem (chefe-de-família) e, pela lógica das oposições binárias (ou lógica identitária contrastiva), também da feminina (a mulher não precisar trabalhar fora é um sinal de que a família é “bem de vida”). Há uma relação ainda com uma ética do consumo em detrimento da questão do acesso aos direitos (de forma semelhante às operações enunciativas de O DIA, que analisamos acima).

Essa construção da identidade de Gisele torna o final do relato mais impactante. Junto com o primo, ela teria furtado um automóvel “na garagem do seu prédio (sic), em Copacabana”, o que faz o relato acentuar a dimensão de “absurdo”. Trata-se de um enfoque no *fait-divers*, cujo pressuposto é de que a criminalidade se relacione de forma determinista com a pobreza. Embora o jornal construa o seu leitor como alguém que anseie pelo entretenimento, isto não significou a redução da relevância social a segundo plano. O jornal espetacularizou as duas matérias, mas as classificou hierarquicamente pela relevância social. Neste caso específico, podemos notar que tal critério jornalístico não se contrapõe necessariamente ao entretenimento.

Em termos de repartição de poder, o jornal procurou impor as interpretações pelo uso reiterado de pressupostos, sem lacunas visíveis para inferências do leitor. Apesar do tratamento “sensacional” do texto, o jornal apresenta suas interpretações como “fatos” inquestionáveis. Ao contrário de O DIA, que simula repartir o poder com o leitor, ao propor lacunas para que ele preencha por inferências (sempre direcionadas, claro), o jornal EXTRA se pretende abertamente o dono da verdade.

O Globo e o Jornal do Brasil, 15 de maio de 2002

A primeira página do jornal O GLOBO traz amplo destaque para o atentado. A matéria ocupa o lugar da página invariavelmente dedicado aos temas da política e dos

atos de governo relativos à economia (no alto, seis colunas do centro para a direita do leitor). Redigido em grandes dimensões (o que deve ser considerado em seu aspecto de imagem), o título tem um claro enfoque político e espetacular (embora não haja fotografias).

TÍTULO: “Bandidos desafiam governo e jogam granada em secretaria”.

O destaque é para o sujeito “bandidos”. A escolha do verbo “desafiam” reforça o poder bélico e institucional dos criminosos e coloca o *fait-divers*, a temática atemporal, no centro interpretativo do fato. O pressuposto de alguém poder desafiar um governo é o de que se organize como uma instituição paralela de porte igual ou superior, como um “estado” ou um “exército”. Neste caso, o Estado (genérico) é identificado ao governo (gestor do Executivo de um estado federado). Em seguida, ainda apelando às inferências, o governo é identificado a uma política de segurança baseada nos Direitos Humanos (principal alvo do atentado na versão de O GLOBO, simbolizado pelo prédio da sede da secretaria).

Forma-se um novo pressuposto. A nova política do governo que acaba de ascender ao poder orienta-se pelos direitos humanos, o que parece fragilizar o Estado frente ao poder belicoso dos criminosos. Daí a separação entre governo e Estado, que não está presente, por exemplo, na primeira página do JORNAL DO BRASIL.

Em relação ao nível de hierarquização, no jornal O GLOBO, o desafio ao governo (a interpretação do fato) é visto com mais proeminência do que a informação propriamente dita, ou o relato do “fato” (jogar a granada). No encadeamento da informação, pela intervenção no eixo sintagmático, com acréscimo do novo saber (“e jogam granada”), o enunciado “desafiam governo” é colocado na ordem do pressuposto, portanto, do inquestionável.

Já no JORNAL DO BRASIL, a primeira página dá atenção especial a três ocorrências. O destaque principal é a possibilidade de Lula vencer no primeiro turno, com título em letras garrafais (imagem), subtítulo e a coluna da direita ocupada com o texto de apresentação.

Abaixo, com foto de seis colunas, o tema é Ronaldinho e a seleção brasileira. Abaixo, no centro, enquadrado em fios como um Box, há o conjunto título, subtítulo e texto em duas colunas, da matéria sobre o atentado.

TÍTULO: “Tráfico ataca o Estado”.

SUBTÍTULO: “Tiros e granada contra o prédio do Desipe e dos Direitos Humanos”.

Aí, o Estado não se confunde com o governo ou a unidade da federação e o Desipe volta a receber uma atenção hierárquica superior à Secretaria. O sujeito é mais específico. O atentado é produto dos traficantes, não de bandidos genéricos. Ao mesmo tempo, o sujeito engloba todas as organizações criminosas ligadas ao “tráfico”, que tem força de um coletivo amplo (não identifica uma fração). Trata-se de um uso metonímico. Não é o Comando Vermelho que é perigoso, mas todas as facções do tráfico.

Aqui o tratamento do texto é inteiramente subordinado às metáforas da “guerra” e do “estado paralelo”. O destaque do subtítulo vai para o poder belicoso e militar dos traficantes, com armas de guerra (granada), que reforça o pressuposto de que o tráfico equivale militarmente a um Estado.

A metáfora de que os traficantes e o crime organizado constituem um “estado paralelo” costuma compor o mesmo paradigma da metáfora da guerra. Já expusemos as reservas existentes a esta metáfora no capítulo VI. Poderíamos acrescentar que nenhuma das características que concorrem para fundamentá-la é suficiente para justificar tal interpretação.

O clientelismo dos traficantes tem origem em tradições comunitárias (Alvito) e na atuação política das máquinas partidárias formais (Maria Alice Rezende de Carvalho). Além disso, o clientelismo é prática corrente também no “mundo do Asfalto” (idem). O fato de se organizarem como um Exército é inverídico, pois a imensa maioria dos traficantes não participa das ações armadas (Alvito). Se não é pura coerção, também não é simples consentimento.

Muito menos, é o mundo idílico das formas marginais de resistência ao mercado e ao capitalismo. Trata-se da subordinação da população a uma ordem tirânica, na medida em que não há escolhas senão a de se submeter às regras instituídas pelo tráfico (Zaluar e Alvito). Se, com essas regras, os traficantes estabelecem uma justiça particular, julgam, condenam e matam, o que dizer dos grupos policiais de extermínio?

Além disso, a referência dos traficantes não é a edificação de um território, uma espécie de quilombo ou refúgio. A referência é o mercado, os negócios rendosos que envolvem uma ativa relação com elementos de instituições legais, uma espécie de

supercapitalismo sem freios, um vale tudo pelo mercado consumidor que inclui a disputa a bala dos pontos de venda, o trucidamento dos concorrentes, vários níveis de suborno para a proteção do negócio (autoridades e moradores das favelas).

A transformação do poder paralelo dos traficantes em “estado paralelo” estabelece várias implicações. A mais evidente é o reforço do “território”, que faz da favela a geografia do crime por excelência. A segunda, a de estabelecer a relação entre “governantes e governados”, ou seja, a soberania, a partir da adesão dos moradores das favelas a uma ordem alternativa pelo consentimento. A cidade partida é, portanto, a base da separação identitária “morador do asfalto” x “morador da favela”.

A terceira (e mais grave) combina-se com a metáfora da guerra. Dois estados em beligerância (favela x asfalto) torna admissível o desrespeito aos direitos humanos e a morte de inocentes “civis”, o que não se pode evitar numa guerra (que é travada principalmente nas favelas). As duas metáforas, portanto, habitam o mesmo paradigma, onde se misturam e completam.

No longo primeiro período do texto noticioso do JORNAL DO BRASIL, podemos ver como se manifesta essa hibridização das metáforas:

“Em aberto desafio às autoridades, culminando uma série de violentas madrugadas, bandidos dispararam tiros e lançaram granada, ontem à noite, contra a sede da Secretaria de Direitos Humanos do Rio e também sede do Desipe, o Departamento de Sistema Penitenciário.”

A estratégia da inversão da ordem direta, pela antecipação do predicado, é uma manobra para a imposição das informações das duas orações que antecedem o sujeito, que se colocam na ordem do pressuposto. Na primeira, portanto, mais proeminente, a idéia do desafio (o recorrente *fait-divers*, amplamente compartilhado no senso comum das redações) à autoridade legítima pressupõe, no mínimo, a reivindicação de igualdade pelo sujeito que desafia.

Afinal, o desafio não é um ato de covardia, mas de ousadia. Só se faz um desafio aberto a alguém que julgamos poder enfrentar. Tráfico e Estado se equivalem (ao menos militarmente). Em seguida, a informação que complementa a idéia anterior. O atentado é o ponto culminante, um elo de uma cadeia de enfrentamentos violentos nas madrugadas de guerra no Rio. JORNAL DO BRASIL e O GLOBO angulam o acontecimento pelo *fait-divers*, pela encenação da guerra entre a cidade legal e o Tráfico (e seu território, a favela).

No subtítulo de O GLOBO, pode-se ler:

SUBTÍTULO: "Autores de atentado deixam cartaz com ameaça de novos ataques".

O cartaz com a ameaça é lido a partir do pressuposto de que os bandidos desafiam o governo (ocultando a questão dos direitos humanos). Os tempos verbais no presente do indicativo reforçam a idéia de continuidade, de um ato que se volta para o futuro (os novos ataques). O poder e dinamismo dos criminosos são reiterados com sua presença no início da frase (autores do atentado) e o uso do performativo ("deixam").

Na abertura do relato informativo de O GLOBO também ocorre uma inversão na ordem direta (sujeito+verbo+predicado) do tipo que vimos acima no JORNAL DO BRASIL, pela inversão do predicado. Esta operação repete e dá total proeminência à tese de que os bandidos desafiam as autoridades e a reitera como pressuposto (portanto, como "fato"):

"Num desafio inédito ao governo do estado, quatro homens em duas motos atacaram ontem à noite a Secretaria estadual de Direitos Humanos do Rio com uma granada e tiros de fuzil".

Neste primeiro período podemos ver o tema do "fortalecimento do Tráfico", pela escolha da palavra "inédito" (o implícito é: ocorreu pela primeira vez porque nunca foram tão poderosos). O destaque é dirigido à secretaria de Direitos Humanos, pela omissão ao Desipe, que aparecerá no segundo período como uma oração intercalada, com status de informação secundária e complementar. A escolha é ideológica. Além de identificar o governo com a secretaria de DH, serve para enfatizar, de um lado, a dimensão política do atentado e da ousadia dos criminosos. De outro lado, a fragilidade do governo, ambos ressaltados pela proximidade com a sede do governo estadual:

"A sede da secretaria, na Rua (...), onde também funciona o Departamento do Sistema Penitenciário, fica a 300 metros do Palácio Guanabara".

Os períodos seguintes detalham o poder de fogo do ataque ("fez o prédio estremecer e destruiu vidros de carros e apartamentos"), reiteram a desenvoltura e ousadia dos bandidos:

"Pouco depois, os bandidos atiraram numa cabine e numa patrulha da PM no Túnel Santa Bárbara: houve pânico e motoristas tentaram fugir de marcha a ré ou abandonaram os carros. O túnel foi fechado durante 15 minutos".

O uso dos dois pontos prepara para uma informação que se quer destacar. Trata-se dos transtornos causados à cidade, em especial às camadas médias. Veremos que, em sua estratégia enunciativa, O GLOBO costuma referir-se aos motoristas (portanto, à

classe média), com personagem desamparado, em meio a tiroteios da guerra entre policiais e bandidos. Trata-se de inserir o leitor-médio (formado pelas camadas médias) no acontecimento.

Como se trata de uma importante via da cidade (túnel Santa Bárbara), fica implícito que o leitor, um familiar ou amigo possa se ver em meio a drama semelhante, inclusive pela abordagem que enfatiza a continuidade da "guerra" (tempo verbal no presente, ênfase na "ameaça", "desafio" e temas atemporais). Ao sair da favela, a "guerra" promove os primeiros questionamentos em relação aos direitos das "vítimas civis" (mas apenas no asfalto). Assim, numa visão de conjunto (coerência), trata-se da construção da identidade fundamental: "nós" (do asfalto) x "eles" (favelados).

O último detalhe destacado é a referência aos cartazes e a reprodução da mensagem, mas sem alusão ao Comando Vermelho (a autoria é atribuída pela expressão: "sigla de uma facção criminosa", que constava nos cartazes).

A construção da narrativa detalhada prepara para a introdução de uma explicação geral do acontecimento, feita indiretamente pelo recurso a uma fonte oficial:

"Luiz Eduardo Soares, mentor do plano de segurança do estado, disse não ter dúvidas de que a ação é resultado da união de facções criminosas paulistas e cariocas".

Não há qualquer alusão ao fato de Luiz Eduardo Soares ser um renomado sociólogo, estudioso da violência urbana no Rio. Também não se o identifica como candidato a vice-governador na chapa do Partido dos Trabalhadores, em que a então governadora Benedita da Silva (há um mês no cargo) buscava a reeleição.

O papel social em que Luiz Eduardo Soares é investido é o de responsável pelo planejamento da segurança pública. Sua fala não é uma especulação teórico-sociológica ou política. É a do comandante da segurança pública. Portanto, a organização transestadual do crime não é uma especulação, é um "fato".

Nos dois períodos seguintes, o jornal lança mão de anáforas para confirmar a tese. Diz-se que, no início do ano, "sete ataques semelhantes foram realizados em São Paulo" e que, no Rio, outro ataque a uma secretaria em Nova Iguaçu aconteceu e que o secretário e cinco funcionários ficaram reféns de bandidos.

Podemos perceber uma construção do referente (o atentado), a partir de outros parâmetros que o dos jornais EXTRA (da mesma empresa) e O DIA. Em O GLOBO, o fortalecimento das organizações criminosas tem dinâmica própria. Não se deve apenas à

apatia, inoperância ou impotência do poder público. Na sua primeira página, o jornal chega a desconsiderar o atentado contra a vida do oficial bombeiro alvejado pelos criminosos, utilizado pelo jornal Extra para ridicularizar a segurança do prédio.

Na verdade, a espetacularização da notícia ocorre de forma sutil pela sua abordagem político-eleitoral, quando a campanha ao governo do estado e à presidência da República já tomava o centro das atenções. Trata-se de um uso ideológico pelo reconhecido impacto que a questão de segurança pública tem na agenda política, em especial no setor de classe média, principal grupo social de assinantes de O GLOBO.

Assim, o jornal desloca a questão para a política de Segurança Pública (na análise de outras reportagens, veremos que há uma reiterada defesa pelo jornal da tese, por demais naturalizada, de que o crescimento do crime organizado exigiria a adoção de medidas repressivas enérgicas).

O agendamento da segurança pública é repetido em todas as eleições no Rio, pelo menos a partir da década de 80. Trata-se, portanto, de um uso metonímico do atentado, que remete à continuidade da “guerra”, mas também à capacidade organizativa do crime, que alcança o verdadeiro poder de um “Estado”, capaz de rivalizar com o poder formal instituído.

O JORNAL DO BRASIL aproxima-se de O GLOBO nesta estratégia de espetacularização política da notícia. No texto informativo de primeira página, o segundo período noticia o atentado à vida do homem, agora apresentado como “segurança e motorista de Wania Sant’Anna, sargento Sídney Saldanha”. Em seguida, no terceiro período, pode-se ler:

“(…) Uma testemunha se disse impressionada com a tranqüilidade dos dois bandidos, que saltaram da moto, fizeram os disparos e ainda deixaram um cartaz com ameaças aos responsáveis pela nova política de combate à criminalidade”.

O enfoque no detalhe da tranqüilidade com que se fez a ação criminosa reitera a confiança e poder do crime. O uso do verbo dicendi (em vez do clichê estilístico “segundo a testemunha...”) e o valor expressivo de “impressionada” acentuam a força ilocucionária da oração. A desenvoltura deles é “fato” e o desamparo da testemunha é o de todos nós, leitores.

Desta forma, O GLOBO e o JORNAL DO BRASIL compartilham com seus leitores um outro saber naturalizado, além da “guerra” ou da anomia produzida por um aparelho repressivo corrupto e inoperante. Trata-se da necessidade de uma diretriz

política para a segurança pública, da necessidade de investimentos de capacitação e endurecimento do aparelho repressivo, para que ele seja capaz de restaurar a ordem ameaçada.

No JORNAL DO BRASIL isso é claro na referência explícita aos “responsáveis pela nova política de combate à criminalidade”. O sentido ofertado neste enunciado é complementado pela narrativa dos períodos que se seguem, em que a polícia é implicitamente criticada por montar um show exibicionista, que em vez de revelar eficácia, comprova o ridículo das forças policiais, cujas trapalhadas impedem até o serviço de investigação.

“(…) Ontem ao meio-dia, no Largo da Carioca, no Centro, reduto tradicional de músicos, malabaristas e ambulantes, a polícia montou um show de outra natureza. Exibiu sobre um lençol 11 armas, munição e trouxinhas de maconha apreendidas, de manhã, no Catumbi. A exposição foi criticada porque teria atrapalhado as investigações sobre o arsenal. (Página 17)”.

A alusão ao local para “artistas” sugere o aspecto de carnavalização do show policial. Na mesma linha de Grice, as escolhas lingüísticas do jornal antes realçam a impropriedade da ação policial e a desqualificam como incompetente. A conversão sintática, pelo uso da voz passiva, faz a crítica sem sujeito ir para o campo da “obviedade”.

A escolha do tempo verbal na condicional “seria” coloca a informação como conjectura. Trata-se de uma tecnologização discursiva do jornal, que se protege da exigência de comprovar a informação e, ao mesmo tempo, a instrumentaliza para acentuar a crítica à exibição da polícia. Embora no campo do “acarretamento”, a simples possibilidade de vir a atrapalhar uma investigação é suficiente para tornar o ato ridículo.

Ao mesmo tempo em que potencializa as vendas por essa espetacularização política, os jornais constroem para si mesmo um lugar de formador de opinião, intérprete verdadeiro e autorizado da política de segurança pública. JORNAL DO BRASIL e O GLOBO fazem operações discursivas em que suas interpretações se apresentam como inquestionáveis, colocam-se como “fatos”.

Uma comparação interessante é a posição destinada por cada jornal à publicidade da pesquisa do instituto Datafolha sobre a eleição presidencial. No O GLOBO, ela está no pé da página, em duas colunas, no centro à esquerda do leitor. Nela, pode-se ler

sobre as chances de Lula vencer já no primeiro turno. No JB, vimos, a proeminência é máxima, é o assunto do dia.

A matéria relativa à jovem assaltante não consta da primeira página de O GLOBO. O jornal constrói um roteiro de destaque das matérias que inclui a página 2, utilizada como uma espécie de sumário de notícias, com uma hierarquização própria, que inclui fotos e legendas. Os resumos das matérias aparecem em pequenos quadrados harmonicamente distribuídos em três colunas. A matéria da jovem ocupa a coluna da direita, sob a rubrica "Rio".

TÍTULO : "Universitária é presa com carro furtado em Copacabana".

O título destaca a escolaridade da jovem (inclusive por não se referir à condição de moradora da zona sul) e a torna protagonista única do relato, pela omissão dos cúmplices.

Segue-se o pequeno texto:

"Policiais militares prenderam três pessoas, entre elas a universitária Gisele Ribeiro da Fontoura, de 22 anos, com um Palio furtado no mês passado de um edifício na Rua Sá Ferreira, em Copacabana. Estudante do 6º período de direito e moradora de um prédio na mesma rua, Gisele prestou exames na semana passada para a Polícia Rodoviária Federal. Página 20".

Agora, o destaque é para a polícia. Após a verbalização do fato é que se passa ao enfoque da personagem. No último período, com muita habilidade no emprego da concisão, há uma hierarquização e detalhamento que visa a produzir o efeito de estranhamento e de "absurdo" (portanto, exceção).

Qualidades positivamente valorizadas em qualquer ambiente, em especial de classe média, abrem a narrativa. Primeiro, a escolaridade, depois a referência a sua condição social, em seguida, a pretensão de compor a estrutura do funcionalismo público, exatamente no aparelho policial.

A narrativa sensacional é fundida com a abertura tradicional pelo relato do fato, que recebe a proeminência. O *fait-divers* aparece como uma espécie de complemento do modo de sedução. Ideologicamente, leitor é construído como alguém que também compartilha o saber naturalizado de que a criminalidade não se vincula aos membros da classe média. No que diz respeito aos elementos persuasivos, de forma diferente dos jornais populares, o leitor é concebido como alguém que coloca a informação acima do entretenimento.

Desta forma, o jornal procura vender uma imagem de respeitabilidade fundada na divisão entre jornais “sérios” e “sensacionalistas”. Nesta estratégia, porém, ele não abre mão da encenação e do entretenimento, que aparecem de forma oblíqua, mas ativa. A operação discursiva onde isso é mais claro ocorre na forma com que o jornal produz a primeira página da seção do primeiro caderno que recebe a rubrica “Rio”.

Aí a reportagem é completamente espetacularizada e o jornal adere inteiramente ao “sensacional”. Fotos de grande dimensão, título espetacular, infografia e Box compõem a página. A matéria em questão é a do atentado. Na primeira imagem, ocupando quase todas as colunas, dois policiais olham contritos e firmes para frente, com arma à vista (na mão ou no coldre). Na legenda, destaque para os policiais (realçado pelo uso da caixa alta, recorrente nas legendas do jornal) e sua atuação:

“POLICIAIS MILITARES vistoriam a portaria da sede da Secretaria estadual de Direitos Humanos e do Desipe, em Botafogo, onde um funcionário foi baleado no peito”.

Abaixo, duas fotos colocadas lado a lado de forma a ocupar a mesma largura da foto anterior mostram marcas de tiro numa janela e um close do cartaz com a ameaça:

LEGENDA 1: “A CABINE DA Coordenadoria de Vias Especiais, na entrada do Túnel Santa Bárbara, metralhada”.

LEGENDA 2: “O CARTAZ deixado pelos bandidos, assinado por uma facção criminosa”.

Abaixo da primeira foto, um quadro infográfico em fundo cinza claro. No título, após uma seta branca em fundo preto, lê-se: “saiba como foi o atentado”. Ao lado, há um Box que repete as linhas e o desenho da seta que destacam o quadro infográfico.

Os dois recursos obedecem a estratégias diferenciadas. O infográfico resume e facilita a compreensão do leitor, é uma forma de entretenimento que informa, um elemento persuasivo presente também no conjunto foto-legenda, em que novos dados são inseridos, como a vítima dos tiros e a paisagem de destruição no prédio e na cabine. O cartaz deixa entrever um enunciado que não consta do relato dos jornais. Ele se encerra com a frase: “Lei foi feita pra ser cumprida”.

Esta frase é reveladora não exatamente das motivações do ataque, mas da lógica da metáfora da guerra. Lógica compartilhada pelo senso comum, em que direitos são agredidos como forma de proteger direitos. No olhar dos criminosos, os direitos dos comparsas presos não estão sendo respeitados, daí o atentado.

A mesma lógica é usada pela polícia, que desrespeita moradores da favela, a própria integridade física e moral do bandido e de eventuais inocentes, nas suas ações bélicas. Ao mesmo tempo em que reconhecem a universalidade dos direitos, a utilizam como pretexto para abusos contra os direitos e a legislação.

No Box, a estratégia visa a confirmar a tese da ligação entre criminosos cariocas e paulistas pelo recurso à anáfora (agora com amplo destaque). Em letras de grande dimensão, o TÍTULO diz:

“Bandidos atacam o governo”.

No SUBTÍTULO, lê-se:

“Homens metralham sede da Secretaria de Direitos Humanos e ainda jogam granada”.

Destaque para o enfoque político da ação bélica (governo, Secretaria de Direitos Humanos) e para a identidade masculina dos bandidos. Na abertura, a reiteração do pressuposto: “Num desafio ao governo, (...)”. Finalmente, há um ENTRETÍTULO em fontes grandes, utilizado para reforçar o poder organizativo do crime:

“Quadrilha pode ser de São Paulo”.

No JORNAL DO BRASIL, o clichê da jovem ladra de classe média não tem espaço na primeira página. Sem foto nem título em letras garrafais, a reportagem só aparecerá no pé da página 17 (a mesma da notícia do atentado). Isso não deve precipitar conclusões a respeito do uso do *fait-divers*, em comparação a O GLOBO.

Em primeiro lugar, a foto que ilustra (e informa) a matéria do atentado na primeira página não é a da secretaria ou da cabine atacadas. É a da exposição no Largo da Carioca. Face ao poder da imagem, a proeminência é o ridículo policial, a incompetência do Estado, não a agressão ao patrimônio público e a um prédio cheio de simbolismos, como o que abriga a Secretaria de Direitos humanos.

A LEGENDA informa:

“Tropa de elite da PM exhibe, no Largo da Carioca, armas apreendidas horas antes”.

O JORNAL DO BRASIL tenta justificar a foto pela alusão ao atentado no título por meio da expressão “horas antes”. O jornal espera a cumplicidade do leitor, que, ao completar a sentença (“horas antes do atentado”) deve aceitar a lógica identitária contrastiva (crime forte x Estado fraco), além da relação orgânica entre os dois

acontecimentos (também aqui atua a noção de “guerra” cotidiana, pela exibição das armas, mas também pelo vínculo imposto entre os dois fatos).

O implícito do “ridículo” também é acentuado pela identificação dos policiais que produzem o show como “tropa de elite da PM”. A implicatura atua aqui também para forçar o juízo do leitor na construção da identidade policial. A indução do raciocínio leva a algo do tipo: “se esta é a elite, imagine o resto da tropa”.

Em segundo lugar, o entretenimento se faz presente em uma notícia, à direita da foto, com o TÍTULO:

“Jesus Cristo é absolvido de crime eleitoral”.

O homônimo do deus cristão era candidato pelo estado do Acre. Neste conjunto podemos perceber as diferenças entre o JORNAL DO BRASIL e O GLOBO na construção do seu leitor-médio.

O JORNAL DO BRASIL parece repetir no texto informativo a estratégia de sedução identificada por Pinto (1999) no estudo comparativo dos editoriais dos jornais O GLOBO e JB. O JORNAL DO BRASIL descarta clichês muito óbvios presentes nos jornais populares, para criar uma aura de jornal dirigido a um público “qualificado”.

O entretenimento fácil é substituído por fórmulas tidas como “inteligentes”, como a exploração da ambigüidade contida na polissemia das palavras e dos trocadilhos (“tropas de elite”, “Jesus Cristo”) e por eufemismos divertidos (“malabaristas” em vez de outras personagens de “circo” que soariam mais agressivo, como “palhaços”). Já O GLOBO oscila entre os dois modelos e busca enfoques que destacam a política e a relevância pública da notícia, mas incorpora também o *fait-divers*.

VIII.6. As metáforas da guerra e da ausência do Estado: a criminalização da pobreza.

Para efeitos de comparação, antes de analisar jornais do ano de 2002 com notícias sobre manifestações anti-sociais na cidade, vamos estudar jornais de anos anteriores, sobre o mesmo tema.

O GLOBO, 21 de outubro de 2000

Como vimos, na maioria das vezes, o jornal O GLOBO reserva para a primeira página da seção “Rio” a dimensão de espetacularização da notícia. Nesta edição, o jornal noticia uma depredação de ônibus, ocorrida no Centro do Rio. Vimos que há uma tradição que interpreta os quebra-quebras como uma reação ao autoritarismo do Estado

e à deterioração das condições de vida da população pobre. Nesta edição de O GLOBO de 21 de outubro de 2000, página 17 (primeira página do caderno Rio) o modelo parece atuar. Ao anúncio do fato no título, segue-se um subtítulo que inicia a construção do modelo:

TÍTULO: “Quebra-quebra no Centro” (em letras garrafais).
 SUBTÍTULO: “Moradores de favela fecham viaduto e depredam ônibus depois de ação da PM”.

O título é publicitário, contém uma indicação do fato, quase sem informações, apenas para despertar o interesse. Seu valor expressivo é “alarmista” (pelo forte apelo emocional, embora a notícia já houvesse circulado nas rádios e tevês do dia anterior). No subtítulo, o relato do fato aparece de forma mais informativa (com a presença de algumas respostas às principais perguntas do *lead*). No anúncio alarmista do título, não há sujeito para a ação.

Já no subtítulo, o destaque é para o sujeito “moradores de favela”, que aparece ligado a ações avaliadas negativamente. O uso de “depois da ação da PM” é uma intervenção no eixo sintagmático, pelo acréscimo de novo saber. Trata-se da informação mais facilmente contestada, que empurra as demais para o plano do pressuposto (imposto como “fato”). A violência policial (contestável) aparece como mediação, a justificativa para a ação dos moradores de favela (ainda que avaliada negativamente pelo jornal).

Na escolha de moradores de “favela”, o adjetivo guarda com a comunidade específica do morro da Providência uma relação de hiponímia (relação de pertencimento do particular a um conjunto mais amplo, como em “uva” e “fruta”). A separação asfalto *versus* favela manifesta-se na ausência da preposição “em” seguida do operador de lugar (Centro).

O Morro da Providência resulta separado do Centro da cidade. Em vez de a indicação descer ao específico (moradores de favela no Centro), ela remete apenas à comunidade mais ampla e abstrata, a favela. Temos aí revivido o paradigma da “cidade partida”, que leva à noção de dois diferentes Estados em confronto.

A fragilidade acima indicada pelo último elemento da frase (que propõe uma interpretação/mediação para a causa do distúrbio), “depois da ação da PM”, deixa ao leitor a inferência/julgamento de o fato ser ou não justificável. Trata-se de uma estratégia para buscar a cumplicidade do leitor de O GLOBO, que, em tese, partilha dos

medos e preconceitos do senso comum (naturalizados pelas camadas médias) sobre os moradores de favela.

Em média, a imagem atribuída a esse público é a de que sejam favoráveis a uma ação enérgica da polícia em relação às favelas. A defesa aberta da tese interpretativa do quebra-quebra como reação ao abuso de poder dos PMs e desrespeito aos direitos dos favelados poderia ser mal recebida pela média dos leitores. O discurso, portanto, parece “ajustado”, para não provocar a rejeição do leitor.

Abaixo, há uma foto enorme do ônibus incendiado, envolto na fumaça.

LEGENDA: “UM ÔNIBUS DA linha 178 (Central-São Conrado) pega fogo no Viaduto São Sebastião, na pista no sentido Santo Cristo-Catumbi. Outros três foram apedrejados”.

A seqüência de detalhes (n.º da linha, sentido da viação, bairros atendidos) reforça a veracidade (acentuada pela imagem do ônibus destruído). Em seguida, duas fotos que atuam no sentido de delimitar o confronto a favelados x polícia. Na primeira foto, um policial alto e forte, com um fuzil no ombro, levanta a mão para uma senhora. Ela levanta as mãos para se proteger. Duas outras mulheres socorrem a mulher agredida, interpondo-se entre a vítima e o policial.

LEGENDA: “TRÊS MANIFESTANTES enfrentam um policial militar armado com um fuzil.”

A desproporção entre a figura do homem forte e as mulheres já seria suficiente para alimentar uma avaliação negativa à ação policial (de covardia, potencializada pelo machismo tradicional e a ética do provedor que se diluem em todas as camadas e grupos sociais na sociedade brasileira).

O uso do verbo “enfrentam” reforça, por oposição, a avaliação positiva (de coragem) da ação das mulheres que, aliás, são as protagonistas da cena. Elas praticam a ação. O implícito é reforçado pelo detalhe “armado com um fuzil”, que amplifica a desproporção de forças e a covardia do policial.

Na foto ao lado, dois policiais seguram uma mulher. O policial que mantém preso o braço direito da mulher, porta o fuzil na mão esquerda, ao que parece, com o dedo no gatilho. O outro policial segura o braço esquerdo da jovem com as duas mãos. Trata-se do mesmo policial e de uma das jovens da foto ao lado, o que só é possível perceber com um olhar mais atento.

Com duas pedras grandes nas mãos, a jovem tem o rosto desfigurado artificialmente na foto, para não ser identificada. Novamente, esta é uma forma de o jornal sutilmente se colocar ao lado da mulher, protegendo-a. Esse não é um expediente comum aos jornais em quebra-quebras, a não ser em casos cujos protagonistas são menores de idade (o que sempre é indicado na legenda).

LEGENDA: "POLICIAIS MILITARES tentam conter uma mulher que ameaçava atirar duas pedras".

Desta vez os policiais são valorizados e colocados no início da frase. A ação que cometem é absolutamente legal, de evitar o ato violento da mulher. A arma está apontada para o alto e não é mencionada na legenda. Também os policiais são enérgicos, mas não violentos.

A legenda parece valorizar a ação policial legalista e correta. Mas também é uma forma de compensar o conjunto legenda-foto anterior, solidária aos favelados. A operação ideológica aqui está no recurso à montagem e edição das fotos e legendas. O mesmo policial aparece como violento e, depois, com uma atitude profissional. A mesma jovem como vítima e, depois, violenta.

A utilização das fotos sugere uma simulação. A não identificação ou qualquer referência à alternância de papéis entre policial e mulher favelada demonstra uma intenção de instrumentalizar a interpretação do leitor (poderia ser algo do tipo: "uma das mulheres", que remeteria à foto anterior.). A legenda vale-se da ambigüidade, que serve de álibi para a encenação (pelo emprego do artigo indefinido em: "uma mulher", em vez de simplesmente "mulher").

Abaixo, há um infográfico de dimensões razoáveis, com a tradicional seta seguida do título "Saiba onde foi o conflito". O infográfico reproduz um mapa do centro da cidade e vizinhanças. Ao lado, um Box. Repete-se a estratégia de alinhar as setas do box e do infográfico. O título do Box mais uma vez aponta para a anáfora:

(Anáfora) TÍTULO BOX: "Conheça outros casos".

Há a enumeração de três casos em que moradores de favela promoveram distúrbios em protesto a operações policiais. Como sempre, a anáfora reforça o pressuposto (ambos são imposições), no caso o paradigma de que o manifesto anti-social dos favelados decorre de uma reação de protesto ao abuso de poder policial.

As principais operações enunciativas do jornal (as imagens das fotos e do título em letras garrafais, ou do subtítulo em fontes grandes ou nas legendas das fotos) em nenhum momento referem-se às razões do protesto, ou seja, o abuso cometido pela PM. No infográfico, o destaque é para quatro pontos marcados pela legenda “locais dos conflitos”, o que deixa implícito que ele foi longo e violento.

Na abertura da matéria (em tese onde o texto é do repórter, não somente do editor), pela primeira vez as razões do protesto são explicitadas:

“Moradores do Morro da Providência, no Centro, incendiaram um ônibus e apedrejaram outros três ontem depois da morte de Isaías Anderson dos Santos, de 22 anos, num tiroteio com a polícia”.

Neste primeiro período, a identidade comunitária dos moradores e a localização espacial da comunidade na cidade recebem destaque. O uso da ordem direta para encadear os “fatos” (saberes), deixa por último a informação de que a morte ocorreu em “tiroteio com a polícia”. Portanto este é o saber mais questionável (o redator do relato poderia ter escolhido iniciar pela inversão: “após a morte de X, num tiroteio com a polícia, moradores do...”).

No nono parágrafo, vamos encontrar as razões para as fragilidades presentes no relato do tiroteio na morte de Isaías:

“Na versão da Polícia Militar, Isaías foi baleado depois de trocar tiros com policiais. Segundo moradores, a polícia invadiu o morro atirando e executou Isaías”.

Neste parágrafo, nenhuma das versões é explicitamente assumida. O uso das nominalizações “na versão da” e “segundo” coloca as duas teses no plano da conjectura. Entretanto, o conjunto das operações enunciativas favorece a versão dos moradores.

No segundo e terceiro períodos do primeiro parágrafo, pode-se ler:

“Isaías era acusado de ter assaltado um supermercado. Os manifestantes interditaram por mais de quatro horas o viaduto São Sebastião, um dos principais acessos do Centro à Zona Sul, por onde passam 88 mil veículos por dia em seus dois sentidos”.

A informação ocorre, novamente, por acarretamento (não faria sentido a frase: “Isaías era acusado de não ter assaltado”), o que a torna frágil.

Agora, o enfoque é o transtorno causado à classe média (sentido do acesso é a “Zona Sul”), numa estratégia que, vimos, busca incluir o leitor na possibilidade de ter vivido a experiência narrada. Assim, O GLOBO constrói a relevância social da notícia

também a partir da extensão da desordem e da confusão à rotina e ao cotidiano da classe média, de onde advém a maior parte do seu leitorado.

Vale lembrar que essa informação consta do primeiro parágrafo. Pela lógica da técnica da pirâmide invertida, os fatos são selecionados, valorizados e hierarquizados pela sua presumida importância. No primeiro parágrafo, estão os fatos mais importantes.

A estratégia continua:

“O engarrafamento chegou às avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves e Rio Branco e ao Elevado da Perimetral. Motoristas que seguiam em direção ao Túnel Santa Bárbara abandonaram seus carros e fugiram a pé para escapar do tiroteio”.

Os ônibus para zona Oeste e subúrbio cedem lugar aos automóveis particulares das camadas médias. O drama particular daqueles personagens pode ser vivido por boa parte dos leitores do jornal. Portanto, trata-se de um drama (o medo) de todo um grupo social. Destaca-se a classe média como vítima inocente potencial do confronto entre “moradores de favela” e policiais.

Após o quinto parágrafo, há um entretítulo em dimensões grandes, com uma avaliação positiva da ação policial, com conotação política: “Governador diz que a PM agiu certo”. Colocado após a sequência em destaque dos perigos e riscos sofridos pela classe média, este entretítulo assume um caráter de implicatura.

Há uma desproporção entre os aplausos do governo à polícia e as expectativas em torno da postura da política de segurança, com relação à proteção dos direitos do cidadão (em especial das camadas médias, mas também dos favelados), dos riscos produzidos pelo confronto e da violência policial na favela. O sentido é crítico e irônico pela proeminência à adesão do governador (portanto, da política de segurança pública) a uma ação policial que gera violentos protestos e riscos de morte a cidadãos inocentes. Espetáculo e crítica convivem no texto informativo.

No quadro traçado pelo jornal, a expectativa seria uma condenação do abuso e uma mediação do conflito que buscasse serenar o ânimo dos moradores do Morro da Providência e acalmar a classe média. A operação discursiva se configura, portanto, como uma crítica não apenas à polícia, mas à intervenção do Governador.

Deve-se chamar atenção para o fato de os favelados não serem fontes meramente decorativas, que resguardam a credibilidade do jornal pelo uso dos critérios jornalísticos de objetividade (pelo uso do contraditório). O testemunho dos favelados é uma das principais orientações do relato.

Na construção das identidades, o ideológico se revela pela identificação do jovem assassinado pelo nome, mas também por um não-dito. Não há termos depreciativos como "assaltante", "bandido" ou "traficante", associados pelo jornal ao jovem assassinado. Neste episódio, apenas o governador identifica o protesto como proteção a um "bandido", numa defesa velada pelo governador (neste caso, só por ele) da pena-de-morte informal, que vigora na ação policial, no Rio.

A identidade da polícia é construída a partir da sua face violenta e do desrespeito aos direitos humanos (o termo "executado", próprio aos relatórios de entidades dos direitos humanos sobre violência policial, sugere a intervenção interpretativa do jornal na fala acusatória dos moradores da favela). Da mesma forma, a cúpula política da segurança aparece como conivente e solidária com os abusos da corporação.

Os moradores da favela são construídos como vítimas do abuso de poder da polícia, mas também como capazes de reagir ferozmente a esse abuso. Assim, a violência dos moradores da favela é submetida a um processo de justificações pela mediação das condições de vida, da estrutura social.

Principalmente por imposições advindas do recurso à anáfora, a interpretação do acontecimento é submetida a uma operação metonímica. Os favelados são semantizados dentro do estereótipo em que o confronto e a desordem são a atitude natural dos excluídos, na manifestação de suas formas de justiça e inconformismo.

Não se quer negar a dimensão sociológica do acontecimento (aliás, recorrente na cidade, como veremos). Trata-se de mostrar o ângulo atemporal (*fait-divers*) nesses sentidos atribuídos ao protesto popular. Não há qualquer menção à especificidade da comunidade do Morro da Providência.

Na "ampliação do raio informativo" pelo jornal, democracia, movimentos sociais, associações de favela, apoio jurídico de ONGs e a própria diversidade econômica e cultural das favelas não provocam questionamentos nem alteraram a ótica que privilegia a natureza rude e avessa à normatização da ação popular. Ao que parece, o estereótipo nega às favelas também o direito à História.

Finalmente, a real vítima da guerra particular entre polícia e favelados é o grupo social que apenas cuida da própria vida, mas que se vê perdido e desamparado em meio a tiroteios e protestos incendiários. Trata-se, claro, das camadas médias. O GLOBO

constrói para si o lugar de intérprete das angústias das camadas médias da cidade, a partir da edificação da identidade contrastiva “nós” (do “asfalto”) x “eles” (favelados).

Vale ressaltar a única alusão no jornal entre o protesto e a influência do crime organizado. Ela vem da fonte oficial, do então governador do Estado Anthony Garotinho, para quem a polícia “cumpru o seu papel”:

“Segundo ele, os bandidos que fugiram arregimentaram moradores da favela para incendiar o ônibus”.

A tese é tratada como conjectura do governador, pelo emprego da nominalização “segundo”. A ele é atribuída toda a responsabilidade da interpretação da aliança entre moradores e crime organizado.

EXTRA, 19 de julho de 2001

Em uma primeira página espetacular, o jornal EXTRA recorta com um fio cerca de 2/3 da página. Nela, há 7 fotos, seis das quais de incêndios de ônibus.

TÍTULO 1: “Revoltas incendeiam o Rio”.

O uso do trocadilho compõe o conjunto de elementos persuasivos. O sujeito não remete explicitamente a qualquer personagem nem há referências ao crime organizado. Ao contrário, o uso do substantivo “revoltas” como sujeito remete a uma ação anárquica e espontânea.

Seguem-se quatro fotos. À esquerda, foto pequena de pessoas que jogam pedras em um ônibus (foto 1). A maior e central é a de um ônibus pegando fogo (foto 2). À direita, duas fotos. Na de cima, um homem joga álcool num ônibus (foto 3). Na foto abaixo, há um ônibus incendiando (foto 4). As fotos são trabalhadas como numa sequência de história em quadrinhos ou fotonovela, agilizando a dinâmica da leitura:

LEGENDA 1: “Moradores atiram pedras e tijolos num ônibus”
 LEGENDA 2: Em seguida, o ônibus é incendiado e rapidamente consumido pelas chamas
 LEGENDA 3: Carlos Henrique (esq.), pai de Andrielle, joga álcool no 130.
 LEGENDA 4: A fumaça pôde ser vista em toda a Av. Presidente Vargas

No centro, abaixo da foto grande, três policiais cercam um homem negro e sem camisa (foto 5). Com um pedaço de pau, ele enfrenta os policiais da tropa de choque, que têm grandes cassetetes, capacetes e escudos de proteção.

LEGENDA 5: “Policiais do Batalhão de Choque cercam um manifestante no Caju”.

Ao lado desta foto, uma pequena seta vermelha aponta para o TÍTULO 2 (referente à foto 5):

TÍTULO: "Protestos explodem em mais dois bairros".

Uma única pequena foto (6) destoa do conjunto, a do Major Dilo, policial truculento preso, acusado de extorquir um taxista e pertencer a grupos de extermínio. A razão parece ser dada no final do texto informativo.

TÍTULO 3: "O temível major Dilo"

TEXTO 3:

"(...) Homem de confiança do subsecretário de Segurança, coronel Lenine de Freitas, ele é temido por moradores das comunidades carentes localizadas próximas dos batalhões onde serviu".

Trata-se, portanto, de um homem da cúpula da polícia que aterroriza os cidadãos de comunidades carentes. Não há legenda para a foto. Trata-se do único tema que não se refere a manifestações anti-sociais na cidade e em que o personagem é pejorativamente designado (nos protestos, os personagens são tratados de "manifestante" e "moradores"). Os três episódios são agrupados por um fio, uma forma de o EXTRA enunciar que eles devam ser lidos como aspectos de um mesmo tema ou capítulos de uma só história.

TEXTO 1:

"A morte de Andrielle da Silva, de 4 anos, no Morro da Providência, na Zona Portuária, provocou uma explosão de revolta e insanidade na multidão. Com pedras e álcool, dezenas de pessoas incendiaram cinco ônibus e um caminhão e apedrejaram policiais e bombeiros. Foram mobilizados mais de cem PMs para conter a fúria dos moradores. A menina estava com a mãe, Denise da Silva, e teria se assustado com a troca de tiros entre PMs e traficantes. Em desespero, correu e despencou de uma ribanceira de 20 metros de altura. Cerca de cem pessoas foram ao enterro de Andrielle, à tarde, no Caju. Os pais, os avós e os outros quatro irmãos da vítima estavam inconsoláveis".

O período inicial destaca a morte da menina. Ela aparece como o pressuposto inquestionável para a revolta. É fato, não apenas possibilidade. O jornal é pródigo de valores expressivos em relação à "multidão", os manifestantes. Eles agiram numa "explosão de revolta", com "insanidade" e "fúria".

Tais adjetivos atuam no mesmo sentido ambíguo, estudado acima, na matéria de O GLOBO. Eles são uma condenação, mas, ao mesmo tempo, uma justificativa do protesto popular, numa alusão à natureza do seu senso de justiça (fundado na vingança).

Andrielle é vítima da guerra entre polícia e traficantes e da sua própria inocência, ao desesperar-se com a troca de tiros. Não existe qualquer condenação ao comportamento policial, pois a pequenina Andrielle é vítima civil da lógica da guerra, aceita e naturalizada pela imprensa. A revolta é uma "insanidade" que se explica pela emoção provocada pela morte, não pela agressão aos direitos dos favelados.

TEXTO 2:

"A revolta também tomou conta de outros pontos do Rio. Na Cidade de Deus, onde três PMs do 18º (Jacarepaguá) seqüestraram dois rapazes e mataram um deles, 50 pessoas fecharam a Rua Edgard Werneck e o acesso à Linha Amarela. Já os moradores da favela Parque Alegria, no Caju, tentaram fechar uma pista da Av. Brasil, a Linha Vermelha e ainda atiraram pedras nos motoristas. Eles protestaram contra a morte de um menino por uma bala perdida durante confronto entre traficantes e PMs. Um bandido também morreu. (Páginas 3 e 5)".

Os acontecimentos agora são inquestionavelmente ligados ao abuso de autoridade policial e ideologicamente investidos na tese do protesto popular (irracional e violento, mas "justificável"). A revolta como reação anárquica ao abuso policial, inclusive com ações delituosas, é o pressuposto.

Para isso, na forma de implicatura, coopera uma notícia aparentemente sem as mesmas conotações das anteriores, a que versa sobre a prisão do major Dilo. Ele simboliza a relação de pavor, abusos constantes e violência da polícia com as comunidades carentes. A seqüência de relatos de abusos dos policiais reitera tal imagem. Trata-se da versão "esquerdista" da relação linear entre criminalidade-pobreza, da mediação da estrutura social como razão do ato delituoso. Tal argumento costuma ser verbalizado como "omissão do Estado" (só presente na favela por meio do aparato repressivo).

Cabe-nos ressaltar que o problema de tal argumento não está apenas no que diz, mas no que "oculta". Vimos que o Estado brasileiro é construído com bases autoritárias, privatistas e clientelistas. Vimos com Burgos (capítulo VI desta pesquisa) que a simples presença de políticas estatais não estimula uma sociabilidade mais democrática. O próprio Estado deve ser desprivatizado, democratizado.

Ao mesmo tempo, o protesto contra os abusos da polícia é semantizado como "insanidade" e "fúria", o que aponta para a construção da pobreza (favelados) como lugar da ignorância e irracionalidade. Em vez da problematização da cultura autoritária e do acesso diferenciado a direitos, reedita-se o tema da pobreza como "caldo de

cultura" ou "ambiente propício" para o florescimento de ações violentas, identificado por Zaluar³.

A outra opção fornecida pelo senso comum seria a construção da identidade dos favelados pela distinção presente no senso comum entre trabalhador e bandido. Esta oposição binária de mútua exclusão, em geral, resulta em posições morais duras e conservadoras em relação aos atos delituosos e aos direitos dos desviantes. Ao classificar o protesto de "insano" e não de criminoso, preservou-se a separação entre moradores de favela e crime organizado (trabalhador x bandido).

A imagem do leitor é construída ainda pela noção de que se deva facilitar a leitura pelo entretenimento. Fotos, narrativa no estilo fotonovela, *fait-divers*, cenas de ação, apelo ao emocional, tudo isso faz parte do relato noticioso do jornal. Reunidos num único conjunto, os fatos apontam para a condenação à brutalidade e corrupção policiais e uma tese sociologizante sobre a manifestação anti-social como protesto popular.

Finalmente, deve-se atentar para o destaque infimo à morte do bandido pelo EXTRA. O bandido em nada se liga à revolta popular e a seu furioso protesto. É um saber acrescentado, frágil, algo que apenas completa a paisagem do protesto. Aparece numa oração breve e facilmente suprimível, o "pé" da pirâmide invertida. Não há ainda referência aos "prejuízos" materiais e morais da classe média, que sequer é personagem das notícias.

O DIA

O DIA publicou de forma espetacular o mesmo protesto na primeira página, sem reunir o maior Dilo ao conjunto. São três grandes fotos colocadas em sequência vertical no centro da página:

ANTETÍTULO: "Centro do Rio".
TÍTULO: "13h45" (grafado em dimensões gigantescas)
SUBTÍTULO: "Caminhão e cinco ônibus queimados".

O jornal repete a estratégia de buscar "interação" com o leitor, por meio de enunciados telegráficos, contundentes, com lacunas para serem preenchidas por inferência. O detalhamento indica precisão da notícia e, ao mesmo tempo, aponta para o

³ Cf. capítulo VI desta tese.

absurdo do fato. A proeminência é para o local, o Centro da cidade, depois a hora, no início de tarde de um dia útil. Só então, relata-se o fato:

FOTO 1: Caminhão em chamas, com um homem na frente esvaziando um extintor de incêndio, que olha, desafiador, para a lente do fotógrafo.

LEGENDA 1: “CARLOS, pai da menina morta na Providência, esvazia extintor do caminhão que acabara de incendiar”.

FOTO 2: Calmamente, Carlos joga álcool no mesmo caminhão.

LEGENDA 2: “MINUTOS antes, o mesmo Carlos joga álcool dentro do caminhão, com o extintor a seus pés”.

FOTO 3: Policiais na favela apontam armas e se protegem. Um homem com uma muleta dá um salto, próximo aos policiais”.

LEGENDA 3: “POLÍCIA ocupou o morro depois do protesto, obrigando os moradores a correr, com medo dos tiros”.

A sequência também lembra a fotonovela e a história em quadrinho, numa leitura que toma sentido em cada uma das legendas. A inversão temporal das fotos 1 e 2 é uma estratégia publicitária. O incêndio do caminhão e o olhar furioso e desafiador de Carlos na primeira foto induz a uma interpretação de ação desesperada.

A foto seguinte contrasta e põe em dúvida a interpretação anterior. Carlos olha dentro do caminhão, enquanto friamente despeja o álcool. A legenda chama atenção para o extintor que já havia sido retirado e depositado no chão, para depois se iniciar a ação destrutiva. Carlos é aí um justiceiro frio, vingador e calculista, não apenas o pai desesperado.

A terceira foto é metonímica, um símbolo de como é apresentada a atuação policial. Um homem inocente e com aparente deficiência é “obrigado” a saltar desesperado, pela ação imprevidente de uma polícia desqualificada.

TEXTO:

“A tarde começou com fogo, correria e tiros no viaduto que tem o nome da cidade: São Sebastião. Moradores do morro da Providência fecharam o trânsito em protesto por Andrielle Magalhães da Silva, 3 anos, que morreu ao cair de ribanceira, em meio a confronto não confirmado entre policiais e traficantes. Em Jacarepaguá, acesso à Linha Amarela tinha sido interrompido por manifestantes da Cidade de Deus, num ato contra o assassinato de topiqueiro extorquido por PMs. No início da noite, foi a vez da Avenida Brasil, fechada em reação à morte de José Henrique Pereira da Costa, 11, durante um tiroteio entre policiais e bandidos da Favela Parque Alegria, no Caju.

O viaduto (“tem o nome da cidade”) é construído como símbolo da cidade (alusão a seu padroeiro, São Sebastião), lugar de exemplo metonímico dos seus conflitos entre moradores de favela e policiais, entre duas frações da cidade e seus estados. Repare-se o enunciado “em meio a confronto [que] não [foi] confirmado entre policiais e

traficantes". Ele pode ser desdobrado (1-Andrielle morreu em meio ao confronto entre policiais e traficantes; 2- o confronto entre policiais e traficantes não [foi] confirmado). A morte de Andrielle como vítima da guerra é o pressuposto, a informação inquestionável.

O valor expressivo que semantiza a ação popular aparece de forma explícita no título da página 10 (em letras garrafais e em cores):

TÍTULO: "Fúria (em negrito e cor preta) no (sem negrito e preta) ASFALTO (caixa alta em vermelho)".

O entretenimento é uma marca presente nos títulos da primeira página e da 10. A escolha do vermelho e preto se deve à presença marcante destas cores no entretenimento (futebol) e na religião populares (na umbanda representa a entidade "pomba-gira", mulher cultuada pelos espíritas e atacada como demônio pelos evangélicos).

A palavra Asfalto remete à divisão naturalizada da "cidade partida" e reitera a identidade do favelado irracional e violento por denegação: protestos violentos no "asfalto" são o surpreendente e inusitado, a exceção.

No jornal O DIA, o descontrole sobre a corporação policial é tematizado em outra operação discursiva, a charge política na primeira página (uma clara influência do jornalismo alternativo sobre os jornais de massa, que passaram a adotá-la nos anos 90).

Em O DIA, a crítica fina e inteligente do chargista Aroeira sempre aparece em destaque na primeira página. No dia 19 de julho, a charge ocupa o pequeno espaço lateral à direita, que restou do grande destaque às fotos da revolta. Bem ao lado do texto escrito, a charge mostra o então secretário de Segurança Pública, Josias Quintal, nas vestes de um menino de rua, um casaco vermelho com capuz, feitos com um cobertor.

Josias está sentado numa cadeira tipo executivo, com rodinhas. Veste também um short azul e sandálias havaianas. Cabeça baixa, recosta-se na cadeira com ar desolado. Em cima, há um pequeno título: "A Barra do doutor Josias...". À esquerda do desenho, aparece a primeira fala. Uma segunda fala, aparece no lado direito, para ser lido de forma complementar à fala (1).

FALA (1): "Eles estão fardados, seqüestram e matam... Vão acabar comigo!"
FALA (2): "Eu estou apavorado".

Além da evidente construção da identidade da polícia do Rio como violenta e mesmo criminosa, há na charge uma complexa intertextualidade, que remete a relações sincrônicas e diacrônicas. Em 2001, o secretário Josias Quintal já se afirmara como o

grande vencedor de uma disputa de poder interna ao governo Garotinho, na área de segurança pública. No início do governo, em 1999, o homem-forte da área era o sociólogo Luiz Eduardo Soares, que buscava implementar uma política de segurança com base na política de direitos humanos.

Um dos graves conflitos enfrentados por Soares envolveu a chamada “banda podre” da polícia. Por influência de Soares, o governador afastou policiais civis e militares que respondiam a processos por extorsão, homicídio, pertencimento a grupos de extermínio e corrupção, mesmo sem que os processos houvessem transitado em julgado.

Também procurou reduzir o poder de delegados cuja influência e poder pessoal sobre a corporação eram grandes. As denúncias de que havia grupos policiais fidelizados a delegados e oficiais da PM eram antigas e envolviam a participação em chacinas como a de Vigário Geral (do grupo policial de extermínio “Cavalos Corredores”) e da Candelária, além da proteção a contraventores.

As medidas do governador mobilizaram o *sprit de corps* dos policiais. Boa parte deles já estava insatisfeita com a orientação da “nova polícia”, termo cunhado para o governo como propaganda da orientação adotada pela política de segurança. A base desta política seria a promoção da segurança como “direito de cidadania”, numa produção discursiva que ia de encontro ao paradigma de que vivemos no Rio uma guerra civil⁴.

Ao que parece, a corporação policial interpretou as medidas governamentais como uma fragilização da polícia na guerra e como perda de prestígio. É provável que muitos dos homens afastados fossem admirados pela sua capacidade investigativa e até mitologizados pela sua disposição guerreira (há inclusive o exemplo sempre recorrente na mídia do polêmico delegado Hélio Vígio).

A nova política de segurança acabou por naufragar e a gota d'água foram as discussões públicas do secretário Luiz Eduardo Soares com o governador sobre o episódio da ligação entre o cineasta João Moreira Salles e um traficante, iniciada com a produção de um documentário sobre a “guerra” particular entre policiais e traficantes.

Apesar das disputas políticas e das freqüentes denúncias das atividades irregulares de uma parte significativa da polícia, o mais provável é que os sentidos das disputas na

⁴ Cf. Soares e Garotinho (1998).

cúpula da segurança pública fossem enquadrados nos termos de continuidade da política guerreira da polícia ou rompimento com ela e (ainda na lógica excludente das oposições binárias) vitória da política de direitos humanos (significada pela identidade da corporação como “fraqueza” ante os bandidos e perda de poder).

A política guerreira de segurança foi explicitamente institucionalizada a partir de 1995, no governo Marcelo Alencar. O então secretário de segurança Nilton Cerqueira reforçou o potencial simbólico da guerra entre polícia e traficantes, ao instituir uma política de incentivos à caça (e morte) de bandidos, publicizada pela mídia como “premiação faroeste”. De 1995 a 1998, houve 821 policiais promovidos por bravura e 5.364 tiveram gratificações incorporadas aos salários (Alvito, 2001:89).

Na sua passagem pela Secretaria, o general Nilton Cerqueira celebrou-se por declarações como “bandido não é cidadão, muito menos civil”; e “O Rio vive uma guerra não declarada”. Entre as contribuições deste general à esfera pública, está a fixação dos termos “terrorista” e “terror” às manifestações de protesto popular (“É preciso ocupar os territórios inimigos para impedir a repetição de manifestações terroristas como em Acari”). Nesta época, a metáfora do terror se refere apenas à guerrilha de esquerda (Alvito, 2001:85).

Ao referir-se ao general Nilton Cerqueira (famoso por ter executado o capitão guerrilheiro Carlos Lamarca na década de 70), o porta-voz da polícia, coronel Milton Correa da Costa chegou a comentar a forma como era conduzida a política de segurança pública:

TEXTO

“Ele [o general] está numa guerra que não é a convencional. É uma guerra suja e covarde, que foge aos parâmetros da guerra normal (...) Não adianta empurrar direitos humanos para camuflar o tráfico” (apud Alvito, 2001:90).

Provavelmente, a saída dramática de Luiz Eduardo Soares da Secretaria de Segurança Pública foi interpretada como uma espécie de “volta aos bons tempos”. A participação da mídia, no entanto, impediu que tal interpretação se estabelecesse de forma linear. Excluído do poder, Soares obteve grande exposição ao classificar sua saída como a vitória da “banda podre” da polícia. Ele passou a receber ameaças de morte e decidiu deixar o país, ao aceitar um convite para lecionar nos EUA.

A repercussão espetacularizada da forma que a saída foi interpretada (vitória da “banda podre”), somada à dramatização do “exílio” da família Soares, fixaram a noção

(real ou imaginária, só uma pesquisa própria poderia verificar) de que a “banda podre” (ou “criminosos fardados”) da polícia passou a ter mais poder na área de segurança.

Em termos sincrônicos, já se desenvolvia na mídia o agendamento do ângulo do *fait-divers* “ousadia dos traficantes”, em que as ações dos poderosos grupos do crime organizado ganhavam cada vez mais espaço midiático. A contrapartida deste ângulo era a semantização do Estado em geral e da polícia em particular como frágeis e impotentes.

Na charge de Aroeira, esses elementos compõem a “barra” que ele deve enfrentar. O mais interessante, porém é o que está ausente. O Josias Quintal desolado e travestido de um miserável menino de rua é uma vítima da polícia, não um perigoso e ameaçador traficante. Isso é um indicativo de que o protesto popular simbolizado na charge ainda é mediado pela interpretação de uma reação ao abuso de poder de policial e a condições miseráveis de vida, em vez de uma ação coordenada por traficantes.

A diferença entre os dois jornais populares fica por conta da tentativa de cumplicidade de O DIA, ao pressupor saberes tão naturalizados e compartilhados que deixa lacunas ao leitor para preenchê-las, no título, nas fotos, na charge. Apesar de manter o mesmo tom “alarmista”, o EXTRA assume um papel pedagógico e impõe explicitamente sua interpretação do fato. EXTRA se oferece como a instância única que confere sentido global aos acontecimentos, ao relacioná-los (pelo recurso do enquadramento por meio de fios).

O recurso da montagem e edição de vários acontecimentos em conjunto foi utilizado pelos dois jornais. Mas o EXTRA os tratou autonomamente, com fotos e narrativas próprias, relacionando-os por anáforas e recursos gráficos. Já O DIA apenas condensou-os no texto, pressupondo a relação como óbvia. O recurso do EXTRA permitiu que ele ampliasse o “modelo explicativo” para além do protesto, com a inclusão do corrupto e violento major Dilo. Em O DIA, a identidade violenta da polícia fica explícita na charge de Aroeira.

As manifestações anti-sociais no ano de 2002

Na edição de 12 de janeiro de 2002, O GLOBO produz uma interpretação diferente para esse tipo de protesto popular. Com uma foto colorida de um ônibus em chamas na primeira página, o jornal noticia uma reação da comunidade da favela do

Rebu, em Senador Camará, Zona Oeste do Rio, à invasão armada da polícia, que resultou na morte de um homem.

LEGENDA: UM DOS ÔNIBUS incendiados em Senador Camará: o comandante da PM admite que policiamento falhou”.

A conversão sintática pela voz passiva tem uma dupla função. Como vimos, seu uso oculta (ou adia a revelação) do sujeito, mas também é uma operação que constrói o pressuposto, numa inversão em que um acontecimento é descrito como fato inquestionável para deixar as contestações às novas informações que o sucedem.

O uso dos dois pontos prepara para a informação importante que também é colocada no nível do acarretamento. Que tipo de dúvida poderia gerar a falha do policiamento? A resposta vem abaixo da foto:

TÍTULO: “Tráfico incendeia ônibus”.
SUBTÍTULO: “Bandidos também saqueiam e espancam passageiros”.

A operação enunciativa questiona de forma velada a capacidade de o aparelho policial enfrentar o poder paralelo do tráfico, cujos componentes atuam de forma desenvolta e violenta, incendiando ônibus, saqueando e agredindo cidadãos. A voz passiva faz parte das operações enunciativas do modo de interação, pela qual se busca cooptar o receptor, estabelecer relações de poder/saber com ele. A fragilidade da polícia e a força do tráfico são o saber implícito, compartilhado com o leitor.

O texto que se segue reforça o tema da ousadia do crime organizado e da fragilidade policial:

TEXTO

“Traficantes voltaram a desafiar a polícia do Rio, destruindo seis ônibus ontem em senador Camará, na Zona Oeste. Segundo a PM, a ação foi um protesto contra a morte do gerente do tráfico na Favela do Rebu, de madrugada, em confronto com policiais. Eram 5h30m quando bandidos com granadas, fuzis e pistolas pararam quatro ônibus na Avenida Santa Cruz, incendiando três e depredando um. Três horas depois, mais dois ônibus foram incendiados na Praça Iguatema. Passageiros foram saqueados e espancados. O comandante da PM, Wilton Ribeiro, criticou o 14º BPM (Bangu) por não ter ocupado a favela. Página 13”.

A abertura do texto privilegia os traficantes e tem uma dupla imposição. A primeira, na interpretação do fato, colocada no início do primeiro período. Trata-se da tese-pressuposto do “desafio” à polícia. A segunda, pelo emprego da locução verbal “voltaram a desafiar”, para expressar a tese. Trata-se de uma referência anafórica a fatos

recentes, que reafirmam a noção de continuidade da ousadia marginal, portanto, da fragilidade do Estado.

A fonte da versão é identificada por uma nominalização (“segundo a PM”), o que a coloca no campo da conjectura. Desta vez, porém, não há “argumento polifônico” (Rebelo, 2000). Outras versões não são apresentadas, pois a ação não é de moradores, mas de bandidos, cuja força é ratificada tanto pela enumeração do poderoso armamento bélico, quanto pela selvageria da ação. Tal seleção de detalhes e a ausência de outras versões mostra avaliação do protesto pelo jornal como criminosa, não mais como “insana”.

A crítica do comandante é institucional, com ativa força ilocucionária. É uma ordem (um performativo) por denegação. Na guerra entre policiais e traficantes deve-se ocupar militarmente a favela. A desobediência à regra causou a aludida “falha” no policiamento, declarada na legenda. O contexto de comunicação mostra o implícito: o jornal destaca a necessidade da reação enérgica.

Na primeira página da seção “Rio” (página 13 do jornal) pode-se ler a reiteração das interpretações sugeridas na primeira página, agora de forma explícita.

TÍTULO: “Traficantes destroem seis ônibus”.

SUBTÍTULO: “Comandante admite que a PM falhou por não ter ocupado a região do conflito”.

Nesta página, há uma foto de grandes dimensões, com a carcaça enegrecida do ônibus, as rodas ainda em chamas e uma densa fumaça negra ocupando a metade à direita da foto. Na outra metade, um aglomerado de pessoas observa a cena.

LEGENDA: “MORADORES DE Senador Camará observam ônibus em chamas. Seis veículos foram destruídos pelos traficantes do Terceiro Comando, que agrediram passageiros”.

Abaixo, um Box da largura da foto, em duas grandes colunas:

TÍTULO: “Empresas perderam 722 coletivos em três anos”.

SUBTÍTULO: “Sindicato alega que é difícil achar funcionários para trabalhar em linhas que passam em favelas”.

O território do crime é agora alvo dos medos e preconceitos dos próprios trabalhadores urbanos pobres (motoristas e trocadores de ônibus). Pelo recurso à metonímia, há uma re-significação dos quebra-quebras dos ônibus. Em vez da forma popular de justiça, sugere-se o poder absoluto do tráfico na condução dos protestos.

O recurso à anáfora organiza a introdução do novo pressuposto. Ao lado do Box, à esquerda, destaca-se um entretítulo de grande dimensão, que mais parece o recurso de edição chamado “olho” (um destaque para orientar e atrair a leitura). Nele, pode-se ler:

ENTRETÍTULO: “Morte de bandido teria causado fúria”.

Na sequência, uma fonte oficial interpreta o conflito como resultado da morte de um gerente do tráfico, que portava “uma granada, um revólver e maconha”. A exemplo do enunciado do entretítulo, essa tese é colocada no nível da conjectura, porém, sem a versão do contraditório. Ao contrário, desta vez o jornal complementa a informação com um “novo saber”, que induz à confirmação da tese exposta.

TEXTO

“O batalhão está investigando a possível participação de Cléber no ataque ao Posto Comunitário (PPC) do bairro Jabour, no dia 4 passado, quando duas granadas foram lançadas, ferindo um PM e destruindo duas patrulhas.

— Eles se uniram e tentaram demonstrar poder praticando esse ato de vandalismo — disse o coronel”.

Definitivamente, a pena-de-morte informal é naturalizada pelos jornais. Implicitamente, houve a retirada da justificativa mediação para a “fúria” dos favelados. O protesto pela morte de um “bandido” é impossível de ser problematizada no âmbito dos direitos, daí a inquestionável liderança do tráfico no protesto. A identidade da favela e dos favelados continua em algum nível construída por significações negativas dos seus atos. Agora não mais pela natureza rude e anárquica do protesto e das suas formas de justiça, mas pela subordinação incondicional aos traficantes e a suas ações belicosas. Trata-se de um novo pressuposto. Como um conta-gotas mental, os jornais o sedimentaram ao longo do ano.

O DIA, 18 de junho de 2002

TÍTULO: “Insegurança além da imaginação”.

FOTO: Colorida de um ônibus em chamas à noite. O tom avermelhado da foto chama atenção.

LEGENDA: “NA AVENDIA BRASIL, bandidos, desta vez, iniciaram o fogo com passageiros ainda dentro do 790”.

O tom de continuidade e o enfoque pelo *fait-divers* compõem a estratégia de sedução do jornal (numa abordagem apenas mais explícita à feita por O GLOBO, analisada anteriormente). Os dois jornais espetacularizam as notícias com os mesmos artifícios, apenas com níveis diferentes de moderação.

O uso do “além da imaginação” (uma alusão a um produto popular da indústria cultural), somada ao tom vermelho da foto produzem um efeito visual macabro. O “desta vez” utilizado na legenda enfoca a força e desenvoltura dos bandidos (e cumpre a mesma função de “voltam a desafiar”, em O GLOBO). Da mesma forma, a proeminência de “na Avenida Brasil” favorece uma paráfrase (“neste lugar”, “desta vez”). Como no jornal O GLOBO, o efeito é metonímico. Trata-se de um caso particular (o fato) de um tema geral (“ousadia dos traficantes”).

Os efeitos de sentido ofertados no texto reforçam a estratégia de entretenimento.

TEXTO

“No Rio, agora é assim: por uma questão de minutos, o cidadão pode se ver diante do perigo. Que o diga a governadora Benedita da Silva. No domingo à noite, ao voltar de um culto evangélico em Campo Grande, por pouco não testemunhou, perto da Vila Kennedy, a destruição de um ônibus na Avenida Brasil. Às 23h40, bandidos atacaram o veículo em resposta à morte de traficante. Tipo de ousadia que parece ser rotina na cidade”.

A inversão da ordem direta dá proeminência ao local: “No Rio”. Portanto, o que se vai ler sobre insegurança não é generalizável a padrões explicativos como “grandes metrópoles”. A crítica à política de segurança limita-se ao Rio de Janeiro. O enunciado seguinte “agora é assim” evoca o pressuposto de que houve uma mudança que vai ser anunciada com grande importância (como indicam os dois pontos). Trata-se do desamparo do cidadão numa cidade sem ordem, sem lei, sem proteção.

A tese passa a ser explicitada pela narrativa-espetáculo. Ela é construída a partir do personagem, no caso, a governadora (sequer presente no acontecimento). Vemos a primeira grande força de semantização das matérias de violência no ano de 2002. As eleições gerais, em especial para governador, recoloca a discussão sobre a política de segurança pública na ordem do dia. Candidata à reeleição, Benedita sofre uma crítica direta à política adotada, numa mostra de que o entretenimento por si só não exclui também a crítica política.

Ao contrário, mesmo conservadora, a crítica política é a grande moduladora da matéria (quando a crítica comum ao entretenimento é a “despolitização”). O engajamento conservador pode não ser diretamente atribuído às posições de esquerda da governadora Benedita, mas sim aos pressupostos e paradigmas que orientam a crítica.

Como se sabe, ao longo do governo Benedita, a política de segurança procurou orientar-se pelo respeito aos direitos humanos e por uma ordem expressa para que não houvesse enfrentamentos nas favelas que pusessem em riscos pessoas inocentes.

Provavelmente, o enunciado inicial ("No Rio, agora é assim") é uma alusão a esta postura, interpretada nos termos da "metáfora da guerra".

A narrativa é do personagem (particular) para o acontecimento, o protesto (geral). O fato é enunciado no final do parágrafo. O período inicia-se pela hora, detalhada em minutos, para provocar um efeito de sentido de precisão e veracidade, que contaminam as outras informações, em especial "em resposta à morte de traficante".

O parágrafo é encerrado por uma frase curta e contundente que enfoca o poder paralelo dos traficantes: "Tipo de ousadia que parece ser rotina na cidade". Nesta frase, consolida-se o pressuposto da "ousadia do Tráfico" (a informação que resiste à negativa: "tipo de ousadia que não parece ser rotina na cidade"). O pressuposto (a ousadia do crime organizado) é da ordem do inquestionável.

O GLOBO, 22 de junho de 2002, primeira página

No pé da página, sem maiores dimensões, O GLOBO indica no título e subtítulo de primeira página duas reportagens. Na hierarquia da enunciação, a proeminência é a matéria sobre a queima de ônibus, colocada no título.

TÍTULO: "Ônibus incendiado é o 302º em 3 anos".

A proeminência dada ao termo "ônibus" pelo uso da voz passiva acentua o ângulo atemporal na abordagem do fato (os ataques aos ônibus são o tema da notícia, não o ônibus singular, queimado naquele dia). O emprego da estatística e da voz passiva são operações de reforço dos pressupostos. A voz passiva silencia sobre o autor, mas, desta vez, para impor a autoria pelo enquadramento metonímico feito pela estatística. Trata-se de um caso do geral. Ao mesmo tempo, o uso ideológico da estatística reforça a aura de veracidade da notícia (e também a capacidade de o jornal interpretar e atribuir responsabilidades).

No subtítulo, o leitor é conduzido para outra matéria, que diz respeito à violência:

SUBTÍTULO: "Abílio Diniz, dono do Pão de Açúcar, defende a tese do atirar primeiro e perguntar depois".

Personalidade pública, o empresário Abílio Diniz tem a proeminência do enunciado. Trata-se de um "implícito de enunciação", em que o jornal reforça o estatuto da fonte e da sua fala. Diniz defende uma "tese" própria ao cenário de guerra suja, da execução sumária. Segue-se o corpo do texto introdutório, dividido em três grandes

períodos. No último período, pode-se ler que a “tese” de Abílio Diniz não existe apenas abstratamente:

TEXTO

“A morte de uma mulher durante um confronto entre policiais e bandidos em São Gonçalo provocou ontem a destruição do 302º ônibus nos últimos três anos: só de janeiro até ontem, 66 foram incendiados. O secretário de Segurança, Roberto Aguiar, anunciou que cem policiais à paisana vão passar a andar de ônibus. Em São Paulo, o presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, disse ontem que reduziu a violência na região onde fica a sede de sua empresa “atirando primeiro e perguntando depois” Páginas 12 e 18.

O GLOBO reúne as duas matérias e coloca a “solução” proposta por Abílio Diniz como fechamento do texto. O texto é construído pela apresentação de um tipo de violência cada vez mais freqüente, ilustrada por números estatísticos, em que a autoria é atribuída a “bandidos”. Em seguida, a solução apontada pelo secretário de Segurança, de reforço do policiamento. Depois, descreve-se a “tese”, que efetivamente “reduziu a violência” na empresa de Diniz. Trata-se da apresentação por implicatura de uma outra solução, colocada como conclusão:

- 1- 302 ônibus queimados em três anos.
- 2- Cem policiais vão andar de ônibus.
- 3- A violência foi reduzida pela repressão violenta, ao estilo “guerra suja”: execução sumária de criminosos.

A desproporção entre a violência relatada (302 ônibus queimados) e as duas soluções, traz implícita a avaliação positiva de O GLOBO à “tese” de Diniz. Consuma-se a defesa da pena-de-morte informal. Trata-se de um empresário de projeção nacional, vítima de um seqüestro que comoveu o país em 1989 (o que vai ser lembrado no corpo do texto da página 17). Ao estatuto de homem bem sucedido no mercado, junta-se o de conhecer por dentro a violência do crime organizado. O uso do performativo “disse” (verbo dicendi) dá força ao enunciado (em lugar do frágil “segundo Diniz”, que reforçaria a dimensão de conjectura).

Na página 17 (em lugar de 18, como anuncia a primeira página), há um antetítulo.

ANTETÍTULO: “PODER PARALELO: Segurança foi reforçada porque funcionários eram vítimas de roubos e seqüestros relâmpagos”..

O título referencial “poder paralelo” é uma marca acrescentada pelo jornal após os primeiros dias do desaparecimento do repórter Tim Lopes. Refere-se aos traficantes. Ironicamente, Abílio Diniz diz fazer aquilo que o jornal usou para criticar os traficantes

e que deu origem ao título referencial: ele prende, julga e executa pessoas. O uso da voz passiva dá proeminência à justificativa para a “tese” de Diniz (empurrando-a para a ordem do pressuposto, do inquestionável): “Segurança foi reforçada...”. A conhecida liberdade com que comerciantes instituem “seguranças” (eufemismo para os aparelhos policiais privados) que, não raro, envolvem-se em execução de criminosos, é tratada pelo jornal como tópico, o que legitima tal procedimento. Em seguida, o título:

TÍTULO: “Dinz: ‘Atiramos primeiro e perguntamos depois’”.

O prestígio do empresário respeitável e bem-sucedido é reiterado como legitimador da sentença. Trata-se do caso tratado por Rebelo (2000:70), em que a fonte é investida do poder de dizer pelo jornal para produzir um efeito de estatuto, realçar a competência dele. É a voz da elite brasileira. Ao mesmo tempo, o jornal simula um distanciamento pelo implícito. Como vimos, trata-se de uma forma de dizer sem os riscos de fazê-lo explicitamente, num apelo à cumplicidade do receptor. De transferir ao receptor a responsabilidade que seria do enunciador. Assim, o jornal se identifica com a “tese” e lhe dá um efeito de “fato” (pela transcrição literal) sem se comprometer explicitamente com ela, ao enfocar o estatuto de seu autor (“Diniz:”). Em nenhum momento o comportamento é sugerido como a existência de um “estado dentro do estado”. Talvez porque aí esteja a real metáfora do Estado brasileiro: ele foi construído para ser um bem privado de suas elites, os cidadãos de primeira classe, que estão acima da lei.

SUBTÍTULO: “Dono do Grupo Pão de Açúcar afirma que medida acabou com violência nos arredores de sua empresa em SP”.

No subtítulo, confirma-se o estatuto pela proeminência à posição social do enunciador, para depois reafirmar a eficácia da “tese” pelos efeitos da medida, cuja descrição/atribuição ocorre pelo uso de verbos performativos (“afirmou”, “acabou com a violência”, todos com valor expressivo positivo e forte). Trata-se de um conjunto de operações enunciativas que acentuam a avaliação positiva da tese, numa agressão absurda e chocante aos direitos humanos, num exemplo de matéria “sensacionalista”, como definimos o conceito nesta pesquisa.

O GLOBO, 22 de junho de 2002, p. 12 (primeira da seção “Rio”).

TÍTULO: “Violência pega carona nos ônibus” (letras garrafais).

SUBTÍTULO: “Só neste ano, 66 veículos incendiados em conflitos, a maioria com participação do tráfico”.

O título usa o trocadilho (um lugar-comum bastante óbvio) como estratégia de entretenimento e sedução. Trata-se de uma matéria sobre os acontecimentos em geral, com enfoque de *fait-divers*. No subtítulo, as informações se consolidam. “Só neste ano”, é anafórico e opera pela inclusão de todos os fatos anteriores de quebra de ônibus. Embora não identifique todos ao tráfico, o uso de a “maioria” acaba por garantir um novo sentido do protesto popular, no que diz respeito à atribuição de responsabilidade.

A operação anafórica de imposição da tese é reiterada por um Box: “Relembre outros protestos violentos”, em que cinco casos são narrados, sempre com protestos pela morte de alguém da comunidade, após o combate com a polícia. Em três deles os traficantes são protagonistas (em dois são os moradores de favela). Há ainda seqüestro de ônibus para levar a baile funk e estatísticas de assalto.

Há também um enfoque político. Na foto grande, há um ônibus incendiado e o que chama atenção é a serenidade dos transeuntes, dois jovens (um mulato e um branco) que passam pelo local. Abaixo, há uma foto menor e um Box. Na foto, o secretário Roberto Aguiar conversa com representantes das empresas de ônibus.

No pequeno Box ao lado, com título referencial “opinião” e o título informativo “E não se fala mais nisso”, O GLOBO faz um breve editorial. Nele, há uma alusão a uma discussão entre o Secretário de Justiça Paulo Saboya e o Ministério Público, que o havia impedido de entrar no presídio Bangu I (episódio conhecido pela devassa do MP que descobriu uma Central Telefônica no presídio. Depois de uma frase do procurador geral do Estado, José Muiños Pinheiro, coordenador da investigação, o presídio passou a ser chamado de “escritório central do crime”).

O breve editorial comenta um gesto do secretário, que dava o episódio por encerrado. “Melhor Assim”, diz o jornal, porque a vaidade pessoal do secretário poderia inviabilizar a “força-tarefa” que se estava criando para atuar no Rio. Ao lado esquerdo da foto, um entretítulo em fontes grandes: “Empresas apontam os locais mais perigosos”.

Assim, o jornal coloca no nível da “sensatez”, da qual ele se arroga o maior representante, a sua própria interpretação da solução para a violência no Rio. Ao pedir o fim das vaidades pessoais em favor de um projeto cooperativo que una o aparato policial da União e do Estado, a solução se torna “evidente”, pois se trata de um clichê para qualquer atividade coletiva.

Ao lado, no entretítulo, o jornal mostra como o “óbvio” a solução para reduzir o crime contra os ônibus. Se a polícia não é capaz de mapear as áreas de risco, os empresários as identificam. Basta aumentar o policiamento (nas áreas do subúrbio e próximas a favelas). Embora repressiva, a solução agora é legalista.

Tal sensatez e sobriedade reivindicada no editorial contrasta como a solução brutal da operação enunciativa da primeira página, em que ela foi apresentada em conjunto com a “tese” de Diniz. O editorial cumpre uma função ideológica (tecnologização do discurso) de proteger o jornal de possíveis críticas à abordagem da “tese”, com a vantagem de expor explicitamente o ponto de vista e anunciá-lo como opinião do jornal.

O GLOBO, 11 de setembro de 2002.

Nesta edição, o jornal noticia o crime na primeira página do jornal apenas com uma pequena nota:

TÍTULO: “Tiroteio entre PM e bandidos aterroriza Ilha”
<p>TEXTO:</p> <p>“Um tiroteio entre PMs e traficantes do Morro do Dendê, na Ilha do Governador, levou ontem à tarde pânico e terror ao asfalto. Em protesto contra a morte de dois bandidos, traficantes encapuzados lançaram uma granada, incendiaram dois ônibus e apedrejaram carros e lojas. Página 14”.</p>

O uso do artigo indefinido em “um tiroteio” banaliza o acontecimento como corriqueiro. A notícia não é o “fato” (tiroteio), mas sua repetição na cidade e as consequências. “Pânico e terror no asfalto” é também um enunciado fortemente ideológico. O problema do tiroteio (da “guerra”) é que ele transbordou de sua geografia cotidiana, a favela, e se estendeu à outra cidade, o “asfalto”.

Há também o uso ideológico do termo “terror”. A partir do episódio do 11 de setembro de 2001 e da sua abordagem espetacularizada pela mídia, o terrorismo como metáfora parece migrar lentamente da idéia de guerrilha para a de atentados urbanos do crime organizado. Os incêndios de ônibus deixam de ser significados como reação ao abuso da polícia e protesto popular. Agora o tráfico reage com atentados à morte (na guerra) de seus membros e instrumentaliza os moradores de favela para que provoquem desordem no “asfalto”.

A reordenação do modelo explicativo fica clara na abordagem espetacularizada na página 14 (e primeira da seção “Rio”).

TÍTULO: "Ilha cercada de medo".

SUBTÍTULO: "Tráfico comanda ataque no bairro, com ônibus queimados e lojas apedrejadas".

No título, o jornal apela para a ambigüidade da palavra "Ilha" para fazer um trocadilho, num uso do entretenimento como elemento persuasivo. Por meio desta operação, o bairro Ilha do Governador se torna um exemplo metonímico de toda a cidade do Rio de Janeiro, um símbolo da insegurança provocada pela força dos traficantes.

No subtítulo, a proeminência dada ao Tráfico e possui uma implicatura, a de que sua força é origem do medo que toma a cidade. Ele é um inimigo unificado pelo termo genérico "tráfico" (não há alusões a facções criminosas ou grupos específicos do crime organizado).

Numa das fotos, vê-se um ônibus em chamas. A foto espetaculariza o confronto:

FOTO 1: Três policiais apontam rifles em direção contrária à do leitor. Eles se esconde atrás de um muro de 1,5m de altura, têm o dedo no gatilho e os olhos na mira do rifle. Um ônibus em chamas próximo aos policiais aumenta a sensação de confronto. A foto posiciona o leitor atrás do muro e ao lado dos policiais, sem que o foco atinja o ponto em que estão os "inimigos".

A angulação da foto posiciona o leitor ao lado dos policiais, enquanto eles apontam os fuzis para o inimigo.

LEGENDA 1: "COM UM ÔNIBUS em chamas ao fundo, policiais militares se protegem durante confronto com traficantes do Morro do Dendê: bandidos chegaram a explodir uma granada".

Pela inversão da ordem direta, dá-se proeminência ao ônibus em chamas na abertura do enunciado. É um destaque para a ação violenta dos traficantes. No confronto, os policiais estão acuados, apesar do armamento pesado que utilizam. A razão é sinalizada pela introdução dos dois pontos. Trata-se de uma alusão ao arsenal bélico dos bandidos, que inclui granadas. A locução verbal "chegaram a explodir" (em vez do mais simples e conciso "explodiram") ressalta o poder bélico.

A foto abaixo (foto 2) reproduz um lugar-comum em reportagens sobre guerras e campos de refugiados.

LEGENDA 2: "CRIANÇAS BRINCAM com cápsulas deflagradas de fuzil perto do local onde os dois homens morreram no tiroteio com a PM."

O pressuposto aí é a banalização da violência nas comunidades faveladas, que produz o cenário em que as crianças brincam com cápsulas de fuzil próximas à praça de

guerra. O recorte não é pela novidade, mas pela intertextualidade manifesta, que liga a cena a outros cenários políticos de guerra, como a Palestina ocupada.

À direita do conjunto foto legenda, há um Box . Nele, há um breve editorial:

Título referencial: “opinião”

Título informacional: “Aliança”

TEXTO

“O TRÁFICO e o crime organizado se converteram em algozes das comunidades em que se encastelaram. Multiplicam-se os casos de violência de bandidos contra essas populações.

QUANDO QUADRILHAS forçam o fechamento de projetos como o do Ecopneu, em Acari, e o de escolas como a Professor Ismael Coutinho, em Niterói, o crime mostra a sua face real.

É CADA vez mais urgente que o poder público reconquiste a confiança da população. Só assim as comunidades se sentirão seguras para ajudar o Estado a combater um inimigo comum.”

Neste breve editorial, oferecido como interpretação do conjunto do texto informativo, podemos observar o mais claro exemplo de tecnologização do discurso e da luta hegemônica no jornal, percebida por um enfoque na intertextualidade.

Nos anos 90, sociedade civil organizada no Rio de Janeiro mostrou sinais de organização e vitalidade. Movimentos pela Paz e contra a violência liderados pelas ONGs, em especial a “Viva Rio”, obteve visibilidade e apoio das grandes empresas de jornalismo. Muitas vezes, as instituições da sociedade civil desenvolvem uma ativa imprensa alternativa, como a “rádio favela” e o site informativo do “Viva Rio”.

Além disso, as liberdades democráticas dirigiram o interesse de intelectuais críticos para a complexidade da vida urbana brasileira contemporânea e os mecanismos de exclusão social. A criminalidade urbana violenta tornou-se um objeto capaz de atrair a investigação de diversas disciplinas da pesquisa social. Este duplo movimento gradativamente vem alcançando a mídia e disputando os sentidos da violência.

Em diversos episódios, como a chacina da Candelária, o seqüestro do ônibus 174 e a morte do jornalista Tim Lopes, pesquisadores e intelectuais vinculados a ONGs e à Universidade foram convidados a dar entrevistas, escrever artigos, enfim a interpretar os acontecimentos. O resultado foi a emergência na mídia de discursos que contradiziam abertamente princípios, conceitos e paradigmas naturalizados nos discursos dos jornais.

No domingo do dia 8 de julho de 2001, o jornal O GLOBO deu amplo destaque ao estudo do historiador e antropólogo Marcos Alvito, publicado naquele ano com o

título *As cores de Acari*. Na entrevista, Alvito acaba por demolir alguns dos pressupostos mais enraizados no senso comum sobre a relação entre as comunidades das favelas e os traficantes.

Publicada no estilo pingue-pongue, a entrevista teve um título referencial (“corpo a corpo”), seguida do nome e título acadêmico do pensador, para depois, com uma citação entre aspas, destacar o título informativo (“O terror atinge a todos”). A estratégia de selecionar, recortar e transcrever literalmente a fala do entrevistado no título revela escolhas (proeminência, classificações e hierarquias do relato), mas também é uma estratégia comum aos jornais para indicar a aceitação do teor da fala da fonte e de estabelecê-la como “fato” (Rebelo, 2000:70).

O trecho selecionado e reproduzido no título refere-se justamente à passagem da entrevista em que Alvito interpreta as mudanças na relação comunidade tráfico em Acari, como reestruturada pelo terror (não os atentados urbanos, mas a violência contra moradores). “O tráfico não tem mais cara e a sensação é de que o terror atinge a todos”, analisou o antropólogo. Sobre o passado, ele comentava: “Antes, quando as regras eram claras o morador ficava mais tranqüilo. Em vez do terror, os bandidos usavam laços de amizade ou parentesco para estruturar o seu domínio”.

Alvito faz uma síntese aguda do consenso que se torna cada vez mais amplo entre estudiosos e militantes de ONGs (que resenhamos no capítulo VI desta pesquisa) e que começam a pressionar os discursos hegemônicos sobre o banditismo social e a descrição da comunidade favelada como naturalmente avessa à ordem legal e ao mercado. Uma pressão por inclusão social.

O breve editorial de O GLOBO assimila parcialmente a nova ótica, mas a submete aos paradigmas hegemônicos de interpretação. A voz da pesquisa social (talvez diretamente a voz de Alvito, como sugere a referência à favela de Acari) está presente na reinterpretação da relação entre traficantes e moradores de favela (tema do editorial traduzido no título por “Aliança”), ao mesmo tempo em que é ressemantizado para reforçar o enfoque no crescimento de poder dos traficantes e o paradigma da guerra.

A referência a Acari também remete anaforicamente à matéria abaixo, que trata da denúncia que o prefeito do Rio, César Maia, fizera sobre uma ação do tráfico que obrigou a prefeitura a encerrar o projeto “Ecopneu” no local. Configura-se aí o tipo de imposição definida por catáfora. O pressuposto contido na interpretação da relação entre

traficantes e comunidade apóia-se num exemplo que o próprio jornal relata como “fato”. Assim, o próprio pressuposto é tratado como inquestionável e usado para condenar a força do tráfico por interferir e abortar projetos sociais.

No apelo do terceiro parágrafo para que o poder público reconquiste a população, prepara-se para a coerência (sentido) global do texto informativo. As comunidades devem se unir e ajudar o Estado legal a “combater o inimigo comum” (a “aliança”). Mas título é propositalmente ambíguo. Ao mesmo tempo em que o jornal propõe que os moradores de favela devam se aliar ao Estado legal, ele remete implicitamente ao senso comum (o pressuposto de uma aliança ente tráfico e moradores).

No breve editorial, portanto, introduz-se um questionamento ao senso comum, pois a aliança tráfico-moradores é negada, pelo domínio do terror representado pelos traficantes. A forma como é construída a sentença, porém, coloca a postura inovadora nos quadros do velho paradigma.

“Inimigo comum” e “reconquista” são termos que evocam uma sequência na guerra, que deve ser agora de todos contra os traficantes. Implicitamente, nos é dado a conhecer que os moradores eram aliados dos traficantes (só agora inimigo em comum). A cidade também continua partida. Não mais entre comunidades faveladas e asfalto, mas entre territórios brutalmente dominados pelo inimigo comum (traficantes) e o Estado legal.

A identidade dos moradores das favelas é reestruturada em relação à influência dos traficantes, mas não integrada à cidadania. Primeiro, é preciso que sua confiança seja “reconquistada”. Prevalece o estereótipo de que os moradores de favela ainda “resistem” à ordem legal, embora eles também sejam vítimas e reféns do Tráfico.

A identidade do Tráfico também é reestruturada. O exercício de poder desloca-se do consentimento para a coerção. Assim, em termos da ótica hegemônica (liberal) sobre a definição de Estado, as favelas são classificadas como território à parte, mas sem que haja “soberania”, pois não há “nação” (relação contratual entre governantes e governados). Para a população favelada não há “Estado” (portanto, direitos) algum, pois ela desconfia do Estado legal e é oprimida pelo Tráfico.

Esta operação lembra aquilo que Van Djick (1997:155) chama de “concessões aparentes”. Um comportamento que poderia ser parafraseado como: “é claro que os moradores de favelas não são bandidos, mas...”, uma negação diluída pelo contexto da

enunciação, em que os mesmos moradores aparecem como responsáveis por atos delituosos, cometidos sob ordens do Tráfico.

Abaixo da foto, há uma infografia com um mapa da região da cidade em que o conflito ocorreu. Desta vez, há mais que o desenho e a indicação das ruas e morros. Há um pequeno texto introdutório.

TÍTULO: "Saiba mais sobre a ação do tráfico"
<p>TEXTO</p> <p>"Traficantes armados e moradores do Morro do Dendê, na Ilha do Governador, desceram ontem à tarde a favela para fazer um violento protesto na Avenida Paranapuã, uma das mais importantes do bairro. Eles incendiaram dois ônibus e apedrejaram lojas. Pela manhã, dois homens tinham sido mortos num confronto com a Polícia Militar na favela".</p>

No título, o tráfico continua protagonista único dos acontecimentos. Os moradores da favela são citados pela primeira vez nas operações enunciativas do jornal (eles voltam a aparecer na abertura ou *lead* da matéria). Em nenhum dos destaques de título, legenda e imagem, eles apareceram, a não ser nas letras pouco legíveis do infográfico.

No último enunciado, o destaque é para a expressão "pela manhã", trazida para o início do período. Como o protesto foi à tarde, esta é uma forma de o jornal correlacionar o espaço de tempo entre as mortes e a revolta da população. Por inferência, a lacuna deve ser preenchida pelo leitor, e reiterar a enunciação do controle, liderança e constrangimento dos traficantes sobre os moradores.

Trata-se do espaço de tempo em que os traficantes organizaram e convocaram os moradores para o protesto. Ainda no nível vocabular, as duas pessoas mortas recebem o tratamento de "homens", em vez de "bandidos". A identidade deles como criminosos é sugerida na razão da morte: "num confronto com a Polícia Militar na favela".

Abaixo do infográfico, há outro Box.

TÍTULO: "Passagem para a violência".

O jornal volta a utilizar o trocadilho como estratégia de entretenimento. O texto trata da destruição dos ônibus nos protestos dos moradores de favela (que tornam a ser protagonistas). É uma operação anafórica que remete à reunião de empresários de ônibus com o secretário Roberto Aguiar ("em junho do ano passado"), ocasião que ele promete o policiamento de cem homens nos ônibus, e rememora (e atribui autorias) episódios de protesto popular contra a ação policial, em que os ônibus foram depredados.

TEXTO

“A polícia não tem conseguido evitar os protestos em que moradores de favelas destroem ônibus. De janeiro a junho deste ano, segundo dados da Fetranspor, foram depredados 66 ônibus em manifestações. Na tentativa de evitar prejuízos (...) Ficou decidido que cem policiais à paisana passariam a andar de ônibus para identificar baderneiros. Essa mesma equipe de policiais ficara encarregada, ainda, de filmar, identificar e prender, se possível no local da manifestação, todos os que incitam a população a incendiar ônibus”.

Particularmente interessante é a abordagem sobre a polícia contida no primeiro período do texto. Aparentemente, deixa-se de tecer críticas à corporação, embora na descrição dos episódios haja a atribuição de sentido aos protestos com reação ao abuso policial. No segundo período e seguintes, há a utilização ideológica da estatística, que aponta para a fraqueza da polícia (que tenta, mas não consegue impedir a ação delituosa).

A avaliação da polícia é negativa, da mesma forma que a dos favelados (angulada pelos prejuízos econômicos). Em vez de “insanidade” e “fúria”, os sentidos do protesto popular são a “baderna” e a “incitação” ou “manobra” dos traficantes.

À direita do infográfico e do Box, há uma pequena notícia.

TÍTULO: “Comandante diz que Prefeitura não pediu ajuda à PM”

SUBTÍTULO: Segundo César, Comlurb mandará ofício sobre posto fechado pelo tráfico”.

O conjunto é favorável à corporação policial. No enunciado do título, o depoimento do comandante é enunciado por meio de um verbo performativo (o dicendi “diz”), que aumenta a legitimidade da sua fala. No subtítulo, o início da frase (portanto, o mais proeminente) coloca a frase do prefeito no campo da conjectura. Pelo uso da nominalização “segundo” na introdução à fala do prefeito, ele passa a ser o único responsável pela veracidade da sentença. A matéria trata do fechamento de um posto do Ecopneu, projeto municipal de recolhimento de pneus em Acari.

TEXTO DO LEAD

“O confronto entre policiais militares e traficantes do Morro do Dendê, na Ilha do Governador, chegou ontem à tarde ao asfalto. Num violento protesto contra a morte de dois bandidos pela manhã, traficantes armados de fuzis e pistolas, acompanhados de moradores de favela, desceram o morro e levaram pânico à Avenida Paranapuã, próximo ao Largo do Cocotá. Os manifestantes incendiaram dois ônibus e apedrejaram lojas e carros. Encapuzados, bandidos atiraram para o alto e um deles explodiu uma granada. Aterrorizados, comerciantes fecharam suas lojas e moradores refugiaram-se em suas casas”.

O início do *lead* (“o confronto...”) reitera o pressuposto da guerra e da divisão da cidade em territórios inimigos. O “surpreendente” (que atende ao critério de importância jornalística da notícia) é o fato de a guerra chegar ao asfalto. No segundo período, por inversão da ordem direta, impõe-se o novo pressuposto. Os protestos são dos traficantes armados e resultam da morte de membros do Tráfico. Os moradores de favela agora apenas “acompanham” os traficantes.

O penúltimo período reforça a nova tese. A proeminência é para “encapuzados”, numa inversão da ordem direta que coloca o predicativo do sujeito em destaque. Hollywood e anos de enlatados americanos de TV nos educaram para ver no capuz um símbolo do crime organizado. Os tiros e a granada reforçam a cena de guerra, que agora desce para o asfalto (que é a verdadeira “cidade apavorada pela guerra”).

No último período, ocorre novamente a inversão. O predicativo do sujeito “aterrorizados” recebe uma proeminência que o liga a outros pontos do texto informativo (“aterroriza a Ilha”; “pânico e terror ao asfalto”). A referência a pessoas de classe média (os comerciantes e moradores do asfalto), buscando refúgio em pânico, remete ao público leitor do jornal e à estratégia de posicioná-lo dentro da possibilidade de viver experiência semelhante, numa cidade sitiada pelo tráfico. Reitera-se a construção identitária construtiva fundamental, “nós” (asfalto) x “eles” (favela).

Por fim, o jornal repete a operação enunciativa de introduzir um grande entretítulo, que simula um “olho”, como elemento persuasivo.

ENTRETÍTULO: “Morte de PM foi estopim do conflito”.

Numa atitude aparentemente estranha às técnicas jornalísticas, uma informação inteiramente nova e fundamental (responderia a uma das perguntas do *lead*) é introduzida no meio da matéria e ainda contradita a versão até então sustentada de que o conflito ocorreu por causa da morte de dois bandidos.

Ao ler o corpo do texto, o estranhamento se desfaz. Trata-se da morte de um PM em confronto com traficantes do morro dois dias antes, numa operação que visava a recuperar carros roubados. O entretítulo estende o conflito para além dos acontecimentos e implicitamente repõe o paradigma da guerra pela idéia de uma cadeia de combates diários, em que cada morte é apenas um episódio da cadeia. O sentido global da guerra vincula as mortes diárias.

Sob o ponto de vista da luta hegemônica, portanto, observamos um processo contraditório, classificado por Fairclough como “tecnologização do discurso”. Nos jornais há brechas para emergência de novos sentidos que disputam a construção da identidade dos favelados e as relações sociais e de poder entre comunidade e tráfico que afetam a esfera pública. Isso mostra possibilidades de redirecionamento das hegemonias, pela emergência de outros sentidos que ganham força na arena de luta.

No entanto, mostra também ajustes e enquadramento dos novos sentidos, por novas formas de manifestação do pressuposto da guerra. Neste processo, há uma tendência a criminalizar o protesto popular, sem que haja o estabelecimento de mediações como a estrutura sócio-econômica (mesmo que os elementos mobilizados nessa mediação possam ser discutíveis, pelos seus eventuais reducionismos).

Os protestos acabam ligados diretamente à baderna e desordem. A “insanidade” e a “fúria” populares deixam de ser justificadas em algum nível pela mediação da estrutura social, as condições materiais de vida dos moradores da favela. Ao enfatizar as relações coercitivas de poder e fomentar a lógica da guerra, o discurso do “terror” do tráfico abre as portas para a reedição do discurso da questão social como “questão de polícia” (a idéia de “civilizar” e afastar do crime a população favelada do Rio, por exemplo, estimulou políticas de investimento em educação e urbanização nos anos 80 e 90, numa tentativa de resolução da questão social).

Nesta reedição da luta do bem contra o mal, a data de onze de setembro parece oportuna. Fazia um ano do atentado nos EUA. Plenos de metáforas bíblicas (“eixo do mal”, “bem contra o mal”, etc)⁵, os discursos belicosos do governo Bush veiculados na mídia faziam distinção entre a população do Afeganistão (também vista como refém do

⁵ Em artigo publicado em O GLOBO, no dia 13 de fevereiro de 2003, página 7, Veríssimo explica que o discurso de Bush foi propositalmente construído com intenções escatológicas, que envolveram ajustes retóricos. Na proposta inicial, os países a serem atacados eram designados “eixo do ódio”, com a palavra “eixo” tendo o propósito de lembrar a aliança derrotada na Segunda Guerra Mundial. O redator do discurso seria David Frum, que publicou um livro sobre o seu processo de construção retórica.

regime) e os Talibãs, alvo declarado do ataque americano. A mesma lógica de O GLOBO, que explicita a distinção favela-tráfico, mas incita a uma “guerra ao terror” nas favelas do Rio. Provavelmente, com as mesmas expectativas de vítimas civis e restrições de direitos.

Finalmente, a abordagem publicitária do poder dos traficantes é ampliada também pelo ano eleitoral. Em 2002, como sempre ocorre em ano eleitoral, a segurança pública teve destaque na agenda dos candidatos e da mídia. A abordagem sensacional teve ainda o ingrediente do drama vivido pelo jornalista Tim Lopes, que atraiu a atenção da população de todo o Brasil e repercutiu na imprensa mundial.

Deve-se deixar claro que esta pesquisa não pretende julgar qual o melhor recorte da questão. Não se trata ainda de dizer que o enfoque explicativo mais recente sobre os quebra-quebras no Rio impôs-se como único. A intenção é mostrar como a colonização do texto informativo pela publicidade e o entretenimento (elementos persuasivos) fazem os atos de fala do jornal privilegiarem e reafirmarem o paradigma naturalizado da guerra nas favelas e do estado paralelo (elementos ideológicos).

Ainda nestes termos, o efeito perlocucionário dos atos de fala dos jornais é o apagamento das poucas mediações na explicação do protesto popular e a subordinação dos discursos contra-hegemônicos ao paradigma central, que reúne a guerra, a relação automática pobreza-criminalidade e o estado paralelo.

Da mesma forma, em termos do exercício do poder publicitário (como desenvolvido por Muniz Sodré), ao privilegiar o entretenimento, os jornais iluminam a ação violenta e o terror dos traficantes, ocultam as mediações (ainda que reducionistas) e subordinam outras possibilidades interpretativas ao mais espetacular e vendável (o paradigma referido).

VIII.7. O tema do poder dos traficantes, em 2002.

Nesta parte do estudo, trabalharemos principalmente o destaque maior, as manchetes de primeira página, de alguns jornais para acompanhar o processo de rotinização do espetáculo e do destaque ao poder do tráfico. Confrontaremos com a manchete do interior do jornal. No caso específico de O GLOBO, incluiremos a primeira página da seção “Rio”, pelos motivos já expostos.

O GLOBO, 9 de janeiro

MANCHETE: Tráfico instala néon em creche da prefeitura

TEXTO: “Em mais um aberto desafio à polícia, traficantes de drogas instalaram durante as festas de Natal um gigantesco néon com as iniciais TC (Terceiro Comando), numa creche da prefeitura, no alto do Morro da Casa Branca, na Tijuca. O episódio gerou novo jogo de empurra entre estado e prefeitura. O secretário de Segurança Pública, Josias Quintal, determinou ontem que a polícia interdite o local e indicié o prefeito Cesar Maia, que culpa o estado pela falta de segurança. Página 12”.

PRESSUPOSTO: No título, o destaque é para o tráfico, que surge novamente na forma hipônima, unificada (não foi a facção Terceiro comando, mas o Tráfico). A ousadia do tráfico é realçada ainda pela particularidade de a creche pertencer à prefeitura, portanto ao patrimônio público (ao Estado formal).

No primeiro período do texto, o pressuposto é consolidado pelo enunciado: “Em mais um desafio a polícia”. Ele é o “fato inquestionável” que orienta a leitura, ao mesmo tempo em que acrescenta a relação metonímica (trata-se da parte que traduz o todo). O destaque para o confronto eleitoral entre prefeitura e governo do estado sinaliza para a agenda das eleições gerais. Enquanto os bandidos se tornam ousados, o Estado legal mostra sinais de incompetência.

O GLOBO, 10 de janeiro

MANCHETE: “Só diretora de creche é indiciada”.

SUBTÍTULO: “Polícia acha apenas um responsável por néon do tráfico.”

TEXTO: “Embora 720 servidores — entre policiais e funcionários da prefeitura — pudessem flagrar a propaganda do tráfico com néon numa creche de uma favela da Tijuca, a polícia só indiciou a diretora da escola. O luminoso foi removido mas as autoridades continuam trocando acusações. Página 12”

Ao lado há duas fotos, uma de grande dimensão, cuja legenda aborda outro tema.

LEGENDA: “NO MORRO da Casa Branca, na Tijuca, a ordem do Terceiro Comando contra a cor da facção rival, o Comando Vermelho.

IMPLICATURA: Na manchete, o foco é na desproporção entre o delito e sua punição, que, em vez de atingir o poder do tráfico, atinge a funcionária pública. A ironia transparece no uso do “só” (uma vez que o indiciamento da diretora por convivência seja legalmente previsto). No subtítulo, a proeminência à polícia também é irônica. Ela “acha” apenas um responsável (que sequer é considerada responsável, pois a responsabilidade é atribuída ao Tráfico).

O texto reforça os elementos para que o leitor faça a inferência corretamente (a ironia, como se sabe, nem sempre é interpretada segundo as intenções dos seus autores), pelo recurso à hipérbole. Parece inverossímil que uma creche atraia os serviços de 720

funcionários da prefeitura e policiais. O pressuposto é a desorganização do Estado legal e demonstra que o entretenimento pode ser crítico, ao apontar a incriminação da diretora como medida draconiana e ridícula. O implícito é a identidade contrastiva Tráfico forte x Estado fraco.

Na legenda, o pressuposto é contraposto à organização e autoridade do Tráfico. Pela inversão da ordem direta, o destaque é dado ao território (Morro da Casa Branca), seguido da palavra "ordem" precedida do artigo definido "a" (única ordem). Não há choques de autoridade nem questionamentos no território do tráfico.

O GLOBO, 11 de janeiro
<p>MANCHETE: "Comando Vermelho se disfarça de PF".</p> <p>SUBTÍTULO: "Resgate de traficantes em Fórum de Bangu é frustrado por seguranças."</p> <p>TEXTO: Usando coletes falsos da Polícia Federal e três veículos com inscrições da corporação, 15 traficantes ligados ao Comando Vermelho tentaram resgatar ontem três presos no fórum de Bangu. Armados de fuzis e metralhadoras, os bandidos chegaram ao estacionamento do fórum, mas despertaram a desconfiança dos seguranças. A quadrilha fugiu, incendiando e abandonando os carros em área da facção rival, o Terceiro Comando, para confundir a polícia. Página 13".</p>

PRESSUPOSTO: O enfoque da manchete é para a forma como os traficantes se travestem de agentes públicos. O pressuposto, portanto, é a ousadia dos traficantes, quase diariamente inoculada na esfera pública (naturalizando o paradigma a cada manifestação na introdução das notícias). O subtítulo mantém uma relação de hiponímia com o título (Comando Vermelho-trafficantes).

A relação de hiponímia ocorre entre o específico e expressões genéricas (Ilari e Geraldi, 1999: 52), uma forma de estruturar os vocábulos em quadros classificatórios cada vez mais amplos (onça, felino, mamífero, animal, por exemplo). A relação se dá no nível do contexto situacional. Comando vermelho aí atua com a lógica de um conjunto mais amplo, os traficantes. O resultado manifesta-se no nível da construção das identidades. Não é apenas o Comando Vermelho que é ousado, mas o Tráfico.

A conversão sintática pela voz passiva, no subtítulo, permite a omissão dos sujeitos que vão praticar o resgate (CV), mas torna indispensável o objeto do resgate, o que permite o tratamento "trafficantes". Em vez da ação dos seguranças, o enunciado valoriza os traficantes (implicitamente, a ousadia deles pela ação de "resgate" em pleno Fórum é o tema). O pressuposto da "ousadia dos traficantes", indefinidamente reiterado pelos jornais, é o saber compartilhado com o leitor.

Além disso, o uso da voz passiva permite manter a distinção CV e TC, fundamental para realçar a capacidade de ludibriar e de disfarçar dos traficantes. Essa capacidade é o implícito do texto: a “ousadia” (os uniformes falsos e a pintura nos carros) e a esperteza dos bandidos (que fogem e procuram ludibriar a polícia).

O segundo período enfoca os armamentos da quadrilha e completa a metáfora da guerra.

O GLOBO, 13 de janeiro (domingo), página 19.
MANCHETE: “Tráfico leva TRE a mudar seção eleitoral”. SUBTÍTULO: “Pelo menos quatro postos em áreas de risco já foram transferidos por causa de tiroteios.”
<p>Texto do <i>lead</i>:</p> <p>“No ano em que serão realizadas eleições para deputados, governadores, senadores e presidente, o tráfico de drogas dá mais uma prova de ousadia: acaba de forçar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a mudar o endereço de quatro seções eleitorais do Rio localizadas em áreas de conflitos de bandidos. Os pedidos de remanejamento foram encaminhados ao TRE pelos próprios moradores. Os postos de votação funcionavam em escolas municipais administradas pela prefeitura e foram transferidos por causa dos constantes tiroteios envolvendo bandidos de quadrilhas rivais ou resultantes de confrontos entre policiais e traficantes.”</p>
<p>Ao lado há uma FOTO de grande dimensão.</p> <p>LEGENDA: “A SIGLA DO Comando Vermelho na parede de um Ciep no complexo da Maré, região onde as crianças convivem de perto com a violência”.</p> <p>BOX 1</p> <p>TÍTULO: “O dia da quebra da democracia na Maré”.</p> <p>SUBTÍTULO: “Violência nas eleições 2000”.</p> <p>BOX 2</p> <p>Título referencial: Corpo a Corpo. César Maia.</p> <p>TÍTULO informativo: “A situação é de descontrole”.</p>

PRESSUPOSTO: Título e subtítulo se completam no pressuposto da ousadia dos traficantes e na metáfora da guerra, o conjunto de conhecimentos culturais tácitos que dão significado ao discurso (Van Djick, 1997:146). A proeminência ao Tráfico reforça sua ação. Ele “obriga” o TRE à transferência dos postos de votação. Pela construção da frase, a responsabilidade do TRE é pequena nesta transferência.

O uso de “pelo menos” sugere que a quantidade pode ser maior. O marcador de coerência “por causa de” revela a cotidianidade dos tiroteios (da guerra). O uso da voz passiva faz com que o tema da frase seja os quatro postos e a transferência, não o Tráfico (não há surpresa na exibição do poder). Mais exatamente, o ideológico se expressa pelo pressuposto da rendição do Estado legal frente ao poder do Tráfico.

O *lead* faz a hierarquização política e propõe a coerência (sentido) global da reportagem, enfatiza a sua relevância social:

- 1- "No ano em que serão realizadas eleições para deputados, governadores, senadores e presidente". Esta inversão coloca como tópico o calendário eleitoral, portanto, a democracia. Os traficantes ameaçam o Estado de direito.
- 2- "O tráfico de drogas dá mais uma prova de ousadia:". Novamente, explicita-se na "frase-feita" o pressuposto da ousadia sem limites do tráfico. O uso de dois pontos para enfocar a relevância do que vai ser dito prepara a passagem da abstração/interpretação (que, uma vez colocada no início e pressuposta, torna-se inquestionável, "fato") para o particular, os fatos primários da notícia.
- 3- "Acaba de forçar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a mudar o endereço de quatro seções eleitorais do Rio localizadas em áreas de conflitos de bandidos". O uso de "acaba de" coloca a ação como uma ação recente, resultado de outros fatos imediatos. Certamente, o crescimento do poder do Tráfico. O enunciado reitera o ideológico presente no subtítulo, a rendição do Estado legal frente ao Tráfico.
- 4- "Os pedidos de remanejamento foram encaminhados ao TRE pelos próprios moradores". Confirma a incapacidade de o Estado garantir a segurança. São os moradores (os principais beneficiados com um posto de votação próximo à residência) que pedem a transferência. A voz passiva destaca os pedidos e a passividade do Estado. Implicitamente, o pedido dos moradores é por segurança. Mas ao TRE só resta a transferência dos postos.
- 5- "Os postos de votação funcionavam em escolas municipais administradas pela prefeitura e foram transferidos por causa dos constantes tiroteios envolvendo bandidos de quadrilhas rivais ou resultantes de confrontos entre policiais e traficantes." Este enunciado traz dois implícitos. Em primeiro lugar, atenua uma omissão de informação. Os postos de votação existem fisicamente apenas no dia da votação. Ele não se confunde com a zona eleitoral, o cartório onde os eleitores são atendidos pelos funcionários da Justiça Eleitoral. Na verdade, a transferência (e também os pedidos) havia sido feita há dois anos, após as eleições municipais de 2000⁶, fato que o repórter tinha conhecimento, mas ocultou para garantir espetacularização à matéria. Por outro lado, a estratégia deixa implícito que escolas municipais continuam a correr riscos, pois funcionam na zona de conflito.

⁶ Esta informação foi passada ao repórter Antonio Werneck (que assina a matéria) por mim mesmo. Por trabalhar na assessoria de imprensa do TRE do Rio, forneci as informações ao repórter. A pergunta inicial sobre a transferência, disse ele, deveu-se a informação por e-mail do prefeito César Maia. Questionado sobre os acontecimentos recentes do néon na creche, o prefeito teria respondido algo como "você sabia que até o TRE foi obrigado a tirar postos de votação das favelas, depois de problemas nas eleições?".

Foto, legenda e Boxes confirmam a força do Tráfico e a desorganização do Estado legal.

O GLOBO, 16 de janeiro, página 19
MANCHETE: "Banda podre vai limpar pichações do tráfico".
SUBTÍTULO: "Por sugestão de Garotinho, maus policiais reintegrados à corporação por ordem da Justiça farão trabalho iniciado pela PM."

O GLOBO, 17 de janeiro, 1ª página
MANCHETE: "Tráfico volta a pichar e libera vermelho".
SUBTÍTULO: "Secretário de Segurança afirma que ousadia dos bandidos será punida com mais repressão."
FOTO 1: grandes dimensões.
LEGENDA: "MORADORES PASSAM em frente a muro pichado por traficantes de favela vizinha ao piscinão, anunciando a liberação de roupas vermelhas".
FOGO 2: mesmas dimensões da anterior.
LEGENDA 2: "COMO NUMA manifestação, para provar que vale o que manda o tráfico, moradores e até um cachorro desfilam de vermelho na Favela Roquete Pinto".

A matéria do dia 17 contém uma anáfora que remete à do dia anterior. A escolha da locução verbal "volta a pichar" não significa apenas "pichar de novo", mas um desafio ao governo estadual. O muro pichado parece exercer a função de um jornal mural, uma forma de comunicação comunitária (Alvito, 2001). Mas a ênfase é para a ousadia do tráfico. A mensagem ("libera vermelho") aparece como acréscimo ao eixo sintagmático, a parte contestável do enunciado.

O pressuposto da ousadia é explicitado no subtítulo, que dá proeminência à afirmação do secretário. Ao explicitar a fonte (institucionalmente forte) o jornal legitima a sua interpretação. A palavra do secretário de Segurança Pública tem força ilocucionária. A ele é atribuída a responsabilidade de endurecimento na repressão, inclusive pelo uso do performativo "afirma". Trata-se de uma crua exposição da lógica da guerra, iluminada (e amplificada) pelos jornais.

As fotos são editadas para dar veracidade à ousadia dos traficantes. Formam uma sequência. Na primeira, há um *close* nas palavras pichadas. Na sua legenda, a proeminência é para os moradores, colocados no início da frase. Em seguida, três adolescentes e uma senhora vestem-se de vermelho. Uma das adolescentes brinca com um cachorro, que veste um pano vermelho no dorso. No início da frase da legenda da segunda foto, o jornal impõe a sua interpretação.

A inversão da ordem direta coloca duas orações antes do sujeito, numa estratégia para impor as informações nelas contidas como "fato". O pressuposto é que todos se

vestem de vermelho, “como numa manifestação”. O artifício de usar o comparativo é uma forma de atenuar as conseqüências mais profundas do que foi dito, pois implicaria a adesão voluntária dos moradores aos traficantes. Em seguida, ainda como estratégia de tornar o enunciado indesmentível, pode-se ler: “para provar que vale o que manda o tráfico”.

O uso do “até”, nas condições do enunciado, foi teorizado por Ducrot como operador argumentativo (Ilari e Geraldi, 1999:78). O seu emprego exige condições peculiares. Ele expressa surpresa e compõe um discurso em que o enunciador procura persuadir o receptor de uma tese qualquer. No caso, a de que a lei do tráfico exige total obediência e que se deva demonstrar isso. O “até um cachorro” é um reforço argumentativo para a tese.

Além disso, deve haver outros argumentos para apoiar a tese, como a presença na foto dos moradores vestidos de vermelho. Mas o argumento proposto pelo uso do “até” é o mais elevado, coloca a tese como irrefutável. São as condições e possibilidades de uso do “até” que garantem a força do argumento. No pano vermelho que envolve o cão está implícito o símbolo da força do Tráfico.

O GLOBO, 20 de janeiro, página 28.

MANCHETE: “Violência das favelas atinge preço de imóveis”.

SUBTÍTULO: Análise mostra que, numa mesma rua, valores podem variar até 50% conforme proximidade de áreas de risco.

Áreas de risco e favelas mantêm uma relação de hiponímia. As favelas são o epicentro da violência no Rio. O agendamento do crescimento da violência e poder dos traficantes, no mês de janeiro de 2002, se completa com uma operação de uso ideológico do discurso técnico da estatística. Como não há dados oficiais do aumento da violência, utiliza-se o censo do mercado imobiliário.

A fonte é o mercado, considerado insuspeito, pois as “análises” feitas pela Associação Brasileira das Administradoras de Imóveis (Abadi) e pela Associação Brasileira de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) têm os resultados totalmente absorvidos pelo jornal e traduzidos em vocabulário próprio, sem recorrer ao estatuto das duas associações, que estão inclusive ausentes do *lead*.

No dia 17 de janeiro de 2002, o jornal havia publicado uma estatística oficial na página 18.

TÍTULO: "Estatística da polícia mostra que caiu número de crimes em relação a 2000".
SUBTÍTULO: "Casos de seqüestros, latrocínio e roubos a residência, porém aumentaram".

Repare-se que a estatística agora aparece vinculada a um responsável: é da "polícia" (que inclusive enfoca aumento nos crimes próprios ao cenário do "asfalto", como latrocínio e roubos a residência, que também não se vinculam a traficantes — à exceção do seqüestro).

A força ideológica da estatística faz com que sua identificação à polícia (parte beneficiada pelo resultado anunciado) tenha o efeito de sentido contrário ao da legitimação (compare-se com "polícia divulga estatística que mostra..."). O mercado parece mais confiável que a Secretaria de Segurança Pública, pois confirma os pressupostos da série de notícias espetaculares de O GLOBO, enquanto a estatística oficial questiona tais pressupostos.

No mesmo dia 20, o jornal O GLOBO publicava outra matéria que se assemelha a uma "teoria geral" sobre os Traficantes. Ela é produzida por anáforas, sem qualquer fato novo.

O GLOBO, 20 de janeiro, página 29.

MANCHETE: "Tráfico impõe código de conduta nos morros".
SUBTÍTULO: "Facções ditam regras que incluem roupa a ser usada e como integrantes de quadrilhas devem se cumprimentar".

No conjunto do texto, vê-se que a matéria é construída a partir do próprio jornal como fonte, numa auto-referencialização. Como toda boa publicidade, o jornal vende a si mesmo junto com a mercadoria notícia. Há referências ao néon e às brigas territoriais entre os comandos do crime. Também se repete a foto dos moradores que passam em frente ao muro pichado, num acesso ao piscinão de Ramos. O mais interessante, porém, é a edição das páginas das duas matérias. A da violência na página 28, seguida da matéria do "código de conduta". A relação entre elas é anafórica, uma remete à outra, conferem-se mutuamente veracidade como um argumento tautológico.

Pode-se ver que o jornal de qualidade, no caso O GLOBO, também opera significativamente nas elaborações míticas, a exemplo do que Alvito (2001:117-118) percebeu em relação à influência dos jornais populares na favela de Acari. Alvito cita como exemplo uma série de reportagens de O DIA sobre uma nova facção, o "Comando Vermelho Jovem". Ela seria uma dissidência do Comando Vermelho, formada pelos

jovens que teriam assumido o poder com a prisão dos chefões, contra quem teriam decretado uma "guerra". Em menos de um mês da publicação das matérias, conta Alvito, surgiram em Acari, inscrições em muros (que funcionam como murais de comunicação comunitária) que anunciavam a criação do TCJ (Terceiro Comando Jovem). Como conclui Alvito (ibidem:118), as representações populares são rastreadas, reapropriadas e reinventadas pelos jornais populares. Por sua vez as notícias também são apropriadas e incorporadas pelos moradores (e traficantes) à sua realidade.

O mesmo pode ser dito em relação aos jornais de qualidade, embora eles construam suas operações míticas a partir dos medos, fantasias e angústias (e também interesses e negócios) dos moradores do asfalto. A diferença é que o jornal O GLOBO é um jornal de referência, continuamente imitado, capaz de definir a pauta (não a abordagem) de todos os jornais, inclusive populares. Desta forma, é de se esperar que a amplificação dessas operações míticas atinja também os grandes chefões do tráfico (que dão sinais de que utilizam a imprensa para espalhar pânico e exibir poder, explorando as simbologias que a imprensa lhes atribuiu). Neste processo, o jornal O GLOBO constrói para si o lugar de *opinion maker* por excelência, o intérprete verdadeiro e autorizado da realidade da Segurança Pública na cidade. O breve editorial inserido com naturalidade no texto informativo é uma operação enunciativa que pressupõe a aceitação deste poder pelos leitores, de intérprete do sentido global dos acontecimentos.

Tal posição é confirmada por matérias gerais, de compilação de fatos publicados pelo próprio jornal, que não respondem a um acontecimento imediato, mas reafirmam e sistematizam as suas interpretações diárias. O GLOBO se pretende porta-voz da cidadania, capaz de falar em nome do cidadão e do bom senso. A interpretação que o jornal faz da realidade é atribuída ao cidadão, pelo recurso de expressar esse bom senso e sensatez. Num processo metonímico, a visão de O GLOBO torna-se a visão do interesse do cidadão, do qual ele é um representante por um mandato auto-atribuído. Vejamos o enunciado: "É CADA vez mais urgente que o poder público reconquiste a confiança da população. Só assim as comunidades se sentirão seguras para ajudar o Estado a combater um inimigo comum". Ela poderia ser parafraseada no performativo: "Eu reivindico em nome da cidade (ou da cidadania) a urgente reconquista pelo poder público da confiança das comunidades faveladas". A manifestação desta "reivindicação" tem como pressuposto o fato de O GLOBO possuir os atributos e o poder de representar

os interesses do cidadão. Em vez do tradicional papel de mediador neutro da esfera pública, o jornal se atribui o papel de tutor de seus interesses.

A agenda nos meses de maio a agosto de 2002

JORNAL	DIA/PÁG.	MANCHETE/SUBTÍTULO	n.º
O GLOBO	14/5/2002 p. 12	Tráfico aterroriza Catumbi Bandidos montam base em posto, dominam rua por três horas e assaltam motorista	1
O GLOBO	20/5/2002 p.11	Crime organizado volta a afrontar a polícia Bandidos assaltam duas galerias em frente a cabe da PM e a delegacia e atacam carro-forte usando caminhões	2
O GLOBO	20/5/2002 p. 25	Polícia descobre conexão paulista em crimes no Rio Presa quadrilha que seqüestrou atriz e casal de idosos na Barra	3
O GLOBO	26/5/2002 p. 1ª	Violência esvazia a noite do Rio Donos de bares estimam queda de 40% no movimento	4
O GLOBO	26/5/2002 p. 15	Cidade Fantasma Violência impõe toque de recolher e faz cariocas ficarem menos boêmios	4a
EXTRA	27/5/2002 p. 1.ª	Quadra da Vila Isabel vira campo de refugiados do Tráfico	5
EXTRA	27/5/2002 p. 3	Despejados pelo medo Moradores do Morro dos Macacos expulsos pelo tráfico ficam em abrigo improvisado em escola de samba	5a
EXTRA	28/5/2002 p. 3	A favela pede paz Polícia ocupa o Morro dos Macacos, mas famílias não levam filhos à escola e voltam a dormir longe de casa.	5b
O GLOBO	28/5/2002 p. 14	Tráfico volta a impor o medo Bandidos se enfrentam e deixam às escuras parte de Santa Teresa e Rio Comprido	6
O GLOBO	29/5/2002 p. 1.ª	Tráfico fecha túnel em dia de guerra Balas perdidas no Catumbi ferem quatro, inclusive uma criança, e levam pânico a motoristas	7
O GLOBO	30/5/2002 p. 1.ª	PM admite que direito de ir e vir está ameaçado no Rio Comando suspende licença de 2 mil policiais para reforçar patrulhamento	8
O GLOBO	31/5/2002 p. 1.ª	PM invade 8 morros para impor cessar-fogo ao tráfico Nova tática pretende impedir confrontos armados entre os bandidos	9
O GLOBO	9/6/2002, p. 1.ª	Traficantes fabricam granadas em favelas	10
O GLOBO	10/6/2002, p. 1.ª	Tráfico julgou, torturou e executou Tim Lopes Polícias Federal e do Rio se unem para caçar assassinos do jornalista da TV Globo	10a
O GLOBO	14/6/2002, p. 1.ª	Tráfico desafia polícia e fecha Cieps Bandido é preso e confessa ter dirigido o carro que levou Tim Lopes ao local da execução	11
O GLOBO	14/6/2002, p. 14	Tráfico ainda desafia polícia Apesar de operações diárias no Alemão, bandidos mandam fechar três escolas	11a

JORNAL	DIA/PÁG.	MANCHETE/SUBTÍTULO	n.º
O GLOBO	16/6/2002, p. 1. ^a	Um em cada cinco cariocas vive sob domínio do tráfico Benedita revela que seus sobrinhos foram metralhados na favela por traficantes	12
EXTRA	18/6/2002 p. 1. ^a	Menores patrulham favela com uniformes do tráfico Os traficantes do Rio estão usando menores uniformizados para o patrulhamento das bocas-de-fumo: uma menor (foto) foi flagrada por policiais militares no Complexo da Maré com a camisa da patrulha-mirim de uma facção criminosa. O governo estadual anunciou que o complexo do Alemão, onde o jornalista Tim Lopes foi executado, terá ocupação social.	13
O GLOBO	23/6/2002 p. 1. ^a	Tráfico impede PM de entrar em 15 favelas Policiais têm ordem de não subir morros à noite para evitar confrontos e balas perdidas	14
O GLOBO	4/8/2002 p. 1. ^a	Fiocruz constrói muro que protege os traficantes	15
O GLOBO	4/8/2002 p. 19	A lei do tráfico na Fiocruz Bandidos forçam instituição a erguer muro para fechar acesso a favela e evitar blitzes	15a
O GLOBO	4/8/2002, p. 21	Família é obrigada a fugir da favela Beria-Mar após negar favor ao tráfico Dez homens armados intimidam morador e polícia, mais uma vez, só garante a mudança	15b
O GLOBO	7/8/2002, p. 22	Família é expulsa de favela por traficantes Ordem foi dada porque menina registrou queixa por ter sido espancada após ir a baile em área dominada por rivais	16
O GLOBO	11/8/2002, p. 21	“Tenho que viver escondida como um bandido” Famílias expulsas de favelas por traficantes de drogas no Rio vivem o mesmo drama de refugiados de guerra	17
O GLOBO	20/8/2002, p. 15	Saens Peña sob domínio do tráfico Traficantes ordenam fechamento de lojas em luto forçado por bandido morto pela PM	18
EXTRA	25/8/2002, p. 1. ^a	Candidatos pagam até R\$ 25 mil ao tráfico para fazer campanha	19

Desta vez, incluiremos um jornal popular para estudar especificamente alguns títulos. Optamos pelo EXTRA porque pertence ao mesmo grupo empresarial de O GLOBO, as duas redações ficam no mesmo prédio e as pautas circulam (são acessíveis aos dois jornais, à exceção de matérias especiais).

Por esta seleção aleatória de títulos entre maio e agosto, evidencia-se o contínuo agendamento do poder do tráfico pelos jornais. Na imagem construída sobre a cidade do Rio e na descrição/atribuição do poder do Tráfico, as ordens do discurso moldam e enquadram os fatos à metáfora da guerra e da ausência do Estado legal na favela.

Chama atenção como os elementos persuasivos dos títulos de ambos os jornais são construídos da mesma forma publicitária. Eles não apenas constroem o referente, mas interpelam o leitor, buscam a sua atenção, são modos de sedução. Dos títulos

selecionados, apenas quatro (dois de cada jornal) são construídos na forma tradicional de títulos informativos (exemplos 5, 10, 15 e 17).

A modalização expressiva busca a contribuição do receptor (Pinto, 1999). Como na publicidade (cuja máxima conhecida é criar a necessidade para depois resolvê-la), os valores avaliativos são primeiramente sugeridos no título (no caso da notícia de crime, de forma “alarmista” ou pelo uso de “trocadilhos”) para serem resolvidos em seguida, nos subtítulos. No caso dos jornais, em geral, a manchete sensacional leva à incorporação de um subtítulo que contém algumas das principais respostas às perguntas do *lead*, relativas ao fato principal (quem?, o quê?, quando?, onde?, por quê?, como?).

No caso 1, por exemplo, a informação, o saber novo, apenas é apresentado no subtítulo. A manchete de O GLOBO é totalmente interpretativa (e alarmista). Em apenas dois casos, o subtítulo tem autonomia em relação à manchete. No caso 11, ele revela uma hierarquização. Apesar de toda a espetacularização em torno do desaparecimento do jornalista Tim Lopes, a prisão de um de seus algozes foi noticiada no subtítulo. A manchete foi reservada ao lugar-comum: “Tráfico desafia polícia...”.

Em relação ao caso 14, há uma implicatura, construída como uma crítica e uma sátira às medidas do governo do estado, se a interpretarmos a partir da metáfora da guerra. A manchete (“Tráfico impede PM de entrar em 15 favelas”) denuncia a debilidade da polícia diante do poderio do Tráfico. O subtítulo (“Policiais têm ordem de não subir morros à noite para evitar confrontos e balas perdidas”) acaba por soar como ridícula.

Os traficantes já impedem a ação policial, além disso, a política de segurança do estado ainda proíbe de a polícia agir no território inimigo. O enunciado conjunto, na forma que foi hierarquizado, acentua a desproporção entre a ordem e o contexto de guerra. A implicatura de enunciação faz a ordem soar absurda, como forma de crítica.

Nas 26 manchetes selecionadas, as palavras “tráfico” e “traficantes” não aparecem apenas nas situações 2 (onde há uma relação hipônima com “crime organizado”), 3, 4, 4a, 5b, 8 e 5a e 17 (que, porém, possuem tráfico e traficantes no subtítulo). Apenas nos casos 4 e 4a não está pressuposta a guerra contra o tráfico, tema substituído pelo mais abstrato “violência”.

Neste caso, o tema não é as favelas, mas o asfalto, identificado na alusão à “cidade fantasma” (o uso comum de “cidade” é em oposição a “favela”) e pelo recurso

ao conhecido clichê da boêmia da zona sul carioca. Entretanto, trata-se de um conjunto amplo em que o leitor deve inferir a participação do tráfico, pelo recurso intertextual da repetição quase diária do pressuposto da guerra e da força dos traficantes.

A polícia aparece positivamente em apenas duas manchetes (casos 3 e 9). No primeiro enunciado (caso 3), a operação enunciativa dá proeminência à polícia para legitimar a informação de que o crime organizado do Rio faz conexão com o de São Paulo.

A autoridade da fonte funciona como forma de amenizar as prováveis dificuldades de checar a informação (vide os critérios jornalístico de objetividade). Este é o único momento em que o trabalho de investigação policial foi valorizado. Na verdade, o tema é a fusão dos crimes organizados do Rio e São Paulo. Para espetacularizar a informação, o jornal apóia-se no relatório policial.

No caso 9, a manchete ("PM invade 8 morros para impor cessar-fogo ao tráfico") estimula a interpretação guerreira. A escolha de "invade", em vez de "ocupa" (outro clichê das notícias de crime) demonstra a força agressiva da ação policial ao inimigo. Ainda na modalidade de interação, o uso de "impor ao tráfico" reitera a força policial e a metáfora da guerra.

O subtítulo ("Nova tática pretende impedir confrontos armados entre os bandidos") contém um pressuposto. A "antiga tática" foi abandonada. Trata-se de uma anáfora à manchete do dia anterior: "PM admite que direito de ir e vir está ameaçado no Rio", quando a PM "admite" sua falta de controle sobre a ordem pública na cidade. O elogio à polícia ocorre no contexto em que ela pratica uma ação dentro da expectativa do jornal, baseada no paradigma da guerra.

A relação de 15 e 15a com 15b também é anafórica. O título informativo ("Fiocruz constrói muro que protege os traficantes") já é avaliativo. Os valores expressivos negativos de uma entidade pública proteger traficantes é garantido pelo pressupostos da guerra, seja quais forem as mediações que o receptor possa estabelecer (ameaças constantes, falta de segurança policial, etc.).

A espetacularização é completada pela manchete da página 19 ("A lei do tráfico na Fiocruz"), um título abertamente avaliativo e sem informações. Após a leitura destas duas manchetes (e/ou reportagens), o leitor é conduzido pelo roteiro do jornal à página 21, para a manchete de outra matéria ("Família é obrigada a fugir da favela Beira-Mar

após negar favor ao tráfico”), que confirma, por anáfora, o rigor da “lei do tráfico” e a fragilidade policial.

Em seis casos (1, 2, 6, 7, 10, 10a, 11, 14), o Tráfico e os traficantes recebem proeminência. Ele(s) “aterroriza”, “afronta”, “volta a impor medo”, “fecha túnel” “fabricam granadas”, “julga”, “desafia” e “impede”, todos atos performativos que denotam força e poder. A não ser no caso 8, nos outros enunciados em que o Tráfico é citado, o sujeito pratica uma ação de submissão aos traficantes ou de obediência a suas regras.

Vistos em conjunto, os casos 10 e 10a mostram os traficantes na prática de atos próprios a um Estado moderno (com uma “indústria” e uma racionalidade burocrática legal). Ressalta-se, enfim, o controle do Tráfico sobre territórios e pessoas, inclusive com recurso a estatísticas.

Em todos os títulos, portanto, o pressuposto da guerra compõe a dimensão ideológica que faz com que cada fato seja enquadrado no plano geral. Trata-se do processo metonímico (sinédoque) de passagem do particular para o geral, ou seja, de fazer da notícia diária a parte (o “fato” do dia) que traduz o desenvolvimento do todo (a guerra).

No dia 29 de maio, resulta interessante comparar o destaque que os jornais deram ao confronto entre quadrilhas, a partir do parâmetro do direito à vida (caso 7). O GLOBO traz uma foto espetacular no alto da página ocupando todas as colunas. A cena é de guerra, com oito policiais empunhando fuzis. O pano de fundo é o túnel fechado pelo tráfico.

LEGENDA: “ARMADO COM FUZIS e de uniforme preto, um grupo de elite da Polícia Civil vasculha os acessos ao Túnel Santa Bárbara, no Catumbi, que ficou fechado nos dois sentidos entre 14h30m e 15h30m”.

O destaque da legenda é para os detalhes que manifestam uma forma de aparição do pressuposto da guerra (armas e uniforme), uma narrativa de entretenimento. A informação complementar é sobre os transtornos causados aos motoristas. O leitor da zona sul da cidade é seduzido a se imaginar (ou a seus amigos e familiares) em meio ao tiroteio num dos túneis mais importantes da cidade (no corpo do texto, o jornal enfatiza que se trata do túnel “que liga o Centro à Zona Sul e por onde passam cem mil veículos por dia”).

Abaixo da legenda, vem o título que sensacionaliza a guerra, para depois abordar as consequências humanas do tiroteio no subtítulo:

SUBTÍTULO: “Balas perdidas no Catumbi ferem quatro, inclusive uma criança, e levam pânico a motoristas”.

A proeminência é para “balas perdidas”, numa tentativa de incluir o leitor imaginariamente no fato. O perigo de estar naquela hora atravessando o túnel é justamente ser atingido por uma bala perdida. O subtítulo complementa o efeito de sentido pretendido pelo conjunto foto-legenda.

O JORNAL DO BRASIL traz uma foto menos espetacular, mas no alto da primeira página. Há um policial de fuzil na mão, enquanto três estudantes passam à sua frente. Acima da foto são colocados o título e subtítulo:

TÍTULO: “Tráfico não dá trégua ao Rio”.

SUBTÍTULO: “Disputa entre facções rivais fecha túnel e atinge criança dentro da escola”.

O título do JB também é no estilo “sensacional”, não se refere ao fato, mas espetaculariza a guerra por um processo metonímico (o fato relatado insere-se numa cadeia de acontecimentos). O pressuposto da guerra é a mercadoria vendida num título impactante, que visa a atrair a atenção do leitor, criar o estranhamento (à moda da publicidade) para depois informar (resolver) no subtítulo (procedimento comum a todos os jornais, como vimos). No subtítulo, a proeminência é para a guerra. Apenas a criança é mencionada como vítima, numa informação acrescentada pela conjunção “e”, que aponta para uma explícita hierarquização das informações. O acréscimo do sintagma nominal “dentro da escola”, explica o foco único na criança como vítima: trata-se do absurdo de uma criança estar na escola (portanto, pretensamente protegida, na perspectiva de seus pais) e ser baleada.

A operação enunciativa busca o mesmo efeito de sedução do leitor elaborada pelo jornal O GLOBO. O leitor deve imaginar que não há como se sentir seguro e protegido, e que algo semelhante poderia ocorrer a sua família ou de amigos próximos. Abaixo, há a foto e a legenda.

LEGENDA: “Protegidas por policiais, crianças deixam escola que foi fechada durante o tiroteio”.

Na perspectiva do modo de interação, temos a inversão da ordem direta para dar proeminência à proteção policial às crianças, como se elas fossem “escoltadas”. Trata-se ainda do pressuposto da guerra como espetáculo.

No jornal O DIA, a primeira página possui um título que repete a estratégia de relato do tipo espelho da realidade, com a exposição do local (de grande afluência) e horário:

TÍTULO: “SANTA TERESA E CATUMBI, DE 13H30 ÀS 15H30”.
--

Cabe ao leitor a tarefa de inferir a gravidade dos acontecimentos pela hora e local em que ocorreram. Há quatro fotos. As duas acima retratam uma senhora atingida por um tiro de fuzil e outra que foi buscar os netos na escola em que a menina foi baleada (e simboliza a possibilidade de ter alguém próximo atingido pelo drama). Nas duas fotos de baixo, cenas da guerra. Um policial tem na mão um punhado de cápsula de fuzil e um cidadão é preso, escoltado para o carro da polícia.

LEGENDA 1: “14H: Lenilda Noberto da Silva levou três tiros de fuzil no posto da Rua Itapiru”.

LEGENDA 2: “14h25: Lina Monteiro busca netos na escola onde aluna de 9 anos foi baleada”.

LEGENDA 3: “15H20: policiais civis recolhem e mostram cápsulas dos tiroteios à luz do dia”.

LEGENDA 4: “15H30: Ricardo Sales dos Santos (C), suspeito detido no Morro da Mineira”.
--

Em O DIA, há também a estratégia de envolver o leitor, seduzi-lo pela idéia de que, num local de grande afluência, à luz do dia, ele poderia ser atingido pela bala perdida, produto da guerra que vive a cidade do Rio. No entanto, isso não é feito pela referência a contextos ou bens de consumo da classe média. Não é o absurdo de as crianças serem atingidas na escola ou do fluxo de automóveis para a zona sul, mas perigo de que se atinjam o jornal classifica de “pessoas comuns”. No texto que se segue à sequência espetacular de fotos, como se fosse uma legenda-texto geral, pode-se ler:

“Em duas horas de tiroteios entre traficantes do Morro da Coroa e policiais, quem pagou caro foram pessoas comuns: os irmãos Renan e Lenilda Noberto da Silva, 57 e 65 anos — baleados quando abasteciam o carro para ir visitar parentes; o mecânico Valdeci Marques de Paiva, 42 — que trabalhava em sua oficina ao lado do posto e levou um tiro na boca; e a pequena Ana Luisa do Carmo de Souza, 9, vítima de uma bala perdida pelas costas, quando ensaiava para a festa de coroação de Nossa Senhora na capela do Educandário Nossa Senhora de Nazaré. A PM fechou o Túnel Santa Bárbara por uma hora, temendo a passagem de comboios de traficantes. Tudo isso em plena tarde de terça-feira numa região central do Rio.

Toda a composição da matéria (fotos, títulos, legendas impactantes e relato dramático) é profundamente publicitária. A mercadoria também é a guerra e o contorno insuportável que ela dá à vida no Rio. À narrativa em estilo fotonovela, segue-se o texto dramático.

O primeiro período da abertura prioriza a manifestação do pressuposto, pela inversão da ordem direta. Após, o eixo narrativo torna-se os personagens e os detalhes dos seus dramas. A importância relativa a eles e ao contexto em que se feriram é anunciada pelos dois pontos. A informalidade é o tema. Ferimentos causados em contextos do mundo da vida (visita a parentes) ou das rotinas cotidianas (trabalho, escola).

O drama da menina é hiperbolicamente acentuado, pelo relevo dado a sua participação no ensaio para a festa de uma santa cristã. Toda essa espetacularização, entretanto, não deixa de colocar a vida humana no centro da crítica social. Todos os jornais foram, sem dúvida, críticos à situação de anomia na cidade.

Mas em O DIA o direito à vida parece ocupar lugar central do texto informativo. O DIA sintetiza o sentido global da crítica no último período (“Tudo isso em plena tarde de terça-feira numa região central do Rio”), para garantir que todos os leitores possam completar o sentido sugerido nas legendas das fotos e no título da reportagem. Ela aparece como a conclusão da sequência de detalhes, como uma narrativa do “particular para o geral”, que, para Meditsch (1992:31-34) tem um caráter pedagógico, formativo.

A partir de diferentes recortes da realidade, portanto, os jornais constroem para si o lugar de intérprete da realidade. Todos tematizam o fato de a guerra estar atingindo o asfalto, nas vias públicas, na escola ou mesmo “pessoas comuns”.

Em princípio, no nível da construção de identidades, o adjetivo empregado por O DIA parece defender os direitos do cidadão, em especial se o colocarmos em conjunto

como o enfoque “humanista” da edição, que priorizou, nas fotos e legendas, as pessoas atingidas.

No entanto, faz-se necessário interrogar sobre as significações do adjetivo em “pessoas comuns”. Em princípio, ele aparece como outra forma de manifestação da oposição entre trabalhador e bandido. Porém, por outro lado, o adjetivo “comum” sugere também a oposição entre cidadão ordeiro e grupos socialmente marcados pelo pertencimento ao ambiente criminógeno, à rotina da violência (favelado ou bandido).

Além disso, “comum” também é utilizado para a distinção entre pessoas “humildes”, do “povo”, em oposição a pessoas “especiais”, das classes economicamente abastadas. Outra oposição possível, seria a distinção de outro papel social, os policiais, que inclui o engajamento na guerra, portanto, cujas mortes e ferimentos devem ser vistos sem surpresa (o que os relaciona às expectativas sobre “vítimas civis” aceitáveis, os moradores de favela).

Em todas essas possibilidades, na construção de identidades, vê-se a marca da naturalização das desigualdades sociais, teorizada por Roberto Kant de Lima e Roberto DaMatta (cf. capítulo VI). Embora o emprego de “pessoas comuns” possa ter sido “bem-intencionada”, ela é reveladora de preconceitos, especialmente se enfocada sob a ótica da intertextualidade, numa comparação com as notícias analisadas acima que tematizam o protesto popular.

Em primeiro lugar, o preconceito e a naturalização das desigualdades sociais já se expressa no ângulo e na exposição mediática. Com toda a razão, as balas perdidas no “asfalto” recebem um tratamento “alarmista” (e sem dúvida crítico), como deveria ocorrer sempre que haja uma agressão do direito à vida. Crianças na escola, motoristas em túneis, ou o cidadão cuidando da sua vida no Centro da cidade devem ter os seus direitos respeitados.

Entretanto, a bala perdida no morro só aparece nos jornais em virtude do protesto popular. Nas mortes ocorridas nas favelas cariocas, o tom de “absurdo” dos jornais não se dá por que as pessoas viram seus direitos desrespeitados quando cuidavam da própria vida, pela morte absurda de uma criança assustada com um tiroteio iniciado pela polícia. O absurdo aparece pela “insanidade” e “fúria” do protesto popular ou pela “ousadia”, “terror” e “desafio” do tráfico.

Além da morte por bala perdida na favela não adquirir status mediático (a não ser que as comunidades protestem), as vítimas (com raras exceções, como as crianças) recebem imediatamente o pejo de bandidos, suspeitos de pertencerem a uma quadrilha de traficantes, num endosso à vigência da pena-de-morte informal no Rio.

Morrer de bala perdida na favela faz parte da lógica de guerra, as vítimas civis da guerra na favela estão condenadas ao silêncio ou à suspeita, em caso de protesto. Assim, o preconceito usurpa os direitos básicos e a dignidade dos moradores de favela (e também o seu direito à indignação). O enfoque intertextual revela a construção identitária definitiva e fundamental dos jornais: “nós”, cidadãos comuns do asfalto, x “eles”, favelados.

O GLOBO, 16 de junho de 2002 (caso 12)

TÍTULO: “Um em cada cinco cariocas vive sob domínio do tráfico”.

SUBTÍTULO: “Benedita revela que seus sobrinhos foram metralhados na favela por traficantes”.

O subtítulo procura reforçar enunciado espetacular (ou “alarmista”) do título como irrefutável, numa operação semelhante já estudada acima pelo uso do “até” (a frase poderia ser parafraseada como: até a governadora Benedita...).

Neste dia, o jornal O GLOBO produz um caderno especial que reforça o argumento da guerra. Trata-se de um caderno de 10 páginas. Neste mês de junho, O GLOBO já havia criado dois títulos referenciais para tratar de assuntos relacionados às quadrilhas de traficantes de drogas, impondo um tratamento conjunto, um vínculo a todos os fatos relativos à violência ou mais genericamente a favelas (como iniciativas de ONGs em trabalhos culturais junto às comunidades, em especial as crianças). Os títulos referenciais são a enunciação de dois pressupostos:

TÍTULO 1: “Poder Paralelo”.

TÍTULO 2: “O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?”.

A iniciativa de criação dos títulos ocorre por ocasião do drama do repórter Tim Lopes, pelo elucidamento da barbárie a que foi submetido por ocasião do seu desaparecimento.

O caderno especial assume como título informativo, o título 2, até então enunciado como referencial. A pergunta contém um óbvio pressuposto, o da guerra. Perdendo ou vencendo, seja qual for a resposta dada, a guerra é indesmentível e

inquestionável. Além disso, a pergunta começa a ser respondida na matéria de capa, pois “até” a governadora tem parentes brutalizados numa cidade em que uma significativa parcela da população está submetida ao domínio do tráfico.

Na foto de capa inteira, desfocada de maneira a exigir do leitor um esforço de compreensão da imagem, um homem aponta um rifle em direção ao leitor e tem o olho na mira da arma. No pé desta primeira página, há quatro “chamadas” para reportagens do interior do caderno:

- As ligações entre bandidos e empresários . 2;
- República do Tráfico, o estado paralelo . 3;
- Benedita já teve sobrinhos metralhados .5;
- O que mudou em duas décadas . 8.

Ao pressuposto da guerra e do estado paralelo, juntam-se informações novas. Pela primeira vez, os traficantes são ligados ao asfalto não pela promiscuidade com a polícia, mas com parte da própria elite. Começava-se a admitir mudanças na relação dos moradores da favela com os traficantes, como sugere o último item.

Em 8 de setembro, O GLOBO iria reiterar a informação (num processo que culminaria no breve editorial “aliança”, de 11 de setembro):

TÍTULO: “Traficantes perdem apoio de moradores de favelas”.

SUBTÍTULO: “Cresce número de denúncias das comunidades contra ação do tráfico”.

A matéria se apóia na “evidência” duvidosa do aumento de ligações do disque-denúncia. Como toda estatística, essa também envolve um contexto e um número razoável de possibilidades. Os moradores poderiam estar comovidos e revoltados com detalhes da morte de Tim Lopes e do espetáculo de sua exibição mediática. Podiam estar mais confiantes no próprio instrumento de denúncia (disque-denúncia).

Podiam ainda estar mais confiantes na política de segurança pública ou identificados como o governo Benedita, cujo mote de campanha política sempre se apoiou na sua origem social de moradora na favela. Pode ter havido a influência do crescimento das denominações evangélicas nas favelas e também das ONGs e associações de moradores.

Enfim, dificilmente há monocausalidade no fenômeno, embora o enfraquecimento da lealdade dos moradores para com os bandidos deva ser considerada como fundamental. De qualquer forma, o recorte dado à matéria aponta para a emergência de novos modelos interpretativos dos fenômenos que relacionam comunidades faveladas e

Tráfico. A forma como o novo modelo se manifesta na notícia de 8 de setembro enquadra-se à pergunta do caderno especial (que nas edições seguintes retorna como título referencial, assim como “poder paralelo”).

O enfraquecimento da lealdade entre moradores e traficantes manifesta-se como anúncio da “batalha perdida” pelos traficantes na “guerra” vivida na cidade. De forma espetacular, na primeira página daquele dia, o aumento de denúncia é interpretado como uma derrota do Tráfico, mas que reitera a continuidade do pressuposto da guerra.

Em alguns casos, a narrativa espetacular apóia-se no relato folhetinesco e na técnica de utilizar a personagem como eixo narrativo da notícia, num apelo explícito à ficcionalização, ao *fait-divers*. Como exemplo, há o caso 17, que dramatiza a realmente intolerável expulsão de famílias de suas residências pelo crime organizado.

Tais famílias são chamadas reiteradamente de “refugiados de guerra” (portanto, estrangeiros, expulsos de um outro Estado), numa comparação a povos e etnias obrigados a deixar seus países por guerra ou perseguição política. A metáfora nasceu na edição de 27/5 do EXTRA, numa inversão de expectativas quanto à capacidade de agendamento (o jornal popular é que pautou o de “qualidade”). A metáfora garante a passagem do particular para o geral, do “fato” para o “modelo explicativo”.

Vamos reproduzir o *lead*:

“Fui obrigada a deixar para trás tudo que construí na vida e agora tenho que viver escondida como um bandido”. O desabafo é de uma senhora de 72 anos que há um mês foi expulsa por traficantes da sua casa, onde viveu 25 anos com a família. Ela faz parte de uma legião de refugiados das favelas do Rio, que, assim como nos países em guerra, não podem mais sair às ruas e vivem como exilados em sua própria terra. Os dois bisnetos menores abandonaram a escola e o filho doente ficou sem tratamento médico. As cenas da casa sendo destruída por traficantes permanecem na memória e tiram o sono da família.
— Meu coração está ferido. A família acabou.”

A personagem escolhida traz vários valores expressivos. Trata-se de uma senhora de 72 anos, o que acentua a covardia e frieza dos criminosos. O longo tempo na residência, 25 anos, é usado para contrapor ao absurdo da atitude de expulsá-la. O “acontecimento” aparece apenas no terceiro período, onde a hipérbole se expressa não apenas nos detalhes selecionados da vida da personagem para assumir uma forma explícita.

O enunciado “legião de refugiados das favelas do Rio” verbaliza os aspectos extremos da narrativa dramática. O período contém ainda uma anáfora (portanto, uma

imposição) às manchetes de 30 de maio (caso 8) e 16 de junho (caso 12). Novamente, o jornal O GLOBO recorre a suas próprias reportagens (e interpretações destas) para fundamentar argumentos, expostos de forma resumida, mas hiperbólica (“não podem mais sair às ruas”; “exilados em sua própria terra”).

Os períodos seguintes narram os detalhes de como a vida da família foi desestruturada pela violência do tráfico, numa operação para emocionar e buscar a solidariedade do leitor na condenação à inoperância do Estado legal. Apesar de construída em termos espetaculares e do evidente exagero, a reportagem produz um efeito crítico em relação à defesa dos direitos dos moradores de favela.

Em dois Boxes, abaixo de uma grande foto, há entrevistas com o secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar e a diretora do Centro Brasileiro de Defesa da Criança e do Adolescente, advogada Cristina Leonardo (que ganhou notoriedade ao atuar na defesa dos sobreviventes da chacina da Candelária).

Nos Boxes o título cita literalmente um trecho a fala da fonte, numa operação discursiva descrita como “mimese” (Rebelo, 200:70), quando o jornal aceita o teor do enunciado, para produzir um efeito de “fato” (o mesmo ocorreu com o título geral, da própria reportagem). Colocados lado-a-lado, nas mesmas dimensões e tratamento gráfico, e a partir da mesma operação enunciativa na titulação, os Boxes poderiam ser um exemplo de “imparcialidade”. Esta pretensa objetividade/neutralidade é apenas aparente.

O trecho selecionado da fala de Aguiar (“Acreditem na polícia”) produz um efeito irônico, se o situarmos no conjunto do texto. Nele, várias vezes a polícia é criticada por se limitar a escotar a mudança (por exemplo, no entretítulo) ou pela recusa a proteger o cidadão (por exemplo, legenda da foto). O trecho selecionado da advogada Cristina Leonardo (“O estado tem sido omissivo”) é francamente um reforço a toda interpretação que consta do conjunto da matéria (“refugiados”, “poder paralelo”) e naturalizada na cultura.

Esta operação enunciativa estimula uma comparação com a inserção do breve editorial no texto informativo, operação enunciativa que analisamos em relação à reivindicação de O GLOBO de uma “aliança” entre a autoridade legal e as comunidades faveladas contra os traficantes. Vamos nos referir a essa reportagem como “aliança”,

para facilitar a compreensão. Pela mesma razão, vamos nos referir a essa última reportagem como “refugiados do tráfico”.

A inserção do editorial com a marca “opinião” (“aliança”) e a aparente imparcialidade (“refugiados do tráfico”) são aspectos do modo de interagir e seduzir. Como afirma Pinto (1999:64) muitas vezes a dimensão avaliativa não está explícita. Ela é sugerida por um efeito de sentido conotativo, cuja interpretação fica na dependência da contribuição do receptor.

O efeito avaliativo dos Boxes em “refugiados do tráfico” é sugerido justamente pela aparência de imparcialidade. Além disso, em termos de intertextualidade, o uso recorrente dos editoriais inseridos no texto informativo já educou o leitor-médio de O GLOBO quanto às expectativas do posicionamento editorial do jornal. O fato de a construção expressar veladamente a crítica pela edição da fala dos entrevistados só acentua o efeito de realidade da crítica.

Em outras palavras, se a fala do secretário de Segurança Pública soa “cínica” ou “ridícula” para o leitor, não seria pelo contexto de enunciação, mas pelas inferências do próprio leitor, por sua responsabilidade única. Para isso, o jornal constrói um auto-imagem (“se vende”) como mediador neutro da informação, um “espelho dos fatos”, pela simulação de igualdade no tratamento gráfico dos Boxes.

O interessante é que as duas operações enunciativas, o editorial (“aliança”) e a imparcialidade (“refugiados do tráfico”), protegem igualmente os pressupostos e organizam o sentido global do texto informativo. Sobre a relação entre coerência e pressupostos, Fairclough (2001:113) mostra que, na ausência de marcadores explícitos, um texto só faz sentido para alguém que seja capaz de inferir as relações de sentido (pelo recurso à intertextualidade).

Assim, o modo particular em que uma leitura coerente ocorre depende da natureza dos princípios interpretativos a que recorre. Os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são “capacitados” de compreendê-los e de fazer as conexões e as inferências necessárias, a partir justamente desses mesmos princípios interpretativos outorgados pelo jornal pela regularidade com que constituem os textos informativos.

Em geral, as conexões e inferências apóiam-se nos pressupostos ideológicos. À medida que os intérpretes assumem tais posições e fazem as conexões automaticamente, eles são assujeitados pelo texto. Em suma, em termos de luta hegemônica, a análise não

pode se limitar às várias possibilidades de leitura do texto, mas conduzir ao questionamento dos pressupostos, à resistência às posições-de-sujeito estabelecidas no texto (Fairclough, 2001:114).

O que dá coerência ao enunciado “o estado tem sido omissos” em relação a “refugiados do tráfico” são os pressupostos (que também tornam incoerente o enunciado “acreditem na polícia”) de que o tráfico tem cada vez mais poder, da lógica da guerra e da cidade partida em territórios isolados. Estas posições devem assujeitar os leitores também na reportagem do editorial “aliança”. Não há história nem política. Em cem anos de favela, a novidade é o poder do tráfico e seu terror, que alterou a interpretação de que os moradores cooperam com os bandidos.

As duas operações enunciativas buscam assujeitar os intérpretes pelo ostensivo enquadramento das informações ao paradigma e aos pressupostos (o poder bélico do tráfico, o domínio territorial, a “ousadia” dos traficantes, a fragilidade das forças legais). Há um enfoque sobre um conjunto de elementos persuasivos, como a identidade de certas vítimas do tráfico (a velha senhora, as crianças e adolescentes, a creche, a escola, o transporte urbano, os prédios públicos, as eleições). O entretenimento atua para potencializar o assujeitamento do leitor.

Ao mesmo tempo, reduz-se a importância de outros elementos críticos (a complexidade e heterogeneidade das favelas, o clientelismo, a ligação do tráfico com setores da polícia e dos poderes constituídos, o fato de a polícia brasileira torturar e raramente investigar, as facilidades obtidas na justiça brasileira para quem pode constituir um bom advogado, a atuação corrupta de advogados que trabalham para o tráfico, etc).

A emergência de um novo enfoque na relação entre tráfico e moradores de favela, por pressão da pesquisa universitária e de grupos políticos (formais e da sociedade civil, vinculados à luta pelos direitos humanos), enfrenta pressupostos e modelos explicativos naturalizados nos jornais. Estão obstruídos. Para isso, a espetacularização e o entretenimento concorrem para a repetição amplificada dos pressupostos, pois eles se tornaram a grande mercadoria.

O poder, domínio e desafio dos traficantes são o atrativo que permeia as notícias de crime e faz dos fatos isolados uma sequência integrada. A constante reiteração e

espetacularização dos pressupostos pelo interdiscurso possibilitam a acomodação do novo enfoque em relação à identidade dos moradores de favela ao velho paradigma.

Ainda no mês de junho e no mês de setembro, O GLOBO publicou reportagem de capa com manchetes que questionam o paradigma:

JORNAL	DIA/PÁG.	MANCHETE/SUBTÍTULO	n.º
O GLOBO	13/6/2002, p. 1. ^a	Investimentos sociais nas favelas não detêm violência Aumenta em 41,2% o número de mortes de jovens	1
O GLOBO	13/6/2002, p. 14	O Rio está perdendo a guerra contra o Tráfico? (antetítulo) Melhores, porém mais violentas Apesar dos investimento sociais, em urbanização e em lazer, favelas são cada vez mais zonas de perigo	1a
O GLOBO	2/9/2002, p. 1. ^a	Favela tem consumo de classe média	2
O GLOBO	2/9/2002, p. 10	Consumo sobe as favelas Pesquisa revela: morros cariocas têm mais classe média que Região Metropolitana	2a

O tom das manchetes é de surpresa com a diversidade cultural e econômica das favelas. O estereótipo de uma população miserável abandonada pelo Estado sofre forte contestação. Entretanto, não é suficiente para questionar as relações entre o Estado e as comunidades, da forma que o Estado ali está presente (como o clientelismo, por exemplo).

As matérias têm amplo destaque e foram produzidas a partir de fontes da sociedade civil e estatais. A Unesco e a prefeitura do Rio serviram de base para a matéria de 13 de junho. O primeiro período do texto de primeira página (parafraseado na página 14) mostra o questionamento ao estereótipo:

1ª PÁGINA: "O crescimento da violência nas favelas do Rio põe em xeque a velha máxima de que investimento social reduz o terror do tráfico".

PÁGINA 14: "O tráfico de drogas no Rio não desafia apenas seus moradores: põe em xeque também a velha máxima de que o investimento no social é a melhor arma contra a violência".

Na página 1, a proeminência é do crescimento da violência nas favelas, um pressuposto que tem o sentido amplificado no final do período, em que a origem deste crescimento é identificada ao terror do tráfico. Depois de outros dois períodos, em que os números da pesquisa são relatados, o tema do texto muda: "A caçada aos assassinos

de Tim Lopes mobiliza a polícia". Assim, a análise da pesquisa encontra-se intertextualmente submetida ao desaparecimento do jornalista.

Vimos essa mesma estratégia repetida pelo O GLOBO na questão da "tese" de Abílio Diniz. Após expor o tema de uma reportagem polêmica (que surge como uma questão, um problema ou uma "tese"), o jornal insere um parágrafo que simula autonomia frente ao fato até então relatado. Este parágrafo autônomo, porém, contém uma implicatura, uma solução a um problema levantado.

- 1- Problema: pesquisa contesta "velha máxima".
- 2- Números mostram que investimentos sociais não reduzem violência do tráfico.
- 3- "Caçada" aos assassinos de Tim Lopes (aos traficantes) mobiliza toda a polícia.

Nesta operação enunciativa, O GLOBO busca seduzir o seu leitor para o pressuposto da guerra e de que a solução para a violência é meramente repressiva. A exemplo do que já fizera no exemplo estudado da fala do empresário Abílio Diniz, as soluções repressivas e violentas (no enquadramento da guerra) são avaliadas positivamente.

A matéria de 2 de setembro é produzida a partir de uma pesquisa do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER) e não contém qualquer alusão direta à violência ou ao tráfico. Nela, chama atenção apenas a relação apontada na primeira página entre miséria e favela:

"Nas favelas cariocas, há mais pessoas com padrão de consumo de classe média do que na média das regiões metropolitanas de todo o país. Segundo pesquisa do Instituto Superior de Estudos da Religião, apenas 0,9% dos moradores de favela do Rio estão em situação de miséria (fora das classes de consumo), enquanto no Grande Rio esse número é de 2% dos habitantes e no restante do país, 4%".

A simples descrição da pesquisa faz subentender que os números trazem a "novidade" jornalística da complexidade econômica da favela. Mas são exatamente os números sobre a miséria é que são apresentados de forma mais frágil. O segundo período é iniciado (proeminência por topicalização) pela nominalização "segundo", que coloca o relato seguinte no campo da conjectura.

O uso de "apenas" é também um valor expressivo que reforça a surpresa com (e as reservas quanto a) os números da estatística no que tange aos 0.9% de miseráveis. O

questionamento da relação criminalidade-pobreza aí contido talvez explique o sintomático silenciamento na matéria quanto à violência e ao poder do tráfico.

Nos dois casos acima, o paradigma hegemônico impediu que fossem tiradas conclusões mais profundas da complexidade econômica e cultural que emergiu das estatísticas. Ao contrário, a lógica da guerra chega a deformar a interpretação dos dados. Eles apontam para uma situação apontada por Maria Alice Rezende de Carvalho como "cidade escassa", em que as relações culturais autoritárias e a exclusão política institucional dos moradores impedem sua integração à cidade. Mas o Estado não é questionado na sua incapacidade de se universalizar, de oferecer além de obras, regras impessoais de sociabilidade e direitos. Ele é questionado por não agir ainda mais enérgica e violentamente nas favelas.

VIII.8. Intertextualidade, encenação e terror.

Em junho de 2002, os jornais davam sinais de associar o terror dos traficantes à prática política do terrorismo internacional. Grampos telefônicos feitos pelo Ministério Público revelavam que o crime organizado do Rio e São Paulo mantinham vínculos entre si e com o mercado internacional de armas e tecnologias de telefonia.

Num dos telefonemas, o traficante Chapolim, do grupo de Fernandinho Beira-Mar, tentava negociar um míssil *stinger*. O destaque espetacular dos jornais foi ao armamento, não à globalização do crime.

JORNAL	DIA/PÁG.	MANCHETE/SUBTÍTULO
EXTRA	19/6 p. 1. ^a	Beira-Mar tenta comprar míssil de terroristas
O GLOBO	19/6 p. 1. ^a	Beira-Mar negociou compra de mísseis iguais aos de Bin Laden Ação fulminante de juíza e promotores surpreende autoridades e bandidos em Bangu I
O DIA	19/6 p. 1. ^a	Beira-Mar negocia míssil de Bin Laden Bangu I é a sede do Estado Paralelo do crime no Rio

O poder de Fernandinho Beira-Mar passou a atrair a atenção da mídia. No dia 11 de setembro, o grupo liderado por Beira-Mar parece apropriar-se das imagens que a mídia lhe atribui para exhibir poder. Na data, eles fazem um acerto de contas com chefões do tráfico de outras facções. A metáfora do terror dos traficantes ganha vida e passa a ser associada ao poder bélico e de vida e morte de Beira-Mar (por extensão, de todos os chefões do tráfico).

JORNAL	Primeira página/página interna, dia 12 de setembro de 2002.
O DIA	11 de setembro em Bangu I Beira-Mar mata Uê e mais três (página 1ª) / O DIA DO TERROR FOI AQUI (p. 5)
O GLOBO	Beira-Mar assume comando do poder paralelo e aterroriza o Rio Após chacina em Bangu I, tráfico metralha escolas, invade supermercado e fecha lojas em 9 bairros Traficante de novo às gargalhadas (Página 1ª) / O 11 de setembro foi aqui Beira-Mar mata seus inimigos no presídio Bangu I e traz o terror à cidade (página 14)
EXTRA	Beira-Mar comanda chacina em Bangu I Rivais matam Uê e queimam o seu corpo Bandidos cumprem o estatuto do crime denunciado pelo EXTRA e começam a eliminar os inimigos (página 1ª)

A intertextualidade em relação ao 11 de setembro é manifesta. Casos de grande repercussão, como esse, não são exatamente o ideal para o escopo desta tese, de apontar o uso ideológico da espetacularização (porque ser muito visível e obviamente constatada). Mas em O GLOBO há uma interessante referência “às gargalhadas” de Beira-Mar, que o jornal vai amplificar e transformar em “pauta”. Por uma operação de pura encenação, o sorriso do criminoso torna-se uma espécie de símbolo de deboche do crime organizado e da “ineficiência da política de Segurança Pública” do Rio. A alusão às gargalhadas na primeira página deve ser relacionada com um outro breve editorial inserido na página 14, na reportagem sobre a rebelião em Bangu I, que reproduzimos a seguir:

OPINIÃO
<p>FACILIDADE PARA MATAR</p> <p>QUANDO QUIS e da maneira que escolheu Fernandinho Beira-Mar livrou-se dos rivais no tráfico de drogas que estavam ao alcance da mão no presídio de Bangu I, ironicamente rotulado como “de segurança máxima”.</p> <p>ASSIM COMO antes tinha telefones para transmitir sentenças de morte para obedientes cúmplices do lado de fora, Beira-Mar ontem tinha armas de fogo para fuzilar seus inimigos.</p> <p>EM EDITORIAL recente, a propósito das mortes determinadas via celular, O GLOBO estranhou que não fosse aplicado a Beira-Mar o óbvio castigo do isolamento. Não precisava ser um buraco no chão, que não seria punição civilizada, mas tinha de ser uma cela individual, sem confortos especiais e longe do contato com outros presos.</p> <p>SERIA O suficiente para evitar a chacina de ontem, e as chacinas que podem se seguir. Talvez, em outros presídios, quem sabe em favelas. Não faz diferença, a facilidade é a mesma.</p>

Como se vê, O GLOBO destaca a desenvoltura com que Beira-Mar age na prisão e cobra rigor no tratamento dos criminosos, com o cuidado legalista de a punição ser “civilizada” (numa contradição — ao menos aparente — com posições implícitas nos seus textos informativos; provavelmente, trata-se de uma heterogeneidade de vozes dentro do jornal). A posição do editorial está de acordo com os direitos humanos.

O jornal novamente constrói para si uma identidade baseada no “bom senso” e razoabilidade, que o faz apresentar suas posturas como “óbvias”, o que acentua a inação do governo. Pelo recurso da intertextualidade manifesta, o jornal reitera a idéia da razoabilidade e certeza das convicções expressas nas suas opiniões, ao mostrar que, se as medidas propostas em outro editorial tivessem sido adotadas, a chacina brutal de Bangu I seria evitada. Publicitariamente, o jornal vende uma imagem positiva de si mesmo, para persuadir o leitor da sua capacidade de interpretar os fatos.

No dia seguinte, 13 de setembro, O GLOBO passa a consolidar o ângulo da encenação para abordar a chacina, criado por ele mesmo. Passa-se a atribuir às fotos tiradas de Fernandinho Beira-Mar sorrindo, o sentido de “exibicionismo” de poder e fragilidade do Estado formal. Enquanto a sociedade fica apavorada, os bandidos do Rio viveriam às gargalhadas.

O GLOBO, 13 de setembro (página 1ª)
<p>TÍTULO: Beira-Mar consegue manter todo o seu grupo em Bangu I SUBTÍTULO: Autoridades cedem a exigências do traficante, mas negociações evitam tragédia.</p> <p>TÍTULO DA FOTO: E ele continua rindo (FOTO DE BEIRA-MAR COM CÚMPLICES SORRINDO)</p> <p>LEGENDA: “DEPOIS DE SAIR vitorioso na mais longa rebelião já ocorrida em Bangu I, o traficante Fernandinho Beira-Mar relaxa com os colegas de cadeia”.</p>

O recorte da matéria reitera a fragilidade das autoridades e a força de Beira-Mar. No subtítulo, o pressuposto é de que o bandido vence o Estado e impõe suas condições. A conjunção adversativa “mas” enfraquece a relação de causa-consequência e pressupõe que o resultado poderia ser obtido com o uso da força (compare-se com: “para evitar tragédia, autoridades cedem a exigências do traficante”).

O título da foto, em dimensões grandes, reforça a fragilidade da autoridade do Estado. Lido no contexto de enunciação, há uma implicatura. Fernandinho Beira-Mar ri de mais uma vitória, ao garantir a permanência do grupo no presídio. Na legenda, o uso

do sintagma nominal “colegas de cadeia” é irônico. Ele sai vitorioso da rebelião não apenas sobre os rivais, mas sobre o Estado legal. Na primeira página há ainda uma chamada para o editorial “Rei do Rio”. Enfim, as críticas à política de segurança do estado se seguem.

Em nome do “bom senso”, O GLOBO encena novamente o deboche, agora não de Beira-Mar, mas de todos os bandidos, na edição do dia seguinte. As cobranças do jornal surtem efeito e o governo toma medidas para isolar os comandantes da rebelião:

O GLOBO, 14 de setembro (página 1ª)
TÍTULO: Quadrilha de Beira-Mar é isolada em quartel da PM
SUBTÍTULO: “Traficante ficará em cela monitorada por câmeras de TV durante 24 horas por dia”.
TÍTULO DA FOTO: De que riem os bandidos do Rio? (FOTO DE CELSINHO COM POLICIAIS)
LEGENDA: “CELSINHO ri próximo a policiais durante a sua transferência”.

No título de subtítulo, o uso da voz passiva deixa evidente que o tema único é Fernandinho Beira-Mar, não o governo que tomou as atitudes reclamadas pelo jornal. No título da pequena foto abaixo da matéria, ilumina-se o poder dos traficantes e a fragilidade do Estado. O espetáculo criado pela encenação do riso dos traficantes deve ser analisado sob a ótica do pressuposto da guerra.

A operação enunciativa da implicatura acentua a desproporção entre a força e desenvoltura de Beira-Mar (sorri, impõe condições, etc.) e a punição pelo Estado. A política baseada nos direitos humanos é o alvo do jornal, que reitera implicitamente suas exigências de medidas repressivas enérgicas no combate à criminalidade.

Outro caso de grande repercussão é o da prisão de Elias Maluco, também só válido como estudo nesta pesquisa pela encenação dos jornais. Neste caso, a lógica da guerra faz inverter os papéis sociais do Estado e do Tráfico, criados pela oposição binária fraco x forte, que, até então, resultava numa desautorização evidente do Estado (visto como frágil).

A prisão resultou de um longo trabalho de investigação e de uma estratégia de cerco que deixou o criminoso isolado dos grupos que o ajudavam (inclusive policiais, como afirmou o secretário de Segurança). No dia seguinte, os jornais estamparam nas primeiras páginas:

O GLOBO, 20 de setembro (página 1ª)
TÍTULO: “Perdi, chefe. Mas não esculacha” SUBTÍTULO: Elias Maluco é preso 109 dias após a morte de Tim
O DIA
ANTETÍTULO: “Aqui está Elias Maluco”. TÍTULO: “PERDI” (Em letras garrafais) SUBTÍTULO: Assassino de Tim Lopes foi preso no Morro do Alemão. Desarmado, não reagiu: “Não esculacha. Sou eu mesmo.”
EXTRA
ANTETÍTULO: “Elias Maluco implora ao ser preso”. TÍTULO: “Perdi, chefe. Mas não esculacha” SUBTÍTULO: Povo nas ruas aplaude a polícia

Os três jornais transcrevem no título a fala de rendição de Elias Maluco. A lógica da guerra opera aí claramente. Agora, é o traficante quem assume a identidade de frágil e o Estado de forte. O até então apresentado como cruel, poderoso e sanguinário, Elias Maluco “implora” para não ser “esculachado” (apanhar ou sofrer humilhações, na gíria do morro). O GLOBO deixa implícita a crítica à demora na prisão, pela ênfase no tempo que levou para ser efetuada (109 dias). Já O DIA enfoca implicitamente a fragilidade do bandido, pela ênfase no fato de ele estar desarmado e não reagir. EXTRA não deixa inferências ao leitor. O uso do verbo “implora”, como a foto do bandido cabisbaixo, deixa clara a humilhação. A força do Estado vem no aplauso à polícia, no subtítulo. Aos jornais, não basta a operação policial, Elias Maluco deve ser publicamente humilhado, exibido em sua fragilidade.

Na página interna (p. 14), O GLOBO publica:

TÍTULO: “Elias Maluco perdeu” SUBTÍTULO: Passados 109 dias da morte de Tim Lopes, polícia prende traficante sem disparar um só tiro”.
--

Assim, uma operação policial pensada para evitar tiroteios, balas perdidas, enfim, para proteger o direito à segurança e à vida dos moradores de favela é reduzida a uma prisão por “fragilidade” do “inimigo”. Talvez por ter sido feita “sem disparar um só tiro”, com tanta facilidade, a prisão pudesse ser feita com mais rapidez. É o que sugere a inversão da ordem direta no subtítulo, que dá proeminência aos 109 dias que durou a investigação. Apenas em O DIA, numa sequência de quatro chamadas, pode-se ler (na última delas): “Benedita elogio a prisão sem tiros”.

Assim, mesmo quando aparece como uma estratégia racional, ação policial investigativa e baseada na proteção de direitos dos moradores de favela é elogiada

apenas numa citação da fala de uma autoridade do Estado. Pelo pressuposto da guerra, as prisões de bandidos cruéis exigem ações rápidas e extremas, além de cenários de tiroteios, balas perdidas, emoções e mortes. A prisão lentamente articulada, sem espetáculos e tiroteio, só pode ser concluída com sucesso pela fragilidade do inimigo. Esta a implicatura do contexto de enunciação, provocada pela desproporção entre a periculosidade e selvageria do bandido e a forma com que foi preso, sem um tiro. Por outro viés, a autoridade do Estado sofre novamente um processo de “desautorização”. Portanto, assim como a identidade do favelado é construída pela oposição binária entre bandido e trabalhador, o pressuposto da guerra torna as identidades do Estado e dos traficantes construídas em obediência à mesma lógica binária contrastiva. Eles são definidos pela força e fraqueza de um em relação ao outro.

A encenação ocorre ainda em relação às eleições. Nos dias que antecederam o primeiro turno, os adversários políticos do Partido dos Trabalhadores se valeram da estratégia do “medo”. Explorava-se a idéia de que o mercado reagiria mal à eleição de Lula, o que poderia quebrar o país. No segundo turno, a candidatura do PSDB tornou a estratégia ainda mais polêmica, pelo depoimento da atriz Regina Duarte, que provocou forte reação e debate na esfera pública. Mas o “medo” do PT é uma estratégia recorrente, utilizada por seus adversários desde a primeira tentativa de Lula alcançar a presidência, em 1989. A cinco dias do primeiro turno, em 1º de outubro, após uma onda de boatos que paralisou a cidade, os jornais estamparam na primeira página:

O DIA
TÍTULO: “MEDO” SUBTÍTULO: Onda de boatos fecha comércio, escolas e postos de saúde em 84 bairros do grande Rio
O GLOBO
ANTETÍTULO: “Guerra do tráfico ou exploração eleitoral”. TÍTULO: “Rio refém do medo” (Em letras garrafais) SUBTÍTULO: “Ação de grupos e onda de boatos põem cidade em clima de estado de sítio; Benedita vê razão política.”
JORNAL DO BRASIL
ANTETÍTULO: “Poder Paralelo Paralisa a Cidade:”. TÍTULO: “Tráfico transforma o Rio na capital do medo” SUBTÍTULO: Polícia Federal investiga quem ordenou o fechamento do comércio e das escolas

Em O DIA, cinco grandes fotos mostram o comércio e escolas fechadas e ruas vazias às 13h 28 de uma terça-feira. Os outros jornais mostram fotos igualmente

espetaculares. Certamente, a exploração da palavra “medo” nos títulos dos jornais não diz respeito diretamente à candidatura Lula, embora haja uma implicatura sobre o contexto situacional das eleições.

O JORNAL DO BRASIL deixa implícita a referência à metáfora da guerra (uma outra forma de sua manifestação) no uso de “poder paralelo” como sujeito responsável pelo medo da cidade. Desta forma, assim como o uso da palavra “medo” por todos os jornais, há uma crítica indireta à política de segurança pública do governo do PT, feita a partir do pressuposto da guerra.

Isso é mais claramente perceptível em O GLOBO. Após usar reiteradamente a pergunta “O Rio está Perdendo a Guerra Contra o Tráfico” como título referencial de reportagens (e mesmo como título informativo de um caderno especial), ele coloca no antetítulo a pergunta: “Guerra do Tráfico ou exploração eleitoral?”. Trata-se de uma pergunta muitas vezes respondida pelo jornal, um recurso à intertextualidade para que o leitor faça as interpretações devidas.

A resposta está no pressuposto da pergunta anterior, a “guerra” que o Rio estaria perdendo, mas também no título, pelo emprego do termo “refém” intertextualmente ligado a um lugar-comum semelhante, repetidamente presente em todos os jornais: “Rio é refém do Tráfico”. Além disso, o termo é empregado em ações do crime organizado, como a recente rebelião em Bangu I, em relação a funcionários do presídio usados como reféns, e também os seqüestros.

No subtítulo, o jornal O GLOBO destina a questão política ao final da frase, após o relato das informações. O enunciado “Benedita vê razão política” vem no final, separado das informações anteriores pelo emprego do ponto e vírgula. Já nos referimos à oração como exemplo de acarretamento (relação frágil), no início deste capítulo.

Há uma implicatura, revelada pelo contexto de enunciação (por múltiplas operações enunciativas, do título e antetítulo). O enunciado soa como uma ridícula tentativa de se eximir da responsabilidade dos acontecimentos, uma desculpa. O verbo “vê” utilizado em lugar de “diz” acentua o efeito de dúvida como valor expressivo. A interpretação da governadora é avaliada negativamente.

Apenas o jornal O DIA parece colocar a questão política no mesmo plano da metáfora da guerra. Ao lado do título (apenas com a palavra “medo”), há uma charge de Aroeira. Abaixo da assinatura do chargista, lê-se: “já vi esse filme...”. O desenho da

charge é o rosto do prefeito César Maia, assoviando como se pretendesse disfarçar a sua responsabilidade no episódio. Acima, duas balas de fuzil conversam:

BALA 1: "Oi... Você é uma bala perdida?"

BALA 2: "Não, querida... Sou um boato perdido..."

Pela lógica do pressuposto da guerra, o Estado aparece nos jornais com uma identidade construída como frágil, diante da força do Tráfico. Às vésperas da eleição, a crítica à política de segurança pública do governo do PT (feita a partir desse paradigma naturalizado da guerra) está implícita e parece influir na escolha vocabular dos jornais.

Apenas nas operações enunciativas do jornal popular O DIA há uma postura crítica em relação às possíveis explorações eleitorais da questão da Segurança Pública. Algo desconsiderado pelos grandes jornais, cujo horizonte interpretativo limitou-se aos princípios do pressuposto da guerra.

X. Conclusão

“A prática da leitura cotidiana do jornal está incorporada a nossa vida como atividade ‘natural’. Instala-se como coisa dada, mas é um universo do qual somos solidários e do qual nos tornamos personagens”.
(Antonio Serra, 1980).

“Futebol é o ópio do povo e o narcotráfico da mídia”.
(Millôr Fernandes)

IX. Conclusão

O desenvolvimento desta pesquisa pretendeu demonstrar como a lógica da guerra na abordagem da criminalidade urbana funciona como o paradigma hegemônico na interpretação dos conflitos e atos delituosos em todos os principais jornais do Rio de Janeiro. Como elemento ideológico, o paradigma se manifesta nas mais diversas formas e por meio de um conjunto de estereótipos e frases-feitas, igualmente distribuídos nos jornais populares e naqueles classificados como "de qualidade". Também procuramos estabelecer relações entre a regularidade sufocante destas aparições lingüísticas e a obstrução na veiculação de outros modelos explicativos para compreensão da violência na cidade, baseados no diálogo e na universalização dos direitos. Para isso, na análise, procuramos mostrar como os jornais associam (de forma metonímica) os fatos cotidianos a modelos naturalizados de explicação da violência, como se fossem um capítulo da metáfora da guerra diariamente travada nos morros do Rio de Janeiro. Neste processo, a "guerra" deixa de ser uma simples metáfora para se tornar um conceito do real, a lógica que tutela desde a ação policial às interpretações dos acontecimentos pelos jornais.

Num primeiro momento da análise, procuramos mostrar que os modelos explicativos articulados à metáfora da guerra morro *versus* asfalto, como a relação automática pobreza-criminalidade, torna-se um ângulo privilegiado para a abordagem espetacularizada da notícia. Procuramos mostrar ainda que, como elemento persuasivo, o entretenimento é o principal ideológico a partir do qual todos os jornais mobilizam discursos e paradigmas que circulam no senso comum para a construção e veiculação dos padrões simbólicos presentes nas suas notícias de crime. Pudemos perceber que os papéis sociais são interdependentes e invertem-se na lógica identitária contrastiva do forte *versus* fraco, do ativo *versus* passivo, do bom *versus* mau, quando se trata de interpretar a força e "ousadia" dos traficantes em relação a um Estado passivo e sua política de segurança ineficiente. Ou uma polícia brutal, que provoca a "fúria" do protesto popular. Ou o terror dos traficantes em relação a uma população (do morro e do asfalto) desamparada. O resultado é uma reiterada "desautorização" do Estado.

Morro *versus* asfalto, Estado *versus* traficantes, polícia *versus* traficantes, moradores de favela *versus* traficantes, são manifestações identitárias construídas pela lógica binária das oposições que desconhece e despreza as mediações. A forma "sensacional" da notícia mobiliza essa lógica binária para construir uma mercadoria

emocionante e atraente para o leitor. Como consequência ideológica, temos a construção da identidade fundamental “nós” (do asfalto) x “eles” (favelados). Alvito (2001), já havia aludido a uma lógica cultural, presente no universo discursivo dos moradores de favela. Ele mostra que os direitos humanos são apenas reconhecidos pelos moradores e líderes comunitários quando convergem com reivindicações relativas ao código da hierarquia social da comunidade.

Por analogia (e não por identidade, pois outras são as circunstâncias), podemos constatar uma operação semelhante nos discursos do jornal. Além disso, devemos levar em conta o ensinamento de Fairclough, de que a coerência de um texto depende das pressuposições e dos elementos assumidos como dados. Portanto, pudemos constatar que a questão dos direitos é seletiva e hierarquicamente problematizada (numa construção que lembra a distinção em “classes de cidadãos”, proposta por José Murilo de Carvalho). O paradigma da guerra serve de filtro para distinções quanto à inclusão social, evidencia as desigualdades sociais naturalizadas. Assim, os moradores do asfalto são cidadãos de primeira classe, as agressões a seus direitos são evocadas amplamente. Os moradores de favela são vítimas civis da guerra e os criminosos, animais caçados para quem vale a pena-de-morte informalmente instituída. Os direitos humanos são reconhecidos pelos jornais apenas quando convergem com o paradigma da guerra.

O estudo do jornal impresso pressupõe ainda uma perspectiva intertextual. Embora se deva reconhecer suas especificidades no que tange ao gênero do discurso, no nível da ordem dos discursos (das séries de paradigmas, modelos explicativos e estruturas conceituais) o texto informativo dos jornais impressos não deve ser entendido como diferenciado da mídia como um todo (em especial, os meios eletrônicos parecem apenas amplificar tais modelos do senso comum, presentes nos jornais impressos).

Em primeiro lugar, isso significa perceber que o leitor dos jornais impressos cariocas já possuam um razoável conhecimento dos acontecimentos acontecidos na cidade, no dia anterior à leitura do jornal. As redações dos jornais sabem disso e organizam o texto informativo para torná-lo atraente, apesar da competição dos meios eletrônicos audiovisuais. Como vimos com Sodré, além de alterar a forma da notícia, o esforço competitivo dos jornais recorre à ampliação do raio informativo da notícia (que implica a manifestação mais explícita dos modelos interpretativos subjacentes às operações enunciativas do texto informativo).

Tais modelos interpretativos revelam as imagens que o jornal atribui a si mesmo e a que faz do leitor, dos saberes compartilhados sobre a cidade, a violência, a política de segurança pública. Não apenas veiculam fatos, mas propostas de interação e sedução do leitor-médio e um universo discursivo de atribuições de sentido (construção de realidades) que pretende impor como relação entre o leitor e o "mundo". Como percebeu Alvito (2001:117), a imprensa ajuda a criar e a construir a realidade que ela aparenta descrever. Na sociedade da cultura mediada pelas tecnologias de informação (e pelas imagens), a mídia é o principal construtor de realidades (Sodré, 1996), exerce papel central na elaboração das representações coletivas. A atribuição de sentidos ao real (a partir de uma realidade material pré-construída) é própria ao uso da linguagem, uma propriedade de todo discurso. Mas, nos discursos construídos na mídia, essa propriedade é hipertrofiada pelas modificações ocorridas na esfera pública (da qual a mídia é produtora, mas também produto).

Em sua crítica ao conceito habermasiano de esfera pública burguesa, Thompson (1998:118-119) argumenta que a maneira de Habermas pensar a imprensa caracteriza-se marcada por um modelo de comunicação baseado na conversação, na co-presença. Habermas atribui um papel fundamental à imprensa escrita, em especial os semanários de crítica moral e periódicos políticos do início do século XVIII, pelo estímulo que deram ao debate entre indivíduos privados. Mas, para além dos jornais impressos, suas especificidades e dos tipos de relações sociais estabelecidas por ele, Habermas estaria interessado na sociabilidade burguesa fundada na conversação iniciada e continuada em lugares compartilhados, como cafés e clubes. A partir dessa concepção de esfera pública, Habermas teria interpretado negativamente o advento dos novos meios de comunicação. Hoje, a conversação é "administrada" e o debate ativo entre cidadãos informados foi substituído "pela apropriação privada de uma conversação realizada em nome deles" (Ibidem:119).

Thompson mostra que o capitalismo tardio caracteriza-se pela comunicação mediada pelas tecnologias de informação (ou "tecnocultura", como prefere Muniz Sodré). Isso exige uma nova concepção de publicidade, que impede o uso de um modelo único de vida pública. Ao modelo espacial e fundado na co-presença, deve-se acrescentar o tipo de visibilidade (como exercício de poder) alcançada pelos meios audiovisuais (e sua relação intertextual com a imprensa escrita). Esta relação de poder e

visibilidade no mundo da tecnocultura, a *agenda setting*, foi um dos princípios adotados por essa pesquisa para entendermos a importância do universo discursivo construído pelos jornais. Entre o leitor e o mundo existem os meios de comunicação, que selecionam, interpretam, classificam e hierarquizam as informações, incorporam e reinventam as representações coletivas.

Procuramos mostrar as consequências ideológicas da colonização do texto informativo (portanto, dessa esfera pública) pelos dispositivos retóricos de persuasão próprios à publicidade e ao entretenimento. A espetacularização faz os atos de fala do jornal privilegiarem e reafirmarem o paradigma naturalizado da guerra nas favelas e do estado paralelo (elementos ideológicos), com uma progressiva redução do recurso às mediações.

Em termos do exercício do poder publicitário (como desenvolvido por Muniz Sodré), ao privilegiar o entretenimento, os jornais iluminam a ação violenta e o terror dos traficantes, ocultam as mediações (ainda que reducionistas) e subordinam outras possibilidades interpretativas ao mais espetacular e vendável. Assim, pode-se dizer que as representações nos textos informativos estudados funcionam de modo ideológico, como definido por Fairclough: eles contribuem para produzir relações sociais de dominação e exploração. Mas esse processo não ocorre sem disputas de sentido e luta hegemônica. A "tecnologização do discurso" (a maneira como as informações novas são submetidas aos paradigmas hegemônicos, por meio de ajustes) é uma das formas dessa luta, que revela pressões contra-hegemônicas, simulações e ajustes, mostram os deslocamentos do poder, possíveis flexibilizações e reformulações de estratégias.

Para efetuarmos nossa própria seleção e classificação dos discursos contra-hegemônicos, explicitamos os parâmetros utilizados (aos quais subjazem uma teoria política para pensar a mudança social), a partir do conceito de Hegemonia. A pesquisa social da universidade e de institutos independentes da sociedade civil disputam os sentidos da violência na esfera pública. Em nível governamental, experiências recentes na área de segurança pública basearam-se nestes modelos explicativos contra-hegemônicos da violência. Pudemos perceber que os jornais impressos, em especial O GLOBO, atuaram na resistência a uma política de segurança pública baseada nos direitos humanos. Procuramos mostrar que, na base dessa rejeição, estava o "modo de

dizer" proposto pelos jornais, que inclui a utilização do entretenimento e da publicidade no texto informativo como dispositivo retórico de persuasão.

A hipertrofia da presença do gênero publicitário foi percebida como presente em todos os jornais, com distinções e nuances que atendem antes a "ajustes" e dissimulações da abordagem espetacular pelos jornais de qualidade, como O GLOBO. Ao mesmo tempo em que o leitor é construído pelo interesse em primeiro plano no consumo do entretenimento, não na informação, O GLOBO preocupa-se em não descaracterizar a aura de jornal "sério". Isso ocorre na estratégia de reservar a espetacularização para a primeira página da seção "Rio". A aparição com grandes fotos e chamadas na manchete de primeira ocorre quando O GLOBO atribui conotações políticas (em geral, críticas à política de Segurança Pública) ao acontecimento, ocasião em que o destaque ocupa o espaço geralmente destinado aos atos de governo e a notícias econômicas.

Embora a hipérbole caracterize a linguagem dos jornais populares, o uso ideológico do entretenimento e do espetáculo aproxima as operações enunciativas de todos os jornais estudados. O recurso às imagens em grandes dimensões (fontes das manchetes, fotos, infografia, charges), títulos com trocadilhos e antes impactantes e "alarmistas" que informativos (com o recorte de alguns dos principais dados do fato principal deslocados para um subtítulo ou antetítulo), a narrativa folhetinesca (que parte de detalhes particulares para informação geral ou com o uso de uma personagem como eixo narrativo da notícia), o uso da ficcionalização (do *fait-divers*), como uma ponte entre o fato particular e os modelos interpretativos gerais (e a polêmica social).

As manifestações da metáfora da guerra são efetivamente a lógica de enquadramento cotidiano dos fatos por todos os jornais, o ângulo por excelência do entretenimento. Uma das consequências imediatas dessa lógica, vimos, é a construção de identidades a partir de lógicas binárias de mútua exclusão e oposição. O resultado desta angulação crescente pelo entretenimento é a ocultação das mediações, na interpretação da complexa realidade da Segurança Pública do Rio de Janeiro. A lógica Estado versus traficante e traficante versus polícia, por exemplo, oculta a forma como o crime organizado parasita o Estado, com a corrupção policial, alianças clientelistas com políticos e com empresários (o comércio ilegal de armas, por exemplo). O pressuposto da guerra faz os jornais reivindicarem ações duras contra o tráfico e a ocupação de

favelas. Em geral, isso resultou em avaliações negativas sobre os moradores de favela e seus direitos. Especificamente O GLOBO adotou um discurso cada vez mais duro e autoritário sobre conflitos nas favelas, com um nítido abandono de antigos conceitos sobre a ação coletiva dos moradores.

O GLOBO passou a referir-se ao protesto popular não apenas como “insanidade” e “fúria”, mas como reação do tráfico à ação policial. Pelo terror, os traficantes teriam domínio absoluto sobre a vontade dos moradores, instrumentalizados para participar dos protestos. Antes relatados como abuso policial, os tiroteios foram semantizados como parte da guerra. As mortes que deram origem aos protestos passaram a ser relatadas principalmente a partir das fontes policiais, que atribuíam às vítimas o pertencimento às quadrilhas do Tráfico. Junto com a incorporação de um novo sentido para o protesto das favelas, O GLOBO reestrutura a identidade dos moradores de favela. Discursos da pesquisa social, que teorizam sobre as mudanças nas relações entre a comunidade e o tráfico, foram absorvidos e adaptados ao paradigma hegemônico da guerra.

De colaboradores voluntários do Tráfico, os moradores tornaram-se vítimas do seu terror. Desconfiados do Estado legal e reféns do tráfico, os moradores não têm lado na guerra. Pela fórmula expressa pelo O GLOBO, os moradores de favela são apátridas, estrangeiros. Expulsos da favela, tornam-se “refugiados”. Pouco importam as razões da desconfiança em relação ao Estado formal. Na sua pesquisa, Alvito (2001:98) mostra que a “desconfiança” tem pelo menos um motivo visível e imediato. Trata-se do medo que os moradores têm dos policiais, não somente das agressões e violências, mas “medo de serem roubados”. Os traficantes tornam-se um inimigo comum, unificado, bem armado e ameaçador. Para isso, os jornais se valem do recurso à hiponímia. No universo discursivo construído pelos jornais do Rio, a meta principal do Estado e da polícia deve ser “caçar” e destruir o inimigo. De forma velada, O GLOBO chega a sugerir a execução dos bandidos e aplaude a pena-de-morte instituída por policiais e grupos de extermínio.

O GLOBO encena e simula o riso do traficante como deboche e exibicionismo de poder, para defender medidas repressivas e também ridiculariza a prisão bem-sucedida de um chefe do tráfico por métodos policiais convencionais, para atribuir o sucesso do método antes à fraqueza do criminoso que às virtudes da ação estatal. Às vésperas da eleição, ignora-se um possível sentido político da ação dos traficantes contra a política

de Segurança do governo petista. Ao contrário (e por outras razões), O GLOBO reforça — ele mesmo — as críticas a essa política, ao diluir o acontecimento na infinita cadeia dos episódios de guerra e ao desmoralizar a denúncia da governadora.

Para O GLOBO, a guerra não tem contexto nem mediações, é uma versão (e intervenção) do *fait-divers*, atemporal e a-histórico. De várias formas, a ficcionalização, o entretenimento e a política se entrelaçam nas notícias de crime de O GLOBO. O jornal descontextualiza os discursos da pesquisa social, para reinterpretá-lo a partir da reedição da questão social como caso de repressão policial. As hierarquias e desigualdades naturalizadas são reafirmadas e protegidas, ao mesmo tempo em que alimentam o pressuposto da guerra.

As operações enunciativas de EXTRA e O DIA acentuam o caráter hiperbólico da abordagem sensacional nos jornais populares. Não há dissimulações nesses jornais. A guerra é o assunto diário e mercadoria nobre. As críticas à fraqueza e passividade do Estado diante da força dos traficantes (na mesma lógica binária da construção das identidades) são abertas. Os dois jornais também recorrem a metáforas (guerra, cidade partida, etc) como modelo interpretativo dos fatos. Na imposição dos modelos interpretativos, O DIA e EXTRA recorrem de forma mais minuciosa e elaborada aos detalhes e à informalidade na linguagem e na contextualização do fato violento (destaque a fontes como “amigos da rua”, detalhes com a criança que encenava para a festa de uma santa quando foi atingida por uma bala, ou pessoas feridas quando “visitavam parentes”).

Não que tal recurso esteja ausente dos jornais de “qualidade”. Em “refugiados da guerra”, O GLOBO explorou detalhes com a idade elevada da vítima, a doença provocada pela desestrutura familiar, etc. Apenas os jornais populares recorrem ao expediente como maior recorrência, como forma de ampliar a força expressiva e avaliativa dos seus relatos. Da mesma forma, os jornais populares se posicionaram criticamente em relação à política de Segurança Pública implementada por Luiz Eduardo Soares, baseada no respeito aos direitos humanos. Em várias oportunidades, O DIA posiciona-se com uma preocupação pretensamente “humanista”, expressa pela dramatização exacerbada da violência sofrida por “pessoas comuns” (apesar dos preconceitos pressupostos nesse sistema classificatório).

Em geral, O DIA enuncia os acontecimentos de forma a provocar as inferências do leitor, por uma narrativa do detalhe particular para o geral (a sua interpretação), na certeza que os detalhes expostos encaminham indiscutivelmente para a explicação enunciada no final. O jornal é pródigo no recurso a imagens e na angulação pelo sensacional. O leitor construído pelo O DIA é um consumidor de entretenimento. De forma diferente, o EXTRA se propõe o lugar de intérprete do sentido geral dos acontecimentos. Seja por recursos gráficos, seja no próprio relato, o jornal interpreta e estabelece relações e nexos entre os atos violentos na cidade, muitas vezes com sentido crítico ao autoritarismo policial (como no caso em que associou os conflitos com moradores de favela à brutalidade e corrupção do policial Dilo). O recurso à ficcionalização e ao entretenimento não impediram, em alguns casos, a angulação pela relevância social. No caso do atentado à Secretaria de Direitos Humanos, a questão política (mesmo que teatralizada) prevaleceu sobre o entretenimento puro e simples (o que não ocorreu em O DIA).

Em todos os jornais, a questão dos direitos se submete às hierarquias sociais e desigualdades naturalizadas na cultura brasileira. A inferioridade social dos favelados se revela ainda no seu reduzido status mediático. Eles só aparecem como vítimas da guerra para reiterar a necessidade de o Estado conter a força dos traficantes ou para simbolizar que as favelas são praça de guerra, onde a morte é banalizada. As balas perdidas e a brutalidade policial são ignoradas ou aparecem sob a forma do protesto popular, muitas vezes transformando o favelado em bandido e o protesto em atentado do Tráfico. As mesmas balas perdidas no asfalto são chocantes e absurdas, um sinal de que a guerra desceu do morro para o asfalto. Os lugares dos conflitos no asfalto sempre são referidos como lugar de passagem para a Zona Sul da cidade, onde motoristas podem se ver na linha de tiro. Reiteradamente, a oposição “nós” x “eles” é manifestada em várias formas de aparição da oposição asfalto (onde as balas perdidas são absurdas) e favela (onde a guerra é banal). Em todos os jornais, o paradigma centrado no pressuposto da guerra é a reiteração dos autoritarismos da cultura.

Como mostra Fairclough (2001), a metáfora da guerra é também comum nas notícias de crime dos jornais sensacionalistas na Inglaterra. Ao que parece, o recorte pelo entretenimento estimula essa abordagem, porque contém uma certa dose de impacto e é de fácil entendimento. Entretanto, numa cultura fortemente marcada pela

exclusão social, pela naturalização das desigualdades sociais e pela lógica identitária das oposições binárias, a metáfora da guerra parece tornar-se a lógica de expressão do autoritarismo da cultura brasileira, da indistinção entre interesses de certos grupos sociais e os interesses do Estado e a restrição dos direitos de setores da sociedade.

Em pleno funcionamento das instituições democráticas e do Estado de Direito, a metáfora da guerra parece atuar como o ideológico de uma nova manifestação da "democracia regulada" dos pobres. Também possíveis direitos para bandidos só apareceram num editorial de O GLOBO, quando o jornal pede dureza com os chefões do tráfico presos, no limite da "civildade". Nesse sentido, os direitos humanos dos pobres e favelados sempre aparecem para reafirmar a identidade brutal dos traficantes ou a fragilidade e passividade do Estado e da política de Segurança Pública. Enfim, para reafirmar a demanda por medidas repressivas enérgicas na ação policial. Portanto, o pressuposto da guerra torna as identidades do Estado e dos traficantes construídas em obediência à mesma lógica da oposição binária, definidos pela força e fraqueza de um em relação ao outro.

Ao contrário do editorial, nos relatos informativos, as operações enunciativas nem sempre apontam para soluções "civilizadas". Vimos isso, no caso em que uma pesquisa contrariava a tese da "omissão do Estado" na favela, com um balanço de um significativo investimento social nas favelas do Rio. Numa operação enunciativa de implicatura, à conclusão de que investimentos sociais não contêm a violência, anunciava-se uma "caçada" a bandidos numa favela, em tom elogioso e vibrante. Operação semelhante ocorreu por ocasião de um anúncio de estatísticas envolvendo a queima de ônibus. Por implicatura, a conclusão do texto de primeira página avaliava em tom expressivo positivo a solução para a violência oferecida como uma "tese" do empresário Abílio Diniz, de execução sumária de bandidos.

Nisso, o jornal assume e entende compartilhar com seus leitores o lugar-comum de que a política de direitos humanos é uma forma de proteção aos bandidos. Na verdade, uma marca profunda do autoritarismo e da naturalização das desigualdades sociais, presentes na cultura brasileira. O uso reiterado do implícito é, em si mesmo, um apelo à cumplicidade do leitor. Nas operações discursivas de O GLOBO, JORNAL DO BRASIL, EXTRA e O DIA, eles constroem diferentemente o lugar de intérpretes da realidade. O DIA pressupõe uma relação de convivência em alto grau com o leitor, a

ponto de reiteradamente confiar lacunas para inferências. Os textos rápidos e as fotos expressam a convicção de que as lacunas vão ser preenchidas automaticamente. No final do texto, a interpretação é explicitada. Trata-se de uma estratégia publicitária, em que a interpretação é sugerida, mas mantém a tensão e dúvida do leitor até resolvê-las, pela confirmação no final do texto.

No EXTRA o tom é didático e a interpretação é imposta desde o início. A sedução fica por conta da exploração dos detalhes no argumento e pelas imagens. A interação como o leitor transparece como tentativa de agir sobre ele, razão pela qual o jornal aparece como intérprete único dos fatos. Já O GLOBO oscila nas suas formas de interação e sedução do leitor. Por meio de operações enunciativas como o da inserção de editoriais breves no texto informativo, o jornal faz reivindicações em nome da "sensatez" se oferece como intérprete das angústias do cidadão. Para isso, recorre à aura de jornal "sério", isto é, vende a si mesmo como fonte de esclarecimento do leitor, um *opinion maker*, uma instituição capaz de reconhecer e representar a opinião pública.

Para fundamentar este lugar pretendido pelo jornal, com frequência O GLOBO publica reportagens interpretativas a partir de estatísticas divulgadas pelo mercado e pela sociedade civil (além das tradicionais, divulgadas por fontes estatais). Por vezes, na página seguinte à da divulgação da pesquisa, o jornal faz ainda reportagens que têm por fontes as suas próprias reportagens anteriores, uma espécie de balanço do tema (que mantém relação anafórica com a interpretação contida na divulgação das estatísticas).

Em outras ocasiões, o jornal se oferece como mediador neutro das informações. Novamente, há o recurso a implicaturas, em que o contexto de enunciação revela o caráter avaliativo das operações enunciativas. Este foi o caso da reportagem sobre "refugiados do tráfico". A simulação de imparcialidade pareceu compensar o recurso à forma de relato teatralizado da notícia e a dramatização no título e fotos. Assim, o jornal procura compensar o grau de espetacularização e ficcionalização das matérias com diagramações e outros recursos textuais que simulam imparcialidade, uma forma de garantir junto ao leitor a imagem vendida de "sensatez" e intérprete da opinião pública.

Em todos os jornais, indistintamente, cada acontecimento diário é enquadrado no plano geral do paradigma da guerra. Nesse processo metonímico (sinédoque) de passagem do particular para o geral, a espetacularização concorre para a repetição e regularidade da aparição dos pressupostos naturalizados, o que obstrui o diálogo com

outras possibilidades interpretativas (que, quando emergem, são imediatamente subsumidas ao ângulo mais espetacular e vendável, o do pressuposto da guerra).

Na sua análise sobre as consequências humanas da globalização, Zygmunt Bauman (1999:134) mostra como um dos efeitos da globalização foi o processo de identificação do crime com os "desclassificados", e a classificação dos "guetos urbanos" e "zonas proibidas" (um sinônimo para as "áreas de risco", de O GLOBO) como áreas produtoras de crimes e criminosos. Enfim, um dos resultados do processo de globalização seria um processo crescente de identificação do crime a um local, o estabelecimento de uma geografia do crime.

A naturalização das desigualdades sociais na cultura brasileira, associada à contínua, sistemática e regular repetição do pressuposto da guerra e da oposição entre asfalto e favela não apenas oculta mediações, restringe direitos dos favelados e silencia modelos mais democráticos para a explicação da violência. Essa combinação parece conectar-se a um movimento discursivo mais amplo, identificado por Bauman como o processo de "criminalização dos pobres".

ALVAREZ, Jorge (1999). "O Jogo do Poder", in: ALVAREZ, Jorge (org.), *Cartas de Jorge*. Rio de Janeiro: Contracoisa, 1999, 197p.

ALVAREZ, Jorge (2000). "O Jogo do Poder", in: ALVAREZ, Jorge (org.), *Cartas de Jorge*. Rio de Janeiro: Contracoisa, 2000, 197p.

ANDERSON, Benedict (1992). *Imagens e representações: reflexões sobre a história da cultura*. Rio de Janeiro: Contracoisa, 1992, 197p.

ANDERSON, Benedict (1992). *Imagens e representações: reflexões sobre a história da cultura*. Rio de Janeiro: Contracoisa, 1992, 197p.

X. Bibliografia

APRIGLIANO, Carlos (1999). "A geografia dos territórios: notas para uma geografia política", in: *Revista de Geografia da Universidade de São Paulo*, vol. 44, n. 1, p. 1-10.

ARAUJO, Carlos (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

ARAUJO, Carlos (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

ARAUJO, Carlos (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

ARAUJO, Carlos (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

AUSTIN, L. (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

BAKHTIN, Mikhail (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

BARBERO, José (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

BARROSA, J. M. (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

BARROSA, J. M. (1999). *A geografia dos territórios: notas para uma geografia política*. São Paulo: Contracoisa, 1999, 197p.

ALVITO, Marcos (1996). "A Honra de Acari". In: ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto (orgs.) (1996). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, editora UFRJ, editora FGV.

_____. (2001). *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, editora FGV.

ANDERSON, Benedict (1983) *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London-New York, Verso.

ANDERSON, Perry (1986). "As Antinomias de Gramsci. In: ANDERSON, Perry et al. *Crítica marxista: A estratégia revolucionária na atualidade*. São Paulo, Ed. Jorúes.

_____. (1999). *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., tradução de Marcus Penchel.

APPUDARAI, A (1997) *Soberania sem territorialidade notas para uma geografia pós-nacional*. tradução de Heloísa Buarque de Almeida para a Revista *Novos Estudos CEBRAP*, n. 49, nov./97.

ARAÚJO, Inesita (2000). *A reconversão do olhar. Prática discursiva e produção dos sentidos na intervenção social*. São Leopoldo, Unisinos.

ARAÚJO, Inesita; BRANDÃO, Ana Paula e CARDOSO, Janine Miranda (2002). "Redes Discursivas em Movimento: Avaliação de Estratégias de Comunicação na Saúde. In: PINTO, M.J.(coord.) (2002). *GT políticas e estratégias de comunicação*. Rio de Janeiro, 11º Compós ECO UFRJ 2002, pp. 63-82.

ARON, Raymond (1987). *As etapas do pensamento sociológico*, São Paulo, Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília.

AUSTIN, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre, Artes Médicas. Tradução e apresentação de Danilo Marcondes de Souza Filho.

BAKHTIN, Mikhail (1986). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1992). *Estética da comunicação verbal*. São Paulo, Martins Fontes.

BARBERO, Jesús Martin (1997). *Dos meios à mediações — comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

BARROS, J.M. de Aguiar (1979). "A Utilização Político-Ideológica da Delinquência". In: SILVEIRA, Ênio et al. (1999). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n.º 20, pp. 11-19.

BARROS, Edgar Luís de (1984). "Populismo". In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira

Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

BAUMAN, Zygmunt (1998). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas, SP: Pontes.

BERNADET, Jean-Claude (1980). *O que é cinema*. São Paulo, Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

BOURDIEU, Pierre (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero.

BRÉHIER, Emile (1977). *História da filosofia*, São Paulo, Ed Mestre Jou, tomo segundo.

BOBBIO, Norberto (1982) *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

BONAVIDES, Paulo. (1974) *Ciência política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

BOUDON, R. e **BORRICAUD**, F. (1993) *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, Ática.

BURGOS, Marcelo Baumann (1999). "Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro", pp. 25-60 In.: **ALVITO**, Marcos e **ZALUAR**, Alba (orgs.) (1999). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, editora UFRJ, editora FGV.

CARVALHO, José Murilo de. "Coronelismo" (1984). In: **BELOCH**, Israel e **ABREU**, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

_____. (1999). *Pontos e bordados — escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de (1994) *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro, Sette Letras.

_____. (1995). "Cidade Escassa e Violência Urbana". in.: IUPERJ. *Violência e participação política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos nº. 91, agosto de 1995.

_____. (2000). "Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política". In.: **PEREIRA**, Carlos Alberto Messeder; **RONDELLI**, Elisabeth; **SCHOLLHAMMER**, Karl Erik e **HERSHMANN**, Micael (orgs.). (2000). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro, Rocco.

CARNOY, Michael. (1984) *Estado e teoria política*. São Paulo, Editora Papirus.

CASTRO, Paulo César (1996). *A dimensão não-verbal da enunciação jornalística — A reforma gráfica do jornal O Globo*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, dissertação de mestrado, inédito.

CASTELLS, Manuel. (1996). *O poder da identidade*. São Paulo, Paz e Terra.

CERVONI, Jean (1989). *A Enunciação*. São Paulo, Editora Ática.

CHAUÍ, Marilena (1984). *Seminários*. São Paulo, Brasiliense. (Col. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira).

COELHO, Edmundo Campos (1988). "A Criminalidade Urbana Violenta". *Dados*, vol. 31, nº. 2.

COHEN, G. (1978). *Karl Marx's theory of history, a defence*, New Jersey, Princeton University Press.

CORREIA, Fernando (1997). *Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão*. Lisboa, Editorial Caminho.

COUTINHO, Carlos Nelson. (1998) "Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci", p.p. 15-37. In.: **AGGIO**, Alberto (1998) *Gramsci — a vitalidade de um pensamento*. São Paulo, Editora Unesp.

_____. (1989) *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1988) "As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira". In.: **COUTINHO**, Carlos Nelson e **NOGUEIRA**, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp.103-127.

_____. (1979) "A Democracia como Valor Universal". In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., n.º 9, março.

DAGNINO, E. (org) (1994). *Anos 90, política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

DaMATTA, Roberto (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Rocco.

_____. (2002). "Você Sabe Com Quem Está Falando?", texto recebido por e-mail em 19/7/2002.

DeFLEUR, Melvin e **BALL-ROKEACH**, Sandra.(1989) *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

DESAI, Meghnad. "Economia Política". In: **BOTTOMORE**, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 118-120.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo, Educ; Cortez Editora.

DUARTE, M. S.(1995) "O Método Analítico de Karl Marx no Dezoito de Brumário". Paradoxa, Rio de Janeiro, Universo.

DUVERGER, Maurice (1982) **PERCUTKA**, Ferdinand. *Manifesto democrático*, Rio de Janeiro, Itatiaia Ltda., 1960;

EAGLETON, Terry (1997). *Ideologia*. São Paulo, Boitempo Editorial/Unesp.

ELHAJJI, Mohammed (2002). "Por um Jornalismo Auto-Reflexivo". In: **PAIVA**, Raquel (2002). *Ética, cidadania e imprensa*. Editora Mauad, pp. 117-131.

ELSTER, John (1989). *Marx hoje*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FAIRCLOUGH, Norman.(1989). *Language and power*. London and New York, Longman.

_____. (1995). *Critical discourse*. London And New York, Longman.

_____. (1995a). *Media discourse*. London, Arnold.

_____. (1997). "Discurso, Mudança e Hegemonia". In.: **PEDRO**, Emilia Ribeiro (org.) (1997) *Análise crítica do discurso, uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 77-103.

_____. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

FAUSTO NETO, Antônio (1995). *O impeachment da televisão: como se cassa um presidente*. Rio de Janeiro, Diadorim Editora Ltda.

_____. (1999). *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a Aids*. São Paulo, Hacker Editores.

_____. (2002). "Quando a Ética Toma Forma". In: **PAIVA**, Raquel (2002). *Ética, cidadania e imprensa*. Editora Mauad, pp. 165-186.

FREITAG, Barbara e **ROUANET**, Sérgio Paulo. (1990) *Habermas*. São Paulo, Editora Ática.

FOUCAULT, M. (2002). *Coleção Ditos & Escritos; organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária LTDA., 5 volumes.

_____. (1985). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 5ª edição.

_____. (1970) *A ordem do discurso*. São Paulo, Editora Loyola.

GENRO FILHO, A. (1989) *O segredo da pirâmide – Para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Editora Ortiz.

GIDDENS, A. Globalização (1996). In: **OUTHWAITE**, W. et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (2000). *Mundo em descontrole – o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro, Record.

GOLDMAN, Lucien (1986). *O que é sociologia?* São Paulo, Ed. Difel.

GRAMSCI, Antonio (2002). *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 volumes.

GRUPPI, Luciano (1978) *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

GUIMARÃES, Eduardo (org.) (1989). *História e sentido na linguagem*. Campinas, Editora Pontes. (Linguagem crítica).

HACKETT, Robert A. (1993). "Declínio de Um Paradigma? A Parcialidade e a Objetividade nos Estudos dos *Media* Noticiosos". In: **TRAQUINA**, Nelson. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Editora Veja, pp.101-130.

HALL, Stuart (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP& A Editora.

_____. (2000). "Quem precisa da identidade?". In: **SILVA**, Tomaz Tadeu da (org.) (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.

ILARI, Rodolfo e **GERALDI**, João Wanderley. (1999). *Semântica*. São Paulo, Ática (Série Princípios).

ILARI, Rodolfo. (2001). *Introdução á semântica – brincando com a gramática*. São Paulo, Editora Contexto.

JAGUARIBE, Hélio. "Estado Cartorial". In: **BELOCH**, Israel e **ABREU**, Alzira Alves de (org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984, 4 volumes, p. 1186.

JAMESON, Frederic (1996). *Pós-modernismo, a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, Ática. Tradução de Maria Elisa Cevalco.

JAPIASSU, H. (1975) *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Editora Imago.

_____ (1976) *Para ler Bachelard.*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

KANT DE LIMA, Roberto (1999). "Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma Abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço Público". In.: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.º 13, novembro, pp. 23-38.

_____ (1996). "A Administração dos Conflitos no Brasil: a Lógica da Punição". In.: **ALVITO**, Marcos e **VELHO**, Gilberto (orgs.) (1996). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, editora UFRJ e editora FGV, pp. 165-177).

KONDER, Leandro (1992). *O futuro da filosofia da práxis — o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio (1980). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KUNCZIK, Michael (2001). *Conceitos de jornalismo*. São Paulo, Edusp.

LARRAIN, J. (1988) "Ideologia". In: **BOTTOMORE**, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 183-187.

LANDOWSKI, Eric (1992). *A Sociedade Refletida: ensaios de sociossemiótica*. São Paulo: Pontes.

LOWY, Michael (1985). *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo, Cortez Ed., 4ª edição. *Dicionário de Ciências Sociais* (1986). Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

MACHADO, Arlindo. (1984). *A ilusão especular — introdução à fotografia*. São Paulo, Editora Brasiliense.

MARCONDES, Danilo (1992). *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez Editora.

MARCONDES FILHO, Ciro (2000) *A saga dos cães perdidos*. São Paulo, Hacker editores.

MAINGUENEAU, D. (1997) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes.

MARX, Karl (1978), *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo, Nova Cultural.

MATTOS-PARREIRA, Merja de (1997). "Uma Análise Crítica do Discurso de um Conto Policial Pós-Modernista à Luz da Linguística Sistemico-Funcional". In: **PEDRO, Emília Ribeiro** (org.) (1997) *Análise crítica do discurso, uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 353-376.

MCLELLAN, Karl Marx — *vida e pensamento*. Petrópolis, Vozes, 1990, p. 264.

Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, São Paulo, Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 135.

MEDITSCH, Eduardo. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis, editora da UFSC.

MEYER, Philip (1989). *Ética no jornalismo, um guia para estudantes profissionais e leitores*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

MILIBAND, Ralph. (1988). "Estado". In: **BOTTOMORE, Tom** (org.). *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 133-136.

MILIBAND, Ralph e POULANTZAS, Nicos (1975). *Debate sobre o Estado capitalista*. Porto, Edições Afrontamento (Crítica e sociedade 2).

MISSE, Michel (1995). "Cinco Teses Equivocadas sobre a Criminalidade Urbana no Brasil — Uma Abordagem Crítica, Acompanhada de Sugestões para uma Agenda de Pesquisas". in: **IUPERJ. Violência e participação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IUPERJ, Série Estudos nº. 91, agosto de 1995.

_____ (1995a) *Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas*. Mimeo.

MORAES, Dênis de (1994). *O imaginário vigiado — a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio.

MORAES FILHO, Evaristo de (org.) (1978). *Comte*. São Paulo, Editora Ática (Coleção Os Pensadores).

OUTHWAITE, W. (1996) et al. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

PANDOLFI, D. P. (1999). "Percepção dos Direitos e Participação Social". In: **PANDOLFI, D. P. et al.** (1999) *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

PEDRO, Emília Ribeiro (1997). "Análise Crítica do Discurso: Aspectos Teóricos, Metodológicos e Analíticos". In.: **PEDRO**, Emília Ribeiro (org.) (1997) *Análise crítica do discurso, uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 19-46.

_____. (1997a). "O Discurso dos e nos Media". In.: **PEDRO**, Emília Ribeiro (org.) (1997) *Análise crítica do discurso, uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 293-312.

PINTO, Milton José (1994a). *As Marcas Lingüísticas da Enunciação*. Rio de Janeiro: Numen.

_____. (1994b). "Semiologia e Imagem". Comunicação apresentada na Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas do CFCH/UFRJ.

_____. (1999). *Comunicação e discurso. Introdução à análise do discurso*. São Paulo, Hacker Editores.

PORTELLI, Hugues (1977). *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz E Terra.

REBELO, José (2000). *O discurso do jornal*. Lisboa, Editorial Notícias.

REIS, Elisa (1999). "Cidadania: História, Teoria e Utopia". In.: **PANDOLFI**, D. P. et al. (1999) *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. *Ciência política, teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (1995). "Bakhtin e o Conceito de Polifonia". In: *História do nosso tempo*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, dissertação de mestrado, mimeo.

_____. (2000). *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, tese de doutoramento, mimeo.

RIBEIRO, João (1986). *O que é positivismo*, São Paulo, Brasiliense.

ROCHA, Everardo (org.) (1998) *Cultura e imaginário*. Rio de Janeiro, Mauad.

SADER, Emir; **GENTILI**, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo, Paz e Terra.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1986). *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice. (Grande Brasil, Veredas; 1).

_____. (1987). *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 2.^a edição.

SANTOS, Theotonio dos (1987). *Conceito de classes sociais*. Petrópolis, Vozes.

- SANTOS**, João de Almeida (1988). *O princípio da hegemonia em Gramsci*. Lisboa, Vega.
- SANTOS**, Milton. (2000) *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 3 ed. São Paulo, Record.
- SANDRONI**, Paulo (org.), (1989). *Dicionário de economia*. São Paulo, Editora Best Seller, 5ª. Edição.
- SASSOON**, Anne Showstack (1988). "Hegemonia". In: **BOTTOMORE**, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, pp. 177-178.
- SHAFF**, Adam (1986). *História e verdade*. São Paulo, Martins Fontes.
- SILVA**, Tomaz Tadeu da. "A Produção Social da Identidade e da Diferença". In: **SILVA**, Tomaz Tadeu da (org.) (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- SIMIONATTO**, Ivete (1999). *Gramsci, sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social*. São Paulo, Cortez, e Florianópolis, Editora da UFSC.
- SOARES**, Luiz Eduardo et. al. (1996). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ISER.
- SOARES**, Luiz Eduardo, **GAROTINHO**, Anthony et al. (1998). *Violência e criminalidade no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública*. Rio de Janeiro, Hama.
- SODRÉ**, Muniz (1976). *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. Petrópolis, Vozes, 5ª edição.
- _____. (1980). "Prefácio". In: **SERRA**, Antonio (1980). *O desvio nosso de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- _____. (1984). *O monopólio da fala (função e linguagem da televisão no Brasil)*. Petrópolis; Editora Vozes, 4ª edição.
- _____. (1992). *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo, Cortez. (Biblioteca da educação, Série 5, Estudos de linguagem; v. 6).
- _____. (1996). *Reinventando a cultura – a comunicação e seus produtos*. Petrópolis; Editora Vozes.
- _____. (2002). "Existe Consciência Ética na Imprensa?". In: **PAIVA**, Raquel (2002). *Ética, cidadania e imprensa*. Editora Mauad, pp. 187-196.

SODRÉ, Muniz e **MORAES**, Dênis (1993). "Sobre a Mídia". In: ECO/Publicação da Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imago, V.1, n. 4.

STAM, Robert (1992). *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo, Ática.

THOMPSON, E. P. (1981). *A formação da classe operária na Inglaterra, a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol I.

_____. (1987). *Senhores e Caçadores - A origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

THOMPSON, John. (1998) *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis, Editora Vozes.

TRAQUINA, Nelson. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Editora Vega.

TUCHMAN, Gaye (1993) "A Objetividade como Ritual Estratégico: Uma Análise da Noções de Objetividade dos Jornalistas". In: **TRAQUINA**, Nelson. (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Editora Veja, pp. 74-90.

VÁSQUES, Adolfo Sánchez (1977). *A filosofia da praxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

VAN DIJK, Teun A. (1992) *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Editora Contexto.

_____. (1997). "Semântica do Discurso e Ideologia". In: **PEDRO**, Emília Ribeiro (org.) (1997) *Análise crítica do discurso, uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa, Editorial Caminho, pp. 105-168.

VELHO, Gilberto. (2002) *Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VERDENAL, René (1974) "A Filosofia Positiva de Augusto Comte". In: **CHÂTELET** (org.), (1974). *A filosofia e a história*. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 5 (coleção *História e filosofia*).

VERÓN, Eliseo (1980). *A produção de sentido*. São Paulo, Cultrix.

_____. (1984). "Quand Lire, c'est Faire: L'Énonciation dans le Discours de la Presse Écrite". In *Sémiotique II*. Paris: Institut de Recherches et d'Etudes Publicitaires.

VIANNA, Luiz Werneck (1978). "A Propósito de uma Apresentação". In: **GRUPPI**, L. (1978). *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1995) *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora.

WEBER, Max (1982). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

WOLF, Mauro (1999). *Teorias da comunicação*. Lisboa, Editorial Presença, 5.^a edição.

WOODWARD, Kathryn (2000). "Identidade e Diferença: uma Introdução Teórica e Conceitual". In: **SILVA**, Tomaz Tadeu da (org.) (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.

ZALUAR, Alba. (1985). *A máquina e a revolta - organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1994). *Cidadãos não vão ao Paraíso — juventude e política social*. São Paulo, Editora Escuta; Campinas, Editora da Unicamp.

_____ (1994a). *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan: Editora UFRJ.

_____ (1996). "A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local". In: **ALVITO**, Marcos e **VELHO**, Gilberto (orgs.) (1996). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, editora UFRJ, editora FGV.

ZALUAR, Alba e **ALVITO**, Marcos. (1999). "Introdução", pp. 8-24 In: **ZALUAR**, Alba e **ALVITO**, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

XI. Anexos

O Dia Jovem, gata e perigosa

1.ª edição, quarta-feira, 15 de março de 2006 R\$ 0,75

com

Governo

BELA e BANDIDA
CASTLE PRIMEIRA DA FORTOLUNA
ESTADANTE DE CONGREGAÇÃO
PRIMEIRA EM TACADA
COM LADRONES DE CARNE



10 minutos de

Quilombo e Pinda

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

dois dias de

HOJE É DIA DE
3.038
OBRAS
CLÁSSICAS

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE

HOJE É DIA DE



Eu não era
antiga, filha!

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito

Desprezito



Jovem de classe média,
estudante de direito e

ASSALTANTE

ASSALTANTE

ASSALTANTE

EXTRA
R\$ 0,75
Informação
Consórcio de imóvel da CEF começa em julho

Mãe planeja assalto à

Mãe planeja assalto à

Mãe planeja assalto à

Mãe planeja assalto à

Mãe planeja assalto à

Mãe planeja assalto à

gata prédio do
granada e
atentado

gata prédio do
granada e
atentado

gata prédio do
granada e
atentado

Suécia proíbe apostas na Fórmula 1

Suécia proíbe apostas na Fórmula 1

Suécia proíbe apostas na Fórmula 1

BRIGADA VINCE EM BAMBURGH

BRIGADA VINCE EM BAMBURGH

BRIGADA VINCE EM BAMBURGH

HOJE

HOJE

HOJE



Universitária é presa acusada de furtar carro

Veículo foi apreendido na Avenida Paulista. A estudante é filha de um dos antigos líderes da Revolução de 1964



Uma estudante de 21 anos, filha de um dos antigos líderes da Revolução de 1964, foi presa na noite de ontem (10) acusada de furtar um carro de uma loja de departamentos na Avenida Paulista. O veículo foi apreendido na Avenida Paulista, e a estudante foi levada para a delegacia de polícia.

A estudante, que não foi identificada, é filha de um dos antigos líderes da Revolução de 1964. Ela foi presa na noite de ontem (10) acusada de furtar um carro de uma loja de departamentos na Avenida Paulista. O veículo foi apreendido na Avenida Paulista, e a estudante foi levada para a delegacia de polícia.

TCE aprova contas de Garibaldi com ressalvas



O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou as contas do prefeito de Garibaldi, com ressalvas. O prefeito, que não foi identificado, é filho de um dos antigos líderes da Revolução de 1964. Ele foi preso na noite de ontem (10) acusada de furtar um carro de uma loja de departamentos na Avenida Paulista. O veículo foi apreendido na Avenida Paulista, e a estudante foi levada para a delegacia de polícia.

O GLOBO

Favela tem consumo de classe média

Estudo do IUPERJ aponta que moradores de favelas têm padrões de consumo semelhantes aos da classe média. O estudo foi realizado pelo Instituto de Urbanização e Planejamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IUPERJ).



Cinco que denunciaram corrupção do governo FI

Dois dos cinco nomes que denunciaram a corrupção do governo FI foram mortos. Os outros três estão presos. O caso envolveu a contratação de obras públicas e a distribuição de dinheiro.

Favela tem consumo de classe média

• Nas favelas cariocas há mais pessoas com padrão de consumo de classe média do que na média das regiões metropolitanas de todo o país. Segundo pesquisa do Instituto Superior de Estudos da Religião (Isere), apenas 0,9% dos moradores de favela do Rio estão em situação de miséria (fora das classes de consumo), enquanto no Grande Rio esse número é de 2% dos habitantes e no restante do país, 4%. Página 10



Bandidos atacam o governo

Comentários metralham sede da Secretaria de Direitos Humanos e aliada joga granada

Alcides Amador e Carlos Magalhães

Vinte e sete tiros de fuzil ecoaram no ar durante a madrugada de ontem (10) em uma rua movimentada do Centro da cidade carioca. O ataque ocorreu na sede da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, localizada no bairro de São Paulo. Os bandidos, que estavam armados com fuzis de assalto e granadas, atacaram o prédio por volta das 23h30. Os tiros foram ouvidos por moradores do bairro e por alguns comerciantes da região. O ataque ocorreu em um momento em que a cidade estava em estado de emergência devido à violência urbana.



Quadrilha pede ser e São Paulo

Quadrilha liderada por Carlos Magalhães, responsável por vários crimes, pediu para ser considerada uma organização criminosa. O pedido foi feito em um documento encaminhado para o Ministério Público. A quadrilha, que atua no Estado do Rio de Janeiro, é acusada de diversos crimes, incluindo roubo, tráfico de drogas e homicídios. O documento também menciona a necessidade de uma investigação mais aprofundada para identificar todos os envolvidos no grupo.

Saiba como foi o atentado



Sete ataques em São Paulo

Sete ataques foram realizados em São Paulo durante a madrugada de ontem (10). Os ataques ocorreram em diferentes locais da cidade, incluindo a sede da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, localizada no bairro de São Paulo. Os bandidos, que estavam armados com fuzis de assalto e granadas, atacaram os locais por volta das 23h30. Os tiros foram ouvidos por moradores do bairro e por alguns comerciantes da região. O ataque ocorreu em um momento em que a cidade estava em estado de emergência devido à violência urbana.

JORNAL DO BRASIL

Lula pode vencer no primeiro turno

Pesquisa do Lasnia Vox Populi/IB mostra petista em disputa técnica com a soma dos adversários



Em Rio de Janeiro, Lula e Collor se abraçam. O petista, porém, não se dá por vencido e mantém a campanha eleitoral. (Foto de J. B. de Almeida)

O candidato PT e petista Luiz Inácio Lula da Silva, ex-diretor de fábrica, não desistiu de concorrer à presidência da República no primeiro turno e Fernando Collor, governador do Rio de Janeiro, também não se dá por vencido. Segundo pesquisa do Lasnia Vox Populi/IB, o petista Lula pode vencer no primeiro turno, mesmo que Collor seja eleito no segundo turno. A pesquisa, realizada em 11 de outubro, mostrou que 51% dos eleitores preferem Lula no primeiro turno, enquanto 49% preferem Collor. No segundo turno, 51% preferem Collor e 49% preferem Lula. A pesquisa foi realizada com 1.000 eleitores, com uma margem de erro de 3 pontos percentuais.

Negócios perturbam a Seleção

Os jogadores da Seleção Brasileira de futebol, que estão em treinamento no Rio de Janeiro, estão sendo perturbados por problemas financeiros. Alguns jogadores estão sendo pagos por clubes estrangeiros, o que pode afetar a concentração da equipe para a Copa do Mundo de 1990.

Cartier critica regime cubano diante de Fidel

O jornalista francês Jean-Claude Cartier, que esteve em Cuba, criticou o regime de Fidel Castro. Cartier afirmou que o regime cubano é autoritário e que os direitos humanos são violados. Ele também afirmou que a economia cubana está em colapso.

Para a imprensa...



Cartier afirma que o regime cubano é autoritário e que os direitos humanos são violados. Ele também afirmou que a economia cubana está em colapso.

Para a imprensa...

Tráfico ataca o Estado

Forças policiais lutam contra o tráfico de drogas e o tráfico de pessoas.

O tráfico de drogas e o tráfico de pessoas são grandes problemas para o Brasil. As forças policiais estão lutando contra esses crimes, mas os traficantes continuam a operar. O tráfico de drogas é especialmente preocupante, pois gera violência e corrupção.



Um grupo de pessoas se reúne no Largo da Cariacica, no Rio de Janeiro, para uma manifestação. (Foto de J. B. de Almeida)

Governo diz que bloqueará verbas sociais

O governo federal anunciou que bloqueará o pagamento de verbas sociais para alguns estados. Isso inclui o pagamento de salários de servidores públicos e de pensões. O governo alega que isso é necessário para controlar os gastos públicos.

Jesus Cristo é absolvido de crime eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu absolver Jesus Cristo de um crime eleitoral. O crime envolvia a alegação de que Cristo teria interferido no processo eleitoral. O TSE considerou que não havia provas suficientes para condená-lo.

Óleo vaza de navio e polui mar em Angola

Um navio petroleiro vazou óleo no mar em Angola, causando poluição ambiental. O vazamento ocorreu durante uma operação de manutenção. O óleo se espalhou por uma grande área do mar, afetando a vida marinha e a pesca local.



A FAVELA PEDE PAZ



Polícia ocupa o Morro dos Macaens, mas favelas não ficam tranquilas: a escola e voltam a tomar fogo de casa

Bom dia, no Morro dos Macaens, a polícia ocupa a favela. Os policiais, em uniformes e com armas, estão em todas as ruas. Os moradores, que já estavam acostumados com a presença dos policiais, agora estão mais preocupados. A polícia está ocupando a favela para combater o tráfico de drogas. Mas os moradores não ficam tranquilos. A escola e a igreja continuam sendo alvos de ataques. Os moradores dizem que a polícia não consegue controlar a situação. Eles dizem que os traficantes continuam a operar livremente. A situação é tensa e os moradores estão preocupados com o futuro da favela.

Operação à la Hollywood

Os moradores do Morro dos Macaens estão acostumados com a presença dos policiais. Mas agora, com a operação à la Hollywood, a situação mudou. Os policiais estão mais numerosos e mais armados. Eles estão fazendo buscas e apreensões. Os moradores estão mais preocupados com a segurança. Eles dizem que a polícia não consegue controlar a situação. Eles dizem que os traficantes continuam a operar livremente. A situação é tensa e os moradores estão preocupados com o futuro da favela.



Braz garante ocupação

Os moradores do Morro dos Macaens estão acostumados com a presença dos policiais. Mas agora, com a operação à la Hollywood, a situação mudou. Os policiais estão mais numerosos e mais armados. Eles estão fazendo buscas e apreensões. Os moradores estão mais preocupados com a segurança. Eles dizem que a polícia não consegue controlar a situação. Eles dizem que os traficantes continuam a operar livremente. A situação é tensa e os moradores estão preocupados com o futuro da favela.

Escolas e Ciepjs permanecem fechados

Os moradores do Morro dos Macaens estão acostumados com a presença dos policiais. Mas agora, com a operação à la Hollywood, a situação mudou. Os policiais estão mais numerosos e mais armados. Eles estão fazendo buscas e apreensões. Os moradores estão mais preocupados com a segurança. Eles dizem que a polícia não consegue controlar a situação. Eles dizem que os traficantes continuam a operar livremente. A situação é tensa e os moradores estão preocupados com o futuro da favela.

Fallet e Coroa também estão em guerra

Os moradores do Morro dos Macaens estão acostumados com a presença dos policiais. Mas agora, com a operação à la Hollywood, a situação mudou. Os policiais estão mais numerosos e mais armados. Eles estão fazendo buscas e apreensões. Os moradores estão mais preocupados com a segurança. Eles dizem que a polícia não consegue controlar a situação. Eles dizem que os traficantes continuam a operar livremente. A situação é tensa e os moradores estão preocupados com o futuro da favela.



Favela partida

Tráfico perde apoio, começa a ser desmantelado e usa o terror para manter o poder



Um exército de 7 mil jovens recrutados

Armas, drogas e corrupção de poder



EXTRA
R\$ 0,60
2594.4327

INFORMAÇÃO

Revoeltas incendeiam o Rio



O TEMIVEL MAIOR DILO



Protestos explodem em mais dois bairros



Quebra-quebra no Centro



**Trocar pneu ficou
menos complicado**
A troca de pneu em um veículo não é mais um procedimento complicado, como era antigamente. Hoje, com a ajuda de uma máquina, o processo é muito mais rápido e seguro.

CAIXA
A Caixa Econômica Federal anunciou que vai oferecer um novo tipo de poupança para seus clientes. A nova poupança tem uma taxa de juros mais alta e um prazo de resgate mais curto.

Deu-lhe o Brasil de novo
O Brasil de hoje é muito diferente do Brasil de ontem. Com a ajuda da tecnologia e da inovação, o país está se tornando cada vez mais desenvolvido e moderno.

HOJE
Hoje é um dia muito especial. É o dia em que vamos comemorar o aniversário de 50 anos da nossa cidade. Vamos fazer muitas festas e celebrações para marcar esta data importante.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

Re da Bahia
A Bahia é um estado muito rico em cultura e história. Tem muitas belas praias, montanhas e cidades históricas. É um estado muito interessante para visitar e conhecer.

O DIA
R\$ 0,80

Prefeitura multa e obriga ônibus a baixar passagem



Insegurança além da imaginação



Idosa atropelada na porta de casa



O GLOBO

Brasil faz 5, vira favorito, mas defesa apavora

Brasil faz 5, vira favorito, mas defesa apavora. O time brasileiro, após a vitória sobre a Alemanha, tornou-se o favorito para a conquista do título mundial. No entanto, a defesa do time parece estar com medo de sofrer gols, o que pode comprometer a campanha.



Pacote freia a especulação

Segue-se a US\$ 10 bilhão de dólares, o pacote freia a especulação. O governo brasileiro anunciou um pacote de medidas para controlar o mercado de câmbio e frear a especulação, o que pode impactar a economia.



Tráfego desafia polícia e fecha Cieps

Desafio à polícia e fechamento do Cieps. O tráfego intenso nas ruas de São Paulo, especialmente no centro, está desafiando a polícia e levando ao fechamento de algumas ruas, como a do Cieps.



Fúria no ASFALTO

A violência cresce a flor. Quatro das principais ruas de acesso
A violência cresce a flor. Quatro das principais ruas de acesso ao estádio foram fechadas, o que gerou muita fúria entre os torcedores. A situação é considerada crítica, com muitos torcedores reclamando da falta de planejamento.



RIO

Violência pega carona nos ônibus

Só neste ano, 56 veículos incendiados em conflitos, a maioria com participação do tráfico

A violência no trânsito de ônibus em Rio de Janeiro é uma realidade que se tornou cada vez mais comum. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2013, foram registrados 56 casos de veículos incendiados em conflitos, a maioria com participação do tráfico.



Violência pega carona nos ônibus

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2013, foram registrados 56 casos de veículos incendiados em conflitos, a maioria com participação do tráfico. A violência no trânsito de ônibus em Rio de Janeiro é uma realidade que se tornou cada vez mais comum.

O GLOBO



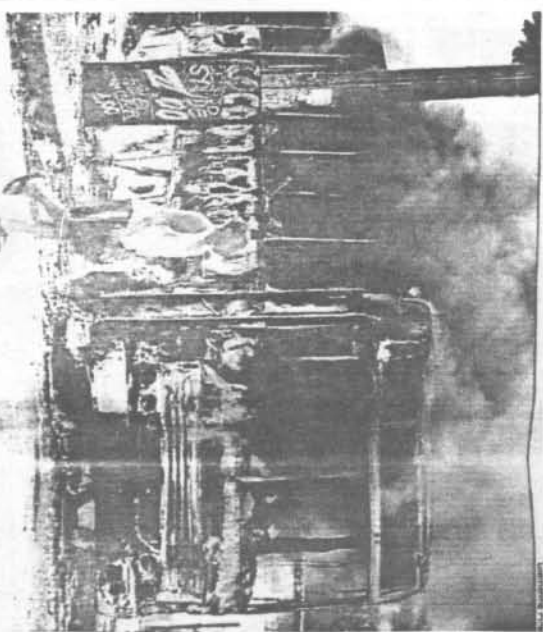
Acordo pode reduzir ainda mais o preço da gasolina

Com o acordo entre a Petrobras e a refinadora de petróleo da Arábia Saudita, o preço da gasolina pode ser reduzido ainda mais.



Tráfico incendia ônibus

Um ônibus foi incendiado por traficantes em uma rua movimentada. O veículo está completamente envolto em chamas e fumaça.



Tráfico incendia ônibus



O GLOBO

31 DE SETEMBRO DE 2002

FUA em alerta protege Washington com mísseis

Estados Unidos alerta para local secreto por medidas de segurança

Washington, 30 de setembro. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou nesta sexta-feira (29) que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

'Não S' desabara, che o Nizan produziu

disco e afirma que política será desconhecida

Washington, 30 de setembro. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou nesta sexta-feira (29) que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

'O terror atinge a todos'

Marco Ayrão, empresário

Marco Ayrão, empresário, afirmou que o terror atinge a todos. Ele disse que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Florenz constrói muro que protege os traficantes

Estados Unidos alerta para local secreto por medidas de segurança

Washington, 30 de setembro. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou nesta sexta-feira (29) que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Dólar poupar e a economia

Resposta da economia mostra que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Clon é o limite para as promessas de candidaturas

Estados Unidos alerta para local secreto por medidas de segurança

Washington, 30 de setembro. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, anunciou nesta sexta-feira (29) que o país está aumentando sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

Em uma declaração feita no White House, Bush afirmou que as medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

As medidas incluem a instalação de mísseis de defesa em locais secretos, bem como a realização de exercícios de defesa em larga escala.

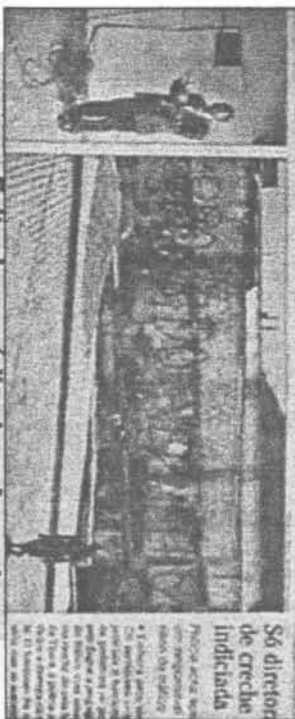
Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

Bush também afirmou que o país está trabalhando para melhorar sua capacidade de defesa contra ataques aéreos, incluindo a instalação de mísseis de defesa em locais secretos.

As medidas de segurança são necessárias para proteger o país contra ameaças terroristas e ataques aéreos.

O GIORO



S6 diretor de creche indiciada

Procurador-geral da República, Antonio Carlos Gomes, indiciou o diretor de uma creche em São Paulo por suspeita de corrupção. O indiciamento ocorreu após a denúncia de um funcionário da instituição, que alegou que o diretor havia recebido propina para obter contratos de fornecimento de alimentos e materiais para a creche.

Falta de remédios leva Argentina a decretar estado de emergência

Por falta de remédios, a Argentina decretou estado de emergência em várias regiões do país. A situação é considerada crítica devido à falta de medicamentos essenciais para o tratamento de diversas doenças, o que tem causado o agravamento de casos e a morte de pacientes.

Rapido ceticismo administrativo

Apesar da rapidez com que a administração pública tem tomado decisões, há um ceticismo crescente entre os cidadãos. Muitos acreditam que as medidas tomadas são apenas paliativos e não resolvem os problemas estruturais do país.



Piscinato herdado mais

Um piscinato herdado por uma família rica em São Paulo foi alvo de especulações sobre o destino dos fundos. Há rumores de que o dinheiro poderia ser usado para fins ilícitos, o que gerou preocupação entre a comunidade local.

Ele, não tanta coisa e São

Apesar de não ter sido eleito, o candidato a prefeito de São Paulo, João Saldanha, continua a ser uma figura importante na política local. Ele é considerado um dos principais nomes da oposição e tem uma base de apoio significativa.

Ionha cercada de medo



A situação em Ionha é de medo e insegurança. Os moradores relatam a presença de grupos armados na região, o que tem impedido a normalização da vida cotidiana. Muitas famílias já deixaram o local em busca de refúgio.

Ionha cercada de medo

Tráfico comanda ataque no bairro, com ônibus queimados e lojas apedrejadas. A violência no bairro de Ionha continua a se agravar, com ataques frequentes a veículos e estabelecimentos comerciais.



Os ataques em Ionha são coordenados por grupos ligados ao tráfico de drogas. Os criminosos usam a violência para controlar o território e extorquir os moradores. A polícia tem dificuldade de conter a situação devido à falta de recursos e ao apoio da comunidade local.

O GLOBO



Tráfico fecha túnel em dia de guerra

Polícia fechou o túnel de Calumbé, fechando a única estrada, e levou para o lado da estrada

Parabéns ao
Brasil
por
ter
ganhado
o
Campeonato
Mundial
de
Futebol
em
1958



Felipe pode
espantar
retirada



Brasil
em
1958

TOPNAI DO BRASIL

Tráfico não dá trégua ao Rio

Disputa entre facções rivais fecha túnel e atinge cinquenta dentro de escola

Leão sai
em defesa
de
Guarânia



Coisa de
Guarânia:
homem
é
seu
campeão

Brasil
em
1958



Dalton alerta
que
Alcântara
pode
acabar



Traficantes perdem apoio de moradores de favelas

O GLOBO



Um
ano
depois
um
mundo
for



Brasil
em
1958



RIO

SE RIO ESTÁ VOLTANDO A SER UM CORTA E TRUZE?

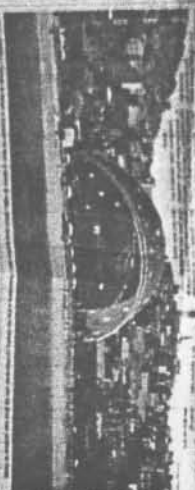
Melhores, porém mais violentas

Apesar dos investimentos feitos, a situação de violência e a falta de infraestrutura ainda são problemas do Rio

O Rio de Janeiro é uma cidade com uma população de 16 milhões de habitantes, sendo que 10 milhões vivem na zona urbana. A cidade é considerada uma das mais violentas do Brasil, com uma taxa de homicídios por habitante de 1,5 por ano.



Apesar dos investimentos feitos, a situação de violência e a falta de infraestrutura ainda são problemas do Rio



Investimento social é capaz de diminuir a violência

A violência no Rio de Janeiro é um problema complexo, que envolve fatores sociais, econômicos e culturais. Apesar dos investimentos feitos em infraestrutura e segurança, a situação ainda é preocupante. A falta de oportunidades e a desigualdade social são fatores que contribuem para a violência. Investimentos em educação, saúde e programas de inclusão social são essenciais para reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida da população.

As novas

Com a ajuda de



A violência no Rio de Janeiro é um problema complexo, que envolve fatores sociais, econômicos e culturais. Apesar dos investimentos feitos em infraestrutura e segurança, a situação ainda é preocupante. A falta de oportunidades e a desigualdade social são fatores que contribuem para a violência. Investimentos em educação, saúde e programas de inclusão social são essenciais para reduzir a violência e melhorar a qualidade de vida da população.



O GLOBO

Argentina avisa que o confisco de depósitos vai durar até 2005

As autoridades argentinas avisaram que o confisco de depósitos em dólares vai durar até 2005. O governo argentino anunciou que o confisco de depósitos em dólares vai durar até 2005. O governo argentino anunciou que o confisco de depósitos em dólares vai durar até 2005.

Comando Vermelho se disfarça de PF

Forças do Comando Vermelho se disfarçaram de Polícia Federal durante uma operação no Rio de Janeiro. O Comando Vermelho se disfarçou de Polícia Federal durante uma operação no Rio de Janeiro.

Segurança é testada em SP

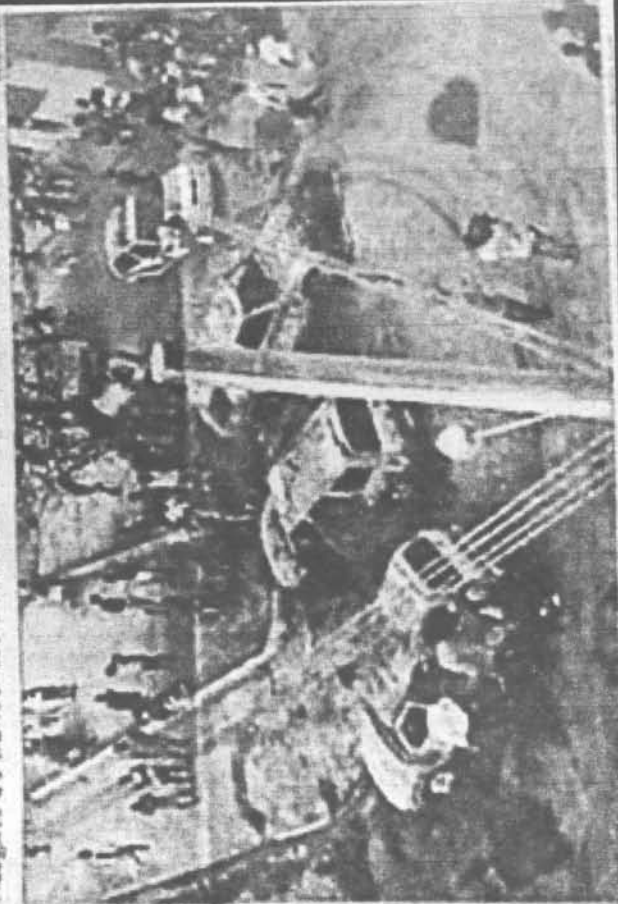
Forças de segurança testaram procedimentos em São Paulo. As forças de segurança testaram procedimentos em São Paulo.

Muito faz e pouco ganha

Trabalhadores reclamam da baixa remuneração. Os trabalhadores reclamam da baixa remuneração.

Comando Vermelho se disfarça de PF

Resgate de traficantes em Fórum de Bangu é frustrado por seguranças



O DIA

R\$0,70

Centro do Rio 13h45

CAMINHÃO E CINCO ÔNIBUS QUEIMADOS



Notícia

Protestos de gás... A notícia trata de protestos relacionados ao gás.

Notícia

Carolinha e Cesar brigam... A notícia trata de uma briga entre Carolinha e Cesar.

Carolinha e Cesar brigam pelo medo da filha a Buma. A notícia trata de uma briga entre Carolinha e Cesar devido ao medo da filha.

Carolinha e Cesar brigam pelo medo da filha a Buma.

Ataque

Brasil vira no sulco e fica em primeiro. A notícia trata de uma situação política no Brasil.

Brasil vira no sulco e fica em primeiro. A notícia trata de uma situação política no Brasil.

Brasil vira no sulco e fica em primeiro. A notícia trata de uma situação política no Brasil.

Brasil vira no sulco e fica em primeiro.



O GLOBO

3 páginas em cores, mais páginas em tons de cinza

Seleção principal

1.º lugar

2.º lugar

PM invade 8 morros para impor cessar-fogo ao tráfico

Nova tática prevê confronto armado entre os bandidos



Beito é procurado pela polícia

Violência das favelas atinge preço de imóveis

Avalia-se impacto que, numa mesma rua, valores podem variar até 50% conforme proximidade de áreas de risco



RODOLFO WATKINS

Bom senso, humor, paciência, tolerância e coragem. O escritor Rodolfo Watkins é um dos mais importantes autores de ficção científica do Brasil. Seus livros, como 'O Homem do Futuro' e 'O Mundo de Rodolfo', são best-sellers. Ele também é autor de várias obras de não-ficção, incluindo 'A História da Ficção Científica no Brasil'.

RODOLFO WATKINS

Bom senso, humor, paciência, tolerância e coragem. O escritor Rodolfo Watkins é um dos mais importantes autores de ficção científica do Brasil. Seus livros, como 'O Homem do Futuro' e 'O Mundo de Rodolfo', são best-sellers. Ele também é autor de várias obras de não-ficção, incluindo 'A História da Ficção Científica no Brasil'.

O GLOBO

3 páginas em cores, mais páginas em tons de cinza

Seleção principal

1.º lugar

2.º lugar

Rio vive epidemia de dengue com 195 casos num só dia

Volta a picar



O GLOBO

BRASIL GOLEIA EM RÍTIMO DE TREINO



O GLOBO

Polícia descobre conexão paulista em crimes no Rio



O GLOBO

PM admite que direito de ir e vir está ameaçado no Rio



PALHAO
CONHEÇO

Mais histórias de amigos e desconhecidos



Dois amigos de infância

M

Tráfico impõe código de conduta nos morros

Como funciona o tráfico



Tráfegantes destroem seis ônibus



Violência esvazia a noite do Rio



Violência

Como funciona o tráfico



Na Interdomus, só até 15 de Janeiro: 40%

interdomus LAFER

Elias Maluco tenta chefiado ação em Bangu






Cidade fantasma

Violência impõe lógica de recolhimento e faz comércio fechar portas bofins

A violência no Morumbi, a favela mais populosa do Rio de Janeiro, tornou-se uma verdadeira epidemia. Desde o início do ano, o número de mortes e feridos tem aumentado drasticamente, levando a população a se fechar em suas casas e a comerciantes a fechar as portas. A situação é tão grave que a polícia tem dificuldade de patrulhar a área, e os moradores vivem em constante medo.

Impacto econômico, social e cultural

A violência no Morumbi não apenas ameaça a vida dos moradores, mas também tem um impacto econômico, social e cultural. Muitos comerciantes fecharam suas portas, e a população evita sair de casa, o que prejudica a economia local. Além disso, a violência tem afetado a vida cultural da comunidade, com eventos e atividades sendo cancelados.



Carro passa mais tempo na garagem

Carro e motorista ficam sujeitos a ataques de traficantes

Em Morumbi, a violência tornou-se uma ameaça constante para quem usa o carro. Muitos carros ficam parados na garagem por dias, pois os moradores têm medo de sair. Quando saem, os carros são frequentemente alvo de ataques de traficantes, que exigem dinheiro ou outros favores. A situação é tão grave que a polícia tem dificuldade de patrulhar a área, e os moradores vivem em constante medo.

Shopping atarralha portas de negócios

O shopping center de Morumbi também sofreu com a violência. Muitos comerciantes fecharam suas portas, e a população evita ir ao shopping. A situação é tão grave que a polícia tem dificuldade de patrulhar a área, e os moradores vivem em constante medo.

O GLOBO



Brasil vai sacar US\$ 10 bi do FMI para tentar conter dólar

Partidos se unem a promulgar a CPMF

Investimentos sociais nas favelas não detêm violência

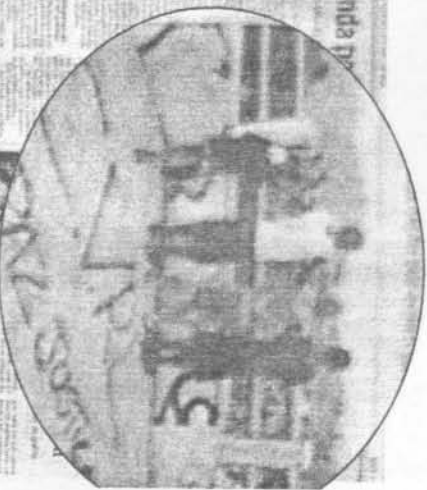
EXTRA 26 0,75

Bicheiro dá festa na cadeia e recebe a visita de policiais



Small newspaper clipping with multiple columns of text and small images. Includes a small image of a person and some text fragments like 'LULA' and 'RQUE'.

Banda de



Traficante preso na porta de delegacia



Small newspaper clipping with text and images. Includes a small image of a person and some text fragments like 'BENNETT' and '1551 1001'.

Despejados pelo medo

Moradores do Morro das Macaças expulso pelo tráfico foram em abrigos improvisados em escola de samba

por GUSTAVO TOSCANI

Durante a noite, quando o silêncio se faz pesado, os moradores do Morro das Macaças, no Rio de Janeiro, vivem um pesadelo. O medo do tráfico de drogas os mantém acordados, e a violência que se vive no morro os mantém trancados em suas casas. É o cotidiano de milhares de moradores de favelas e cortiços, onde a vida é uma luta constante pela sobrevivência. O medo é o grande responsável por essa situação. O medo de ser roubado, de ser morto, de ser preso. O medo de não ter um futuro. O medo de não ter um trabalho. O medo de não ter uma família. O medo de não ter uma vida. O medo de não ter um amanhã.



Moradores do Morro das Macaças, no Rio de Janeiro, foram expulsos de suas casas e se refugiaram em abrigos improvisados em uma escola de samba.

Coronel nega invasão e tiros

Um coronel da Polícia Militar nega a invasão do Morro das Macaças e a ocorrência de tiros durante a operação. Segundo ele, a operação foi realizada sem incidentes e os moradores foram deslocados para locais seguros. O coronel afirma que a operação foi planejada e executada com sucesso, sem causar danos aos moradores ou à infraestrutura do morro.

Uma noite de fim na calçada

Um grupo de moradores do Morro das Macaças passou uma noite na calçada, sem abrigo, devido à expulsão de suas casas. Eles estão esperando por uma solução para sua situação precária.

Uma visita santa pela paz

Dom Ernesto Scherer, arcebispo do Rio, vai ao morro e tenta trazer a paz para os moradores. Ele está acompanhando a situação e oferecendo apoio espiritual e moral aos afetados.

Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Ernesto Scherer, visitou o Morro das Macaças para conhecer a situação dos moradores e oferecer apoio espiritual. Ele afirmou que a Igreja está comprometida com a busca pela paz e pela melhoria das condições de vida na comunidade.

Como não esquecer os mortos

Um grupo de moradores do Morro das Macaças está se preparando para o enterro dos mortos. Eles estão organizando uma cerimônia para honrar as vítimas da violência.

Consumo sobe as favelas

se revela: mortos cariocas têm mais classe média que Região Metrop



Ilus. inq. de luter e um computador



Paralisação momentânea
de trânsito no centro

Paralisação momentânea de trânsito no centro

Família é expulsa de favela por traficantes

Os moradores da favela foram expulsos por traficantes que não queriam mais a família lá.



Uma família de quatro pessoas foi expulsada de sua casa na favela da Maré, no Rio de Janeiro, por traficantes. A família, composta por um homem, uma mulher e dois filhos, foi obrigada a deixar o local após uma disputa de território entre dois grupos de traficantes. Os moradores relataram que foram ameaçados e que não tiveram tempo de avisar ninguém.

HANS RINGER D. COLLETT SOLBERG
+
HANS RINGER D. COLLETT SOLBERG
(1808)

ANDRÉ LUIZ CANVALHO
+
ANDRÉ LUIZ CANVALHO
VIAJANTE EM SOUZA

OTTON ROCHA BRAUNE
+
OTTON ROCHA BRAUNE
PSIC. ALBERTO BATISTA
DE CASTRO LINO

CLAUDIO DE CARLOS CASTRO
+
CLAUDIO DE CARLOS CASTRO
MAIA ESTANISLAU DE CASTRO

PEDRO UNIMAN ZIL
+
PEDRO UNIMAN ZIL
JACINTO TAVARES DE SOUZA

'Tenho que viver escondida como um bandido'

Famílias expulsas de favelas por traficantes de drogas no Rio vivem o mesmo drama de refugiados da guerra



Uma mulher, identificada apenas como 'M', descreve a vida em uma favela do Rio de Janeiro como um constante medo e fuga. Ela afirma que, devido à presença de traficantes e disputas territoriais, ela e sua família são forçadas a viver escondidas, sem poder sair de casa sem correr riscos. Ela compara a situação à de refugiados em zonas de guerra.

Os riscos de combater as agressões à natureza no Rio

Os riscos de combater as agressões à natureza no Rio



QUATRO PROJETOS PARA DECORAR UMA CASA GASTANDO POUCO • MORAR BEM

O GLOBO

Quinta-feira, 10 de maio de 2006

PLANO DE CIRCULAÇÃO: 100.000 exemplares

Preço de venda: R\$ 1,50

COPA 2002

Felipão mexe mais uma vez na defesa

■ Felipe escolheu novamente um novo guarda-linha para a defesa da seleção brasileira. O novo jogador é o atacante da Fiorentina, o brasileiro Felipe. O treinador Felipão escolheu o jogador para a defesa da seleção brasileira. O novo jogador é o atacante da Fiorentina, o brasileiro Felipe.

Felipão escolheu novamente um novo guarda-linha para a defesa da seleção brasileira. O novo jogador é o atacante da Fiorentina, o brasileiro Felipe. O treinador Felipão escolheu o jogador para a defesa da seleção brasileira. O novo jogador é o atacante da Fiorentina, o brasileiro Felipe.



Felipão escolheu novamente um novo guarda-linha para a defesa da seleção brasileira. O novo jogador é o atacante da Fiorentina, o brasileiro Felipe.

OLÍMPIA
Brasil, com o melhor desempenho
WATSON
Nove em dezesseis gols marcados
GOLEADA
Quarenta e dois gols marcados
ATLÉTICO
Faltas e erros de defesa de Maradona
PELÉ
A Copa do Mundo de 1958 foi a melhor
ACIDENTE
O acidente aconteceu no primeiro

NOTÍCIAS E OPINIÃO

Um em cada cinco cariocas vive sob domínio do tráfico

Benedita revela que seus sobrinhos foram metralhados na favela por traficantes



Uma rua movimentada em uma favela carioca, com pessoas andando e construções ao fundo.



Benedita, uma das vítimas do tráfico, olhando pela grade da prisão.

Cerca a assaltante resulta em morte de bandido e policial
■ Um assalto a uma loja de roupas em uma favela carioca resultou na morte de um bandido e de um policial. O crime aconteceu na noite de quarta-feira (7) no bairro de Maracanã. O policial foi atingido por uma bala perdida durante o cerco à loja. O bandido foi morto por tiros de arma de fogo.

■ Mais de um milhão de pessoas vivem sob o domínio do tráfico nas favelas do Rio de Janeiro. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Social (Ipeser), o tráfico de drogas é o principal motivo de violência nas favelas. O tráfico também é responsável por uma grande parte da economia das favelas. O tráfico também é responsável por uma grande parte da economia das favelas.

Economistas
revelam mais

Três damas para

PMDB, com

RIO

A lei do tráfico na Fiocruz

As torçam instituição a eager mure para fechar acesso a laveta e evita



Santa Cruz, Rio de Janeiro

Depois de um longo período de negociações, a Fiocruz, instituição de ensino e pesquisa, conseguiu fechar um acordo com o governo do Estado do Rio de Janeiro para evitar a aplicação da Lei do Tráfico de Drogas na instituição. O acordo prevê a criação de uma comissão de acompanhamento e fiscalização, com representantes da Fiocruz e do governo, para monitorar a situação e evitar a aplicação da lei. A Fiocruz também se comprometeu a adotar medidas de segurança e controle de acesso para evitar a entrada de drogas na instituição.

A CIMA **COMERCIO** **DE** **VEICULOS** **NO** **PARANÁ** **EM** **2008** **EM** **2009** **EM** **2010** **EM** **2011** **EM** **2012** **EM** **2013** **EM** **2014** **EM** **2015** **EM** **2016** **EM** **2017** **EM** **2018** **EM** **2019** **EM** **2020** **EM** **2021** **EM** **2022** **EM** **2023** **EM** **2024** **EM** **2025** **EM** **2026** **EM** **2027** **EM** **2028** **EM** **2029** **EM** **2030** **EM** **2031** **EM** **2032** **EM** **2033** **EM** **2034** **EM** **2035** **EM** **2036** **EM** **2037** **EM** **2038** **EM** **2039** **EM** **2040** **EM** **2041** **EM** **2042** **EM** **2043** **EM** **2044** **EM** **2045** **EM** **2046** **EM** **2047** **EM** **2048** **EM** **2049** **EM** **2050** **EM** **2051** **EM** **2052** **EM** **2053** **EM** **2054** **EM** **2055** **EM** **2056** **EM** **2057** **EM** **2058** **EM** **2059** **EM** **2060** **EM** **2061** **EM** **2062** **EM** **2063** **EM** **2064** **EM** **2065** **EM** **2066** **EM** **2067** **EM** **2068** **EM** **2069** **EM** **2070** **EM** **2071** **EM** **2072** **EM** **2073** **EM** **2074** **EM** **2075** **EM** **2076** **EM** **2077** **EM** **2078** **EM** **2079** **EM** **2080** **EM** **2081** **EM** **2082** **EM** **2083** **EM** **2084** **EM** **2085** **EM** **2086** **EM** **2087** **EM** **2088** **EM** **2089** **EM** **2090** **EM** **2091** **EM** **2092** **EM** **2093** **EM** **2094** **EM** **2095** **EM** **2096** **EM** **2097** **EM** **2098** **EM** **2099** **EM** **2100** **EM** **2101** **EM** **2102** **EM** **2103** **EM** **2104** **EM** **2105** **EM** **2106** **EM** **2107** **EM** **2108** **EM** **2109** **EM** **2110** **EM** **2111** **EM** **2112** **EM** **2113** **EM** **2114** **EM** **2115** **EM** **2116** **EM** **2117** **EM** **2118** **EM** **2119** **EM** **2120** **EM** **2121** **EM** **2122** **EM** **2123** **EM** **2124** **EM** **2125** **EM** **2126** **EM** **2127** **EM** **2128** **EM** **2129** **EM** **2130** **EM** **2131** **EM** **2132** **EM** **2133** **EM** **2134** **EM** **2135** **EM** **2136** **EM** **2137** **EM** **2138** **EM** **2139** **EM** **2140** **EM** **2141** **EM** **2142** **EM** **2143** **EM** **2144** **EM** **2145** **EM** **2146** **EM** **2147** **EM** **2148** **EM** **2149** **EM** **2150** **EM** **2151** **EM** **2152** **EM** **2153** **EM** **2154** **EM** **2155** **EM** **2156** **EM** **2157** **EM** **2158** **EM** **2159** **EM** **2160** **EM** **2161** **EM** **2162** **EM** **2163** **EM** **2164** **EM** **2165** **EM** **2166** **EM** **2167** **EM** **2168** **EM** **2169** **EM** **2170** **EM** **2171** **EM** **2172** **EM** **2173** **EM** **2174** **EM** **2175** **EM** **2176** **EM** **2177** **EM** **2178** **EM** **2179** **EM** **2180** **EM** **2181** **EM** **2182** **EM** **2183** **EM** **2184** **EM** **2185** **EM** **2186** **EM** **2187** **EM** **2188** **EM** **2189** **EM** **2190** **EM** **2191** **EM** **2192** **EM** **2193** **EM** **2194** **EM** **2195** **EM** **2196** **EM** **2197** **EM** **2198** **EM** **2199** **EM** **2200** **EM** **2201** **EM** **2202** **EM** **2203** **EM** **2204** **EM** **2205** **EM** **2206** **EM** **2207** **EM** **2208** **EM** **2209** **EM** **2210** **EM** **2211** **EM** **2212** **EM** **2213** **EM** **2214** **EM** **2215** **EM** **2216** **EM** **2217** **EM** **2218** **EM** **2219** **EM** **2220** **EM** **2221** **EM** **2222** **EM** **2223** **EM** **2224** **EM** **2225** **EM** **2226** **EM** **2227** **EM** **2228** **EM** **2229** **EM** **2230** **EM** **2231** **EM** **2232** **EM** **2233** **EM** **2234** **EM** **2235** **EM** **2236** **EM** **2237** **EM** **2238** **EM** **2239** **EM** **2240** **EM** **2241** **EM** **2242** **EM** **2243** **EM** **2244** **EM** **2245** **EM** **2246** **EM** **2247** **EM** **2248** **EM** **2249** **EM** **2250** **EM** **2251** **EM** **2252** **EM** **2253** **EM** **2254** **EM** **2255** **EM** **2256** **EM** **2257** **EM** **2258** **EM** **2259** **EM** **2260** **EM** **2261** **EM** **2262** **EM** **2263** **EM** **2264** **EM** **2265** **EM** **2266** **EM** **2267** **EM** **2268** **EM** **2269** **EM** **2270** **EM** **2271** **EM** **2272** **EM** **2273** **EM** **2274** **EM** **2275** **EM** **2276** **EM** **2277** **EM** **2278** **EM** **2279** **EM** **2280** **EM** **2281** **EM** **2282** **EM** **2283** **EM** **2284** **EM** **2285** **EM** **2286** **EM** **2287** **EM** **2288** **EM** **2289** **EM** **2290** **EM** **2291** **EM** **2292** **EM** **2293** **EM** **2294** **EM** **2295** **EM** **2296** **EM** **2297** **EM** **2298** **EM** **2299** **EM** **2300** **EM** **2301** **EM** **2302** **EM** **2303** **EM** **2304** **EM** **2305** **EM** **2306** **EM** **2307** **EM** **2308** **EM** **2309** **EM** **2310** **EM** **2311** **EM** **2312** **EM** **2313** **EM** **2314** **EM** **2315** **EM** **2316** **EM** **2317** **EM** **2318** **EM** **2319** **EM** **2320** **EM** **2321** **EM** **2322** **EM** **2323** **EM** **2324** **EM** **2325** **EM** **2326** **EM** **2327** **EM** **2328** **EM** **2329** **EM** **2330** **EM** **2331** **EM** **2332** **EM** **2333** **EM** **2334** **EM** **2335** **EM** **2336** **EM** **2337** **EM** **2338** **EM** **2339** **EM** **2340** **EM** **2341** **EM** **2342** **EM** **2343** **EM** **2344** **EM** **2345** **EM** **2346** **EM** **2347** **EM** **2348** **EM** **2349** **EM** **2350** **EM** **2351** **EM** **2352** **EM** **2353** **EM** **2354** **EM** **2355** **EM** **2356** **EM** **2357** **EM** **2358** **EM** **2359** **EM** **2360** **EM** **2361** **EM** **2362** **EM** **2363** **EM** **2364** **EM** **2365** **EM** **2366** **EM** **2367** **EM** **2368** **EM** **2369** **EM** **2370** **EM** **2371** **EM** **2372** **EM** **2373** **EM** **2374** **EM** **2375** **EM** **2376** **EM** **2377** **EM** **2378** **EM** **2379** **EM** **2380** **EM** **2381** **EM** **2382** **EM** **2383** **EM** **2384** **EM** **2385** **EM** **2386** **EM** **2387** **EM** **2388** **EM** **2389** **EM** **2390** **EM** **2391** **EM** **2392** **EM** **2393** **EM** **2394** **EM** **2395** **EM** **2396** **EM** **2397** **EM** **2398** **EM** **2399** **EM** **2400** **EM** **2401** **EM** **2402** **EM** **2403** **EM** **2404** **EM** **2405** **EM** **2406** **EM** **2407** **EM** **2408** **EM** **2409** **EM** **2410** **EM** **2411** **EM** **2412** **EM** **2413** **EM** **2414** **EM** **2415** **EM** **2416** **EM** **2417** **EM** **2418** **EM** **2419** **EM** **2420** **EM** **2421** **EM** **2422** **EM** **2423** **EM** **2424** **EM** **2425** **EM** **2426** **EM** **2427** **EM** **2428** **EM** **2429** **EM** **2430** **EM** **2431** **EM** **2432** **EM** **2433** **EM** **2434** **EM** **2435** **EM** **2436** **EM** **2437** **EM** **2438** **EM** **2439** **EM** **2440** **EM** **2441** **EM** **2442** **EM** **2443** **EM** **2444** **EM** **2445** **EM** **2446** **EM** **2447** **EM** **2448** **EM** **2449** **EM** **2450** **EM** **2451** **EM** **2452** **EM** **2453** **EM** **2454** **EM** **2455** **EM** **2456** **EM** **2457** **EM** **2458** **EM** **2459** **EM** **2460** **EM** **2461** **EM** **2462** **EM** **2463** **EM** **2464** **EM** **2465** **EM** **2466** **EM** **2467** **EM** **2468** **EM** **2469** **EM** **2470** **EM** **2471** **EM** **2472** **EM** **2473** **EM** **2474** **EM** **2475** **EM** **2476** **EM** **2477** **EM** **2478** **EM** **2479** **EM** **2480** **EM** **2481** **EM** **2482** **EM** **2483** **EM** **2484** **EM** **2485** **EM** **2486** **EM** **2487** **EM** **2488** **EM** **2489** **EM** **2490** **EM** **2491** **EM** **2492** **EM** **2493** **EM** **2494** **EM** **2495** **EM** **2496** **EM** **2497** **EM** **2498** **EM** **2499** **EM** **2500** **EM** **2501** **EM** **2502** **EM** **2503** **EM** **2504** **EM** **2505** **EM** **2506** **EM** **2507** **EM** **2508** **EM** **2509** **EM** **2510** **EM** **2511** **EM** **2512** **EM** **2513** **EM** **2514** **EM** **2515** **EM** **2516** **EM** **2517** **EM** **2518** **EM** **2519** **EM** **2520** **EM** **2521** **EM** **2522** **EM** **2523** **EM** **2524** **EM** **2525** **EM** **2526** **EM** **2527** **EM** **2528** **EM** **2529** **EM** **2530** **EM** **2531** **EM** **2532** **EM** **2533** **EM** **2534** **EM** **2535** **EM** **2536** **EM** **2537** **EM** **2538** **EM** **2539** **EM** **2540** **EM** **2541** **EM** **2542** **EM** **2543** **EM** **2544** **EM** **2545** **EM** **2546** **EM** **2547** **EM** **2548** **EM** **2549** **EM** **2550** **EM** **2551** **EM** **2552** **EM** **2553** **EM** **2554** **EM** **2555** **EM** **2556** **EM** **2557** **EM** **2558** **EM** **2559** **EM** **2560** **EM** **2561** **EM** **2562** **EM** **2563** **EM** **2564** **EM** **2565** **EM** **2566** **EM** **2567** **EM** **2568** **EM** **2569** **EM** **2570** **EM** **2571** **EM** **2572** **EM** **2573** **EM** **2574** **EM** **2575** **EM** **2576** **EM** **2577** **EM** **2578** **EM** **2579** **EM** **2580** **EM** **2581** **EM** **2582** **EM** **2583** **EM** **2584** **EM** **2585** **EM** **2586** **EM** **2587** **EM** **2588** **EM** **2589** **EM** **2590** **EM** **2591** **EM** **2592** **EM** **2593** **EM** **2594** **EM** **2595** **EM** **2596** **EM** **2597** **EM** **2598** **EM** **2599** **EM** **2600** **EM** **2601** **EM** **2602** **EM** **2603** **EM** **2604** **EM** **2605** **EM** **2606** **EM** **2607** **EM** **2608** **EM** **2609** **EM** **2610** **EM** **2611** **EM** **2612** **EM** **2613** **EM** **2614** **EM** **2615** **EM** **2616** **EM** **2617** **EM** **2618** **EM** **2619** **EM** **2620** **EM** **2621** **EM** **2622** **EM** **2623** **EM** **2624** **EM** **2625** **EM** **2626** **EM** **2627** **EM** **2628** **EM** **2629** **EM** **2630** **EM** **2631** **EM** **2632** **EM** **2633** **EM** **2634** **EM** **2635** **EM** **2636** **EM** **2637** **EM** **2638** **EM** **2639** **EM** **2640** **EM** **2641** **EM** **2642** **EM** **2643** **EM** **2644** **EM** **2645** **EM** **2646** **EM** **2647** **EM** **2648** **EM** **2649** **EM** **2650** **EM** **2651** **EM** **2652** **EM** **2653** **EM** **2654** **EM** **2655** **EM** **2656** **EM** **2657** **EM** **2658** **EM** **2659** **EM** **2660** **EM** **2661** **EM** **2662** **EM** **2663** **EM** **2664** **EM** **2665** **EM** **2666** **EM** **2667** **EM** **2668** **EM** **2669** **EM** **2670** **EM** **2671** **EM** **2672** **EM** **2673** **EM** **2674** **EM** **2675** **EM** **2676** **EM** **2677** **EM** **2678** **EM** **2679** **EM** **2680** **EM** **2681** **EM** **2682** **EM** **2683** **EM** **2684** **EM** **2685** **EM** **2686** **EM** **2687** **EM** **2688** **EM** **2689** **EM** **2690** **EM** **2691** **EM** **2692** **EM** **2693** **EM** **2694** **EM** **2695** **EM** **2696** **EM** **2697** **EM** **2698** **EM** **2699** **EM** **2700** **EM** **2701** **EM** **2702** **EM** **2703** **EM** **2704** **EM** **2705** **EM** **2706** **EM**

Atenção Srs. Lojistas.

POK

**O gabinetto
completo da**

Brasil, já classificado, deve poupar titulares.

2007 YMOO

FIG. 15. Continúa

Libella veis
beigefärbtes
mit brauner

Libella veis
beigefärbtes
mit brauner

CHINA: será mais fácil para o Brasil comprar mísseis de Beira-Mar?

BRASIL - Já, ou não é que isso? O Brasil já comprou mísseis de Beira-Mar da China. Mas será que isso vai facilitar a compra de mais mísseis de Beira-Mar da China? O Brasil já comprou mísseis de Beira-Mar da China. Mas será que isso vai facilitar a compra de mais mísseis de Beira-Mar da China?

Beira-Mar tenta comprar míssil de terroristas

De acordo com fontes militares, o Brasil está tentando comprar mísseis de Beira-Mar da China. Mas será que isso vai facilitar a compra de mais mísseis de Beira-Mar da China? O Brasil já comprou mísseis de Beira-Mar da China. Mas será que isso vai facilitar a compra de mais mísseis de Beira-Mar da China?

Brasil confia

CMQ (FAP)



LIDER

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

SEMPRE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

HOJE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

Beira-Mar negociou compra de mísseis iguais aos de Bin Laden

Acabou de chegar a notícia de que a população surpreendeu autoridades e bandeira em Ramon...



Brasil confia

CMQ (FAP)



LIDER

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

SEMPRE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

HOJE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

Rivais matam Uê e queimam o seu corpo

Bandas compraram o estúdio de cinema desmontado pelo EXATIA e tentaram a estender os holocaustos...



Brasil confia

CMQ (FAP)



LIDER

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

SEMPRE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

HOJE

Concurso para
futebolista tem
600 vagas

O GLOBO

Brasil despacha Beckham & Cia.



Em 1994, o Brasil venceu a Copa do Mundo. O jogador Ronaldo foi o artilheiro da seleção.

Lula promete manter metas de FH para inflação e superávit

Em 1994, o Brasil venceu a Copa do Mundo. O jogador Ronaldo foi o artilheiro da seleção.

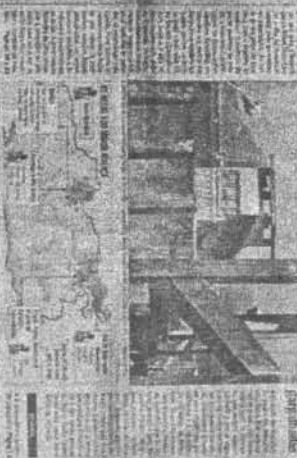
Ônibus incendiado é o 302º em 3 anos

Acidô Dr. C. levou ao 302º ônibus incendiado em 3 anos. O acidente ocorreu em 1994, no Rio de Janeiro.

Em 1994, o Brasil venceu a Copa do Mundo. O jogador Ronaldo foi o artilheiro da seleção.

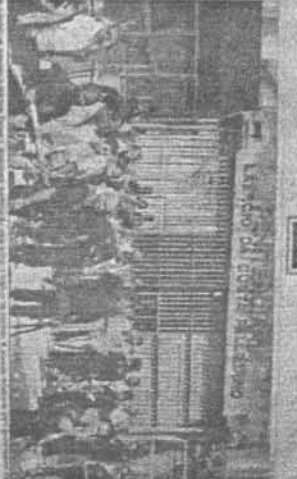
O GLOBO

Beira-Mar assume comando do poder paralelo e aterroiza o Rio



Em 1994, o Brasil venceu a Copa do Mundo. O jogador Ronaldo foi o artilheiro da seleção.

Small newspaper snippets from O GLOBO, including a photo of a man and a headline about a bus fire.

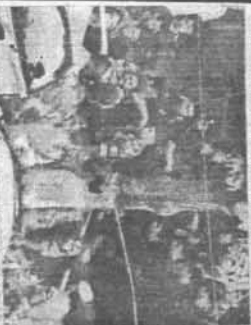


0 11 de setembro foi aq

Small newspaper snippets from O GLOBO, including a photo of a man and a headline about a bus fire.

Quadrilha de Beira-Mar é isolada em quartel da PM

Traficante ficará em cela monitorada por câmeras de TV durante 24 horas por dia



Manifestação
de 1 mil em
Bairro

Tráfego rápido
ultrapassado
pela BIA



Discurso para militar ouvir

Manifestação
de 1 mil em
Bairro



Quadrilha de Beira-Mar é isolada em quartel da PM

Traficante ficará em cela monitorada por câmeras de TV durante 24 horas por dia



Linho manda flores para Uê

De que nem os bandidos do Rio?

O GLOBO

Beira-Mar consegue manter todo o seu grupo em Bangu I

E ele continua rindo



Apesar de serem a esmagadora maioria dos integrantes do grupo, os membros do Beira-Mar não conseguiram evitar a tragédia ocorrida no domingo (11) no Bangu I. O grupo, que se autodenomina "os mais pobres da cidade", foi obrigado a abandonar o local após a intervenção da polícia.

Enfim, mais educação com renda menor

de ensino e ODU

Os alunos do curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do ODU (Organização de Desenvolvimento Urbano) estão sendo preparados para o mercado de trabalho.

Luiz e Serra brigam por emprego. FII responde

CORTE

Os membros do grupo de Beira-Mar foram obrigados a abandonar o local após a intervenção da polícia. A imagem mostra um grupo de pessoas em um ambiente urbano.

Beira-Mar consegue manter todo o seu grupo em Bangu I

As autoridades cedem a exigências do traficante, mas negociações evitam tragédia

E ele continua rindo



• Depois de comandar a situação de quatro pontos, com repetidas ações de sua rede de 22 homens, o traficante de drogas Luiz Fernando da Costa, o Fernando, conseguiu manter todo o seu grupo no Bangu I. O grupo, que se autodenomina "os mais pobres da cidade", foi obrigado a abandonar o local após a intervenção da polícia.

AS EXIGÊNCIAS DOS BANDIDOS

Os membros do grupo de Beira-Mar foram obrigados a abandonar o local após a intervenção da polícia. A imagem mostra um grupo de pessoas em um ambiente urbano.

Tráfego transforma o Rio na capital do medo

Polícia Federal investe em sistema eletrônico de identificação de veículos e de placas



desam de circular
Comem
feitos em 28
bairros da
cidade
Alunos
de um sem
ana em 248
escolas
Prejuízo na
venda de de
R\$ 130
milhões

BC intervém, mas bancos lucram

DÓLAR CUSTA 4 R\$ 1,96 ANTES DE ERON

BC intervém, mas bancos lucram
A intervenção do Banco Central no mercado financeiro não impediu os bancos de lucrarem com a desvalorização do dólar. Os juros altos e a incerteza política atraíram investidores estrangeiros, que compraram títulos públicos e ações de empresas brasileiras, elevando o preço das ações e o valor das reservas internacionais.

MICROFILM



FII sobre no
palanque de
Serra

O TUBO
A tubulação de gás natural que será instalada no Rio de Janeiro para abastecer a cidade de gás natural, com o objetivo de reduzir os custos e melhorar a qualidade do gás fornecido aos consumidores.

11 DE SETEMBRO EM BANGU 1 BÊIRA-MAR MATÁ UÊ E MAIS TRÊS

OS REBELADOS

OS ALVOS

 LUIZ FERREIRA, 38 anos, empresário, líder da facção dos 'Famados' no Rio de Janeiro.	 GILBERTO, 35 anos, empresário, líder da facção dos 'Famados' no Rio de Janeiro.	 CARLOS, 32 anos, empresário, líder da facção dos 'Famados' no Rio de Janeiro.	 JOÃO, 30 anos, empresário, líder da facção dos 'Famados' no Rio de Janeiro.	 MARCOS, 28 anos, empresário, líder da facção dos 'Famados' no Rio de Janeiro.
---	--	--	--	--



GANH
IANG

ONDA DE BOATOS FECHA COMÉRCIO, ESCOLAS E POSTOS DE SAÚDE EM 84 BAIRROS DO GRANDE RIO



2000



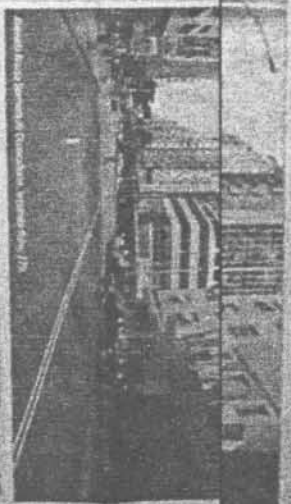
Para obter, toques e informações adicionais suspensores e a Universidade

[illegible]

Guerra do tráfico ou exploração eleitoral?

Rio refém do medo

Aglio: os grupos e osis de boia pmi dnos em oia de sado de lio. Bivento e nio pmi

[illegible]

Julio presidente do BC
 O novo presidente do Banco Central, Alexandre de Gusmão, foi eleito em 20 de maio de 2003. Ele sucederá ao atual presidente, Henrique Meirelles, que se aposentará em 31 de maio de 2003.

